



Os Bandeirantes e a Historiografia Brasileira

DIOGO DA SILVA ROIZ

SUZANA ARAKAKI

TÂNIA REGINA ZIMMERMAN

(Organizadores)



EDITORA MILFONTES

Os Bandeirantes
e a
Historiografia brasileira



Copyright © 2018, Diogo da S. Roiz, Suzana Arakaki, Tânia R. Zimmermann (org.)

Copyright © 2018, Editora Milfontes.

Rua Santa Catarina, 282, Serra - ES, 29160-104.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe:

Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Prof^ª. Dr^a. Helena Miranda Mollo (UFOP)

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini (UNESP - Franca)

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader (UFES)

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Prof^a. Dr^a. Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UERJ)

Prof. Dr. Valdeí Lopes de Araújo (UFOP)

Prof^a. Dr^a Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)



DIOGO DA SILVA ROIZ
SUZANA ARAKAKI
TÂNIA REGINA ZIMMERMANN
(*ORGANIZADORES*)

Os Bandeirantes e a Historiografia brasileira:

questões e debates contemporâneos



EDITORA MILFONTES

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa: *Monumento às Bandeiras, escultura de Victor Brecheret*
Disponível em: <http://arteref.com/quiz/construcao-monumento-as-bandeiras/>
Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*
Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- B214 Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos/ Diogo da Silva Roiz, Suzana Arakaki, Tânia Regina Zimmermann (organizadores)
Serra: Editora Milfontes, 2018.
324 p. : 20 cm.: il.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-94353-17-7

1. Bandeirantes 2. São Paulo 3. Mato Grosso I. Roiz, Diogo da Silva
II. Arakaki, Suzana III. Zimmermann, Tânia Regina IV. Título.

CDD 981.033

SUMÁRIO

Introdução 7

Parte I

História

Bandeiras e bandeirantes nas Minas do Cuiabá: pacto político, apaziguamento e conflitos (1719-1727) 13

Nauk Maria de Jesus

Os caminhos percorridos pelos Juizes de Fora até a chegada à Capitania do Mato Grosso 33

Gustavo Balbuena de Almeida

Mogi das Cruzes: da formação ao processo de reestruturação econômica entre o final do século XVIII e início do XIX.. 51

Jonas Rafael dos Santos

O indelével conflito entre homem e natureza marcando os pantanais 75

Ilsyane do Rocio Kmitta

Sobre reforma agrária no Brasil: 1970 a 2003 97

Viviane ScalonFachin, Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Parte II

Historiografia

Capistrano de Abreu e as bandeiras: entre a condenação indianista e a historiografia laudatória paulista..... 115

Danilo José Zioni Ferretti

Entre “rios da Dúvida” e contínuas entradas: a construção do tema das bandeiras por Afonso Taunay 147

Karina Anhezini

O bandeirante como elemento constitutivo da identidade mato-grossense: uma interpretação a partir da obra de Virgílio Corrêa Filho..... 169

Gilmara Yoshihara Franco

A batalha pela “representação do passado” bandeirante: imagens e representações do bandeirantismo no Curso de Bandeirologia de 1946..... 195

Diogo da Silva Roiz

O remédio para a pobreza de São Paulo: o trabalho do índio.....267

Katia Maria Abud

O passado bandeirante e as comunidades indígenas na historiografia sul-mato-grossense..... 283

Diogo da Silva Roiz, André Dionei Fonseca, Marcilene Nascimento de Farias

INTRODUÇÃO

Apresentam-se nesta coletânea os resultados da XII – Semana de História, da unidade universitária de Amambai, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que ocorreu em 2014 e tratou da temática: “Os bandeirantes na historiografia brasileira”. Como o leitor verá o tempo decorrido do evento permitiu o amadurecimento dos resultados que são aqui apresentados.

Nesta edição do evento houve conferências e mesas que mapearam a questão, visando indicar os rastros e vestígios das bandeiras pelo sertão, alguns de seus partícipes e intérpretes e o processo de ocupação do atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além disso, o evento teve ainda oficinas e abriu espaço para apresentação de trabalhos.

O evento visou dar subsídios para que os alunos e as alunas dos cursos de História e de Ciências Sociais pudessem pensar questões como os bandeirantes e as bandeiras paulistas e mato-grossenses, a expansão pelo sertão e a formação do território brasileiro. Além disso, o evento dava continuidade as muitas atividades que vêm sendo feitas na unidade de Amambai, que visam fornecer não só programas periódicos de extensão para os alunos, mas favorecer também anualmente temáticas que possam viabilizar a formação continuada dos professores das redes públicas (estadual e municipal) e privadas de ensino fundamental e médio, especialmente das disciplinas de História e de Sociologia, de Mato Grosso do Sul

Nesse sentido, a presente coletânea procurou reunir as contribuições oferecidas pelo evento e divulgar seus resultados aos leitores interessados em questões históricas, sociológicas e culturais de nosso país.

Este tipo de evento já ocorre na unidade há mais de dez anos.

Na sua décima primeira edição, por exemplo, que ocorreu em 2013, o evento pretendeu abranger discussões sobre temas relativos à Cultura e ao Poder, e teve como objetivo a troca de experiências entre profissionais e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, problematizando a aproximação entre a esfera da cultura e a da política, bem como da historiografia que tematiza a emergência de novos personagens no cenário social. Os embates de dominação/resistência e o reconhecimento das diferentes instâncias de poder contribuem para novos olhares sobre as práticas políticas dando visibilidade e dizibilidade a múltiplos poderes. Acrescente-se ainda que os discursos historiográficos, advindos do reconhecimento das subjetividades alargam a concepção de poder possibilitando o conhecimento e construindo uma aproximação com as experiências dos sujeitos históricos. O evento foi destinado aos pesquisadores da área de Ciências Humanas, aos professores da Rede Básica de Educação, aos alunos dos cursos de graduação, acadêmicos vinculados aos Programas de Iniciação Científica e Iniciação à Docência e aos demais interessados.

Note-se ainda que cultura e poder sempre estiveram relacionados com as ações políticas e sociais da história contemporânea após 1789. No Brasil as recentes manifestações da sociedade civil nas ruas das capitais e de cidades do interior dos Estados, que ocorreram em junho de 2013, nos ofereceu uma bela oportunidade de pensar e questionar como são produzidas as relações de poder, de que maneira se inserem na cultura, e como agem entre as instituições políticas e a sociedade civil. Para dimensionar esses pontos nossa meta foi apresentar um conjunto de discussões entre a conferência de abertura e as mesas, que pudessem contribuir para pensarmos tanto a cultura como o poder na história contemporânea.

Em 2015, na XIII Semana Acadêmica de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Amambai, intitulada “Caminhos da Nova História Política”, se propôs a uma reflexão da temática em questão. A história política vem sofrendo um processo de renovação, que se encontra em plena

ebulição teórico/metodológico, sendo difícil delimitar as fronteiras de seu campo analítico na atualidade. Neste sentido, coube indagar como compreender essa nova História política, as características dos seus métodos e objetos, bem como, os modos de discutir o conhecimento histórico. Além disso, o evento também procurou pensar os caminhos tomados pela nova história política em nosso país.

Com a meta de discutir o que é a nova história política e como ela tem sido praticada no país, esse evento se justificava por viabilizar o acesso ao ingressante no curso de História e de Ciências Sociais no país a conhecer esta linha temática, em amplo processo de crescimento e diversificação de procedimentos e investigações.

O rápido resumo apresentado acima indica a propriedade com que tem se conduzido o planejamento e a execução destas atividades acadêmicas, e como muitas delas tem gerado outros frutos, a exemplo desta coletânea de textos.

A organização deste volume contou com o apoio fundamental da Fundect, que inclusive possibilitou esta publicação. Aproveitamos aqui para agradecer todos os colegas que puderam nos encaminhar seus textos, que muito contribuíram com o livro. Agradecemos ainda os funcionários, docentes e alunos da unidade de Amambai, sem os quais este tipo de evento não poderia ocorrer. Agradecemos ainda aos colegas de outras instituições, que mesmo não tendo participado do evento, prontamente nos responderam se dispondo a contribuir com este volume.

Amambai/Paranaíba/MS, maio de 2018

Os Organizadores

PARTE I
HISTÓRIA

BANDEIRAS E BANDEIRANTES NAS MINAS DO CUIABÁ: PACTO POLÍTICO, APAZIGUAMENTO E CONFLITOS (1719-1727)

Nauk Maria de Jesus¹

Em janeiro de 1727, por ordem real, o governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, elevou o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722) à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Fundava-se uma vila, que era, até aquele momento, o ponto mais avançado da fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis no extremo oeste da América portuguesa. Quando ela foi fundada, a Coroa já havia acumulado séculos de experiência ultramarina, com a instalação de poderes metropolitanos e locais no seu vasto império português.² A conquista do Cuiabá esteve relacionada às atividades das bandeiras paulistas em busca de índios e ouro, na primeira metade do século XVIII.

Ao menos cinco bandeiras se encontraram na região. Foram elas a de Pascoal Moreira Cabral Leme (1719); a de Fernão Dias Falcão (1719); dos Antunes Maciel (1719), que se uniu à de Fernão ainda em São Paulo; a dos irmãos João e Lourenço Leme, cuja data de chegada ao arraial da Forquilha é imprecisa, e a de Antonio Pires de Campos (1718). As informações sobre a conquista e os primeiros anos nessa área mineração são bastante conhecidas na historiografia brasileira e portuguesa que tratam da expansão do império português; embora as datas, os nomes, encontros e desencontros dos líderes das bandeiras na região sejam controversos, em especial entre os cronistas.³ De qualquer

1 Professora no curso de graduação e de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

2 Cf. GOUVEA, Maria de Fátima S. Poder político e administração na formação do atlântico português (1645-1808). *In.*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima S. **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3 Cf. SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1975; SIQUEIRA,

modo, naquele começo de século, as minas do Cuiabá representaram aos moradores da América portuguesa e do reino esperanças na busca por novos veios auríferos, bem como a conquista e a expansão para o interior da colônia.

Trataremos dos anos iniciais da conquista das minas do Cuiabá, entre 1719 e 1727, destacando as movimentações de algumas bandeiras, tendo como base as discussões desenvolvidas nos últimos anos por pesquisadores que tem problematizado a tese do Antigo Sistema Colonial.⁴ No presente capítulo, inicialmente, abordaremos a chegada da bandeira de Pascoal Moreira Cabral. Em seguida, apresentaremos os conflitos. Objetivamos evidenciar:

1) a utilização do repertório político da época, a fim de obter mercês;

2) que a ocupação do território não foi das mais tranquilas, pois, além dos temores de uma invasão castelhana e de ataques indígenas, os homens oriundos do planalto paulista também foram motivos de preocupação para as autoridades nomeadas pelo rei, que utilizaram muito mais da prática do apaziguamento, que do enfrentamento ou eliminação dos indesejados líderes das bandeiras.⁵ Apaziguamento buscado por meio da cooptação, prudência e (dis)simulação com o intuito de colocar e manter a paz nessa área de mineração. Tanto que os representantes do rei chegaram a alertar que os paulistas não fossem aborrecidos, principalmente se o assunto fosse a cobrança de mais tributos além dos quintos pagos

Joaquim da Costa. **Compêndio histórico e cronológico das notícias do Cuiabá.** Cuiabá: IHGMT, 2002.

4 Cf. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima S. **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima S. **Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

5 Estamos nos referindo à perseguição e mortes dos irmãos João e Lourenço Leme, que se dirigiram para as minas do Cuiabá e ali se indispuseram com líderes de outras bandeiras, bem como agiram no planalto paulista por meio de ações violentas.

pelo sistema de bateia:

estabelecida a Casa de Quintos cessem logo as imposições que se lançavam, por se reconhecer positivamente que não convém gravar com muitos tributos os povos neste princípio, principalmente nos dos paulistas, de quem se pode presumir tomarão mal... poderão romper em alguma perturbação e sedição, *que não seja fácil apaziguá-la, principalmente nos ânimos de homens tais que estimam sempre a sua liberdade*. CONTA que o governador dá sobre as execuções a respeito do sossego dos habitantes da Minas do Cuiabá e da forma que ficavam estabelecidas. Lisboa 13/07/1726.⁶

A perturbação e a sedição por causa da cobrança dos quintos já faziam parte da experiência metropolitana adquirida nas Minas Gerais, onde diversos conflitos explodiram, envolvendo grupos de potentados e representantes da Coroa, por causa da repartição das lavras, das jurisdições e da cobrança dos quintos. Por essa razão, a Coroa parece ter optado por ocupar o território a oeste com cuidado e, naquele momento, considerou os conquistadores paulistas hábeis e úteis, a fim de evitar *perturbação e sedição* nas minas cuiabanas.

Nas minas do Cuiabá

Em 1718, ao chegar ao lugar chamado *aldeia velha*, localizado nas margens do rio Coxipó, em busca dos índios Coxiponé, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral Leme encontrou o local destruído. Por isso, subiu o rio Coxipó-Mirim, onde fez pouso e descobriu ouro em granetes cravados nos barrancos. Nesse pouso deixou as bagagens e seguiu rio acima até o lugar chamado *Forquilha*, onde se deparou com *gentio em quem fez suas presas com bastantes mostras de ouro em batoques e outros enfeites*. Em seguida, Moreira Cabral e seus companheiros retornaram à *aldeia velha* e edificaram a Capela de São Gonçalo, formando um arraial onde descansaram e cantaram vitória contra as *fadigas da pobreza e suas largas peregrinações dando uns aos outros parabéns de suas fortunas a quem reciprocamente ofereciam*

6 Arquivo do Conselho Ultramarino. Arq. 1.2.2, p. 14, grifos nossos.

*laudências de alegria.*⁷

Pascoal Moreira Cabral Leme era natural da cidade de São Paulo e morador em Sorocaba. Entre 1684 e 1695, esteve nas margens do rio Miranda, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, incursionando nas terras hispano-jesuíticas, no serviço de preamento de índios. Mais tarde, entre os anos de 1697 e 1699, se deslocou para as Minas do Curitiba, empenhando-se na prospecção e mineração de ouro. Faleceu por volta de 1724 no arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, tendo sido sepultado na igreja Matriz local.⁸

A descoberta do ouro foi registrada em 1719, conforme documento abaixo:

aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos neste Arraial do Cuiabá fez junta o capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este *termo de certidão* para a notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó de Nossa Senhora de Penha e França depois foi o nosso enviado o capitão Antonio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão-mor fez a primeira entrada adonde assistiu um dia e achou pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e *todos os seus companheiros as suas custas com grandes percas e riscos em serviço de Sua Real Majestade e como de feito tem perdido oito homens brancos, fora negros e para que todo tempo vá isto a notícia de sua Real Majestade e seus governos para não perderem seus direitos ...*⁹

7 SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos...** *Op. cit.*, p. 11.

8 ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 68; CARVALHO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.(séculos XI-XVII-XVIII).** São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 214.

9 SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos...** *Op. cit.*, grifo nosso. Paulo Pitaluga Costa e Silva levantou hipóteses sobre uma possível farsa do mesmo. Otávio Canavarros, por sua

Esse documento era um registro de descobertas de jazidas auríferas em que constavam os nomes dos descobridores, conforme as exigências do Regimento de Minas de 1702. De acordo com esse Regimento, a primeira data era do descobridor, a segunda da Coroa, a terceira, novamente do descobridor, e a quarta, do guarda-mor. Em seguida, vinham os postulantes, de acordo com o número de escravos, por sorteio. Em respeito ao padrão sertanista, os acompanhantes do descobridor teriam o privilégio de repartição antes dos aventureiros de outras partes. Se a pinta fosse pequena e muitos os concorrentes às lavras, a repartição seria feita por palmos, proporcionalmente ao número de escravos, e todo aquele que delatasse um descobrimento oculto receberia o privilégio de descobridor.¹⁰

Pascoal Moreira Cabral estava na região do Cuiabá desde 1716 e encontrou em 1718 a bandeira de Antonio Pires de Campos no Coxipó, voltando com numerosa presa de índios Coxiponé. Pires de Campos, em 1673, participou com o seu pai, Manuel de Campos Bicudo, das entradas nas regiões do baixo Mato Grosso e Goiás e depois, em 1679, com o seu sogro Salvador Jorge Velho, esteve nas minas de Paranaguá. Voltou à região de Mato Grosso por volta de 1716.¹¹

Diante da presença de outra bandeira palmilhando o território, Pascoal Moreira Cabral pode ter optado por declarar ao rei

vez, considerou a preciosidade do documento, bem como o *surgimento do arraial do Cuiabá a partir de 8 de abril de 1719. E assim deve continuar, até a prova em contrário*. Observa-se que o dia 8 de abril de 1719 é considerada a data oficial da fundação de Cuiabá. Carlos Alberto Rosa considerou que o documento é tão somente um registro de descoberta de ouro na região e não uma ata de fundação. Isto porque, no registro não existe o verbo fundar ou seus derivados, Pascoal Moreira Cabral já estava na região pelo menos desde 1716. Para o autor, 8 de abril de 1719 passou a fazer parte da memória cuiabana como dia da fundação de Cuiabá em 1919. Ver: ROSA, Carlos Alberto. Suplemento Especial do Aniversário de Cuiabá. **Jornal a Gazeta**. Cuiabá, 08/04/2002; CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 53.

10 CUNHA, Pedro Octavio Carneiro da Cunha. Política e administração de 1640 a 1763. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial: Administração, economia e sociedade**. São Paulo: Difel, 1985, p. 269.

11 CARVALHO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.(séculos XI-XVII-XVIII)...** Op. cit., p. 97.

o descobrimento de novas minas de ouro logo após o encontro com Pires de Campos, temendo que ele ou outro indivíduo se antecipasse. Embora Pires de Campos não tivesse se envolvido na exploração aurífera, ele, possivelmente, segundo Thereza Martha Pressotti, fora para a região em busca da serra dos Martírios, lendário eldorado referenciado por seu pai Manuel de Campos Bicudo.¹²

Se nas Gerais, no seu princípio, os paulistas ora ocultaram a descoberta de minas procurando barganhar privilégios e ora as revelaram em troca deles,¹³ nas minas do Cuiabá, observamos que Pascoal Moreira Cabral optou pela segunda ação, procurando garantir o poder e ascendência sobre os demais, bem como evitando que outros descobridores arrogassem tal título. Ao agir dessa maneira ele utilizava uma das práticas políticas do período na expectativa de receber datas minerais, cargos e controlar a repartição das lavras.

Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros aparecem como descobridores e reveladores das novas minas, colocando-se como possuidores de direitos sobre o território. Ao evocarem as penúrias e durezas pelas quais passaram, já que às *suas custas com grandes percas e riscos em serviço de Sua Real Majestade*, eles esperavam receber boas retribuições do rei. Institucionalizada pelas monarquias europeias do Antigo Regime, essa prática baseava-se num compromisso lógico, num pacto político entre rei e súditos. Essa ideia estava relacionada à *economia da gratidão e do Dom*, alguns dos conceitos-chave para as representações das ligações políticas no Antigo Regime. A gratidão referia-se aos sentimentos do polo inferior e o serviço à exteriorização desse sentimento. Elas eram marcadas pelas obrigações de dar, receber e restituir e integravam-se *numa regra geral de troca de vantagens... o superior e o inferior eram obrigados a uma atitude de prestações mútuas*,

12 PRESSOTTI, Thereza Martha Borges. **O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá:** a mentalidade da conquista. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1996, p. 64.

13 Cf. CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1663 a 1737.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

*inscritas na natureza mesmas das coisas.*¹⁴ Essas trocas, no entanto, não se davam de forma equilibrada.¹⁵

De acordo com João Fragoso, os serviços prestados ao rei eram remunerados e poderiam assumir a forma de concessão de terras e até de ofícios régios. Essa moral reforçava os laços de dependência/vassalagem, pois por meio dele o vassalo sentia-se pertencendo ao universo político que ultrapassava a freguesia ou o município.¹⁶ No caso ora analisado, a retribuição esperada era o cargo na administração local que ia sendo estruturada, assim como datas minerais e terras no decorrer do século.

No mesmo dia em que foi efetivado o registro da descoberta de ouro, Moreira Cabral foi eleito pelos membros da bandeira “guarda-mor regente”, tornando-se autoridade máxima no local. Ao elegerem uma autoridade, os participantes da bandeira procuravam assegurar o controle das minas. O cargo de guarda-mor surgiu como prolongamento do cargo de provedor das minas e sua jurisdição variava conforme as localidades.¹⁷ Conforme a decisão tomada pelos homens da bandeira, Pascoal Moreira Cabral ficaria incumbido de guardar, socavar e examinar os ribeiros de ouro, aprovar bandeiras prospectivas e de apresamento, manter a concórdia, nomear guardas-

14 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In.: MATTOSO, José; HESPANHA, Antonio Manuel (org.). **História de Portugal. O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 391.

15 A respeito do caloroso debate sobre o uso desse conceito, assim como sobre as abordagens referentes ao Antigo Regime nos trópicos ver: GOUVEA, Maria de Fátima S. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1640. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

16 FRAGOSO, João. O sentido da historiografia sobre a chamada economia colonial no início do século XXI. In.: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 39-40..

17 SALGADO, Graça Salgado. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p. 284.

menores para os diversos distritos,¹⁸ tirar auto de devassa e expulsar aqueles que fossem considerados régulos e amotinadores.¹⁹ No entanto, três anos depois, Pascoal ainda enviou uma representação ao rei solicitando a confirmação no posto de guarda-mor e também no de capitão-mor. Tal confirmação era importante, pois significava o seu reconhecimento, pelo rei, de descobridor do lugar e merecedor da mercê solicitada. Segundo ele:

Como ando há seis anos nesses sertões, ocupado no real serviço de Vossa Majestade em minha companhia 56 homens brancos, fora escravos e servos, sustentando-as a minha custa, conquistando os reinos de gentio e adquirindo muitos deles para o grêmio da Igreja, na diligência de descobrir ouro, prata e pedras preciosas, distante da cidade de São Paulo serra acima quatro meses de viagem, ao depois de perder um filho e 15 homens brancos e alguns escravos que os mataram e comeram o gentio, com inúmeros riscos de vida, tanto por rios, como por terra, nas cabeceiras do Cuiabá descobri um ribeiro chamado Coxipó com muitas datas de ouro, no qual Vossa Majestade tem a sua e as mais se repartiram pelos homens que se achavam e ao depois chegaram de povoado, cujo ouro se tem quintado [...] descobriram vários córregos que todos tem boa pinta de ouro.²⁰

Além da confirmação do posto de guarda-mor, a carta de Pascoal Moreira Cabral revelava a intenção do autor em deixar o rei ciente da potencialidade da terra, bem como alimentar os interesses metropolitanos sobre esse espaço de limites geográficos indefinidos, pois havia grande dúvida a respeito do descobrimento dessas minas. Ao destacar as perdas e os custos que teve na ocupação das minas, Pascoal Moreira Cabral reforçava o pacto político entre súdito e rei na contínua

18 Cargo criado em 1702 e tinha como atribuição assistir o guarda-mor na inspeção das minas descobertas. Deveria ser nomeado pelo provedor das minas. Cf. SALGADO, Graça Salgado. **Fiscais e meirinhos...** *Op. cit.*, p. 285.

19 SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos...** *Op. cit.*, p. 12.

20 CARTA de Pascoal Moreira Cabral ao rei. Minas do Coxipó, 15/07/1722 *apud* PRESSOTTI, Thereza Martha Borges. **O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá...** *Op. cit.*, p. 75.

espera pela retribuição de seus atos, como foi dito. Observamos, ainda, na representação, divergências pipocando nos arraiais da fronteira oeste, e, Pascoal sentiu seu poder ameaçado ao ponto de mencionar que *nenhum mandador me possa impedir essa conquista nas ocasiões do serviço de Deus e de Vossa Majestade...*²¹ A partir das fontes consultadas, não constatamos insatisfações entre os líderes das bandeiras se materializando por meio de violências armadas.

Em 1723, o governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes (1721-1727), assinou a patente de guarda-mor de Pascoal, mas não a de capitão-mor, por considerá-lo com pouca disposição e muita idade.²² A patente de capitão-mor foi concedida a Fernão Dias Falcão, que chegou ao arraial de São Gonçalo, em 1719, acompanhado de diversos artesãos e mineradores experientes, como Braz Mendes Paes, Gabriel Antunes Maciel, Antonio Antunes Maciel, dentre outros. É bem possível que a eleição e patente de Fernão como capitão-mor, não foram bem vistas por todos os moradores que se encontravam no local.

Fernão era natural de Parnaíba, exerceu postos de capitão e sargento-mor das ordenanças de Sorocaba, onde foi também juiz ordinário e dos órfãos. Ele criou a vila de Pitangui e levantou pelourinho em 1715.²³ Já na fronteira oeste, em fins de 1720, ele e seus companheiros abandonaram o arraial de São Gonçalo e, subindo o rio Coxipó, dirigiram-se à Forquilha, onde formaram novo arraial e levantaram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Penha e França. Ele foi eleito pelos mineiros “cabo maior-regente” do dito arraial, com a incumbência de manter a ordem e a união dos moradores contra os gentios e castelhanos, pois, diante dessas ameaças, eles tinham

21 CARTA de Pascoal Moreira Cabral ao rei. Minas do Coxipó, 15/07/1722 *apud* PRESSOTTI, Thereza Martha Borges. **O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá...** *Op. cit.*, p. 62.

22 CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994, p. 235.

23 CARVALHO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.(séculos XI-XVII-XVIII)...** *Op. cit.*, p. 143.

o serviço da mineração comprometido.²⁴

Quarenta e duas pessoas assinaram o termo, sendo que, pelo menos, seis delas (Antonio Moreira, Alberto Velho Moreira, João de Anhaia, Manoel Garcia Velho, Francisco de Siqueira e Pedro de Godoy da Silva) também assinaram o registro de descoberta de ouro de 1719 e estiveram presentes na eleição de Pascoal Moreira Cabral para guarda-mor.²⁵ Entre as assinaturas não consta a de Pascoal Moreira Cabral, que, como dissemos, pleiteou o cargo de capitão-mor. No termo de eleição de Fernão estava expresso que o cargo de guarda-mor continuaria sob a responsabilidade de Moreira Cabral.

A partir das assinaturas presentes na declaração de descobrimento das minas cuiabanas e no termo de eleição de Fernão Dias Falcão e das suas respectivas trajetórias, como dissemos no início deste texto, notamos a existência de, pelo menos, cinco bandeiras que se encontraram no arraial de São Gonçalo e depois no de Nossa Senhora de Penha e França, assim como diferentes grupos compostos pelos líderes das bandeiras que disputaram o poder nas minas. Algo que poderia ser alcançado por meio das alianças e rupturas políticas e familiares.

Dentre os responsáveis pelas bandeiras, sabemos, por exemplo, que Pascoal, Fernão e Pires de Campos eram aparentados. Assim sendo, não podemos descartar duas possibilidades. A primeira de que uniões firmadas em outras vilas e arraiais da América portuguesa, como por via do casamento ou do apadrinhamento, tivessem sido reiteradas em algum momento na localidade, sobretudo após a sua elevação à condição de vila Real do Cuiabá.

Na monarquia pluricontinental, as relações de parentesco criadas pelas elites locais eram importantes, pois as famílias se

24 TERMO que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas Minas do Cuiabá. 06/11/1720 *apud* TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. t. 10. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Edição do Museu Paulista, 1949, p. 16.

25 TERMO de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos 08/04/ 1719 *apud* SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos...** *Op. cit.*, p. 11.

movimentavam a serviço da Coroa e com isso podiam criar redes parentais que permitiam muitas vezes unir diferentes municípios e capitanias. Como observou João Fragoso, uma família, no Antigo Regime, era uma instituição organizada e hierarquizada, que podia reunir além dos consanguíneos, os colaterais, os criados e os escravos. Segundo o autor, embora estudos a respeito das alianças familiares em diferentes municípios e capitanias ainda precisam ser realizados, várias famílias extensas eram capazes de reunir recursos e homens para ocupação de um território e nele criar freguesia e vila.²⁶

A segunda possibilidade é de que ranços iniciados nas Gerais tivessem continuidade nas Minas do Cuiabá, sendo um dos motivos para o acirramento dos conflitos nelas existentes. Isto, porque alguns dos homens presentes nas bandeiras que se dirigiram para a fronteira oeste tinham passado pelas Minas Gerais e se envolvido em conflitos que ali ocorreram, como o paulista José Pires de Almeida, que participou da Guerra dos Emboabas; Jacinto Barbosa Lopes, eleito em 1717 juiz ordinário da Vila do Carmo e que esteve presente no motim de Vila Rica, ocorrido entre os anos de 1719-1720; e Pedro Corrêa Godói, casado com a irmã de Manuel Borba Gato, e um dos descobridores do Ribeirão do Carmo, nas Gerais.²⁷ Contudo, só uma pesquisa mais detalhada sobre a trajetória desses homens nas duas áreas de mineração, assim como em São Paulo, poderá elucidar a questão e verificar tais hipóteses.

Embora os descobridores das minas fossem chamados pelas autoridades régias de “paulistas”, aqueles que se deslocaram para as minas cuiabanas eram oriundos de diferentes lugares e pertencentes a distintos clãs familiares, muitas vezes unidos por laços de matrimônio. O termo “paulista”, segundo Maria Verônica Campos, era aplicável não somente aos moradores de São Paulo, pois sua extensão e significado eram mais amplos. A Coroa e os habitantes do planalto

26 FRAGOSO, João. O sentido da historiografia sobre a chamada economia colonial no início do século XXI... *Op. cit.*, p. 43.

27 ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá...** *Op. cit.*, p. 71; CARVALHO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.(séculos XI-XVII-XVIII)**... *Op. cit.*, p. 21; p. 180.

paulista entendiam o termo “paulista” de modo diverso, ampliando ou limitando seu significado de acordo com os interesses em jogo. Nas Gerais, paulistas da vila de São Paulo, do Tietê e de Taubaté disputaram o título de descobridores dos distritos mineiros, como Sabará, Cataguases e Ouro Preto com o objetivo de obter o domínio das lavras e postos de comando.²⁸

Assim, para as minas cuiabanas também se dirigiram sorocabanos, parnaibanos, ituanos, reinóis oriundos de diferentes partes do reino, entre outros. Alguns deles permaneceram na vila, deixaram descendentes e conseguiram ocupar cargos e juntar alguma porção de ouro. Eles tinham ao seu redor agregados e um séquito de homens livres, escravos e indígenas armados e foram se constituindo enquanto poderosos locais e chamados pelas autoridades régias e denominados nas narrativas dos cronistas José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, de *moradores* ou de *principais moradores*, *principais homens*, *principais paulistas*, *peças principais* ou *principais da terra*. Desta forma, os descobridores das minas cuiabanas enquanto grupo foram chamados de “paulistas” e pelo destaque político e social que foram adquirindo na fronteira passaram a ser denominados de *homens principais*.

Ao analisar o caso de Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello discutiu a forma como a açucarocracia pernambucana se descrevia, tomando como base as transformações vocabulares. Assim, ele chegou aos termos *principais* e seus adjetivos como *honrados*, *bons*, *melhores*, entre outros, e *nobreza da terra* ou *nobreza de Pernambuco*.²⁹ Segundo o autor, a palavra *principal* não era utilizada de maneira unívoca e descrevia antes uma realidade social do que uma categoria jurídica. Em primeiro lugar, ela se referia à riqueza, afluência e posse de grandes cabedais. Segundo, a expressão era aplicada ao indivíduo que detinha uma parcela do poder político, seja por ocupar cargos públicos, seja pelo fato de dispor de um séquito de homens livres e escravos ou por

28 Cf. CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1630 a 1737...** *Op. cit.*.

29 MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 160-161.

se tratar de religioso ou militar. Em terceiro lugar, *principal* era o indivíduo nobre ou fidalgo, independente de possuir cabedal ou poder político.³⁰

Ao adentrar o século XVIII, ele constatou que as variações em torno da palavra *principal* desapareceram em favor da utilização maciça das palavras *nobre* e *nobreza*. *Nobreza da terra* era o novo coletivo adotado pelos descendentes das *pessoas principais* de sessenta ou setenta anos antes e implicava uma promoção estamental que visava legitimar a dominação política, econômica e social no momento em que a posição hegemônica da açucarocracia encontrava-se ameaçada pelos mascates do Recife. *Nobreza da terra* abrangia a dupla origem social da açucarocracia: a de nobreza do Reino transplantada para Pernambuco e a de nobreza gerada em Pernambuco, mediante a seleção dos filhos e netos de indivíduos que embora destituídos da condição de nobres do Reino, haviam participado das lutas contra os holandeses, ascendido à posição de senhores de engenho ou exercido cargos civis e militares.³¹

Sobre as eleições do guarda-mor e do capitão-mor das minas do Cuiabá, o vice-rei do Brasil Vasco Fernandes César de Menezes considerou que o governador de São Paulo, o seu irmão Rodrigo César de Menezes, agiu com acerto. Segundo ele, nas matérias que faltava *coação para ser executada à obediência era necessário usar meios competentes conforme o tempo e a conjuntura, a fim de que não se estrague o respeito à autoridade.*³²

Os meios competentes naquela circunstância eram a ponderação, a cooptação e a dissimulação, pois como os novos descobrimentos se compunham de uma variedade de homens, era conveniente que o governador pudesse *conseguir embaraçar aqueles que se considerem prejudicial ao sossego público do novo descobrimento*. Sobre as queixas dos descobridores, de não terem recebido a

30 MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana...** *Op. cit.*, p. 162.

31 *Ibidem*, p. 166.

32 VASCO César de Menezes a Rodrigo César de Menezes. Bahia, 30/09/1722. *In.: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional - cartas de ofícios (1717-1723)*. v. 71. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1994, p. 183.

remuneração prometida, o vice-rei argumentou que não seria de estranhar que o rei recomendasse naquela ocasião os *tão modernos exemplos do Conde de Assumar*.³³

D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde Assumar, foi governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais. Nas Gerais não teve sossego, dividido entre o cuidado perante os levantes de escravos e dos poderosos, sendo o mais conhecido o de 1720, que resultou na execução de Filipe dos Santos sem julgamento.³⁴ Ele ainda expulsou os religiosos das minas; reordenou as milícias; cuidou do lançamento do quinto sobre cada escravo; retirou as prerrogativas das câmaras de administrarem tributos e contratos. Essas ações visavam minar os poderes dos potentados locais que para manterem as suas jurisdições, competências, prerrogativas, inclusive tributárias, pensaram em derrubar o governador de Minas. Ao lidar com os poderosos, o Conde de Assumar utilizou da simulação, concordando com os seus pedidos e cedendo a algumas exigências. O governador usava da máxima *fazer do ladrão fiel*.³⁵

O governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, parece ter adotado algumas das estratégias políticas de Assumar, como prometer recompensas, cooptar e executar criminosos para que servisse de exemplos. Ele chegou a usar, inclusive, a expressão *por serem estes os casos em que é preciso fazer do ladrão fiel*.³⁶

Portanto, o governador Rodrigo César de Menezes, além de se preocupar com a invasão de castelhanos e de inúmeros grupos indígenas, precisou equilibrar as relações com os *principais paulistas* que se estabeleceram nas minas do Cuiabá. A cooptação e a prudência

33 VASCO César de Menezes a Rodrigo César de Menezes. Bahia, 30/09/1722... *Op. cit.*, p.

34 SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito. Aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 30 -31.

35 CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1963 a 1737...** *Op. cit.*, p. 214 *et seq.*

36 Carta de Rodrigo César de Menezes ao Vice-Rei. São Paulo, 15/06/1723. *In.: Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1994, p. 68

foram alguns dos artifícios utilizados em sua administração, sem esquecer que a punição também foi adotada quando o governador temeu os abusos de alguns líderes. Por sua vez, os “paulistas” procuraram se beneficiar dessa política ao buscarem o reconhecimento régio, lembrando sempre que possível ao rei que tinham descoberto e defendido aquelas minas.

Paulistas, reinóis e forasteiros

Além das disputas envolvendo os homens naturais da capitania de São Paulo nas minas cuiabanas, encontramos também conflitos entre paulistas e forasteiros. Nesse período, ser forasteiro não significava necessariamente ser reinol, mas pessoa oriunda de outra capitania que não fosse São Paulo. Sobre as rivalidades entre paulistas e emboabas, Charles Boxer considerou que elas eram menos evidentes nas Minas do Cuiabá, devido à necessária união para conter as ameaças representadas pelos índios Payaguá e Guaicuru que atacavam os viajantes que se dirigiam às minas.³⁷

Segundo Kátia Maria Abud, os conflitos que se revelaram não ocorreram entre portugueses e paulistas, mas entre os mineradores e a administração portuguesa, não havendo nada que se pudesse comparar à Guerra dos Emboabas. A autora toma como base a *Nobiliarquia* de Pedro Taques, que afirmou que *a ausência de aventureiros de outras nações evitou que, entre os descobridores das minas e seus exploradores houvesse qualquer oposição*.³⁸

Concordamos que não existiram conflitos nas minas cuiabanas do porte da Guerra dos Emboabas. Mas como afirmou Charles Boxer, eles eram *menos evidentes*, não significando

37 BOXER, Charles Boxer. **A idade de ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial.** Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 283.

38 ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições.** (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). Tese (Doutorado em História). Programa de pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 101.

inexistência de conflito, pois as disputas foram cotidianas e localizadas. Inicialmente (1719-1727), eles ocorreram principalmente entre clãs familiares oriundos de diferentes lugares da capitania de São Paulo, que disputavam datas minerais e o poder sobre a conquista, como se viu nos casos de Pascoal Moreira Cabral e Fernão Dias Falcão em torno dos cargos.

De certa forma, o número de forasteiros que entraram nas minas nos seus anos iniciais foi pequeno. O cronista José Barbosa de Sá narrou que nas primeiras bandeiras havia dois europeus, Francisco Xavier e João de Frias, e posteriormente esse número aumentou. É preciso esclarecer que o fato de serem poucos não assegurou a inexistência de oposição, pois esta se dava entre os próprios paulistas que constituíam um grupo heterogêneo e contavam também com a participação de reinóis e de indivíduos oriundos de outras localidades da América portuguesa. Os ânimos desses homens foram contidos a partir da cooptação, da promessa de prêmios e, no limite, da repressão dos irmãos Leme que deveria servir como exemplo.

Carlos Alberto Rosa argumentou que os forasteiros (oriundos de Portugal ou de outras partes da América portuguesa) estiveram cada vez mais presentes no processo de conquista e colonização das minas cuiabanas, coexistindo com os paulistas. Essa coexistência se manifestava muitas vezes por meio de conflitos. O padre pernambucano Francisco Justo foi expulso por um grupo de paulistas. O escrivão da bandeira de Pascoal Moreira Cabral, Manuel dos Santos Coimbra era português e esteve envolvido em desentendimentos com paulistas. Quando Rodrigo César de Menezes chegou ao arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1726) foi recebido por uma *Companhia de Forasteiros* que o conduziu até a sua residência. O capitão dessa companhia era o português Bento Gomes de Oliveira, que fugiu com ouro não quintado e foi preso pelo paulista Antonio de Almeida Lara. Parcialidades entre reinóis e paulistas foram formadas na decisão da guerra contra os índios Paiguá.³⁹

39 ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808... Op. cit.*, p. 85.

Esses dados demonstram que as relações entre os naturais da capitania de São Paulo e forasteiros nas minas cuiabanas foram marcadas por certo ar conflituoso. No entanto, após a instalação do aparato administrativo (1727), as disputas não envolveram apenas paulistas x paulista, paulistas x forasteiros. O que ocorreu foi a formação de vários grupos rivais constituídos por paulistas, reinóis e pessoas de outras localidades da colônia que se uniram em torno de interesses comuns, sem contar que as disputas jurisdicionais ganharam enlevo, após a chegada os oficiais régios nomeados pelo rei. Em 1727, foi criada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e a partir de 1730 chegaram os ouvidores e intendentess dos quintos que passaram a dividir o espaço com os *principais paulistas*. A partir deste momento, é possível falar na presença de administradores portugueses na vila. Além disso, surgiram em cena com maior intensidade os comerciantes que ocuparam cargos na administração e se indispuseram com mineiros, oficiais régios e locais.

Havia um mosaico socioeconômico nas minas cuiabanas. Isto evidencia que a análise dos conflitos é mais complexa, e estes não podem, sobretudo a partir da implantação do poder metropolitano, ser encarados como binários, pois envolviam diversos grupos de pessoas, redes e interesses econômicos, religiosos e políticos. Acreditamos que as tensões mencionadas entre os líderes das bandeiras que disputavam cargos e o título de descobridor das lavras auríferas não explodiram como nas Gerais, devido à forma como a Coroa portuguesa encaminhou as suas ações nessa região, localizada em área de fronteira geopolítica e de mineração. Dissimulação e prudência, que faziam parte de certa política de apaziguamento, foram importantes, e na primeira metade do século XVIII, os governadores contentaram os paulistas e forasteiros prometendo-lhes cargos e honrarias em troca de fidelidade. Essas ações, porém, não significaram o fim dos confrontos. Por outro lado, percebendo essa atitude da Coroa, os paulistas procuraram negociar com as autoridades metropolitanas e obter alguns ganhos para si e

para suas famílias, dentre outros atos, por meio da solicitação ao rei de honras e mercês, como o Hábito da Ordem de Cristo. O controle da população que se dirigia às minas e a confirmação dos cargos de guarda-mor e capitão-mor foram algumas das medidas tomadas por Rodrigo César de Menezes, que deu início a instalação das bases do poder metropolitano nas minas recém-conquistadas.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições.** (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985

BOXER, Charles Boxer. **A idade de ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial.** Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1663 a 1737.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752).** Cuiabá: EdUFMT, 2004.

Carta de Rodrigo César de Menezes ao Vice-Rei. São Paulo, 15/06/1723. *In.: Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1994

CARVALHO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.(séculos XI-XVII-XVIII).** São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

CUNHA, Pedro Octavio Carneiro da Cunha. Política e administração de 1640 a 1763. *In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. A época colonial. Administração, economia e sociedade.* São Paulo: Difel, 1985.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima S. **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. O sentido da historiografia sobre a chamada economia colonial no início do século XXI. *In.*: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GOUVEA, Maria de Fátima S. Poder político e administração na formação do atlântico português (1645-1808). *In.*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima S. **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVEA, Maria de Fátima S. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1640. *In.*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PRESSOTTI, Thereza Martha Borges. **O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá: a mentalidade da conquista.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. Suplemento Especial do Aniversário de Cuiabá. **Jornal a Gazeta.** Cuiabá, 08/04/2002.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos.** Cuiabá: Editora da UFMT, 1975.

SALGADO, Graça Salgado. **Fiscais e meirinhos.** A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Compêndio histórico e cronológico das notícias do Cuiabá.** Cuiabá: IHGMT, 2002.

TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** t. 10. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Edição do Museu Paulista, 1949.

VASCO César de Menezes a Rodrigo César de Menezes. Bahia, 30/09/1722.
In.: **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional - cartas de ofícios (1717-1723)**. v. 71. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1994, p. 183.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. *In.:* MATTOSO, José; HESPANHA, Antonio Manuel (org.). **História de Portugal. O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELOS JUÍZES DE FORA ATÉ A CHEGADA À CAPITANIA DO MATO GROSSO

Gustavo Balbuena de Almeida¹

O juizado de fora no Império Português

O cargo de juiz de fora se associa à administração da justiça no termo da municipalidade e a sua criação remete ao período medieval.² Stuart Schwartz aponta como ano exato e sua criação o de 1352,³ enquanto Suely Cordeiro de Almeida apresenta a informação da criação a partir de uma carta datada de 02/05/1349.⁴ As funções relativas ao cargo de juiz de fora, no período do medievo, estavam relacionadas à execução dos testamentos no período da peste negra. Ainda de acordo com Suely Cordeiro, no período da criação do cargo,

Os juízes de fora foram um instrumento da coroa que impediu que uma grande quantidade de terras e riquezas passasse para os eclesiásticos, ficando isentas de pagamento de impostos.⁵

No século XVI, principalmente a partir de 1550, os juízes de

1 Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Professor do Curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus Amambai.

2 Stuart Schwartz apresenta como os ocupantes da justiça passaram de um *status* inferior na estrutura da sociedade portuguesa para, trezentos anos depois, se igualarem aos fidalgos e nobres da aristocracia militar. Como a presença dos letrados estava muito ligada à do rei, a partir da legitimação do rei enquanto representante maior dos países em formação, de acordo com o autor, os fidalgos veriam a violação às suas imunidades, enquanto a importância da classe letrada crescia, dando existência à expansão do poder real. Cf. SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 34..

3 Cf. SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial...** *Op. cit.*, p. 29.

4 Cf. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. As peripécias do magistrado: Juízes de fora e um cotidiano nada tranquilo entre Recife e Olinda. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9, n. 24, p. 1, 2008.

5 *Ibidem*, p. 1.

fora ganharam o poder de presidência das câmaras municipais,⁶ e sua popularização no reino se deu a partir da segunda metade do século XVII.⁷

Na América Portuguesa, os primeiros juizados foram criados nos últimos anos do século XVII nas capitanias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.⁸ Stuart Schwartz identifica a cidade de Salvador como a primeira a receber o cargo, no ano de 1696, a pedido do Tribunal da Relação da Bahia.⁹ A escolha das cidades em questão para a criação do cargo não aconteceu por acaso, afinal, a criação desse ofício se aplicava apenas para as localidades mais importantes do reino.¹⁰

Com o decorrer do século XVIII, é possível perceber na América Portuguesa, por parte da Coroa, um aumento de nomeações para o cargo em outras vilas e cidades. Conforme Teresa Fonseca, “Durante a administração pombalina a nomeação destes delegados da coroa adquiriu maior impulso em todo o Império, sem, contudo, chegar a abarcar a totalidade de suas cidades e vilas”.¹¹

6 BOXER, Charles. **O Império Ultramarino Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 288.

7 Nesse sentido ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As comunidades e os concelhos. In.: HESPAÑHA, Antonio. M; MATTOSO, José. **História de Portugal - o Antigo Regime (1620-1807)**. v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Antônio Manuel Hespânia afirma que, até o século XVII, havia a presença de juizes de fora apenas em 8% das terras portuguesas. Cf. HESPAÑHA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político, Portugal, séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 17. Nuno Camarinhas salienta que “Os lugares de juiz de fora na metrópole conhecerão um crescimento de mais de 40% durante o século XVII e XVIII. Cf. CAMARINHAS, Nuno. **Juizes e administração da justiça no Antigo Regime**. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lousã: Fundação Calouste Gulbekian, 2010, p. 96.

8 BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; Gouvêa, Maria de Fátima (org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2010, p. 200.

9 SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial...** *Op. cit.*, p. 205.

10 SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p. 72.

11 Cf. FONSECA, Teresa *apud* SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local, cidade e atividades econômicas. (Bahia, século XVIII)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Em se tratando dos casos específicos da criação dos cargos para a América Portuguesa, Nuno Camarinhas faz uma relação completa das cidades e/ou vilas nos quais eles foram criados. Os primeiros foram Salvador (1696), Olinda (1700) e Rio de Janeiro (1701), seguidos de “outros municípios menores, mas estratégicos do ponto de vista do comércio do ouro e dos diamantes”: Santos (1713), Itú (1726), Ribeirão do Carmo (1731), Mato Grosso (1748), Maranhão (1753), Cachoeira (1758), Pará (1758), Cuiabá (1760), Paracatu do Príncipe (1799), Rio Verde (1799) e São Salvador do Campo dos Goitacazes (1802).¹²

Outro ponto interessante na discussão de Camarinhas, diz respeito à afirmação apontada acima de que os cargos de juizes de fora na América Portuguesa teriam sido criados em locais que fossem considerados estratégicos para o comércio de ouro e de diamantes. Essa afirmação vem corroborar o que aponta Maria Fernanda Bicalho:

[...] no caso das cidades marítimas mais importantes da América Portuguesa, uma das razões mais importantes para a criação do cargo de juiz de fora foi, sem dúvida, a necessidade sentida pela Coroa, de intervir nas funções administrativas e financeiras – especificamente tributárias – das câmaras coloniais, para controlar os descaminhos e os possíveis prejuízos da Real Fazenda.¹³

No entanto, há que se destacar que a criação do cargo de juiz de fora não está relacionada apenas com questões financeiras e fiscais. As câmaras municipais tiveram autonomia frente à corte nas vilas e cidades da América Portuguesa nos dois primeiros séculos de ocupação. E, a partir do início do século a Coroa sentiu necessidade de cercar as atividades dessas instituições e de seus representantes, fruto de uma política de maior centralização. Uma das formas encontradas para foi a de popularização do cargo de juiz de fora que, como

Para uma maior compreensão do Período Pombalino ver: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal. Paradoxo do iluminismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

12 Cf. CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime...** *Op. cit.*, p. 123.

13 BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império.... *Op. cit.*, p. 349.

presidente da câmara, viria a representar os interesses metropolitanos frente à população local.¹⁴

O juizado de fora era ocupado por advogados em início de carreira recém saídos do curso universitário e, a partir desse cargo, era possível a ascensão aos mais diversos graus na hierarquia da administração da justiça colonial. Conforme Suely Cordeiro de Almeida, “parece que se tornou quase uma ordem natural concluir o curso de Direito e, logo em seguida, fazer o primeiro percurso profissional na aplicação da justiça no âmbito da municipalidade”.¹⁵ O pertencimento a famílias importantes também servia como um ponto positivo para a agilidade na nomeação, assim como para a indicação para as cidades e vilas com maiores *status*.¹⁶ O mesmo Stuart Schwartz apresenta todos os degraus da hierarquia profissional que, após o juizado de fora, tinha como possibilidades as nomeações para os cargos de Ouvidor, Desembargador da Relação da Bahia ou do Rio de Janeiro – ambos possíveis de atuação na colônia -, e as grandes casas de apelação do Reino.¹⁷

Wilson Pegoraro, ao analisar os ouvidores da comarca de Paranaguá, dedica um tópico especial para discutir as trajetórias profissionais desses oficiais. O autor constata que, em sua maioria, antes de assumir a ouvidoria eles haviam servido como juizes de fora, ou no reino ou em outros pontos da colônia.¹⁸ Avanete Sousa, considera que a condição de magistrados em princípio de carreira, desprovidos de situação político-social estável, poderia significar um maior empenho

14 Cf. BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império... *Op. cit.*

15 ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. As peripécias do magistrado... *Op. cit.*, p. 4.

16 SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**... *Op. cit.*, p. 29.

17 Cf. *Ibidem*. Ver especialmente o cap. 4. Os magistrados.

18 PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídicoadministrativo na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Ver cap. 2: A comarca de Paranaguá e as atuações de seus ouvidores (1723- 1812).

desse no exercício da função.¹⁹

Nesse sentido, considerando-se o desejo de ascensão profissional, apresenta-se a seguir um exemplo de uma documentação de autoria do primeiro juiz de fora da capitania de Mato Grosso, Teotonio da Silva Gusmão, produzida logo após ser nomeado para esse cargo. O oficial – que já havia sido juiz de fora em Itú antes de passar ao Mato Grosso, em cartas ao rei e ao Conselho Ultramarino, expressa o seu desejo de assumir um cargo como ouvidor. O argumento usado por ele, apesar de longo, merece ser transcrito na íntegra, pois revela outros pontos relativos à política da Coroa sobre a criação dos cargos de justiça nas regiões mineiras:

Em 2º lugar representa o suplicante que todas as judicaturas que até agora se erigiram nas minas do Brasil foram com o título e jurisdição de ouvidoria, sem que desta regra houvesse mais que na de Mariana [vila que tinha um juizado de fora] por estar só duas léguas distantes de Vila Rica, onde reside ouvidor; porém em todas as mais vilas de Minas Gerais, sem embargo de estar a 3, 4 ou 8 dias de jornada uma das outras se constituíram ouvidorias. E se isto se praticou em todas e quaisquer minas, e ainda em muitas outras terras do Brasil, como foi na Ilha de Santa Catarina, em Paranaguá, no Espírito Santo, no interior do sertão da Bahia, em Sergipe, nas Alagoas, e em outras vilas e distritos de pouca consideração, parece que com mais razão deve ter lugar em uma que é cabeça de capitania geral com um distrito de mais de 200 léguas, distante um mês de jornada da ouvidoria mais próxima, que é a do Cuiabá, donde não pode o ouvidor, sem muito trabalho, incomodo e despesa ir em correição ao Mato Grosso, isso é, pelo que respeita à decência da capital do governo, ao cômodo dos novos, e à utilidade do Real Serviço, mas também pelo que toca ao suplicante deve reparar que o seu antecessor no lugar do Itú foi para ouvidor dos Goiases, e os juízes de fora de Santos nos mesmos distritos tem passado a outras ouvidorias no ultramar, e o suplicante com muito mais requisitos, como fica mostrado, parece que tem a justa razão para desejar não

19 SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local, cidade e atividades econômicas. (Bahia, século XVIII)...** *Op. cit.*, p. 69.

ir novamente a servir de juiz de fora.²⁰

O mesmo Teotônio da Silva Gusmão, em outro documento, pede o acesso a uma cadeira da Relação da Bahia após o término de sua atuação na capitania do Mato Grosso, e faz referência aos ouvidores da Vila de Cuiabá, que conquistaram o acesso àquele posto:

José Rodrigues de Burgo Villa Lobos [que] indo para a ouvidoria do Cuiabá levou o assento para a Relação do Porto. João Gonçalves Prado, que depois foi para a mesma ouvidoria levou o assento para a Relação da Bahia. Desses exemplos podemos citar inumeráveis.²¹

Após essa apresentação geral das especificidades do cargo de juiz de fora e sua importância para a manutenção do Império português, não só nas suas possessões americanas, mas também em outros pontos do globo, iremos dedicar uma maior importância aos oficiais da capitania do Mato Grosso. Após uma exposição dos seus locais de nascimento, buscaremos mostrar os caminhos que foram percorridos por esses oficiais no período entre a conclusão do curso de direito em Coimbra e a tomada de posse do cargo na referida capitania.

Os juízes de fora de Mato Grosso: histórico familiar e caminhos percorridos

O cargo de juiz de fora foi instituído na capitania do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, embora pedidos para sua criação na Vila do Cuiabá – até então única vila da futura capitania do Mato Grosso – existissem desde meados da década de 1730. Segundo Nauk Maria de Jesus, ainda em 1735, o conde de Sarzedas já havia solicitado o cargo para “melhor administrar a justiça das partes que se

20 Requerimento do juiz de fora de Itu, bacharel Teotônio da Silva Gusmão, nomeado para o Mato Grosso ao rei, [D. João V], em que pede seja graduado o lugar que vai criar com o título de ouvidoria, com o mesmo ordenado e aposentadoria que tem o da Vila do Cuiabá, e juntamente administre as ocupações de intendente ao provedor real com propina anual, ajuda de custo, e vença seu ordenado desde o dia do embarque em Itu. **AHU, Projeto Resgate-MT**. Ant a 1751, janeiro, 21. Caixa 005, doc. 332.

21 *Ibidem*.

queixam, porque para ser assessor tinha que ser letrado de profissão”.²² Em 1738, o intendente da Vila do Cuiabá encaminhou o pedido ao rei, devido a diversas irregularidades que estavam acontecendo na localidade.²³ Apesar dos pedidos, o cargo só foi criado na capitania de Mato Grosso, no ano de 1748, juntamente com o de governador.

No quadro abaixo, apresenta-se a relação dos juizes de fora, os anos de cada um na atuação do cargo na capitania de Mato Grosso, a vila em que trabalhou – levando-se em conta que houve cargos tanto em Vila Bela, quanto em Vila do Cuiabá – e o ano em que foram realizadas as leituras de bacharéis respectivas a cada oficial. Essas leituras constituíam em um teste realizado pelo Desembargo do Paço, a que submetiam todos os formados em Direito que se interessassem em trabalhar nos cargos letrados oferecidos pela Coroa. Como o juizado de fora era o primeiro cargo da hierarquia judicial, a nomeação para esse cargo costumava-se dar logo em seguida as realização da leitura.

Stuart Schwartz analisa minuciosamente o processo da Leitura dos bacharéis.²⁴ Ele consistia em uma pesquisa para que ficasse provada a “pureza de sangue e de mãos” dos candidatos. Para isso era mandado ao juiz da localidade de nascimento dos pais e avós do futuro oficial uma ordem para que se pesquisasse a fundo os antepassados desses e seus antecedentes, e se certificasse que não havia sangue mouro, negro ou judeu no passado da família. A ocupação profissionais dos pais e avós também era ponto importante, já que apenas os descendentes daqueles que não trabalharam com trabalhos manuais poderiam atuar como funcionários do rei. Após comprovada essa “limpeza”, o candidato faria uma prova para mostrar seu conhecimento em conteúdos jurídicos. Se fosse bem nessa etapa, entraria em uma espécie de lista de espera de nomeação para ocupar o

22 JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006, p. 193.

23 *Ibidem*, p. 196.

24 SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial...** *Op. cit.*, p. 83.

cargo em algum lugar dos domínios portugueses.

Quadro 1: relação dos juizes de fora da capitania do mato grosso, ano e vila de atuação e ano da leitura de bacharel

Juiz de fora	Ano de atuação	Vila de atuação	Ano da leitura
Teotonio da Silva Gusmão	1752-1756	Vila Bela	1741
Manuel Fangueiro Frausto	1756-1759	Vila Bela	1745
Constantino José da Silva Azevedo*	1762-1766	Cuiabá	1756
João Batista Duarte	1766-1775	Cuiabá	1754
José Carlos Pereira	1775-1781	Cuiabá	1771
Antônio Rodrigues Gaioso	1781-1786	Cuiabá	1778
Diogo de Toledo Lara Ordonhez	1786-1792	Cuiabá	Ant. a 1784**
Luiz Manoel de Moura Cabral***	1792-1799	Cuiabá	1787

Fontes: Elaborado segundo apontamentos de JESUS, 2011; LEVERGER, 2001; AMARAL, MATOS, 2007; SUBTIL, 2010.²⁵

Como recurso metodológico para analisarmos as questões referentes aos locais de nascimento e identificação das famílias dos juizes de fora, bem como os caminhos percorridos até a chegada do Mato Grosso, nos utilizaremos da posopografia. De acordo com Nuno Camarinhas,²⁶ a prosopografia visa à delimitação de um universo a ser

25 *Identificado no livro *Leitura dos bacharéis* como Constantino José da Silva, sem o seu último sobrenome. Porém, como o ano de sua leitura efetuou-se pouco tempo antes de o oficial assumir o cargo em Mato Grosso, acreditamos tratarem-se da mesma pessoa. Cf. AMARAL, Luís; MATOS, Lourenço Correia de. **Leitura de bacharéis** – Índice dos processos. Lisboa: Guarda-mor, 2007, p. 63.

** Não encontramos o ano de sua leitura. Encontramos, no Dicionário dos desembargadores a sua primeira indicação para um cargo como juiz de fora de Mato Grosso em 1784, por isso a indicação. Cf. SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834)**. Lisboa: EDIUAL, 2010, p. 108.

*** Encontramos na *Leitura dos Bacharéis* dois nomes idênticos, com exceção do último sobrenome, que consta em apenas um deles. Em decorrência disso, e também do ano de leitura, 1787, em comparação com o ano da leitura do outro nome, 1768, optamos por eleger o oficial com o nome completo. Será o Luiz Manuel de Moura encontrado pai do nosso juiz de fora? Cf. AMARAL, Luís; MATOS, Lourenço Correia de. **Leitura de bacharéis...** *Op. cit.*, p. 143.

26 CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime...** *Op. cit.*, p. 25.

estudado, em geral um grupo social, por meio da elaboração de um questionário a ser desenvolvido em relação a cada um dos indivíduos do grupo. O objetivo da utilização desse aporte metodológico é, em geral, o de desvendar a mobilidade social dos personagens, suas práticas e comportamentos. As informações foram obtidas por meio da documentação oficial pesquisada no Arquivo Histórico Ultramarino e por dados obtidos em obras sobre a capitania. A obra de Augusto de Leverger também foi utilizada.²⁷ Para informações acerca das famílias de alguns oficiais contou-se com o Dicionário dos Desembargadores, de José Subtil.²⁸

Em relação aos locais de origem dos oficiais, foi possível determinar alguns deles. Teotônio da Silva Gusmão, Diogo de Toledo Lara Ordonhez e Antônio Rodrigues Gaioso eram naturais da América Portuguesa. Teotônio Gusmão era da capitania de São Paulo; natural da Vila de Santos. Era filho de Maria Gomes de Gusmão, também natural da Vila de Santos, e de Geraldo da Silva, natural de Vila do Frades, distrito de Madalena. Não foi possível identificar a data de seu nascimento.²⁹

Lara Ordonhez, quinto juiz de fora da Vila do Cuiabá, também era da capitania de São Paulo, natural da cidade de mesmo nome e tinha, quando assumiu o cargo na Vila do Cuiabá, 35 anos. Nasceu em 1758, e era filho do mestre de campo Agostinho Delgado de Arouche e Maria Teresa do Araújo.³⁰ Tinha parentes poderosos nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Lisboa e

27 Cf. LEVERGER, Augusto de. **Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001.

28 Cf. SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834)**... *Op. cit.*, p. 152; ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e Método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 578.

29 Cf. ALBUEQUERQUE, Vanessa da Silva. Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII. *In.*: Encontro Regional de História Anpuh-RJ, 11., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Vanessa%20da%20Silva%20Albuquerque.doc>. Acesso em: 27/07/2010.

30 Cf. SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834)**... *Op. cit.*

na capitania de Mato Grosso.³¹ Essa informação não deixa de chamar a atenção, considerando-se que consta na historiografia que um dos preceitos básicos para a escolha de um juiz de fora era que ele não tivesse vínculos, comerciais ou de parentesco, no local de atuação, afinal, esse oficial era indicado para as vilas e cidades em substituição ao juiz ordinário, um membro da elite local, que poderia se utilizar de seu cargo para beneficiar suas parciaisidades, ou para aderir às possíveis pressões que poderiam receber de outros poderosos locais.³²

No caso de Ordonhez, os vínculos do oficial com a capitania de São Paulo continuariam por toda sua vida, visto que recebeu uma carta de confirmação de sesmaria de uma légua de testada com três de sertão na capitania de São Paulo em 1799, e uma carta de sesmaria de terras citas na paragem do Rio Pardo, caminho de Goiás, em 1802.³³ No que respeita a Antônio Rodrigues Gaioso, sabe-se que era baiano. Essa é a única informação que se tem acerca da origem desse oficial. Não se pode determinar o local de seu nascimento, nem a idade que tinha quando assumiu o cargo de juiz de fora.³⁴

Conforme pudemos apurar, três outros juizes de fora eram naturais do reino. Manuel Fangueiro Frausto era de Lisboa.³⁵ João Batista Duarte era natural da Vila de Guimarães.³⁶ Luís Manoel de

31 Cf. ROSA, Carlos Alberto. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. **Revista Território e Fronteiras**, v. 1, p. 42, 2000.

32 SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial...** *Op. cit.*, p. 28-29.

33 SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834)**... *Op. cit.*, p. 152-153.

34 ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727 – 1808)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 256.

35 Requerimento do bacharel Manuel Fangueiro Frausto, provido juiz de fora do Mato Grosso, ao rei, D. José, em que pede que se dê a sua mulher, Antônia Joaquim Lobato uma mesada de 20 mil réis. Lisboa, 05/04/1755. **AHU. Projeto resgate - MT.** Caixa 008, doc. 481.

36 Requerimento do bacharel João Batista Duarte, nomeado juiz de fora da Vila de Cuiabá, ao rei, D. José, em que pede para juntar a consulta em ano para a vista de ela conceder-lhe ajuda de custa que é costume praticar. Lisboa, 16/02/1765. **AHU. Projeto resgate-MT.** Caixa 012, doc. 747.

Moura Cabral nasceu em 1762 ou 1763, e era natural do “lugar de Pombal”, na comarca de Moncorvo. Filho de Manuel de Escobar e Moura Cabral e de Rosa Maria Azevedo, neto paterno de Vicente de Moura e de Maria de Escobar, e neto materno de João de Azevedo e de Catarina Luís Cardenha. Nas observações sobre a origem de Luís Manoel de Moura Cabral, apresentadas no Dicionário dos desembargadores, consta ainda que

Os pais e avós são naturais do lugar de Pombal do Concelho de alfândega da Fé. O defunto pai era bacharel formado na Universidade de Coimbra com grau de Doutor e advogou no concelho de alfândega da Fé. Os pais e avós viviam do rendimento das suas fazendas, sendo os avós dos lavradores principais do lugar de Pombal. O habilitante é, a data de 1788, solteiro e morador no lugar de Pombal. O habilitante é bom estudante.³⁷

No que se refere a Constantino José da Silva Azevedo e José Carlos Pereira, não se têm informações sobre os seus locais de origem.

Cumprе lembrar que a maioria dos juizes de fora, independente ou não de terem nascidos no reino, no momento de sua nomeação encontravam-se em Portugal, especificamente em Lisboa. Tendo em vista que, em grande parte dos casos, o juizado de fora se constituía o primeiro cargo no qual os oficiais trabalhariam, muitos deles, com a leitura de bacharéis recém-realizada, estabeleciam-se na capital à espera de sua primeira nomeação. Considera-se válido, então, situar os caminhos realizados pelos oficiais, desde o momento do desembarque no Brasil, até a chegada ao Mato Grosso.³⁸

O juiz de fora Manuel Fanguero Frausto (1756-1759), por

37 SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834)...** *Op. cit.*, p. 408.

38 Renata Malcher de Araújo salienta a importância dos caminhos por terra e rios que serviam de comunicação entre as capitâneas, e que também servia de legitimação para as conquistas dos espaços por parte dos colonizadores europeus. Isso valeria em especial para a capitania do Mato Grosso, que estava em área de litígio entre os portugueses e espanhóis. Cf. ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII...** *Op. cit.* Ver especialmente o cap. 2: Os percursos da ocupação do espaço.

exemplo, foi o único oficial a realizar a viagem pelo caminho fluvial do Pará. Isso porque o local para o qual foi nomeado, Vila Bela da Santíssima Trindade, estava relativamente próximo à capitania do Grão Pará.³⁹ Teotônio da Silva Gusmão, outro juiz de fora além de Figueiro Frausto, a ocupar o cargo na capital, antes da extinção, fez o trajeto pelas monções do sul.⁴⁰ De acordo com José Roberto Amaral Lapa, as monções do Grão-Pará, ou monções do norte, era o caminho fluvial que ligava Belém, a capital da capitania do Grão Pará, à Vila Bela. O percurso era feito por meio de navegação em três rios: o Guaporé, o Madeira e o Amazonas. Apesar de esse não ser o caminho mais curto, ele foi escolhido por motivos estratégicos, posto que abarcava a fronteira com os territórios hispânicos. Assim, o tráfego por esses rios ajudaria a legitimar a posse portuguesa frente aos espanhóis.⁴¹

Em relação aos oficiais que cumpriram seu mandato na Vila do Cuiabá, assinala-se Antônio Rodrigues Gaioso (1781-1786), que desembarcou na Bahia e realizou o percurso por terra, por meio do caminho que ligava Vila Boa de Goiás à Cuiabá.⁴² Sabe-se que os outros juízes vieram pelas tradicionais monções do sul, o que conduz à ideia de que os oficiais que partiram do Porto de Araritaguaaba tenham

39 Ofício do ouvidor de Mato Grosso, Manuel Figueiro Frausto, ao Secretário da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre ter tomado posse como ouvidor e se ter extinguido o cargo de juiz de fora, pede para servir como honorífico da beca e acesso à Relação do Porto e 600 mil réis com três mil reis desde o dia de sua posse. Vila Bela, 04/09/1759. **AHU, Projeto Resgate-MT**. Caixa 010, doc. 606.

40 Carta do governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, ao rei [D. José] sobre o merecimento do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão ao pedido de ajuda de custo para as grandes despesas na criação da vila de Mato Grosso. Vila do Cuiabá, 04/07/1751. **AHU. Projeto Resgate-MT**. Caixa 06, doc. 351.

41 LAPA, João Roberto Amaral. **Economia colonial**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973, p. 57.

42 Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 12/02/1781. **BR. APMT, CVC, JF, CA**. Nº 0528, caixa nº 010. Em relação ao caminho de terra que ligava Vila Boa a Cuiabá, ver: JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**... *Op. cit.* Especialmente o item 4.3: Caminhos que levavam à Vila do Cuiabá.

desembarcado ou no Rio de Janeiro, à maneira de João Batista Duarte,⁴³ e de Luís Manoel de Moura.⁴⁴

Há que se sublinhar que, após a chegada à capitania de São Paulo, os interessados em ir à Vila do Cuiabá deveriam pegar os caminhos das monções do Sul. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, essas “estradas móveis” eram os caminhos fluviais que levariam os viajantes do Porto de Araraguaba, no Porto de Itú, até o Porto da Vila do Cuiabá. O difícil e perigoso percurso demorava seis meses e envolvia a passagem por mais de uma dezena de rios entre os estados hoje nomeados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Entre os rios, citem-se Tietê, Paraná, Pardo, Paraguai, Cuiabá. Apesar das dificuldades existentes, esse foi um dos caminhos mais frequentados para quem quisesse chegar ao Cuiabá. Embora houvesse caminho por terra, aberto na terceira década de 1700, Holanda, por exemplo, afirma que, para fins comerciais, essa era a melhor possibilidade de realização da viagem, em vista da capacidade de cada canoa poder transportar de cinquenta a sessenta arrobas de mantimentos. A união de viajantes e comerciantes proporcionava o fluxo das monções. Foi por desse caminho que grande parte dos juízes de fora que atuaram na capitania do Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, se utilizaram para chegar a este local.⁴⁵

Por representar o mais importante cargo de justiça da Vila do Cuiabá, a chegada de um novo oficial constituía-se um acontecimento público dos mais festivos na referida vila. Ao final de 1785 chegou à Vila do Cuiabá Diogo de Toledo Lara Ordonhez. Os detalhes da recepção nos são dada por Carlos Alberto Rosa, que relata uma grandiosa

43 Requerimento do juiz de fora da Vila do Cuiabá, João Batista Duarte, ao rei, D. José, em que pede que a provedoria real daquela vila lhe satisfaça o ordenado do tempo que gastou para chegar lá. Vila de Cuiabá, 06/07/1772. AHU, **Projeto resgate**. Caixa 016, doc. 979.

44 Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luís Manoel de Moura Cabral, à rainha, [D. Maria], informando de sua viagem para a capitania de Mato Grosso e a demora em virtude da espera de monção. Vila do Cuiabá, 10/12/1792. AHU, **Projeto Resgate-MT**. Caixa 030, doc. 1659.

45 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Ver especialmente o cap. 5: As estradas móveis.

recepção em engenhos e sítios da região dois dias antes de sua chegada, e “cerimônias no estilo do Porto” quando desembarcou em Cuiabá. Entre as pessoas que esperavam o novo juiz de fora estavam as mais importantes autoridades da vila: o mestre de campo (a patente militar mais alta possível aos habitantes das localidades, abaixo apenas da de capitão-general, destinada apenas aos governadores nomeados pelo rei) Antônio José Pinto de Figueiredo, o vigário da vara Manuel Bruno de Pina, o capitão João José Guimarães, entre outras pessoas. Quatro dias depois, ofereceram-lhe missa cantada solene e com sermão na matriz, acompanhado de *Te Deum*. Em 12 de fevereiro, passados quase três meses, ainda ocorreu bailes, danças públicas com máscaras e encenações de peças teatrais.⁴⁶ Não sabemos se essas manifestações festivas estendiam-se à chegada de todos os juizes de fora que chegavam à vila, ou se esse foi um caso particular. Nos anais da câmara do Cuiabá não encontramos referência a nenhuma outra manifestação festiva para a chegada de algum juiz de fora.

As festas para a recepção de autoridades eram consideradas “extraordinárias”, em contraposição às festas “ordinárias”, que seguiam um calendário baseado na religião. As despesas dessas festas extraordinárias ficavam a cargo das câmaras municipais, que escolhia alguns homens bons para organizá-las e arrecadar dinheiro para sua realização. As comemorações poderiam durar um mês e acarretavam na limpeza das ruas, procissões, apresentação de peças teatrais e comédias.⁴⁷

Em contrapartida, se tudo indica que os oficiais destinados a administrarem a justiça na capitania do Mato Grosso eram recebidos com festas, por vezes poderiam correr risco de vida ao momento de deixá-la. Como exemplo podemos narrar excertos do mandato de Antônio Rodrigues Gaioso, juiz de fora da Vila do Cuiabá entre os anos de 1781 e 1785. Após anos enfrentando fortes oposições por parte

46 ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá... Op. cit.*, p. 256-257.

47 SILVA, Gilian Evaristo França da. Festas. *In.*: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso, período colonial**. Cuiabá: Ed. Carlini Caniato, 2011, p. 132 *et seq.*

da maioria da elite local devido, parcialmente, à sua personalidade inflexível e confrontadora, Gaioso sofreu um atentado à sua vida no ano de 1784, no povoado dos Guimarães. O autor do atentado descobriu-se ser o taverneiro Pedro Marques Henriques, que decidiu pela tentativa de assassinato após ter sido preso sob a acusação de ter assassinado o escravo de um amigo. O resultado dos três tiros de “arcabuzes” foi uma fratura na perna, que faria o juiz de fora arrastar a perna esquerda até o fim de sua vida. Após o atentado foi oferecido uma recompensa pela captura de Pedro Marques Henriques.

Apesar disso, o taverneiro fugiu da capitania do Mato Grosso. Após sua fuga correram rumores de que ele estaria na capitania de Goiás a esperar pelo juiz de fora para que pudesse terminar o crime iniciado com o atentado.⁴⁸ Essa informação faz sentido, visto que, ao contrário de todos os outros juízes de fora pesquisados, Antônio Rodrigues Gaioso foi o único a se deslocar para a Vila do Cuiabá pelo caminho de terra que ligava Vila Boa de Goiás à Cuiabá, além de ser o único a desembarcar na Bahia, ao invés do Rio de Janeiro.⁴⁹ A estratégia do taverneiro seria, portanto, a de esperar que o oficial voltasse para a corte pelo mesmo caminho que veio, o que não aconteceu, pois Antônio Rodrigues Gaioso, após os rumores, dirigiu-se ao reino, em 1786, pelo caminho das monções.⁵⁰

As poucas vias existentes que ligavam a capitania do Mato Grosso ao restante da América Portuguesa (respectivamente as monções do norte, as monções do sul e o caminho de Goiás) eram utilizadas pela Coroa como uma espécie de controle para a entrada e saída de pessoas e do comércio e evitar o contrabando. Em decorrência disso, a limitação de possibilidades de locomoção foi utilizado pelo taverneiro interessado em concluir o assassinato que não foi

48 Carta do juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez à rainha, D. Maria, sobre a sindicância de seu antecessor Antônio Rodrigues Gaioso. Vila do Cuiaba, 10/05/1786. AHU, **Projeto Resgate-MT**. Caixa 025, doc. 1471.

49 LEVERGER, Augusto de. **Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso...** *Op. cit.*, p. 87.

50 SUZUKI, Yomiko Takamoto (org.). **Annaes do Senado da Câmara do Cuyabá: 1719/1830**. Cuiabá: Ed. Entrelinhas/ Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 130.

consumado na primeira tentativa.

Portanto, sendo a capitania do Mato Grosso um dos mais longínquos pontos do Império Ultramarino Português, procuramos reconstituir as trajetórias dos juízes de fora desde sua saída da Universidade de Coimbra até a chegada nas respectivas vilas de atuação. Incluímos também algumas informações acerca de reconstituição de locais de nascimento e as famílias de cada um deles, buscando relacionar com a proibição de laços de parentesco entre os oficiais e membros da elite das localidades em que deveriam atuar. Entre o ponto de partida e o de chegada, procuramos analisar também os caminhos por terra e por água percorridos pelos juízes de fora ao longo da segunda metade do século XVIII.

Referências bibliográficas:

ALBUEQUERQUE, Vanessa da Silva. Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII. In.: Encontro Regional de História Anpuh-RJ, 11., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Vanessa%20da%20Silva%20Albuquerque.doc>. Acesso em: 27/07/2010.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. As peripécias do magistrado: Juízes de fora e um cotidiano nada tranquilo entre Recife e Olinda. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9, n. 24, 2008.

AMARAL, Luís; MATOS, Lourenço Correia de. **Leitura de bacharéis: índice dos processos**. Lisboa: Guarda-mor, 2007.

ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e Método**. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; Gouvêa, Maria de Fátima (org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2010.

BOXER, Charles. **O Império Ultramarino Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no Antigo**

Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lousã: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

HESPAÑA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan.** Instituições e poder político, Portugal, séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Monções.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

LAPA, João Roberto Amaral. **Economia colonial.** São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

LEVERGER, Augusto de. **Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso.** Cuiabá: IHGMT, 2001.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal.** Paradoxo do iluminismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As comunidades e os concelhos. *In.*: HESPAÑA, Antonio. M; MATTOSO, José. **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807).** v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativo na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727 – 1808).** Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. **Revista Território e Fronteiras,** v. 1, 2000.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos.** A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SILVA, Gilian Evaristo França da. Festas. *In.*: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso, período colonial.** Cuiabá: ed. Carlini Caniato, 2011.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local, cidade e atividades econômicas.**

(Bahia, século XVIII). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SUBTIL, José. **Dicionário dos desembargadores (1640-1834).** Lisboa: EDIUAL, 2010.

SUZUKI, YomikoTakamoto (org.). **Annaes do Senado da Câmara do Cuyabá: 1719/1830.** Cuiabá: Ed. Entrelinhas/ Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

MOGI DAS CRUZES: DA FORMAÇÃO AO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

Jonas Rafael dos Santos¹

“Eu achei esta Capitania morta ressucitala hé mais difícil do que cria-la de novo. O criar está na responsabilidade de qQualquer homem. O Ressucitar foi milagre reservado para Cristo. Para criar o mundo bastou a Deus, hum fiat, para o restaurar depois de perdido, foi necessário humanar a sua Onipotencia, gastar trinta annos, e dar a vida”

(Do Morgado de Mateus ao Marques de Lavradio, 1772).

Santa Anna de Mogi das Cruzes,² no início do século XIX, compreendia o que hoje se denomina região do Alto Tiete e o município de Santa Izabel na região do Vale do Paraíba.³ Trata-se de

1 Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004).

2 O povoamento colonial inicia-se em 1601, sendo elevada a Vila em 1611, tornando-se a décima sétima Vila criada no Brasil e a segunda no seu interior. Está localizada entre São Paulo e o Rio de Janeiro, distante apenas 50 Km de São Paulo. Segundo Aroldo de Azevedo, até o dobrar do século XVI, existiam quatorze vilas que, com exceção de São Paulo, foram criadas e instaladas ao longo do litoral brasileiro. No século XVII, apenas duas vilas foram criadas anteriormente à Santa Anna de Mogi Mirim: Angra dos Reis de Ilha Grande, atual Angra dos Reis, em 1660, e a vila Cairu na Bahia também em 1600. Então Mogi foi a 17ª vila criada em todo o Brasil por volta de 1611, encravada no sertão e juntamente com São Paulo de Piratininga, constituíram os únicos pontos avançados de povoamento e colonização do interior. Cf. AAZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial**: ensaios de geografia urbana retrospectiva. [s. l.]: [s. n.], 1956., p. 27

3 Normalmente a vila de Mogi das Cruzes é enquadrada como pertencente ao Vale do Paraíba, porém está localizada na região do Alto do Tietê. Compreende os atuais municípios de Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Itaquá, Mogi das Cruzes,

uma das primeiras vilas criadas no interior do Brasil, sendo anterior a sua fundação apenas São Paulo de Piratininga.

A ocupação e povoamento coloniais de Mogi vinculou-se a expansão para o sertão, realizada pelos bandeirantes que procuravam metais preciosos e índios que escravizados acompanhavam em outras bandeiras subseqüentes e trabalhavam na agricultura paulista, dependente desta mão-de-obra por seu caráter subsidiário no sistema colonial,⁴ o qual não permitia a aquisição de escravos africanos de custos muito elevados.

Mogi nasceu no caminho para o sertão, ligado à necessidade de obter mão-de-obra para tocar a lavoura dos paulistas na medida em que iam em direção ao sonho eldorado-as minas que só seriam descobertas no final do século XVII.

O projeto iniciado pelo governador Dom Francisco de Souza que “propunha articular os setores da indústria, da agricultura e da mineração, todos sustentados por mão-de-obra indígena”,⁵ resumia o panorama do povoamento e posteriormente o surgimento da Vila de Mogi das Cruzes.

Em 1603, Dom Francisco designou Gaspar Vaz,⁶ que segundo Sérgio Buarque de Holanda – foi juiz em São Paulo até 1601, quando desaparece da documentação –,⁷ para executar a abertura de

Poá, Salesópolis e Suzano, todos pertencentes a grande São Paulo. Esta região no início do século XIX correspondia ao termo da então Vila de Santa Anna das Cruzes de Mogi, que ao longo do século XIX e XX, foi se desmembrando da antiga Vila.

4 Cf. PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 37

5 MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59

6 Uma ampla discussão historiográfica aponta-o como sendo o primeiro povoador e fundador da Vila de Mogi em 1º de setembro de 1611. Dentre as obras estão: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do Sertão*. **Revista de História**, São Paulo, v. 28, n. 58, p. 69-111, 1964; GRINBERG, Isaac. **Gaspar Vaz Fundador de Mogi das Cruzes**. São Paulo: [s. n.], 1979; CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy: huma Villa de Serra acima**. São Paulo: Global/ Editora UMC, 1978.

7 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do Sertão... Op. cit.*, p. 69-111.

um caminho, ao longo do qual surgiria a vila de Mogi das Cruzes. Esteligeria São Paulo ao Rio de Janeiro, mais especificamente a Angra dos Reis, que acabara de ser fundada a fim de receber os quintos reais dos ouros que, no momento da descoberta, seriam escoados por esta estrada.

Segundo Campos & Silveira,

O povoamento de Mogi Mirim seria apenas ponto de passagem estratégica para se alcançar a região do Paraíba na direção do novo porto (Angra dos Reis), bem como a rota das minas de ouro, tão cobiçada pelo dito governados (Dom Francisco de Souza)...⁸

Neste processo de ocupação da vila de Mogi ligado à construção da estrada que ligaria São Paulo ao Rio de Janeiro, instalou-se uma economia baseada na agricultura de subsistência, mantida por um número reduzido de carijós, enquanto os brancos dormiam nas redes.⁹ Isto ocorreu porque na expansão para o sertão à procura dos índios –na qual se resumia a riqueza dos Paulistas desde o início da colonização até o descobrimento das minas – não foram registrados grandes resultados para os mogianos,¹⁰ apesar de se identificarem vários moradores como sendo bandeirantes.¹¹

Dessa forma, segundo Sérgio Buarque de Holanda, Mogi caracterizou-se por uma expansão truncada para o sertão, uma vez que a participação de bandeirantes mogianos na preação indígena ligada ao desbravamento de outras regiões, era esporádica.¹² Sendo assim, a Vila de Mogi encontrava-se, no final do século XVII – período do descobrimento de metais preciosos -, confinada ao isolamento

8 CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy...** *Op. cit.*, p. 8

9 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do Sertão...* *Op. cit.*, p. 69-111.

10 MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra...** *Op. cit.*, p. 59.

11 Sobre os bandeirantes mogianos que participaram das expedições para o sertão, ver: SILVEIRA, Horácio da CAMPOS, Jurandir F.; HOLME, Oscar. **O Povoamento de Boigy Mirim e a Formação da Vila de Santa Anna.** Trabalho elaborado para a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, set. 1980, p. 8.

12 Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do Sertão...* *Op. cit.*, p. 69-111

entre as Serras da Mantiqueira, Serra de Itapety, Serra do Mar, onde predominara povoamento escasso e uma agricultura baseada no cultivo de feijão branco, milho, pacovais, etc, mantida por um número reduzido de pessoas, não diferenciando do início do seu povoamento.¹³

No entanto, entre os anos de 1693 e 1695, em decorrência do descobrimento dos primeiros veios auríferos, pelos bandeirantes paulistas, Mogi tornara-se uma rota de entreposto comercial. Isto se deve ao fato de que, neste período, as vilas paulistas se tornaram abastecedoras das Minas Gerais, já que a única estrada de acesso era o antigo caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro. Este caminho como nos atesta Zamella,¹⁴ era um dos mais movimentados passavam viajantes, produtos do planalto e aqueles que chegavam através do porto de Santos.

Os caminhos paulistas de penetração nas Gerais, apesar de penosos, apesar de longos, eram caminhos cheios de vida, cheios de movimento, percorridos incessante por levadas de forasteiros que iam instalar-se nas minas, bem como por barulhenta tropas de mercadores que iam levar às Gerais tudo aquilo que suas populações reclamavam.¹⁵

Portanto, as vilas que ficavam ao longo do caminho, mesmo com a crise populacional e de gênero que se abatera na capitania, em decorrência da demanda que a febre do ouro impôs, presenciaram mudanças econômicas no início do século XVIII.

Diante deste panorama, a vila de Mogi das Cruzes usufruiu comercialmente de sua posição privilegiada, tornando-se entreposto comercial abastecedor de viajantes, por excelência. Além de ficar à beira de um caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro e às Minas Gerais, havia outro que partia de Santos e chegava a Mogi, bifurcando em direção a Goiás e Mato-Grosso. Com isto fornecia toda sorte de

13 Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy...** *Op. cit.*, p. 25.

14 Cf. ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990, p. 49-61.

15 *Ibidem*, p. 49-50.

mantimentos e também supria as demais necessidades dos viajantes.¹⁶

A importância das rotas comerciais no período da mineração para Mogi das Cruzes é evidenciada pelo número significativo de escravos negros que havia em meados do século XVIII. Estes no início do descobrimento dos primeiros veios auríferos quase não existiam, na localidade, devido ao caráter subsidiário da economia da Capitania e mais especificamente de Mogi diante do sistema colonial, que não permitia a aquisição de mão-de-obra negra de preço elevado. Porém, em 1768 estes compreendiam 749 indivíduos e correspondiam a 20% da população.¹⁷

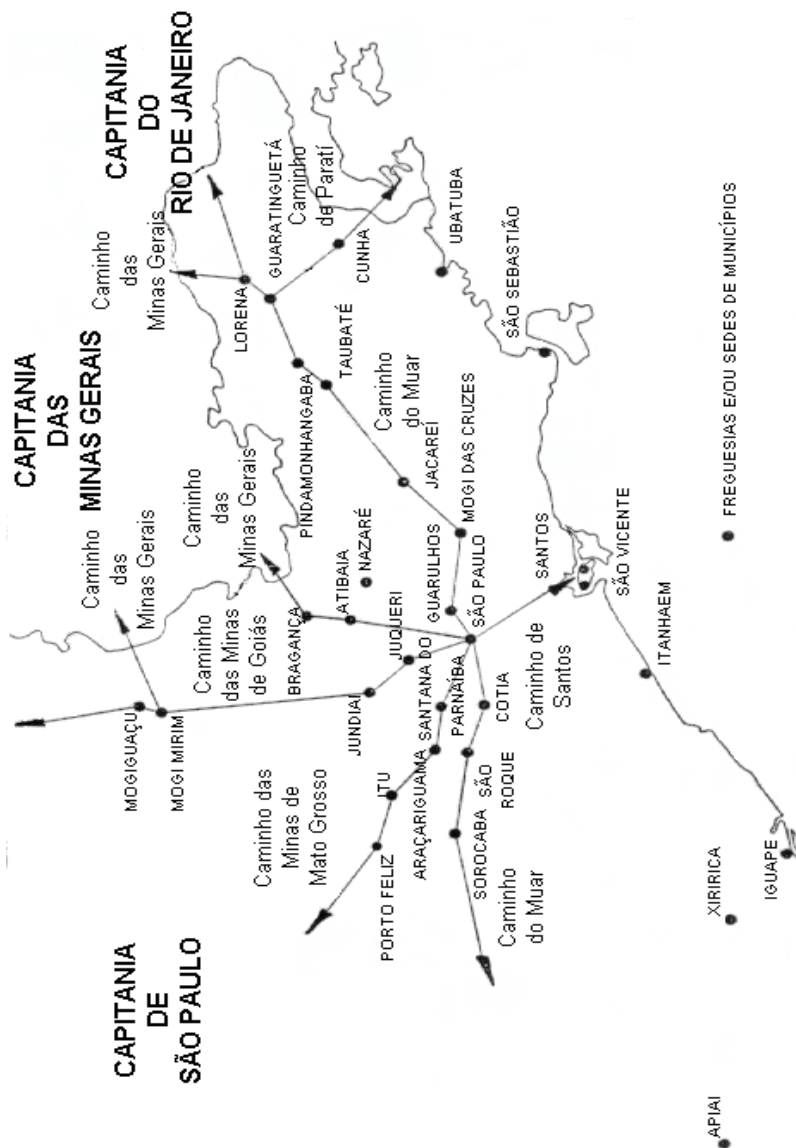
A importância destas estradas que transpunham a vila mogiana, iniciada com o descobrimento das minas passaria por diversas fases, chegando a ter ainda no final do século XVIII grande relevância para a economia da vila de Mogi. Em 1783, Manoel Cardoso de Abreu observava no seu “Divertimento Admirável” esse papel de exclusivos entrepostos abastecedores de viajantes, desempenhada pelas vilas planaltinas, dentro das quais se incluía Mogi.¹⁸

16 Cf. Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy...** *Op. cit.*, p. 29

17 A introdução de escravos negros ao longo desses anos comprova as idéias de alguns autores que afirmam ser a partir de final do século XVII que os escravos negros começaram a substituir os índios em São Paulo. Segundo Florestan Fernandez: “No trajeto percorrido entre os fins do século XVII e o terceiro quartel do século XVIII o negro não só adquirira uma posição no sistema econômico de São Paulo. Ele se tornara a própria fonte regular e exclusiva do trabalho escravo e da produção agrícola”. Cf. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1971, p. 31.

18 ABREU, M. C. Divertimento Admirável. **RIHGSP**, n.6, p. 86, 1900-1901.

MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO - 1765



Fonte: RANGEL, 1990, p. 44

Segundo Campos, a primeira fase compreende o início do descobrimento dos veios auríferos se encerrando posteriormente com a abertura do caminho Rio/Minas. A segunda fase é iniciada com a abertura de uma estrada que ligava o Sul às Minas na qual passava o gado muar. A terceira fase é caracterizada pela passagem de gado do Rio para Santos.¹⁹

Entretanto, apesar do dinamismo provocado pelo caráter de entroncamento de rotas comerciais, em meados do século XVIII, a Capitania de São Paulo e, mais especificamente, Mogi das Cruzes, continuavam pobres em relação às Minas Gerais. A vila de Mogi permanecia muito pequena e muito pobre, com um reduzido comércio integrado a uma agricultura rudimentar, basicamente abastecedor de viajantes ou da cidade de São Paulo e, esporadicamente, de centros mais distantes como as minas. A exportação de apenas 49 canadas e 13 barris de cachaça para a cidade de São Paulo em 1757 e a sua redução para 16 canadas em 1759, ilustra bem a economia de Mogi em meados do século XVIII.²⁰ Todavia, a petição dos moradores da Vila ao Rei D. José I em 1751, também é esclarecedora em relação ao aspecto econômico de Mogi no período;

pa. Q se digne conceder á prohibição dos fumos e sua feitoria em todas as minas, ficando esta mersse concedida a esta comarca da cidade de São Paulo, para q assim se possa conseguir o augmto. Q apeteçemos ...actendendo ser húa villa pobre e fundada em pte. Onde não há comercio algum para que possa ser augmentada e não ficassem os leais vassallos de V. Mage. Adestrictos a continuar na pobreza em q. habitão.²¹

Esta situação começou a ser invertida a partir do final do século XVIII, devido às políticas de soerguimento econômico presenciadas pela Capitania, que iniciam neste período, aliada a fatores internos e externos.

19 Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy...** *Op. cit.*, p. 28-33.

20 *Ibidem*, p.36.

21 *Ibidem*.

A Capitania de São Paulo apresentou no último quartel do século XVIII um crescimento econômico e populacional nunca antes presenciado. Isto ocorreu em função da restauração da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, em 1765,²² que se apresentou como marco para a história de São Paulo na medida em que os sucessivos governadores, a contar do Morgado de Mateus (1765-1775) implementaram medidas de soerguimento da vida econômica da Capitania. Estas medidas estiveram ligadas diretamente ao incentivo à agricultura, iniciado no governo de Morgado de Mateus,²³ que enviou editais a todas as câmaras das vilas, para o incremento do cultivo de produtos tipo exportação como a cana-de-açúcar e o algodão, bem como para os produtos de subsistência: mandioca, milho, feijão, arroz e anil.

O dinamismo da Capitania no final do século XVIII ocorreu principalmente devido à introdução do cultivo da cana-de-açúcar e ao preparo do açúcar e sua comercialização. A importância da atividade açucareira na Capitania de São Paulo, neste período, foi favorecida pelo contexto mundial, uma vez que os principais produtores de açúcar, como o Haiti, tiveram seu potencial exportador enfraquecido devido a uma crise interna. Sendo assim, a atividade açucareira possibilitou que a Capitania participasse, pela primeira vez, das rotas do comércio internacional desde o início da sua colonização.²⁴

22 Em 1748, devido à extensão territorial e por não despertar interesse da metrópole, São Paulo é anexado à Capitania do Rio de Janeiro. Acerca do processo de Reestruturação e o Governo Morgado de Mateus, ver: BELLOTO, Maria Heloísa Liberali. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial**: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

23 Acerca do projeto de reestruturação econômica da Capitania de São Paulo ver: BELLOTO, Maria Heloísa Liberali. *A economia na Política Militar e nos Critérios de Administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, número especial, p. 813-824, [s. d.].

24 A respeito da lavoura canvieira em São Paulo ver: ELLIS, Alfredo. *A economia paulista no final do século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1950; LISANTI FILHO, L. *Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o final do século XVIII e início do XIX (o exemplo de três localidades paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1962; PETRONE, Maria

Conseqüentemente, a Vila de Mogi, neste período, final do século XVIII, apresentou um desenvolvimento econômico e um crescimento populacional acima da média da própria Capitania. Todavia, não foi devido ao cultivo da cana-de-açúcar e nem mesmo da produção do açúcar, como ocorreu no quadrilátero açucareiro (Sorocaba, Piracicaba, Mogi Mirim e Mogi Guaçu).²⁵ Em função do clima e da qualidade de solo, desenvolveu o cultivo do algodão como seu principal produto de exportação, paralelamente a produtos de subsistência (milho, feijão, farinha e arroz). Contudo, o cultivo do algodão caracterizou-se por ser uma lavoura implantada em pequenas propriedades, denotando ser uma lavoura comercial de pobres sitiantes.²⁶

Ao lado do cultivo do algodão desenvolveu-se a sua manufatura.²⁷ Dessa forma, as últimas décadas do século XVIII seriam marcadas por profundas modificações na economia da vila mogiana, pois havia não só um produto agrícola de exportação, mas também uma atividade manufatureira, cujo produto igualmente era exportado.²⁸

Theresa S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1850)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979; QUEIROZ, Suely R. Reis de. Algumas notas sobre a lavoura de cana-de-açúcar em São Paulo no período colonial. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 21, p. 109-277, 1967.

25 Principal região produtora de açúcar da Capitania entre o final do século XVIII e início do XIX.

26 Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy:..** *Op. cit.*, p. 37. Alice p. Canabrava, ao estudar a lavoura algodoeira em São Paulo entre 1861 e 1875, no período da guerra de secessão americana, mostra que o cultivo do algodão em São Paulo era realizado por pequenos proprietários, uma vez que havia resistência dos fazendeiros de café em plantar algodão. Ressalta-se que em Mogi das Cruzes, entre o final do século XVIII e início do XIX, o cultivo do Algodão foi realizado pelos não escravistas e bem como por aqueles que detinham grandes plantéis de escravos (até 60 cativos). Cf. CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: [s. n.], 1951.

27 Morgado de Mateus paralelo ao incentivo do cultivo do algodão mandou “vir do Rio de janeiro Mestres de fabricar o dito algodão com seus Teares para estabelecer fabrica nesta terra (Mogi)”. Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy:..** *Op. cit.*, p. 37.

28 Segundo Vidal, “apesar de ser uma indústria de cunho doméstico, há relatos que situam em São Paulo, a posse de vários teares por homens abastados da capitania. Em 1779, o marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, em relato que entregou ao sucessor,

As manufaturas de algodão encontravam-se em um estágio avançado na Colônia que acabou por incomodar a metrópole a partir de meados do século XVIII, mais precisamente em 5 de janeiro de 1785, quando a Rainha D. Maria alegando que este tipo de atividade prejudicava a economia metropolitana e colonial, proibiu a manufatura do algodão²⁹.

Portanto, no limiar do século XVIII, 1798, a economia de Mogi que se reorientava desde o início do governo Morgado de Mateus, apresentava um relativo dinamismo. A economia baseava-se em uma agricultura modesta, que abastecia os mercados locais. Dentre os produtos de exportação, incluíam-se: o milho, o feijão, o arroz, o algodão, o pano de algodão, a farinha de pau e aguardente.

Tabela 1: Principais produtos de exportação de Mogi das Cruzes em 1798

Panos de Algodão	Aguardente	Algodão
200(peças)	726 (canadas)	1.000 (arrobas)
2.800\$000	1.030\$440	960\$000

Fonte: Listas Nominativas, AESP.

Nas exportações predominavam os panos de algodão, com um total de 200 peças, sendo a aguardente com total de 726 canadas, e logo depois o algodão, com um total de 1000 arrobas. Os principais locais em que eram escoados os produtos de exportação eram: o Rio

deu notícia de manufaturas autônomas e relativamente grandes, sobretudo em Minas Gerais e no Rio de Janeiro”. Cf. VIDAL, Diana Gonçalves. **Técnica e sociedade no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 49-50.

29 “Eu, a Rainha, faço saber aos que este alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de Fábricas. Manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura e da lavoura, e da exploração das Terras Mínerais daquele vasto continente; [...] excetuando tão-somente aqueles do ditos Teares e manufaturas, em que se tecem ou manufaturam Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfarar, e empacotar Fazendas, e para outros ministérios semelhantes todas as demais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus domínios do Brasil debaixo da pena de perdimento, em trespobre, do valor de cada uma das ditas manufaturas ou Teares, e das Fazendas, que nelas, ou neles houver, e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação deste”. Cf. GASMAN, Lydinéa. **Documentos Históricos Brasileiros**. Brasília: Mec Fename, 1976, p. 39-40.

de Janeiro, para onde eram vendidos os panos de algodão e São Paulo onde eram vendidos a aguardente e o algodão.

Por meio dos mapas de produção, anexados às listas nominativas é possível constatar, também, um fluxo de importação significativo, sendo as procedências dos produtos: Santos, onde era adquirido o sal; e o Rio de Janeiro de onde provinham os produtos finos do Reino como: vinhos, tecidos finos, aguardente e outros produtos. Este cenário reafirma o dinamismo da economia exposto acima, já que por meio do caráter ainda que modesto no campo exportador e importador possa-se afirmar uma intensificação da atividade agro-mercantil desta economia. Diante deste quadro, pode-se constatar que a Vila de Mogi, de um entreposto comercial exclusivo, abastecedor de viajantes durante o período da mineração, como atesta Campos,³⁰ acabou por se tornar, após o declínio da extração aurífera, abastecedora regular de localidades vizinhas. Isto ocorreu como já dito anteriormente em decorrência das medidas de soerguimento econômico iniciada no governo Morgado de Mateus (1765/1775), e continuada pelos seus sucessores.

Esta tendência à prosperidade que atravessou a vila no final do século XVIII continuou. No início do século XIX, não figuravam mais as peças de pano de algodão nos mapas de produção da Vila, porém todas as culturas desenvolvidas em Mogi das Cruzes apresentaram um crescimento na produção entre 1801 e 1818 - exceto o amendoim e a aguardente. A extinção das manufaturas do algodão das listas de produção da Vila, possivelmente ocorreu devido à restrição iniciada a partir do edital proibição de destas por D. Maria I em 1785.³¹

A produção de milho foi a que mais se elevou neste período;

30 Cf. CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogi...** *Op. cit.*, p. 36.

31 Saint Hilaire ao passar na Vila de Mogi em 1822 descreve que “com a fibra malvaceaalli se faziam cobertas bem finas e bonitas redes”. Ressalta-se que a produção manufatureira do algodão em Mogi não se resumia a produção de panos grossos que serviam para vestimenta dos escravos. Cf. SAINT HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 176.

de 18.154 alqueires em 1801 aumentou para 36.970 em 1818. A produção do feijão de 5.356 alqueires em 1801 passou para 6.782 em 1818. Por outro lado, as produções de arroz e de farinha que foram respectivamente de 1.244 e 229 alqueires, em 1801, passaram para 1.425 e 282 alqueires, em 1818. Em 1801, não foram registradas as produções de fumo, café e cana-de-açúcar, porém, em 1818, estas foram de 38, 155 e 80 arrobas. O amendoim e a aguardente foram os únicos produtos que apresentaram decréscimo em suas produções neste período; de 211 alqueires e 653 canadas, em 1801, reduziram-se para 144 arrobas e 559 canadas, em 1818. Os leitões e o gado vacum, que também não constavam na produção em 1801, representaram, respectivamente, 1.253 e 459, em 1818. O algodão, produto mais importante da Vila devido ao seu caráter exportador, teve acrescida a sua produção neste período: de 4.635 arrobas em 1801 ultrapassou 6.000 em 1818.

O algodão, mesmo diante do crescimento da produção dos outros produtos, continuava a ser uma das principais culturas ao lado da produção de aguardente e de uma policultura. O viajante e naturalista francês, Saint Hilaire,³² ao passar pela Vila em 1822, confirmou essas evidências retratadas nas listas nominativas, constatando que o algodão era exportado para fora da vila, sendo a principal atividade em que se ocupavam os habitantes na mesma. Contudo, este figurará como principal atividade produtiva da vila até meados dos anos vinte do século XIX, momento este em que o café, que se expandia pelo vale do Paraíba e o litoral Norte de São Paulo estabeleceu-se em Mogi e suplantou a lavoura de algodão, não chegando, porém, a se tornar uma lavoura de *plantation*, como ocorreu com várias localidades do Vale do Paraíba.

No segundo período (1818-1829), a produção do milho continuou a aumentar; de 36.970 alqueires em 1818 passou para 62.505 alqueires em 1829. O feijão teve, neste intervalo, a sua produção de 6.782 alqueires elevada para 8.103. A farinha teve sua produção reduzida de 282 alqueires em 1818, para 174 alqueires em 1829, ao contrário do período anterior. A presença de leitões e gado vacum

32 SAINT HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**... *Op. cit.*, p. 161.

decreceu respectivamente de 1253 e 459 em 1818, para 899 e 180 em 1829. A produção do fumo de 38 arrobas em 1818 reduziu-se para 35 em 1829. O amendoim, que juntamente com a aguardente presenciou um decréscimo na produção no primeiro período (1801-1818), no segundo (1818-1829) passou de 144 arrobas para 161. O arroz foi o produto de subsistência que apresentou o maior crescimento: de 1425 alqueires em 1818 chegou a 5.593 alqueires em 1829. A aguardente e o açúcar passaram, respectivamente, de 529 canadas e 80 arrobas em 1818, para 822 canadas e 90 arrobas em 1829. Por outro lado, a produção quase insignificante do café, que ficou em 255 arrobas em 1818, aproximou-se de 4.710 arrobas em 1829. Dessa forma, tornou-se o principal produto de exportação, já que o algodão, neste período, passou de uma produção 6.160 arrobas para 2.765 arrobas.

Apesar do crescimento significativo da produção do café, esta se encontrava bem abaixo das colheitas de outras localidades do vale do Paraíba e do Litoral Norte. Por exemplo, enquanto a produção de café de Mogi foi de 4454 em 1829, em Bananal, Areias, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Jacaré foi respectivamente: 45.572, 50.935, 11.345, 7.488, 6.286, 8.481 e 12.129 arrobas.³³

A partir desses dados observa-se que a introdução e desenvolvimento do café não correram de forma homogênea seja devido ao clima ou a qualidade do solo, no início do século XIX. Dessa forma, estes dois fatores podem explicar a pequena produção de café de Mogi em relação às outras localidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo.

O viajante francês Saint Hilaire, em 1822, alertava a respeito da inadequação do clima de Mogi para a cultura do café e da cana-de-açúcar. Segundo este viajante;

não se pode plantar nas immediações da cidade a canna e o café, porque extrema humidade torna as geadas frequentes.

33 MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio. **O visconde de Guaratinguetá:** um titular do café no vale do Paraíba. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 52.

Mas estas plantas dão muito bem na Serra do Tapety que é mais seca. A geada poupa menos os canaviais que aos cafezais, mas nenhum mal faz ao algodão porque não lhes ataca as raízes além de ocorrerem na época em que geralmente já está a colheita feita.³⁴

Emílio Zaluar, ao passar por Mogi das Cruzes, em 1860-1, verificou que, apesar do cultivo do café ainda ser o principal produto na lista de produção, a cultura do algodão devido à qualidade do solo de Mogi seria a possibilidade da mesma sair daquela decadência em que se encontrava.

A sua maior cultura é a do café, que nos dizem ter tido ultimamente algum desenvolvimento, [...]. Talvez que se os fazendeiros d'este município se dedicassem com mais actividade ao cultivo do algodão, para o que nos parece são os seus terrenos de excellente natureza, alcançassem resultados mais satisfactorios que na cultura do café, pois esse gênero tem hoje abertos quase todos os mercados do mundo, e está destinado a salvar por ventura um dia a lavoura tão decadente do paiz. A plantação do algodão é pois, a nosso ver, a tentativa mais effcaz que tem de lançar mão os lavradores do norte da província de S. Paulo, se bem comprehenderem seus interesses e quizerem restaurar os seus municípios da decadência que os ameaça.³⁵

A partir das observações positivas a respeito do clima e do solo para a produção do algodão, surge a pergunta: por que os agricultores mogianos diminuiram a sua produção entre 1818 e 1829 e aumentaram significativamente o cultivo do café? A resposta a esta pergunta encontra-se nos valores atingidos em 1818. Enquanto que a arroba do algodão valia 960 mil réis a do café equivalia a 1920 mil réis, mais que o dobro da do algodão, além do fato que a demanda pelo café aumentava e a do algodão diminuía devido à concorrência com o algodão norte-americano.

Ao analisar os valores das produções de Mogi das Cruzes,

34 SAINT HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**... *Op. cit.*, p. 176-177.

35 ZALUAR, Augusto-Emílio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 128-129.

percebe-se que estes acompanharam o crescimento da produção propriamente dita. Observa-se que o valor da produção que foi 12.869 em 1801 passou para 21.033, em 1818 e para 33.871 em 1829, apresentando um crescimento anual de 3,51 % ao longo de todo período. Ao acompanhar o crescimento anual nos dois períodos separadamente, verifica-se, porém uma diferença entre eles; no primeiro o crescimento anual foi de 2,93% e de 4,42% no segundo.

O valor da produção do milho não predominou apenas em 1801 quando o valor da produção do algodão o superou. Este fato ilustra a importância da produção dos bens de subsistência ao longo desses anos analisados.

Tabela 2: Distribuição do valor da produção de subsistência e exportação em Mogi das Cruzes (1801-1829)

Produtos	1801	1818	1829
Números Absolutos			
Subsistência	7.492	13.842	20.929
Exportação	5.377	7.191	12.942
Total	12.869	21.033	33.871
Porcentuais			
Subsistência	58,22	65,81	61,79
Exportação	41,78	34,19	38,21
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Listas Nominativas, AESP

Os produtos de subsistência, no seu conjunto, dominaram os valores das produções em todos os anos sob análise, porém, tiveram uma presença mais significativa em 1818. (Tabela 2) Isto ocorreu uma vez que o crescimento anual do valor da produção dos bens de exportação foi inferior (1,72%) ao dos bens de subsistência (3,67%), entre 1801 e 1818. Neste período, o aumento do valor da produção do algodão não acompanhou o ritmo do valor dos produtos de subsistência e o valor da produção de aguardente diminuiu. Todavia, houve uma redução na participação dos bens de subsistência no valor da produção, em 1829, devido a um crescimento anual de 5,48% no valor dos produção

dos produtos de exportação e de apenas 3,82% no valor da produção dos bens de subsistência, entre 1818 e 1829. Dessa forma, observa-se que não foi apenas em decorrência do crescimento significativo da produção do café, mas também em função da permanência do cultivo do algodão e do aumento da produção da aguardente. (Tabela 3)

Tabela 3: Crescimento geométrico anual dos valores dos produtos de subsistência e exportação de Mogi das Cruzes (1801-1829)

Produtos	1801-1818	1818-1829	1801-1829
Subsistência	3,67	3,82	3,73
Exportação	1,72	5,48	3,18
Total	2,93	4,07	3,51

Fonte: Listas Nominativas, AESP

Vários trabalhos têm demonstrado a importância da mão – de – obra escrava nas regiões com economias baseadas na agricultura mercantil de subsistência abastecedora de mercados locais. Em Mogi este quadro não é diferente. Os fogos com escravos representavam respectivamente apenas 22,8% em 1801, 24,9 em 1818 e 23,05 em 1829 na totalidade dos mesmos. Sendo que os escravistas que se dedicavam à agricultura compreendiam 84,12% em 1801, 76,6% em 1818 e 70,7% em 1829.

A partir desses dados verifica-se que apesar de ser reduzido o número de fogos com escravos em relação à totalidade dos mesmos, os que se dedicavam na produção de bens agrícolas eram responsáveis por mais de 50% de todos os bens produzidos nos anos selecionados (exceto o milho em 1818 e o algodão em 1829). Porém, em 1818 houve uma diminuição da participação de escravistas na produção de todos os bens em relação a 1801 (exceto a produção de farinha). Entre 1818 e 1829 continuou a redução da participação de escravistas na produção, sendo que houve um aumento dos mesmos na produção de aguardente, fumo, gado vacum e leitões. O que chama atenção é o fato que não houve a participação de não escravistas na produção de café tanto em 1818, já que na maioria das localidades em que se presenciou a introdução do cultivo do café, neste período, este sempre

foi produzido tanto pelos escravistas como pelos não escravistas. Em 1829, embora ocorresse um relativo aumento da participação este não foi muito representativo.

Correlatamente ao desenvolvimento econômico ocorrido nos últimos lustros do século XVIII e início do século XIX, houve um crescimento populacional, como já ressaltado, seja devido ao aumento da natalidade e diminuição da mortalidade advinda de uma melhoria da qualidade de vida, ou também do afluxo de gente de outras regiões como, por exemplo, os escravos negros que neste período incrementavam a população da Vila de Mogi das Cruzes.

Tabela 4: Distribuição dos fogos, da população livre e escrava em Mogi das Cruzes (1777-1829)

	1777	1801	1818	1829
Fogos	687	1381	1646	1969
Livres	3.887	5.250	7.564	8.624
Escravos	957	1.645	1.800	2.138
Total de habitantes	4.844	6.895	9.364	10.762

Fonte: Listas Nominativas, AESP

A vila de Mogi das Cruzes, no final do século XVIII e início do século XIX (1801-1818), apresentou um crescimento populacional acima da média da própria Capitania.³⁶ A população da Capitania, em 1778, era formada por 124.885 pessoas, em 1800, por 169.544, em 1818, por 221.634 e, em 1828 por 287.645. Já a população de Mogi das Cruzes era composta de 4.844 pessoas em 1777, 6.895 em 1801, 9.364 em 1818 e 10.762 em 1829. No primeiro período (1777/8-1800/1), o crescimento anual da população da Capitania e de Mogi das Cruzes foi respectivamente de 1,40% e 1,43%. No segundo (1800/1-1818) foi de 1,49% e de 1,81%, enquanto que no terceiro (1818-1829) foi de 2,64% e 2,03%. (Tabela 5)

O crescimento populacional foi acompanhado do aumento

36 MARCILIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. Tese (Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974, p. 123.

do número de fogos. Estes representavam 687 em 1777, 1381 em 1801, 1646 em 1818 e 1969 em 1829. No primeiro período o crescimento anual foi 2,95%, superior ao crescimento populacional da vila neste intervalo temporal. No segundo período, o crescimento anual dos fogos foi de 1,03% e 1,64% no terceiro período, sendo inferior, portanto, ao crescimento populacional da vila. Este crescimento dos fogos mais significativos no primeiro e terceiro períodos, possivelmente está relacionado ao movimento populacional característico da sociedade colonial,³⁷ já que nos dois períodos a economia de Mogi apresentava um certo dinamismo, atraindo dessa forma moradores de outras localidades. (Tabela 4)

Ao analisar a média de habitantes por fogo, verifica-se uma diminuição no primeiro período, pois a média de pessoas por fogo passa de 7,12 em 1777 para 5,02 em 1801. Portanto, no segundo (1801-1818) e terceiro (1818-1829) períodos há uma pequena variação. A média de habitantes por fogo de 5,02 em 1801 elevou-se para 5,68 em 1818, porém, reduziu novamente para 5,53 em 1829 (Tabela 5).

Tabela 5: Média da população segundo o total dos fogos em Mogi das Cruzes (1777-1829)

	1777	1801	1818	1829
Média de Habitantes no total de fogos	7,12	5,02	5,68	5,53
Média de livres no total de fogos	5,73	3,83	3,83	4,45
Média de escravos no total de fogos	1,39	1,19	1,19	1,08

Fonte: Listas Nominativas, AESP

A população livre no primeiro período (1777-1801) apresentou um crescimento inferior à população escrava. O primeiro grupo presenciou um crescimento anual de 1,20% e o segundo de 2,46%. Os livres e os escravos passaram, respectivamente, de 3.887 e 997, em 1777, para 5.250 e 1645, em 1801. No segundo período (1801-1818), o crescimento da população livre foi superior. As populações livre e escrava que correspondiam a 5.250 e 1645 em 1801, elevaram-

³⁷ A este respeito ver: FARIA, S. S. C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial** (Sudeste, século XVIII). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

se para 7.564 e 1800, em 1818. Dessa forma, enquanto que entre o segmento dos livres a taxa de crescimento anual foi de 2,17% entre o segmento dos escravos foi de 0,56% apenas. No terceiro período (1818-1829) inverteu novamente a ordem de crescimento entre os grupos. O grupo dos escravos obteve um crescimento de 1,73% anualmente e o dos livres apenas 1,20%. O grupo dos livres e dos escravos que compreendiam 7564 e 1800 pessoas em 1818, aumentaram para 8.624 e 2.138 em 1829. (Tabela 5)

O crescimento significativo de escravos no primeiro período está ligado a um dinamismo provocado, principalmente, pela introdução do cultivo e manufatura do algodão e ao aumento da produção de aguardente. Porém, no segundo período a reduzida taxa de crescimento vinculava-se à perda de dinamismo do cultivo do algodão em relação ao final do século XVIII, a diminuição da produção de aguardente, bem como à extinção das peças de panos de algodão das listas de produção. No terceiro período, retomou-se significativamente o número de escravos em função principalmente da introdução e cultivo do café.

Dessa forma, pode-se observar que a vila de Mogi, no período analisado, reforçou seu caráter de economia baseada na agricultura mercantil de subsistência, abastecedora de mercados locais, pois esta apresentou um dinamismo mais significativo nos momentos em que os produtos voltados para o mercado atingiam um crescimento nas listas de produção. Isto é possível perceber, principalmente, no segundo período (1801-1818). Neste, paralelo ao crescimento anual diminuto da população escrava de 0,56% houve um crescimento de 1,72% na produção de produtos voltados para exportação (algodão, aguardente, café), enquanto que este foi de 3,67% entre os produtos denominados de subsistência (milho, arroz, feijão, farinha, etc.) que apenas em pequenas quantias saíam da vila.

Paralelo ao crescimento populacional de Mogi das Cruzes observou-se uma baixa razão de masculinidade entre a população livre e a população escrava em relação aos dados disponíveis para Capitania de São Paulo. (Tabela 6)

Tabela 6: Distribuição de livres e escravos segundo a razão de masculinidade em Mogi das Cruzes (1801-1829)				
Razão de sexo	1777	1801	1818	1829
Livres	85,0	91,04	83,05	94,80
Cativos	98,96	85,32	102,83	112,52

Fonte: Listas Nominativas, AESP

A razão de masculinidade do segmento livre (exceto no ano de 1829) foi menor que a da Capitania.³⁸ As razões de masculinidade da população livre de Mogi das Cruzes e da Capitania foram de 91,04 e 93,25, em 1801/1798. No ano de 1818, as razões de masculinidade da população livre de Mogi e da Capitania foram respectivamente 83,05 e 88,89, e 94,80 e 91,55 em 1829. Marcílio, ao analisar a distribuição da população da Capitania segundo sexo e as faixas etárias verifica que as mulheres entre 10 e 49 anos sempre predominaram. Em Mogi das Cruzes estas evidências se repetem, (exceto na faixa de 10 a 19 de 1801 e 1829). (Tabela 6) Segundo Marcílio, este quadro é resultado da “sistemática omissão de elementos do sexo masculino em todos os recenseamentos, o que, como já dissemos, era ocasionado fundamentalmente pelo medo ao recrutamento forçado”³⁹ de homens para lutar nas fronteiras do Sul. Porém, a própria autora conclui que o número de homens livres era inferior ao de mulheres nos anos sob análise.

A razão de masculinidade da população escrava de Mogi divergiu significativamente em relação aos índices da Capitania. As razões de masculinidade da população escrava de Mogi e da Capitania foram 85,32 e 117,27, em 1801/1798. Apesar da razão de masculinidade da população escrava de Mogi elevar-se em 1818 para 102, este continuou inferior ao da Capitania que também, neste ano, aumentou para 144,57. Em 1829, a razão de masculinidade da população escrava de Mogi como da Capitania continuou a crescer, porém, em Mogi foi de 112,52 permanecendo dessa forma inferior a razão de 154,05 da

³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836...** *Op. cit.*, p. 135.

³⁹ *Ibidem*, p.144

Capitania. A baixa razão de masculinidade da população escrava de Mogi aponta para uma possível reprodução natural aliada a um fraco processo migratório. Esta evidência que será desenvolvida com mais propriedade no próximo capítulo é em certa medida reforçada pelo número significativo de escravos de até nove anos. Estes representavam 28,7% em 1777, 22,3% em 1801, 21,3% em 1818 e 19,1% em 1829.

A partir desses dados a respeito do crescimento da população de Mogi é possível perceber a peculiaridade desta localidade. Mogi está localizada na região denominada, outrora, arredores de São Paulo, que compreende segundo Marcílio⁴⁰: A capital de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana do Parnaíba, Bragança e Atibaia. Francisco Vidal Luna,⁴¹ ao analisar a dinâmica populacional de 25 localidades de São Paulo entre 1777 e 1829, mostrou que a região do arredor da Capital, ao contrário das regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, presenciou um reduzido crescimento no número de habitantes, no final do século XVIII e início do XIX, à medida que ocorria a interiorização do dinamismo da economia. Porém, Mogi, mesmo pertencente a esta região, apresentou um crescimento demográfico significativo neste período, isto é, no final do século XVIII e início do XIX. Esta situação explica-se, em parte, pela sua proximidade com o Vale do Paraíba paulista, que neste período constituía-se uma das regiões mais dinâmicas da Capitania.

Em relação ao dinamismo populacional de Mogi, chama atenção também o fato de que, apesar da antiguidade da Vila, a população, principalmente livre, continuou crescendo de maneira significativa, ao contrário de outras localidades do Vale do Paraíba como Guaratinguetá e Taubaté ressaltada por Renato Leite Marcondes⁴², que ao analisar a dinâmica populacional no vale do Paraíba, verificou que

40 Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836...** *Op. cit.*, p. 86.

41 LUNA, F.V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte cinco localidades (1777 – 1829). **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99 – 169, 1998.

42 Cf. MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX.** São Paulo: Stiliano, 1998, p. 62-64.

nas localidades mais antigas do Vale do Paraíba a ocupação do solo já havia sido completada no início do século XIX. Dessa forma, não atraía, como antes, novos habitantes como Bananal e Areias que acabavam de ser fundadas neste período. No entanto, a Vila de Mogi das Cruzes, apesar de serem uma das primeiras a serem fundadas na Capitania de São Paulo, apresentou um crescimento significativo da população livre superior à de Taubaté e Guaratinguetá. Portanto, a explicação do diminuto crescimento da população livre, baseada na antiguidade da vila utilizada por Marcondes não se aplica em Mogi das Cruzes.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaios de geografia urbana retrospectiva**. [s. l.]: [s. n.], 1956.

BELLOTO, Maria Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo de Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELLOTO, Maria Heloísa Liberalli. A economia na Política Militar e nos Critérios de Administração do Morgado de Mateus (1765-1775). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, número especial, p. 813-824, [s. d.].

CAMPOS, Jurandir F.; CARVALHO, Fernando. **Santa Anna das Cruzes de Mogy - huma Villa de Serra acima**. São Paulo: Global/ Editora UMC, 1978.

CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861 –1875)**. São Paulo: [s. n.], 1951.

ELLIS, Alfredo. A economia paulista no final do século XVIII: o ciclo do mear, o ciclo do açúcar. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1950.

GRINBERG, Isaac. **Gaspar Vaz Fundador de Mogi das Cruzes**. São Paulo: 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do Sertão. **Revista de História**, São Paulo, v. 28, n. 58, p. 69-111, 1964.

LISANTI FILHO, L. **Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o final do século XVIII e início do XIX (o exemplo de três localidades paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1962.

LUNA, F.V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte cinco localidades (1777 – 1829). **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99 – 169, 1998.

MARCILIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. Tese (Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. São Paulo: Stiliano, 1998.

MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio. **O visconde de Guaratinguetá: um titular do café no vale do Paraíba**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PETRONE, Maria Theresa S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1850)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. Algumas notas sobre a lavoura de cana-de-açúcar em São Paulo no período colonial. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 21, p. 109-277, 1967.

SILVEIRA, Horácio da CAMPOS, Jurandir F.; HOLME, Oscar. **OPovoamento de Boigy Mirim e a Formação da Vila de Santa Anna**. Trabalho elaborado para a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, set. 1980.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Técnica e sociedade no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

O INDELÉVEL CONFLITO ENTRE HOMEM E NATUREZA MARCANDO OS PANTANAIS

Ilsyane do Rocio Kmitta¹

O propósito do texto é refletir sobre alguns elementos delineadores do planalto e da planície pantaneira nas últimas décadas do século XIX até meados do século XX. Partimos do pressuposto de que quando analisamos a composição modeladora dos ecossistemas, e consequentemente da paisagem nos pantanais, observa-se que nas últimas décadas muito se tem falado sobre a progressiva exploração ambiental e da importância das intervenções tanto públicas quanto privadas, para a preservação e manutenção de nossos biomas.² Questão e/ou problemática que revela a necessidade de estudos cada vez mais específicos, voltados para sanar as lacunas e discrepâncias com as quais nos deparamos na historiografia e nas obras memorialistas, onde os aspectos constitutivos das paisagens geográficas e da beleza natural do Pantanal são apresentados associados à profusão das águas e a composição de um mosaico natural de baías e lagoas, marcado pelos longos períodos de estiagem que revelam os campos secos. Agregamos a tais fatores, o interesse de colocar em foco, pesquisas e estudos que apresentam a heterogeneidade do bioma Pantanal e de seus ecossistemas, que são específicos e característicos de cada um dos pantanais.³

1 Doutora em História pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS unidade Amambai, MS.

2 São eles: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, cada um com características distintas e específicas. O Pantanal por sua vez, recebe e sofre influência direta de três biomas, sendo eles: Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

3 Conforme apresentado por J. dos S. V. DA SILVA [*et. al.*], as Sub-regiões que compõem a área fisiográfica do Pantanal são Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Cf. SILVA, J. S. V. da; ABDON. M. de M.; SILVA. M. P., da; ROMERO. H. R. Levantamento do desmatamento no Pantanal Brasileiro até 1990/91. **Pesq. Agropecuária. Bras.**, Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, 1998.

Conhecer os traços e formas de sociabilidade dos grupos que habitam a planície pantaneira, a ligação desses grupos com a natureza e com as chamadas áreas de desenvolvimento e de que forma as mesmas estavam ligadas ao processo de expansão econômica propagado para o país, é uma questão relevante, se considerarmos que o surgimento de muitos povoados e, posteriormente de cidades no entorno dos pantanais, estavam estreitamente ligados aos discursos motivadores de desenvolvimento econômico e da ocupação do solo, especialmente aqueles que, segundo Lenharo,⁴ favoreciam a inserção e desenvolvimento de uma política marcada pela conquista territorial e do maior aproveitamento espacial do solo brasileiro, sobretudo daqueles espaços distantes dos chamados pólos de desenvolvimento nacional. Era necessário, portanto, uma integração desses espaços na construção do extenso território. A falta de acesso a esses locais longínquos se constituía um grande problema não apenas econômico como também geopolítico, tanto para a região como para o país. Portanto, a conquista territorial estava vinculada a instrumentalização política.

A possibilidade da ocupação de áreas como o Pantanal, cuja atividade principal consistia na pecuária, suscitava a organização e a adoção de mecanismos facilitadores da comunicação e do transporte, amenizando a transposição das longas distâncias, das constantes inundações, da precariedade no acesso as fazendas e de um considerável isolamento geográfico das demais regiões do país. Fixar núcleos urbanos, estruturar e estabelecer núcleos políticos eram ações que estavam ligadas ao processo de afirmação de um progresso econômico amplo para o Mato Grosso.

Nessa perspectiva de estudos, Fernando Borges apresenta um quadro de análise sobre a história econômica de Mato Grosso entre os anos de 1870 a 1930, cujo intuito é o entendimento dos fatores que condicionaram a economia para o período. Uma das reflexões propostas é no que tange ao desenvolvimento comparável com as demais regiões, no entanto, é preciso considerar as diferenças e as características distintas dessas economias que, de acordo com Borges,

4 Cf. LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

englobam as “condições de produção, relações de trabalho, meios de transporte, comércio e ação do governo local (provincial e estadual)”.⁵ O autor prossegue ponderando que estudos indicam que “a partir de 1914 o elemento dinâmico de Mato Grosso se situa na pecuária”.⁶ Indicando assim que os pantanais se configuravam como uma área de produção cuja atividade, no caso a pecuária, ganhava respaldo e recebia investimentos.

Ao elaborar uma análise no que tange aos principais produtos de exportação de Mato Grosso para o período de estudo, Borges aponta que essas podem ser classificadas em duas classes, sendo a dos “produtos extrativos” e a de “produtos da pecuária”, ressalta, no entanto, que não se pode desconsiderar o fato de que “nenhum produto propriamente agrícola tivesse sido importante na pauta de exportações” o que estava em questão em última instância, era “explorar certas “vantagens absolutas” do Mato Grosso por meio da extração de produtos nativos ou da utilização de vastíssimas pastagens naturais”.⁷ Tais estudos revelam os principais focos da economia na exploração de produtos como a ipecacuanha, erva-mate, borracha, e da pecuária (o gado em pé e o charque).

Acrescentamos nessa discussão, outros dados como a baixa densidade populacional e as análises apresentadas por Edgar Kuhlmann sobre a vegetação do Mato Grosso, descrevendo o Estado como sendo o segundo em área no Brasil, no entanto, ponderando que “como são poucas as diferenças geomorfológicas, em relação à extensa área, reduzidas são também as atividades econômicas”.⁸ Prosseguindo sua análise sobre o solo e o relevo, salienta que como tem o Estado a maior parte de sua extensão recoberta pelo cerrado,⁹ a consequência é uma

5 BORGES, F. T. M. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). 2 ed. São Paulo: Scortecci, 2001, p. 36.

6 *Ibidem*, p. 49.

7 *Ibidem*, p. 50.

8 KUHLMANN, E. A vegetação de Mato Grosso. Seus reflexos na economia do Estado. **Rev. Bras. de Geografia**, n.1, p. 77, 1954.

9 No que a extensão territorial do cerrado, sua área nuclear é de aproximadamente,

“maior porção de solos pobres”, os melhores solos são encontrados mais ao sul e sudeste do Mato Grosso. De acordo com Kuhlmann, a alta precipitação e a porosidade dos solos resultam na laterização,¹⁰ comum em climas tropicais, fatores que elevam a propensão a erosões e assoreamentos. Com base em tais observações, é possível analisar que muitos dos aspectos mencionados nas análises de Kuhlmann e Borges são voltados para as características geográficas, ressaltando as diferenças no que concerne ao aproveitamento dos espaços. Isso posto, reafirma a existência de vastas áreas não ocupadas, de uma grande extensão territorial como no caso dos pantanais, que se configuravam como uma ampla área cuja função era a pecuária, que atuaria como uma mola propulsora para a economia.

E, em sua grande maioria, o aproveitamento da planície pantaneira foi o resultado do incentivo, da incorporação e da ocupação cada vez mais acelerada de novas áreas para pastagens; do aproveitamento, melhoramento e inserção de novas espécies que favoreciam o aumento da produção e conseqüentemente, do rebanho. As modificações ambientais advindas estão associadas ao desenvolvimento da pecuária na planície pantaneira, e posteriormente, da agricultura no planalto,¹¹ alterando consideravelmente o bioma do

1.830.000 Km², ou seja, equivale cerca de 21% do território brasileiro, sendo que os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais concentram 73% desse total. É do cerrado que se extrai de maneira indiscriminada e depredatória a lenha que produz o carvão utilizado em grandes escalas por indústrias, como as siderúrgicas e de minerais, bem como para uso comercial e doméstico no setor alimentício. Além do carvão, extrai-se também madeira como sucupira e jacarandá largamente utilizados no setor madeireiro; somados aos altos índices de extração de espécies frutíferas como o pequi, corantes para uso das indústrias farmacêuticas e espécies taníferas utilizados nas indústrias do couro.

10 Solo vermelho das regiões tropicais, produto residual da meteorização de rochas preexistentes, que contém alto teor de óxidos de ferro e hidróxido de alumínio, podendo apresentar-se com aspecto terroso, poroso ou sob a forma de rochas densas e endurecidas; laterita, ferralito. Cf. HOUAIS S. A.; VILLAR M.de S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

11 Cf. KMITTA. I.R. **Descortinando os pantanais**: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.

Cerrado. No entanto, à medida que a extensão da planície inundável foi sendo “ocupada”, com uma pecuária mais intensiva, iniciou-se de forma gradual o processo de assoreamento e de erosão, mesmo em áreas cobertas por uma vegetação densa. Como o Pantanal se constitui em uma extensa planície sedimentar, situada em uma depressão do Planalto Central, resultante de depósito aluvional em função das grandes precipitações e das enchentes, conseqüentemente recebe toda a carga de sedimentos que percorrem os rios de sua cadeia hídrica.

A vegetação nos pantanais é submetida às inundações periódicas, não é uniforme, sofre variações e pode ser considerado um tipo de vegetação de transição, nas margens dos rios, é quase sempre irregular, estreita e muito devastada, em especial em áreas de pecuária. Estudos realizados entre os anos de 1986 e 1994 por pesquisadores da EMBRAPA Pantanal constataram que grande parte das espécies vegetais de Mato Grosso do Sul estava ameaçadas em decorrência da ampliação, da limpeza e de preparo dos campos para pastagens. Pertinente registrar que, na tentativa (quando há) de recomposição da vegetação afetada pelo pastoreio, ocorre à insistência da plantação de espécies alheias e exóticas ao ambiente, comprometendo ainda mais as áreas de vegetação natural.

Segundo Figueiredo,¹² nas décadas finais do século XIX, os conhecimentos que margeavam a criação e a manutenção do rebanho bovino, eram muito rudimentares e feitas em campos indivisos com pastagens brutas, cujo trabalho básico consistia em reunir o gado bravo, conduzir as vaquejadas, separar, castrar e marcar. Nos barreiros, o gado encontrava o sal necessário lambendo e comendo barro, bebendo água, em períodos de longas secas. Em contrapartida, o pisoteio compactava o solo intensivamente, dificultando a absorção da água. Consta nos registros, para esse período, a reorganização da fazenda Firme¹³ – próxima ao encontro dos rios Taquari e Negro –

12 Cf. FIGUEIREDO, A. **A propósito do boi**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994.

13 Joaquim Eugenio Gomes da Silva, alcunha de NHECO, nascido em São Luiz de Cáceres, filho do Barão de Vila Maria, figura como um dos pioneiros desbravadores da região dos pantanais, cuja saga se inicia com o retorno a Fazenda Manga e posterior a reconstrução da fazenda Firme em 1880, culminando com a Nhecolândia, sub-região

que logo passou a amearhar várias áreas ao seu entorno totalizando 23.574 km², formando a Nhecolândia,¹⁴ composta por parentes e pessoas do relacionamento e da confiança dos proprietários, os quais desenvolvendo laços de “boa vizinhança” consistiam em nada mais que o domínio da terra e da mão de obra empregada. Mesmo dispendo de pouco ou nenhum recurso financeiro, tinham a possibilidade de acercar-se de pequenos lotes perfazendo no conjunto uma grande área, que inicialmente serviu para constituir capital juntamente com os recursos advindos do próprio desbravamento. Registros apontam que para os anos iniciais do século XX, existiam apenas seis fazendas no Pantanal. Próximas ao rio Paraguai, havia a Barranco Branco e Firme; Descalvado próxima ao Jauru; São João próximo ao Cuiabá; Rio Negro próximo ao Taquari e Fazenda Rodrigo nas proximidades do Rio Miranda, conforme aponta Corrêa Filho.¹⁵

Ao escrever sobre as condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX, Queiroz salienta que, nos anos iniciais, a área do Mato Grosso pode ser compreendida em três grandes porções, sendo o norte pertencente à Amazônia; o sul pertencente à Bacia Platina e a porção central, repartida entre as bacias platina e amazônica.¹⁶ O sul do Mato Grosso estava dividido em duas formações principais: planalto e o baixo Paraguai, que compreende o Pantanal. Segundo o autor, a população do planalto, em sua maioria, era formada por sitiantes e posseiros, no entanto, no baixo Paraguai

do Pantanal que recebe esse nome em homenagem ao “pioneiro desbravador”.

14 A sub-região da Nhecolândia, compreendendo 19,5% da planície pantaneira, agrega áreas dos municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana e Corumbá. A Nhecolândia perfaz uma área de 600 léguas quadradas de campos naturais dos pantanais com limites ao norte pelo rio Taquari, ao sul pelo rio Negro, ao poente pelos rios Taquari e Paraguai e à nascente por uma linha imaginária ligando os rios Taquari e Negro, separativa dos municípios de Corumbá, Coxim e Rio Verde. Cf. SILVA, J. S. V. da; ABDON. M. de M.; SILVA. M. P., da; ROMERO. H. R. Levantamento do desmatamento no Pantanal Brasileiro até 1990/91... *Op. cit.*

15 Cf. CORRÊA FILHO, V. **Pantanais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

16 Cf. QUEIROZ, P.R.C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. **Fronteiras: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 113-136, 1997.

já despontavam centros populacionais como Miranda, Aquidauana, Nioaque e Corumbá.

Em meados dos anos de 1940, em 1947 mais especificamente, ocorre um processo mais intenso de colonização no Norte de Mato Grosso, no planalto, com a implantação de projetos oficiais e de empresas particulares e estrangeiras, gerando um promissor mercado de aquisição e exploração de terras agricultáveis e da extração de madeira, facilmente comercializadas. A comercialização de madeira vem associada à caça indiscriminada, a devastação, a queimadas, a implantação de fazendas e o aumento da população rural, que atuavam como fator relevante para a alteração e desequilíbrio ecológico no Pantanal.

A ocupação dos pantanais, nesse contexto, está estreitamente ligada ao processo histórico da ocupação de terras no Norte e Centro Oeste do Brasil, não diferindo muito de outras regiões do território nacional, onde as terras eram vistas como elemento essencial para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris, cujo intuito era alavancar a economia do país. No Mato Grosso, envolvia grandes concentrações latifundiárias e um monopólio defendido pelo Estado, responsável em propiciar condições e regularização dos processos de produção, abrangendo a venda de terras especialmente no período que compreende os anos de 1940 a 1970. Na assertiva de Lenharo:

Nos idos dos anos 1950, grupos políticos locais, de fora, grupos econômicos formaram uma ciranda de alianças empresariais e eleitorais, cujo jogo principal incidia no controle de distribuição de terras devolutas no Estado.¹⁷

E, até meados de 1940, muitas propriedades destinadas para a criação do rebanho bovino foram controladas por capitais estrangeiros, que agiam na forma de monopólios e de intensas concentrações latifundiárias, expõe Borges.¹⁸ Muitas dessas propriedades pertencentes

17 LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil... Op. cit.*, p. 53.

18 Borges cita as seguintes empresas: *Brazil Land Cattle and Packing* (763.508 hectares em Corumbá) e mais três propriedades em Mato Grosso; a empresa *The Brazilian Meat Company* (500.000 hectares em Aquidauana); *Fomento Argentino Sud-Americano* (726.077 hectares em Corumbá); Empresa Franco-Brasileira (duas

e adquiridas pelo capital estrangeiro intensificavam a concentração fundiária já existente e orientavam as políticas territoriais, reflete Queiroz.¹⁹

Os discursos produzidos nos anos de 1940-1960 seguiam e acenavam com otimismo, portavam simbolismos, defendiam e emolduravam o nacionalismo com cargas consideráveis de representações sobre um processo político-econômico moderno e inovador, atendendo os anseios de diversos grupos inseridos nesse círculo e que visavam uma expansão das fronteiras produtivas, de forma intensa no Norte e Centro-Oeste brasileiros, marcando assim, um espaço histórico e que com estratégias políticas, construíram através de discursos a expansão das fronteiras agrícolas.

Nesse cenário, o inexplorado território do Mato Grosso, que até os anos de 1950 não apresentava grandes e expressivas transformações, tem no processo de intensificação da venda de terras devolutas e nos contratos de exploração e colonização, resultados benfazejos para sua economia, fortalecendo também sua política na qual as dificuldades de comunicação e de transporte estimularam o improvisado de redes de comunicação, justificadas pela ambição postulada na produtividade do solo e no desenvolvimento econômico do estado. Na planície pantaneira, a fragmentação das grandes propriedades resultava, cada vez mais, no acesso a extensas e propícias áreas que se multiplicavam consideravelmente, tais quais os títulos de concessão conferidos ou circunscritos a um pequeno número de requerentes, na flagrante desproporção da área concedida. Assim, a ocupação dos espaços ociosos aparecia nos quadros políticos ancorados pelas posições políticas e ideológicas, que visavam à construção da segurança interna nas fronteiras pelas vias da colonização e da ocupação com

propriedades no Pantanal sul, uma em Miranda com 242.456 hectares e outra em Corumbá, com 172.352 hectares); *A Sud-Américaine Belge S/A* (177.060 hectares em Corumbá); a empresa *The Miranda Estância Company* (com 219.506 hectares controlou em Miranda) e a Sociedade Anônima Rio Branco (549.156 hectares em Corumbá 549.156). Cf. BORGES, F. T. M. **Do extrativismo à pecuária...** *Op. cit.*

19 Cf. QUEIROZ, P.R.C. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In.: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. (org.). **História, região e identidades.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

vistas ao desenvolvimento econômico e o fortalecimento da economia nacional.²⁰

A ‘regularização e venda’ dessas terras, originavam uma maior arrecadação de rendas para o Estado e estavam vinculadas a venda e legitimação de grandes áreas no Mato Grosso para implantação da agricultura, e no Pantanal para a criação do rebanho bovino. Sendo que nas décadas iniciais do século XX, a pecuária teve um papel relevante na formação das propriedades e fixação do homem nos pantanais. Pequenos vilarejos e cidades emergiam aqui e acolá acompanhando a expansão das fazendas e do rebanho bovino. As atividades na lida com o gado desenvolvidas nos pantanais, vão paulatinamente fixando o homem em caráter permanente na superfície inundável e concomitante a esse fato, a intensificação da pecuária favoreceu a introdução de espécies gramíneas – acrescentado-se os barreiros e lagoas salgadas - atuando como fator favorável para a pecuária, facilitando com isso, a manutenção do rebanho nas zonas de criação e intensificando o mercado produtor e exportador, gerando novos investimentos.

Atrelados a esse processo, estava a disputa pela hegemonia política, que sempre foi vista como salvaguarda de interesses econômicos, sendo que, no início e até meados do século XX, a política foi marcada por conflitos - no Norte e no Sul. Entre 1930-1947, a intervenção do Governo Federal frente à questão da ocupação das terras e na concentração de esforços para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, tanto no plano industrial quanto no agrícola e pastoril, promoveu uma reestruturação da economia, sem romper com as estruturas das grandes propriedades e sem muitas interferências na política. Muitas áreas se constituíam e permaneceram em domínios particulares. Constatamos que o Diário Oficial nos anos de 1964 e 1965, apresenta inúmeros editais de compra e venda de terras devolutas, de medição e retificação de limites, de remarcação de lotes, de aprovações de demarcações e de concessão de venda, realizados através da Delegacia Especial de Terras e Colonização.

²⁰ Como no caso das Colônias Agrícolas Nacionais implantadas no governo Vargas.

Nos estudos apresentados por Lenharo, no que se refere à ocupação e a especulação com a terra, o autor salienta que no caso de Mato Grosso nas décadas de 1930-1950, os cenários políticos que se apresentavam diferentes entre si, “preparavam lentamente a projeção dos conflitos”,²¹ devendo-se atentar particularmente para a década de 1950, considerada

época de livre exercício democrático e de atividades parlamentares, condições insuficientes, no entanto, para coibir abusos relativos a farta distribuição de terra pública e a subseqüente especulação do solo,²²

vistos como uma fonte segura de “acumulação para grandes capitalistas e empresas do centro sul, bem antes que o boom da penetração das multinacionais entrarem em evidência”.²³ Os conflitos marcavam o jogo partidário e eleitoral, que segundo o autor:

Se transformavam em um canal pelo qual tanto os grupos econômicos quanto políticos, convertiam em riqueza extensas áreas virgens que posteriormente, eram loteadas e geravam nova fonte de lucro.²⁴

No período que compreende os anos de 1940-1970, os novos deslocamentos e fluxos migratórios estabelecem diferentes formas de ocupação social e espacial no Centro-Oeste do Brasil. Estavam ligados aos programas de incentivo ao desenvolvimento e ocupação, apropriação de áreas e recursos naturais, com políticas orientadas para a obtenção de resultados cada vez mais promissores. O período Vargas - que se encerrou em 1954 - incorporou no discurso nacional, as regiões vistas como não desenvolvidas economicamente e que deveriam passar por um “processo civilizador” mais dinâmico. Com isso, muitos recursos oriundos de programas e fundos de fomento do Governo Federal, criados nesse período e posteriormente, a partir da década

21 Cf. LENHARO, A. A terra para quem nela trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, 1986.

22 *Ibidem*.

23 *Ibidem*.

24 *Ibidem*, p. 48.

de 1960, que visavam modernizar setores como da agropecuária e a agroindústria, são amplamente aplicados no Estado de Mato Grosso.²⁵ Investimentos destinados à limpeza dos campos, formação e melhoria das pastagens, aquisição de maquinários e equipamentos, construção de benfeitorias, propiciando um melhor retorno à produção. Acelerando o desenvolvimento, para obtenção de maior proveito do potencial econômico em áreas específicas do Centro-Oeste, incorporando cada vez mais, novas áreas no processo de produção.

Na assertiva de Bernardes:

Com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, a produção do espaço se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando os da esfera estatal, de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase, o governo colocou em prática a política de ocupação de espaços “vazios”, concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação.²⁶

Após o golpe de 1964 e com a ampliação do papel do Estado na organização, exploração e ocupação de territórios, vários programas foram criados e efetivados - POLONORDESTE; POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO; POLONOROESTE; PIN; PROTERRA - que em sua maioria, estavam vinculados às Agências de Desenvolvimento Regional como SUDENE, SUDESUL, SUCAM e SUDECO.

O destaque nesse caso, recai sobre o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO, instituído pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, que fornecia crédito rural subsidiado ao setor privado e tinha por objetivo a promoção, o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste do Brasil. Para tanto, foram escolhidas 12 regiões com

25 Ressaltando que a divisão do Estado corre somente em 1977.

26 BERNARDES, J. Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. *Revista NERA*, ano 10, n. 10, p. 3, 2007.

potencial agrícola, dentre elas, o Mato Grosso. Através do programa, obtinham-se assistência técnica, pesquisa, crédito, financiamentos, ampliação da infraestrutura, apoio ao transporte, armazenamento, energia com crédito oferecido com vantagens e condições que atendiam aqueles dispostos a cumprirem suas exigências e seus objetivos, para prosseguirem na expansão e na abertura de novas áreas para produção, acelerando os investimentos com taxas especiais para áreas em fase de crescimento, tanto da área cultivada quanto da produtividade, com ênfase para a produção de grãos. O programa teve um importante papel na expansão da capacidade de armazenamento, sendo que em Minas Gerais, incorporou-se 177 mil toneladas; em Mato Grosso o total de 86,4 mil; Mato Grosso do Sul foram 114,2 mil toneladas, cujos recursos foram repassados a fundo perdido para a Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM e suas congêneres estaduais: a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG; para a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso – CADEMAT; para a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás – CASEGO e para a Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul – AGROSUL. A meta do POLOCENTRO era a de integrar no período de 1975-1980, o total de 3,7 milhões de ha do cerrado com lavoura, pecuária e reflorestamento.²⁷

O desenvolvimento das pesquisas ficou a cargo da EMBRAPA e congêneres. Em Goiás pela EMGOPA; em Mato Grosso pela EMPA-MT; em Mato Grosso do Sul pela EMBAER-MS e em Minas Gerais pela EP AWG. O destaque das pesquisas recaía sobre a soja para exportação, e em segundo plano, para as culturas como arroz, milho e feijão com foco no mercado interno. Associado a esses fatores, a introdução de máquinas e insumos como adubos químicos e agroquímicos como pesticidas e herbicidas, exigiu uma soma considerável de recursos financeiros, fato que restringiu seu uso apenas pelos agricultores capitalizados. Em contrapartida com uma taxa de juro inferior à do mercado, o crédito rural subsidiado amparou

27 Cf. FERREIRA, Ricardo José Fonseca. A atuação do POLOCENTRO e o desenvolvimento Regional. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 15, n. 5-6, 1985.

a mecanização da agricultura com prazos de amortização de 12 anos com período de carência de aproximadamente 6 anos. A condição exigida do agricultor para a liberação dos recursos, era a escritura de posse da terra.²⁸

Com base nas leituras de Santos e Ianni,²⁹ Desconsi,³⁰ analisa os processos de migração e ocupação das áreas de fronteira, e aponta que foi nas décadas de 1970 e 1980 que predominaram de forma mais intensa os “projetos de colonização conduzidos pelas empresas privadas que vão estruturar os fluxos inicialmente entre os Estados do Sul, depois centro Oeste e Norte do país”.³¹ Ainda de acordo com o autor, em sua grande maioria, tais projetos atuavam na construção de um novo ordenamento fundiário e no estabelecimento e reordenação das populações existentes, como no caso do Mato Grosso. Tais projetos de ocupação funcionavam como mecanismos acionadores, que reforçavam o ideário da “construção do progresso do país desenvolvendo as potencialidades agrícolas sob as bases da modernização”.³²

No cenário exposto, constituem-se outras territorialidades e gradualmente novas fronteiras são delineadas, sejam elas, econômicas, tecnológicas, políticas ou demográficas. E tal qual pondera Bernardes:

Na história da fronteira deve-se levar em conta não apenas o movimento de continuidade, mas as discontinuidades é preciso perceber as quebras, as rupturas, é importante averiguar o que num determinado momento fez mudar o rumo, instituindo uma nova fronteira. Em cada época a regularidade precisa ser explicada e o peso das heranças,

28 Cf. FERREIRA, Ricardo José Fonseca. A atuação do POLOCENTRO e o desenvolvimento Regional... *Op. cit.*

29 Cf. IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

30 DECONSI, C. Seleção social nos projetos de colonização privados- entre a necessidade e dispensabilidade de migrantes. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3 n. 2, 2010.

31 *Ibidem*, p. 229.

32 *Ibidem*, p. 241.

como também o da novidade, que é a essência da história.³³

É nesse torvelinho de mudanças, que em agosto de 1965, o Diário Oficial apresenta o relatório anual da Companhia Agrícola de Mato Grosso, datado de 30 de dezembro de 1964. A CAMAT foi criada pela Lei n. 1.750 de 9 de novembro de 1962, sendo que somente em setembro de 1963 iniciou suas funções.³⁴ A apresentação do relatório ao Conselho de Administração estava de acordo com o Estatuto e com os procedimentos da Diretoria. O relator ressalta que não estava elaborando o relatório por obrigação, mas com satisfação pela oportunidade de apresentar e expor não apenas a prestação de contas, mas também os muitos feitos da referida Companhia para com o progresso do Mato Grosso, bem como externar os planos e desejos futuros para o desenvolvimento de suas atividades.

Em conformidade com o relatório, aos olhares empreendedores, o Estado desfrutava de um “surto violento de progresso e contemplava atônito a penetração diária de seus habitantes em suas terras até então virgens e inexploradas”, conquistando com avidez a exploração de suas reservas. Conquista o homem aquilo que se apresenta como grandes e magníficas reservas de riquezas para um futuro distante, pelo menos era o que cabia no papel. Ao mesmo tempo em que enaltece o avanço no processo de desenvolvimento, incentivando a abertura de novas áreas para o cultivo e pecuária, a inserção de novas tecnologias para melhoria e aumento da produção “atrai o braço e o capital de outros Estados” em todas as “zonas e nas várias direções”, chama a atenção para a necessidade que “diversas medidas sejam tomadas com precisão e urgência”, por necessidade do cuidado no avanço de algumas áreas, salientando que era preciso o “aproveitamento racional das nossas terras e da proteção de nossas

33 BERNARDES, J. Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro... *Op. cit.*, p. 3.

34 O Estatuto da Terra datado de 30 de novembro de 1964 da Lei n. 4.504 estabeleceu a base legal da política de ocupação das áreas de fronteira e definiu colonização como “toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas”. Cf. IANNI *apud* DECONSI, C. Seleção social nos projetos de colonização privados... *Op. cit.*

matas” com o cuidado de não deixar um rastro de destruição ambiental, um “espetáculo degradante”, como verificado em outros Estados, cujas “reservas florestais foram destruídas prejudicando as fontes d’água e aniquilando sua fauna e sua flora”.

Emergia a necessidade de formular e orientar planos e soluções para que fosse oferecida ao Estado uma estrutura agrária condizente com o desenvolvimento, afim de atender as necessidades mínimas dentro de sua capacidade de realização. Foi com vistas em tais problemas, segundo o relator, que o governo do Estado entregou para a CAMAT a responsabilidade da execução de políticas agrárias, como forma de confiança na capacidade das empresas privadas que representavam a força viva da nação. Fato esse, unia o poder do Estado à maleabilidade e independência das firmas particulares. O relator apresentava assim, um discurso falacioso que envolvia a honradez e o reconhecimento de tamanha responsabilidade transferida pelo Estado para a companhia.

As justificativas apresentadas para a inserção de técnicas e investimentos no setor agrícola baseavam-se no fato de que o governo criou a referida cooperativa “libertando assim das peias burocráticas esse importante setor da economia estadual”, entregando-a para organização e a responsabilidade pela execução de uma política agrícola. Nesse contexto, todas as ações e modificações operadas estavam vinculadas a uma política expansionista e de desenvolvimento financiadas pelo Estado de Mato Grosso.

Partindo desse princípio, a sugestão era levar ao governador programas de trabalho em que figuravam diretrizes para a melhoria das pastagens, seleção dos rebanhos, técnicas e aprimoramento de culturas e, sobretudo, a valorização do homem do campo. Sugeriu o zoneamento de áreas cultiváveis para a orientação de culturas, possibilitando um melhor aproveitamento da terra e favorecendo uma “policultura”, o levantamento do potencial hídrico e das reservas florestais a fim de que o desmatamento se processasse sem prejuízo das fontes e fossem mantidas reservas florestais necessárias para a preservação da fauna e da flora. E ainda, que fossem difundidos pelo Estado, os campos

experimentais para a seleção e aclimação de sementes e mudas, para fornecimento a preço módico para o agricultor e a criação de zonas pastoris.

Parte desse processo desenvolvimentista incluía a introdução de novos mecanismos propulsores da economia em âmbito estadual, diante de um cenário econômico nacional exigente e em constantes transformações. Coube ao Estado à aquisição de equipamentos e maquinários que foram transferidos pelo governador e entregues para a CAMAT, em conformidade com a Lei n. 550. Assim, o Estado transferiu para a companhia, todo acervo e bens de órgãos ligados ao fomento da agricultura no Estado, que é descrito como um valioso patrimônio que possibilitou a cooperativa solicitar financiamentos junto ao Banco do Brasil, a construção de um edifício sede em Campo Grande e sucursal em Cuiabá, e pleitear mais áreas junto ao Estado, a bancada Federal e ao Ministério da Agricultura. De acordo com o relatório, o papel da cooperativa consistia na prestação de serviços junto aos pequenos agricultores e proprietários de terras. Os trabalhos realizados são descritos como nada excepcionais, mas portadores do intuito de levar para aqui ou acolá o progresso e

sulcando as terras férteis do nosso Estado um trator da CAMAT. E, em breve, será as dezenas e depois de centenas a fazerem brotar do nosso solo generoso o alimento para nosso sustento.³⁵

As melhorias propostas pela cooperativa estavam atreladas aos recursos vindos do Estado para que fossem empregados na formação de pastagens, instalação de postos de inseminação, incentivo e industrialização da produção leiteira, um total aproveitamento das riquezas vegetais, estudo e uso corretivo de adubo no solo, montagem de fábrica de insumos agrícolas, ração e complementos alimentares que auxiliassem na criação de animais de pequeno porte, incentivo a pesca, implantação de escolas agrícolas para os filhos dos trabalhadores do campo, verbas para investimentos em tecnologias e maquinários,

35 Extraído do Diário Oficial que apresenta o relatório anual da Companhia Agrícola de Mato Grosso - CAMAT, datado de 30 de dezembro de 1964. Acervo do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

controle de estoque e reserva de produtos para o consumo evitando os atravessadores, nada foi efetivado.

No decorrer do relatório, percebe-se que a companhia chama para si o desenvolvimento propagado pelo governo do Estado de Mato Grosso e todo o mérito de tão generoso trabalho, de acordo com relator e diretor executivo Isidoro Casal Caminha, devia ser atribuído à cooperativa, e os agradecimentos remetidos aos setores governamentais que possibilitaram tais empreendimentos. Procedendo desse modo, o discurso de progresso propagado pela CAMAT, buscava recursos no governo e oferecia em contrapartida um afago generoso ao projeto desenvolvimentista do Estado. Para que ambos os interesses fossem atendidos, de acordo com o relatório, bastava apenas o governo e seus órgãos prosseguirem na orientação e valorização do homem do campo, aumentando através de técnicas, o “aprimoramento de sua capacidade produtiva, facultando-lhe os meios necessários para uma vida decente”. Dessa forma, de acordo com o relator, era possível afirmar que

jamais germinará em nosso polo generoso, a semente da discórdia, nem florescerá a inveja e a cobiça, nem jamais frutificarão ideologias exóticas e estranhas aos nossos princípios cristãos e democráticos.³⁶

A preocupação e a necessidade de uma maior inserção no mercado exportador fizeram com que o Mato Grosso despontasse como um “promissor celeiro de grãos” e todos os investimentos foram direcionados para a melhoria da produção. No entanto, no interior não apenas do planalto como também da planície, os pantanais figuravam como uma área de dispersão pouco aproveitada. Era preciso, portanto, inserir esse espaço no contexto produtivo do Estado.

Em conformidade com Bernardes:

Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, desenvolvendo ações

³⁶ Extraído do Diário Oficial que apresenta o relatório anual da Companhia Agrícola de Mato Grosso - CAMAT, datado de 30 de dezembro de 1964. Acervo do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

diretas para a ocupação do território, a exemplo da abertura das grandes vias. A terra barata facilitou os investimentos, os incentivos da SUDAM e as linhas especiais de crédito atraíram os investidores, principalmente do sul do Brasil. A implementação das novas políticas governamentais no cerrado só foi possível a partir do desmonte de um Estado que atuava com parâmetros nacionais, sendo necessário também remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens comparativas.³⁷

Ainda para a autora,

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis [...]. Assim, as práticas econômicas, um aspecto particular das práticas sociais, modificam o espaço físico na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais.³⁸

A pecuária já havia apresentado resultados satisfatórios, no entanto, era preciso novos investimentos que colocassem a vasta extensão territorial que compreendia o Pantanal em evidência nacional.

Na análise de Salsa Corrêa,³⁹ nos pantanais, em função de seu ambiente típico modelado por um complexo regime de cheias e vazantes, surgiria um modelo de economia peculiar, onde a atividade da criação de bovinos seria um fator viabilizador do desenvolvimento e do uso do solo pantaneiro. As dificuldades apresentadas eram as constantes enchentes que geravam perdas no rebanho e inviabilizavam o transporte, e queimadas resultantes dos longos processos de estiagem. Cenário esse que veio compor os folders das agências de turismo,

37 BERNARDES, J. Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro... *Op. cit.*, p. 3.

38 *Ibidem*, p. 6.

39 CORRÊA, L. S. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1990.

fomentando uma nova atividade – o turismo.

O jornal *Diário de Corumbá*, datado de 30 de dezembro de 1977, em sua primeira página, estampa a seguinte reportagem: *A hora e a vez do Pantanal* o teor da mesma, era que o Governo Federal se preparava para entregar o plano de manejo para o Pantanal – do Norte - considerando que a divisão do Estado se deu em outubro de 1977. Entre as abrangências propostas, estava o aproveitamento turístico; a exploração e exportação de recursos naturais renováveis e campanha educativa em defesa da flora e da fauna ameaçadas de extinção.

O discurso de cunho preservacionista estava visível, no entanto, as entrelinhas continham a real função do plano de manejo, que consistia em fazer um levantamento do potencial econômico da região dos pantanais. Com a inserção de novos elementos na constituição dos pantanais, a partir da década de 1980, o mesmo passa a figurar no cenário nacional, seja pelas suas belezas naturais, seja pela agressão aos seus ecossistemas, com a excessiva exploração dos recursos naturais.

Embora as denúncias estivessem vinculadas em caráter emocional, contribuía para a formação de uma conscientização, que passava a integrar política e socialmente a constituição da História, no que tange a preservação e o uso racional dos recursos naturais em biomas com características singulares, como é o caso do Pantanal. Erigiu-se uma nova representação para a planície inundável, que passou a ser comercializada como um cenário natural de paisagens oníricas, englobando um conjunto de valores tanto naturais quanto humanos. Gradualmente, o homem vai estabelecendo a sua marca nas paisagens, não apenas a partir do olhar, mas do uso de técnicas e objetos que facilitem a utilização e domínio dos espaços, com base em suas atitudes e necessidades, trazendo parte dos elementos tidos como naturais para ambientes mais seguros.

Muitas pesquisas realizadas pela Embrapa atentavam para os danos provocados pelos desmatamentos, erosão, garimpo, caça e pesca e muitos outros danos oriundos das ações das agroindústrias situadas nas bordas do Pantanal, resultando num processo antrópico acelerado de consequências estimadas em médio e longo prazo. A enorme erosão

no Planalto e o assoreamento dos rios, não deixavam dúvidas de que a sedimentação se constituía em um problema sério. No entanto, o rio é também um sistema natural e assim como os processos antrópicos, os processos naturais também estão em andamento: é natural que o rio se mova e extrapole o seu próprio leito formando um novo, abrindo novos cursos. Também deve ser considerada a possibilidade de que o clima está em constantes mudanças, causando precipitações em maior ou menor intensidade. Um fato importante que devemos considerar é que o nível das águas do rio Paraguai aumentou formando uma zona de 100 km de largura em ambos os lados, provocando uma influência marcante no baixo curso de rios, como o Taquari.

Relevante ressaltar que os contatos iniciais entre o homem e a natureza foram se ajustando no decorrer do processo histórico temporal, de acordo com os interesses e que atuam como portadores das modificações e posteriormente dos danos advindos. Não se pode esquecer que o Pantanal que vemos, é o resultado da ação humana sobre esse espaço ao longo dos séculos, destarte hoje não é de todo natural em função da introdução voluntária e/ou involuntária de elementos e espécies alheias ao ambiente. Assim, a implantação das atividades econômicas de forma mais intensiva como a pecuária e o turismo, integram essa categoria de ações transformadoras que provocam consequências como a erosão e o assoreamento, a alteração dos ambientes de reprodução, o espraiamento das águas e alterações ecológicas afetando os ecossistemas. Alterações essas diretamente ligadas aos impactos ambientais aos quais o Pantanal foi e está exposto.

Para concluir, analisamos que no decorrer de todo processo histórico de ocupação dos pantanais, a natureza impôs limites e suscitou do homem, a elaboração de estratégias que permitissem sua permanência e sobrevivência na planície inundável, considerando que todas as relações estabelecidas pelo homem com a natureza estão vinculadas com o aproveitamento e utilização dos espaços e com a mobilidade, sendo que ambas dependem das técnicas empregadas. Em conformidade com Leite (2005),⁴⁰ quando falamos e/ou estudamos os

40 LEITE, E. F. Anotações sobre cultura e natureza nos Pantanais. **Revista Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2005.

pantanaís, quando falamos e/ou defendemos a sua preservação, isso implica necessariamente no conhecimento da região “não apenas do ponto de vista ambiental, mas também humano”. O referido autor ousa afirmar, mesmo que de maneira insegura que “conhecemos muito mais o Pantanal paradisíaco do que aquele por mim nominado de o ‘Pantanal Pantaneiro’”.⁴¹

Se por um lado podemos afirmar que as relações com o meio ambiente são estreitas, por outro lado afirmamos que o homem que habita os pantanaís, ou seja, o pantaneiro possui uma estreita afinidade com esse espaço. Dessa forma, é possível concluir que essas relações se desdobram em identidade de tal maneira que a modificação desse espaço implica na destruição de parcelas de sua identificação.

Referências bibliográficas:

BERNARDES, J. Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. **Revista NERA**, ano 10, n. 10, 2007.

BORGES, F. T. M. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). 2 ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

CORRÊA FILHO, V. **Pantanaís Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

CORRÊA, L. S. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1990.

DECONSI, C. Seleção social nos projetos de colonização privados- entre a necessidade e dispensabilidade de migrantes. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3 n. 2, 2010.

KMITTA, I.R. **Descortinando os pantanaís**: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.

41 LEITE, E. F. Anotações sobre cultura e natureza nos Pantanaís... *Op. cit.*, p. 176.

KUHLMANN, E. A vegetação de Mato Grosso. Seus reflexos na economia do Estado. **Rev. Bras. de Geografia**, n.1, p. 77, 1954.

LEITE, E. F. Anotações sobre cultura e natureza nos Pantanaís. **Revista Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2005.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

QUEIROZ, P.R.C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. **Fronteiras: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 113-136, 1997.

SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: 1970 A 2003¹

Viviane ScalonFachin²

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues³

É a partir de meados do século XX que os primeiros indícios de que a questão fundiária brasileira passaria a ser tratada pelos governantes como uma problemática inerente ao modelo de estrutura agrária e não mais como uma política meramente agrícola, porque os encaminhamentos realizados naquele período emergem na forma de instrumentos contendo intenções de questionar a concentração fundiária, a isso podemos considerar como um movimento sem precedentes na história brasileira, desbravador. Entendemos que foi naquele momento que se iniciaram as transformações, cujos primeiros passos visavam analisar as variáveis que caracterizavam a questão agrícola, considerando diversos elementos, vistos pelo prisma do que se definiu na realidade brasileira como questão agrária e que levou em conta a maneira como se organizava a produção e o trabalho, as relações de trabalho que se estabeleciam entre quem detinha os meios de produção e os que forneciam a força de trabalho. É nesse tema, envolto ao modelo de estrutura agrária e as problemáticas dele decorrentes que se insere este estudo, investigando os acontecimentos ligados ao movimento dos camponeses, constituído por comunidades de sem terras que, a partir da década de 1970, passaram a se organizar e a lutar pela posse da terra, fortalecidos pela formação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os resultados que apresentamos perpassam o tempo da mecanização da agricultura até a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), analisando, no interstício, os efeitos da operacionalização do I Plano Nacional de

1 Texto apresentado ao 56º Congresso Internacional de Americanistas – Salamanca/2018.

2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Contato: sfviviane@uems.br

3 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Contato: marizak@uems.br

Reforma Agrária (1985) na estrutura agrária brasileira.

A consolidação da política agrária nos governos militares e as fronteiras agrícolas

Nos estudos acerca da questão de terras no Brasil é forçoso reconhecer o papel do Estado na implementação das políticas agrárias tais como o chamado processo de modernização da agricultura no Brasil, que foi iniciado em 1950 por meio das importações de meios de produção mais avançados e que se consolidou a partir de 1960, quando houve a viabilização do setor industrial propriamente dito, a partir da produção de equipamentos e insumos, numa tentativa de transição da agricultura de subsistência tradicional para uma agricultura moderna, fazendo frente às exigências da expansão industrial nacional e internacional, pensando numa alternativa para a posição ocupada, até então, de país agroexportador de matérias primas.

Naquele momento o modelo econômico que se apresentava ainda era ligado à oligarquia rural, que preocupada com as tensões presentes no campo, gestadas pelos movimentos sociais dadas às condições de trabalho, tanto no setor rural quanto urbano, tentavam ampliar suas áreas de atuação.

O processo de ocupação/usurpação não ocorreu de forma homogênea em todo o espaço geográfico brasileiro, no período de 1965 a 1967 houve a reorganização do novo regime, mas é inegável que ocorreu. Ainda segundo Minc “a resistência dos trabalhadores foi lenta e pouco coordenada, por força de adversas circunstâncias”,⁴ referindo-se a desmobilização e desmantelamento das diversas formas de resistência existentes até a repressão advinda com o golpe de 1964. Assim é que em menor ou maior grau os trabalhadores “resistiram contra a deterioração de suas condições de vida e de trabalho, e contra a tomada de suas terras dedicadas às culturas de subsistência”.⁵

4 MINC, Carlos. **A reconquista da Terra**. Estatuto da Terra, lutas no campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 27.

5 *Ibidem*, p. 27.

Assim, em outubro de 1965, numa tentativa de refrear os descontentamentos que se manifestavam entre os trabalhadores do campo, mais notadamente na região nordeste, o Governo Federal decretou a Lei do Sítio,

Considerando a “necessidade de adotar medidas que estimulem a fixação do homem à terra [...] que o sítio pode representar um complemento de salário [...e que] a localização dos trabalhadores próximos dos locais de trabalho é um fator de maior produtividade...”, este dispositivo legal determina que: “[...] o trabalhador rural com mais de ano de serviço contínuo terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima a sua moradia, suficiente para plantação e criação de subsistência; [...] esta área será de dois hectares [...]”.⁶

Essa legislação não foi aplicada, mesmo após denúncias e reivindicação dos sindicatos que, embora desestruturados e desmobilizados, visto que

o golpe rompeu com o quadro constitucional e partiu para o ‘saneamento’ político do país, utilizando para isso as famosas ‘Operações limpeza’. Só no primeiro ano, 454 sindicatos e 44 federações sindicais tiveram seus membros afastados.⁷

Era um período de intensas e variadas manifestações das forças sindicais que se aquietaram após a decretação do Ato Institucional n. 05, medida que ameaçava todos que se indispuessem contra o poder revolucionário.

Na sequência foi decretada a medida restritiva com o Banco Mundial, que por meio da Associação Internacional de Desenvolvimento anunciou o empréstimo de US\$ 77, 52 (setenta e sete milhões e cinquenta e dois mil dólares) a projetos nacionais na esteira dos quais estava a chamada modernização da agricultura que indicava a necessidade do avanço das fronteiras. Assim, “as novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculados a

6 MINC, Carlos (1985). **A reconquista da Terra...** *Op. cit.*, p. 27-28.

7 *Ibidem*, p. 26.

poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros”.⁸

Desta forma e sob essas diversas percepções o sentido de fronteira se estendeu a outros significados tais como os apontados por Graziano da Silva,⁹ fronteira como reserva de valor e armazém regulador, pela ótica do plano econômico, como orientação migratória e válvula de escape pelo plano político.

Naquele período, entre as variadas estratégias implementadas pelos governos militares havia especificamente a geopolítica, medida que visava guarnecer as áreas de fronteira geográficas, tanto as nacionais quanto as regionais e ao mesmo tempo povoar as áreas mais remotas do espaço físico brasileiro. Ocorreram, então, dois sentidos no avanço das fronteiras, os quais estão intrinsecamente ligados, ou seja, o sentido da orientação migratória, levando para as novas terras o excedente de trabalhadores e, contendo o outro sentido, a migração como o da válvula de escape, diminuindo as pressões produzidas pelas pessoas excluídas nos estados mais desenvolvidos na produção e ocupação do solo.

Ao analisarmos os indicadores da modernização, verificamos uma mudança significativa no âmbito da agricultura nacional, mas a pergunta é, a que preço? Como se deu a modernização nas pequenas roças é o que interessa interpretar e para tanto os dados que são apresentados por Minc, ao avaliar as consequências da chamada modernização dolorosa tem suas raízes fincadas na política desenvolvimentista, ainda do governo de Juscelino Kubitschek pela política de integração nacional.

Conforme Dreifuss,

Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e principais órgãos de administração pública, permanecendo em cargos privilegiados durante o governo Castello Branco, exercendo

8 MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 86.

9 Cf. GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

sua mediação no poder. Com um programa de governo que emergia da direita, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura sócio-econômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou as classes empresariais e os setores médios da sociedade em detrimento da massa.¹⁰

Desta forma resta esclarecido que

essa política representou a ampliação do domínio exercido pelo centro nacional (São Paulo e Rio), reforçado com o desenvolvimento da indústria automobilística e fortemente articulado com o capita multinacional.¹¹

Assim sob o slogan Terra sem homens para homens sem terra, o governo militar incentivou, por meio de programas financiados com capital externo, à ocupação da Amazônia Legal. Teve início, desta forma, a migração massiva de homens, mulheres e crianças para “povoar” essas regiões consideradas vazias, desrespeitando, mais uma vez, as populações nativas e migrantes que viviam do extrativismo nessas paragens.

A fase de modernização conservadora, entre os anos de 1960 e 1970, se caracterizou pela acentuada modernização da agropecuária subsidiada pelo crédito agrícola com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e a implementação da política de preços mínimos que não permitia a adesão dos pequenos produtores rurais, mais uma vez alijados do direito à terra e à produção. Assim é que as

políticas oficiais de isenção fiscais e de créditos para grandes projetos atraíam diferentes agentes econômicos ligados ao capital financeiro, agrícola e industrial.¹²

Dessa forma a modernização adotada pelo regime militar foi caracterizada como conservadora visto que se apoiou no capital industrial, aliado ao latifúndio, financiado pelo Estado que privilegiou

10 DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado.** Petrópolis: Vozes, 2006, p. 479.

11 MINC, Carlos. **A reconquista da Terra...** *Op. cit.*, p. 34.

12 *Ibidem.*

apenas algumas culturas, regiões e unidades específicas, com pesados custos sociais como pode ser constatado nas análises dos resultados do processo de colonização instituído por meio dos Projetos Integrados de Colonização – PIC, criados ao longo das estradas brasileiras como em Rondônia que só na década de 1970

passou de 113 mil para 493 mil habitantes, a maior taxa de crescimento demográfico do país nesta década [e que] [...] até fins de 1984 cerca de 1/3 dos colonos instalados já haviam vendido seus lotes.¹³

E as fronteiras geográficas se ampliaram, enquanto a frente pioneira avançou como rolo compressor sobre tudo que impedia a expansão da agricultura e da pecuária, num movimento contraditório, segundo Martins, visto que a forma de ocupação proposta “a da agropecuária, uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios”.¹⁴ Pela ótica desenvolvimentista e integradora de território resultariam na obtenção de matéria prima para a indústria que se expandia, financiada pelo capital estrangeiro.

A grande massa camponesa que naquele período buscava melhores condições de cultivo, sem acesso a crédito e sujeitas ao processo de grilagem presente na região ficava à mercê dos fazendeiros e se constituíam em mão de obra para dar continuidade aos grandes projetos, executados pelos conglomerados econômicos nacionais e internacionais que obtinham do governo doação de 75% do capital necessário, cabendo-lhes apenas 25% de aplicação de recursos próprios.¹⁵

As novas áreas passaram a ser controlada por oligarquias fundiárias, parte delas formada por empresários urbanos, assim como já ocorria nos estados nucleares. Os grandes proprietários de terras e os empresários que haviam sustentado os militares para a efetivação do golpe de Estado tiveram, com a abertura da fronteira, o pagamento da dívida assumida pelo regime. Tal situação estreitou alianças entre

13 MINC, Carlos. **A reconquista da Terra...** *Op. cit.*, p. 34.

14 MARTINS, José de Souza. **Fronteira...** *Op. cit.*, p. 86.

15 *Ibidem*, p. 87.

latifúndio e indústria, que manteve intacta a estrutura agrária nas áreas nucleares e concentrou domínio nas áreas novas. O fechamento da fronteira gerou conflitos porque muitos despossuídos continuaram nessa condição.

Nova configuração dos Movimentos Sociais

Toda discussão/reflexão sobre formação dos movimentos sociais reivindicatórios de mudança na estrutura fundiária brasileira passam, necessariamente, pela percepção da condição a qual vem sendo relegada a categoria representativa de homens, mulheres e crianças que lidam no campo. É uma população significativa prejudicada, de forma atemporal, pela manutenção das dificuldades passadas e presentes, ao acesso à terra,

o estatuto social da concentração ilimitada de terras em forma de propriedade privada legítima (garantida pelas leis) ou ilegítima (que burlam as leis) é uma característica essencial na formação social e territorial do Brasil. Ou seja, concentrar terra nas mãos de poucas pessoas adquiriu a característica de ser um estatuto social porque é garantido historicamente pelas instituições e pela sociedade civil. Isto significa afirmar que a desigualdade no acesso à terra – bem supremo e fonte de alimentação das sociedades – é um predicado elementar na construção e desenvolvimento deste país¹⁶

Na luta para efetivar mudanças que minimizasse a situação de desigualdade existente no Brasil, destacamos a Doutrina Social da Igreja Católica, instância altamente influenciadora, nos aspectos sociais e políticos, da reforma agrária, legitimada no princípio da função social da terra, presente na Constituição de 1946. A Igreja foi atuante no campo, enquanto Instituição e Pastoral durante o período imediatamente posterior ao golpe militar “Há um primeiro momento de expectativa, de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de

16 MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, n. esp., p. 2, 2011.

concepções e de posições”.¹⁷ Ocorre que após a instalação do regime militar houve uma exacerbação nas ações de repressão empreendidas pelo governo em relação aos camponeses, o que fez surgir o segundo momento,

de conflito cada vez mais agudo, de dificuldades e de tensões muito graves nas relações entre Igreja e Estado, tendo como centro o problema da terra, suas variações e consequências”.¹⁸

Nesse ínterim surgiu um movimento no interior da Igreja que apresentava como um dos seus aspectos mais relevantes “ser relacionado com à criação e desenvolvimento da Teologia da Libertação que é a vida da própria Igreja”,¹⁹ ao reconhecer, por meio do Documento do Conselho do Vaticano II (1960), “a validade dos valores temporais, das experiências da vida diária e da mudança. Isso ocasiona uma reorientação básica ao ativismo católico”,²⁰ que irá repercutir na nova configuração dos movimentos de reivindicação à terra.

Ao final da década de 1980, parte das lideranças da CPT criaram uma nova organização coletiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desligando-se da CPT e estabelecendo um enfrentamento com o poder público mais efetivo em relação à ocupação de áreas destinadas a implantação de assentamentos. Com isso, na década de 1990, a CPT intensificou mais suas ações junto às famílias que já se encontravam assentadas, preocupando-se com a organização dos assentamentos já implantados. Com isso, o MST assume a frente de luta por novas áreas e novos direcionamentos são tomados pelas duas organizações e, assim, “o MST passa a liderar mais a luta pela terra, procurando adaptar essa metodologia”.²¹

17 MARTINS, José de Souza. **Fronteira...** *Op. cit.*, p. 111.

18 *Ibidem.*

19 *Ibidem.*

20 SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2005, p. 34.

21 FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva.** Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: FIC MS, 2006, p. 88-89.

Analisar o MST é observar um movimento social que provocou encaminhamentos em direção à reforma agrária, o qual agrega além dos sujeitos que o compõem, uma gama imensa de expectativas, exclusão, esperanças, sonhos, enfrentamento ao desafio da ordem estabelecida e, principalmente, muita luta. São homens, mulheres, jovens e crianças que guardam sentimentos de pertencimento a uma terra que lhes vem sendo negada há séculos e que, paradoxalmente, é de onde tiram o fruto de seu trabalho e sobrevivência, mesmo que na condição de força de trabalho dos arrendatários e fazendeiros.

O projeto de luta pela terra empreendida pelo MST pode ser observado nos encaminhamentos efetivados pelo movimento, especialmente nos documentos e slogans que em sua trajetória de existência construíram como “terra para quem nela trabalha”, contida no Documento “Igreja e Problemas da Terra”, aprovado pela 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/Itaici-SP, em 14 de fevereiro de 1980.

A matriz de organização e luta do MST teve os seus princípios ideológicos fundados em concepções oriundas do pensamento progressista dos membros da CPT, com cunho marxista e pressupostos da Teologia da Libertação e embora tenha ocorrido sua desvinculação posterior, mantiveram práticas organizacionais herdadas da CPT e vínculo com as bases, além de espírito missionário. O MST nasceu como resultado direto “da intensificação da questão agrária”,²² visto que a política de expansão das fronteiras agrícolas por meio do capital, adotada durante o regime militar “(1964-1984) intensificou a questão agrária com a implantação de um modelo de desenvolvimento da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa”.²³ Sua organização ocorreu num momento de expansão das plantações de soja, cana de açúcar e da pecuária extensiva, culturas agroexportadoras e excludentes e que segundo Terra entraram em expansão devido a coadunação de variados fatores, dentre eles,

22 FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *Analisis*, 2004, p. 3.

23 *Ibidem*.

o esgotamento da fronteira agrícola da região Sul do Brasil, expansão significativa do mercado internacional da soja e, principalmente, das políticas do Estado Desenvolvimentista de incentivo à expansão da agricultura capitalista voltada para a exportação.²⁴

A territorialização do capital, em sua opinião, significa a desterritorialização do campesinato, ambos os processos que subvertem a ordem do uso da terra num movimento contraditório, exprimido pelo fato de que “no interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar”,²⁵ enquanto que “da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista”,²⁶ e como não são processos lineares nem separados “na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro”.²⁷

Enfrentamentos e descaminhos da Reforma agrária no Brasil: 1985 a 2003

Na segunda metade do século XX, várias iniciativas buscaram equacionar a questão agrária ou fundiária no Brasil, tanto é que Silva aponta que foi preciso batizar de 1º da Nova República, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, justamente para diferenciá-lo das demais tentativas de executar a reforma agrária, ou mesmo fundiária no Brasil. Em 1966, foi elaborado pelo governo federal um documento “obediente à sistemática estabelecida pelo Artigo 35, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)”,²⁸ que pode ser caracterizado como um primeiro PNRA e que promoveu apenas a colonização, em 1968 foi publicado o segundo PNRA “com a mesma

24 FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula... *Op. cit.*, p. 29.

25 *Ibidem*, p. 3-4.

26 *Ibidem*,

27 *Ibidem*.

28 SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra. Crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca vida. 1987, p. 55-56.

marca não-reformista”,²⁹ e em 1982 foi lançado por meio do Decreto 87.457, de 16 de agosto o Plano Nacional de Política Fundiária “no qual as ações de ‘reforma agrária’ propriamente dita não tem qualquer incidência”.³⁰

No momento em que havia a tentativa de viabilizar a abertura política, com o fim da ditadura ocorreram diversas mobilizações populares, reuniões de grupos políticos e de estudantes que defendiam as reformas necessárias para que o país, definitivamente se tornasse democrático e é nessa conjuntura que ocorre o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná (22.04.1984). No âmbito federal constatamos que, embora o sentimento de euforia dos trabalhadores organizados com a proposta do PNRA era também perceptível, no discurso oficial, a intenção de apaziguar os ânimos dos movimentos sociais organizados, daí a formação da equipe organizada em grupos de trabalho com integrantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e:

de um trabalhador rural ou pessoa ligada diretamente às suas organizações, de representante de entidade não-governamental e um consultor independente que atuasse como massa crítica. Nessa composição procurava-se manter o equilíbrio interdisciplinar e regional, assim como a independência de posição da CONTAG.³¹

Os componentes dos 17 grupos de trabalho eram voluntários, somando mais de cem pessoas que representavam “entidades ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organizações ligadas à Igreja (CPT e Sem Terra), professores universitários, etc”.³²

O produto do trabalho organizado nos grupos serviu de base para o documento final, elaborado pelo “grupo coordenador – constituído pelo ministro, pelo secretário geral do MIRAD e pela

29 SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra. Crises da Reforma Agrária na Nova República...** *Op. cit.*, p. 55-56.

30 *Ibidem.*

31 *Ibidem.*, p. 54.

32 GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária...** *Op. cit.*, p. 64.

diretoria do INCRA [uma] singela apostila”.³³ Essa “singela apostila” conforme Silva, nada mais era que uma adequação do Estatuto da Terra (ET) e, portanto, não deveria ter sido tratado como ameaça à ordem constituída, causando uma reação adversa antes mesmo de ser anunciada, visto que “o texto preliminar acabou vazando e a divulgação daqueles nomes foi suficiente para assustar ainda mais os conservadores, cujas orelhas há muito já se tinham colocado de pé”.³⁴

Leonildes Medeiros ressalta que a CONTAG fez da reforma agrária a bandeira que unificou o conjunto de lutas no campo entre as décadas de 1970 a 1980 e no IV Congresso Nacional, em 1985, se aglutinaram forças que vinham se posicionando desde o III Congresso, ocorrido em 1979, quando foi defendida a tese “somente uma redistribuição fundiária seria capaz de romper com as bases do poder do ‘latifúndio’”.³⁵

Fica entendido que as forças que se manifestaram no IV CONTAG se mantiveram coesas e embora tivesse ocorrido confronto de ideias e nem todas as proposições tenham sido unânimes, os esforços se conjugaram no sentido de exercer pressão para viabilizar a execução da Reforma Agrária. No dia 27 de maio, na abertura do I Congresso Brasileiro sobre Reforma Agrária, organizado pelos latifundiários de todo o país, que segundo José Gomes da Silva era “réplica latifundista do IV Congresso CONTAG”,³⁶ foi entregue a Proposta às lideranças políticas, ministros e entidades de classe da agricultura. Vê-se pela concomitância das datas que ambas as categorias, homens e mulheres do campo, sem terra e latifundiários, estavam atentos, naquele momento, ao que se propunha e que viria a ser debatido pela sociedade, conforme

33 SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra. Crises da Reforma Agrária na Nova República...** *Op. cit.*, p. 57.

34 *Ibidem*, p. 55.

35 MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções, contrpérsias e questões.** Cadernos RIAD. Rio de Janeiro, IBASE,1994. Disponível: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reforma%20Agr%C3%A1ria%20-%20concep%C3%A7%C3%B5es,%20controv%C3%A9rsias%20e%20quest%C3%B5es%20-%20Leonilde%20Servolo%20de%20Medeiros.pdf>.

36 SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra. Crises da Reforma Agrária na Nova República...** *Op. cit.*, p. 18.

disposto na formação da Comissão para formulação do PNRA de 1985.

Pomar, em artigo para o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, intitulado “Reforma Agrária: benefícios para todos” argumentou sobre como a Proposta foi interpretada pela sociedade naqueles meses que se sucederam a sua apresentação

a opressão e a exploração a que são submetidos os que trabalham em terra alheia ou que têm pouca terra. Apesar disso, ainda não entenderam bem os benefícios de uma Reforma Agrária.³⁷

Como causa para essa situação aponta a divulgação maciça feita pela imprensa televisiva e impressa do que diziam os latifundiários. Espalhavam a ideia de que a RA iria tomar todas as propriedades, fossem elas grandes, médias ou pequenas, produtivas ou não. Essa sugestão incutia a incerteza e o medo naqueles que creram nessa inverdade, o que era de interesse da classe dos latifundiários. Além de espalhar o medo da perda de terras, fossem de que tamanho fossem, produzindo ou não,

Os latifundiários também espalham a ideia de que, com a Reforma Agrária, a produção vai ser afetada. Haveria escassez de alimentos na cidade, os preços subiriam e a fome se espalharia ainda mais isso amedronta o trabalhador urbano, cujo salário é quase todo consumido na alimentação. Na verdade se não ocorrer a Reforma Agrária é que as coisas vão piorar. E os preços ainda não subiram mais porque a produção vem, na maior parte, dos pequenos produtores. Se os alimentos fossem produzidos pelos grandes produtores, com custos equivalentes aos do mercado internacional, os preços já teriam estourado.³⁸

No cenário de retomada democrática no Brasil, foi aprovado o IPNRA, cinco meses após o lançamento da Proposta e na promulgação do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, foi possível perceber o tamanho do recuo do governo federal em relação às proposições iniciais. Nesse breve espaço de tempo a Proposta foi alterada 12 vezes e,

37 POMAR, Wladimir. Reforma Agrária: benefícios para todos. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n. 47, p.10, 1985.

38 *Ibidem*, p. 10.

do texto inicial, foram modificados capítulos importantes, tais como o que permitia a desapropriação por interesse social e o que determinava que os assentamentos fossem realizados em terras públicas.

Na manifestação sobre as razões que o levaram a pedir demissão, José Gomes da Silva³⁹ afirmou que RA é um conceito absoluto, deixando claro que o I PNRA, na forma que foi aprovado não pretendia fazer RA, apenas acalmar ânimos e postergar a tão propalada mudança fundiária que traria um pouco mais de justiça para o campo brasileiro.

Nessa esteira a execução do I PNRA promoveu o assentamento, entre 1985 e 1989, no contexto brasileiro, de 125.412 mil famílias, número considerado pequeno pelos órgãos reivindicadores dos movimentos que se formam desde então, visto que a previsão era para assentar 1,4 milhões de famílias até 1989.⁴⁰ Entre 1990 e 1994 os resultados se mostraram ainda menores, com apenas 23 mil famílias assentadas em terras desapropriadas, acirrando ainda mais os ânimos exaltados.

Publicações recentes mostram que o índice de Gini, que mede a concentração da terra no Brasil, pouco se alterou nas últimas décadas. Gomes afirma que mesmo com a criação dos mais de 9 mil assentamentos rurais espalhados pelo país, conforme dados do DATALUTA/2014, houve pequena margem de alteração, passando de 0,858 (1985), baixando para 0,857 (1996) e em 2006 permanecendo em 0,856.⁴¹

Nesse breve estudo pudemos observar que o modelo de

39 Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA.

40 MENEGAT, Alzira Salet. **No coração do pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral** – MS. Dourados: Editoras UEMS/ UFGD, 2009, p. 21.

41 Cf. COSME, Claudemir Martins. Reforma agrária no Brasil do século XXI: qual reforma agrária? **Boletim DATA LUTA**, n. 106, 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/10artigodomes_2016.pdf.

Reforma Agrária que se propôs em 1985 não atendeu aos anseios daqueles que, por décadas, lutaram por igualdade e equidade em relação à distribuição de terras e políticas públicas subsequentes, a luta continua como se pode constatar nos números que registram o cenário de conflitos crescentes presentes no campo brasileiro. Uma luta permanente, travada em condições extremamente desiguais, numa repetição incessante do movimento inicial, demarcando passo a passo o seu itinerário desbravador.

Referências bibliográficas:

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva**. Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: FIC MS, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Análsis**, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS**. Dourados: Editoras UEMS/ UFGD, 2009.

MINC, Carlos. **A reconquista da Terra**. Estatuto da Terra, lutas no campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. esp., p. 114, 2011.

SCHERER-WARREN. Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

PARTE II

HISTORIOGRAFIA

CAPISTRANO DE ÁBREU E AS BANDEIRAS: ENTRE A CONDENAÇÃO INDIANISTA E A HISTORIOGRAFIA LAUDATÓRIA PAULISTA¹

Danilo José Zioni Ferretti²

Introdução

Representantes de movimentos indígenas, em 2013, protestando contra a mudança da lei de demarcação de suas terras, escreveram “bandeirantes assassinos” e cobriram de tinta vermelha o Monumento às Bandeiras, no parque do Ibirapuera, em São Paulo. Protestos semelhantes ocorreram, em 2008, 2015 e 2016, com as estátuas paulistanas de Borba Gato, Anhanguera, Fernão Dias Paes e novamente com o Monumento às Bandeiras. Por outro lado, a partir de 2010, embalados pela oposição crescente aos governos petistas, surgem grupos autonomistas paulistas que recuperam a figura do bandeirante como herói central de seu panteão, não sendo raro, conforme afirma um deles, considerarem “o fenômeno bandeirante [...] nosso mito criador, que deu origem e base à nossa civilização”.³ Alguns escrevem moções de desagravo aos “atentados” ao Monumento às Bandeiras.

Esses fatos indicam um novo momento da memória das bandeiras, evento supersignificado, que volta a ser mobilizado nas lutas políticas contemporâneas. Mas, a despeito de todas as ressignificações existentes, percebe-se a permanência de antigos argumentos há séculos mobilizados por vários agentes. Desde o momento de seu próprio surgimento, no século XVII, as bandeiras despertam reações diversas que conformaram uma memória plural, sustentada e ressignificada

1 Este artigo é resultado do desenvolvimento de partes dos capítulos 2 e 4 de minha tese de doutorado. Cf. FERRETTI, Danilo J. Z. **A Construção da Paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

2 Universidade Federal de São João Del-Rey.

3 **Ação Identitária Paulista. Quem somos**. Disponível em: <https://acaosp.wordpress.com/quem-somos-2/>. Acessado em: 24-06-2018.

por escritos e práticas os mais diversos. Como já foi indicado por vários estudos, até finais do século XVIII estruturaram-se pelo menos dois grupos de relatos sobre as bandeiras.⁴ De um lado, haveria a “lenda negra” dos bandeirantes, criada principalmente por jesuítas (Montoya, Del Techo, Charlevoix) que os qualificava como bandidos, assassinos, escravizadores de índios, insubmissos, miscigenados, rústicos e pagãos. Por outro lado, foi-se criando a “lenda áurea”, primeiramente por autoridades e, já no século XVIII, após a descoberta das Minas, por autores paulistas (Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus) ou mineiros (Cláudio Manuel da Costa), que a despeito das variações internas, destacaram a fidalguia, fidelidade ao rei, a habilidade de cortar sertões, submeter índios bravos e quilombolas, conquistar terras, alargar domínios e descobrir minas.

Contudo, Laura de Melo e Souza destaca a existência de relatos ambíguos, que combinavam, a seu modo, elementos de ambas as tendências, em um misto de fascinação e repulsa pelos bandeirantes que apontam para a complexidade do processo de elaboração de sua memória.⁵ Eles nos indicam a importância de estudos sobre a forma particular como um agente elabora as representações do passado bandeirante. Nesse sentido, pretende-se aqui analisar a escrita do passado bandeirante realizada por Capistrano de Abreu, historiador nascido no Ceará que se destacou na passagem do séc. XIX para o XX, exatamente por conferir centralidade às bandeiras em sua escrita da história nacional, em um momento em que o estudo dessas incursões passava por mudanças importantes. Aqui realizaremos um estudo de história da historiografia, conforme a compreensão de Michel de Certeau, que entende a operação historiográfica a partir do cruzamento

4 ABUD, Kátia. **O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições; a construção de um símbolo paulista:** o bandeirante. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985; SOUZA, Laura de Melo e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, São Paulo, n 142-143, p. 261-276, 2000; SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os Paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séc. XVII e XVIII. Projeto História, São Paulo, n. 57, p. 84-107, 2016.

5 SOUZA, Laura de Melo e. Vícios, virtudes e sentimento regional... *Op. cit.*, p. 269.

de um lugar social de produção, de procedimentos de análise e da constituição de um texto.⁶

Capistrano tem despertado interesse significativo da historiografia, que na última década nos brindou com importantes estudos.⁷ Mas nenhum se dedicou à questão da especificidade da escrita da história das bandeiras por Capistrano, ainda que Daniel Mesquita Pereira tenha demonstrado a importância do tema no conjunto da renovação historiográfica realizada pelo autor cearense e avançado ao explorar as diferenças entre bandeirante e conquistador. Aqui pretendo abordar a questão confrontando Capistrano com as correntes e historiadores que em sua época dedicavam-se a reescrever ou fazer uso político do passado bandeirante. Assim, retornarei ao século XIX e aos principais deslocamentos então realizados nos estudos sobre as bandeiras, com destaque para as correntes indianistas e territorialistas no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Avançando mais no tempo, buscarei também recuperar o diálogo de Capistrano com a nascente historiografia das bandeiras elaborada por historiadores de São Paulo.

As bandeiras na historiografia oitocentista

A historiografia do século XIX brasileiro tem no IHGB sua principal instituição de produção. Fundado em 1838, o saber sobre o passado e o território que buscava produzir não somente volta-se à construção de uma identidade nacional brasileira, mas tinha também a finalidade utilitária de orientar os homens de estado no exercício de

6 CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In.*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 66.

7 GONTIJO, Rebeca. **O Velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927)**: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013; GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. *In.*: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia M. B. P. (org.) **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009; PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**. A história do Brasil a “grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Ed. Apicur/ PUC-Rio, 2010.

suas funções públicas. Uma das mais importantes era a resolução de questões de mão de obra alternativas à escravidão, em um contexto de pressão por supressão do tráfico de escravos. Tinha então destaque a elaboração de uma política indigenista que, pela catequese, permitisse substituir paulatinamente a escravidão negra, ponto defendido pelos entusiastas do projeto indianista, que não somente dedicavam-se a uma literatura centrada no personagem indígena, mas os tinha como peça central do processo de construção nacional, seja no passado seja como projeção futura.⁸

No momento em que articulavam uma política indigenista baseada na incorporação dos indígenas pelos métodos brandos dos jesuítas, os indianistas inseridos no IHGB elaboraram uma representação do passado que recuperou positivamente o método das missões e acabou sendo marcada por um tom acusatório da violência e escravidão presentes numa experiência colonial raramente elogiada. Neste momento, a figura do bandeirante foi colocada no centro do debate historiográfico. Ocorreu uma revisão do sentido que desempenhou na história. Rompia-se com a visão gloriosa e laudatória do antigo paulista pacientemente formada no séc. XVIII pelos historiadores como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme e aproximava-se da lenda negra jesuítica, que era redefinida. O bandeirante, apresador de índios e inimigo encarniçado dos jesuítas, passou a ser visto pelos indianistas como o grande vilão da história nacional.

Em 1839 o cônego Januário já lembrava “o desumano procedimento, que por esses tempos (séc. XVII) tinham os paulistas para com os miseráveis índios”, e citava longo trecho do Padre Vieira acusando-os de escravizarem os indígenas.⁹ O cônego Fernandes Pinheiro colocava na invenção pelos “ambiciosos colonos” das

8 FERRETTI, Danilo. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 17, abril 2015, p. 171-191; TREECE, David. **Exilados, aliados e rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação Imperial. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008.

9 BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, etc. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, p 160, 1839.

“bandeiras, espécies de caçadas de índios que lhes forneciam escravos”, a “origem da escravidão de nossos autóctones contra a qual levantaram a sua poderosa voz os heróicos civilizadores do Brasil”.¹⁰ Mas dentre todos, foi o sócio José Joaquim Machado de Oliveira, paulista, que se esmerou em desqualificar os colonos de sua terra. Na sua “Notícia Raciocinada”, de 1844, constatava que “na província de São Paulo, como nas demais do Brasil, predominou nos conquistadores a idéia fixa de exterminar, trucidar e desolar homens e coisas que aí deparassem, contanto que a sua ambição fosse satisfeita”.¹¹ Ou, dentre várias outras citações, no derradeiro texto que publicou na revista do IHGB sobre “Os Caiapós”, de 1860, falava das “abomináveis façanhas” dos mamelucos que tinham como “fim horroroso” “caçar índios”.¹²

Desta forma, definiam o contorno básico da representação indianista de nosso passado. Ela era marcada pelo duplo propósito de conferir sustentação a um discurso de identidade nacional brasileira original, diferente da portuguesa, ao mesmo tempo em que deveria legitimar a política indigenista do seu presente, entendida como meio de construir a nação livre da ameaça à segurança coletiva representada pela escravidão internalizada. Centrada no confronto entre a ambição do colono laico português e a abnegação do jesuíta, acusava a escravidão e extermínio do indígena como “pecado original” da nação,¹³ pecado este que deveria ser “redimido” pela política indigenista de incorporação do indígena à nação brasileira e à civilização.

Essa visão foi também reproduzida em obras voltadas à história provincial. O caso paulista foi exemplar neste sentido, na medida em que o *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, primeira

10 PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ensaio sobre os jesuítas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 18, p 388, 1855.

11 OLIVEIRA, J. J. M. d'. Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 7, 1845.

12 *Idem*. Os Caiapós. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 24, 1861.

13 PUNTONI, Pedro. Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães. A Poética da História e a Historiografia do Império. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 45, 1996.

interpretação da história paulista, publicada em 1864, por Machado de Oliveira, filho da província e sócio de destaque do IHGB, foi marcado pelo transplante da matriz da etno-historiografia indianista para o caso de São Paulo. Ele conferia um lugar de destaque ao indígena como agente da história paulista incluindo mesmo uma parte introdutória sobre a etnografia indígena paulista.

Mas o maior destaque foi dado à desqualificação dos colonos que se empenharam na caça do índio e na destruição das missões jesuíticas, exatamente aqueles posteriormente qualificados de bandeirantes. Os colonos paulistas descritos por Machado de Oliveira estavam muito longe de se parecerem com os enérgicos bandeirantes cantados por Pedro Taques e Saint Hilaire. Para o autor indianista, seus antepassados coloniais eram dotados de “hábitos de poltroneria”, viviam “vida ociosa e barregã” e não se expunham a “empresas fortuitas e assaz arriscadas” como eram as expedições de apresamento. Dizia que, preguiçosos, os paulistas convenceram os mamelucos, seus conterrâneos, a apreenderem os índios. Dos mamelucos, o autor apresenta a pior das imagens: são “homens embrutecidos”, “sem obediência ao governo e mantendo-se de rapina”.¹⁴ Para suavizar a desqualificação do paulista colonial, Machado de Oliveira o diferenciou do mameluco e direcionou sobre este último a maior carga de responsabilidade pelas expedições contra as missões. Mas se, para o autor, paulista e mameluco não eram a mesma coisa, eles haviam se unido para escravizar os índios e sobre ambos lançou forte condenação.

A representação do autor sobre os bandeirantes, no entanto, mudou quando passou a se referir às expedições de exploração do território e de descoberta das minas. Neste caso, o paulista colonial, detratado na maior parte do livro, passou a ser valorizado positivamente, indicando a ambiguidade que marcava a representação das bandeiras no séc. XIX. Pois se o indianismo redirecionava em um sentido negativo a representação do bandeirismo ele não era suficiente para desqualificá-lo de todo. Um entusiasmo com as bandeiras continuou existindo no período. Quando a questão de fundo deixou

14 OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro histórico da província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 87 - 90.

de ser a questão indígena para se transformar na questão territorial, a representação oitocentista das bandeiras mudava de tom.

O caso nos permite indicar a existência de outro ramo da historiografia do IHGB, mais ligado à geografia, que valorizava as expedições paulistas de conquista do território como condição para demandas ligadas à definição de fronteiras. Como mostram Manoel Salgado Guimarães e Demétrio Magnoli, além da questão indígena, o IHGB foi foco de elaboração de uma historiografia territorialista.¹⁵ Fruto da fusão da diplomacia com a história encarregou-se de definir o processo de construção do território nacional pelo estudo dos diversos tratados de limites assinados pela antiga metrópole. Tratava-se de uma historiografia encarregada de dar subsídios históricos às reivindicações do governo brasileiro nas disputas com países limítrofes através da delimitação das fronteiras imperiais, ainda muito mal definidas no período.

O estudo da formação territorial em meados do séc. XIX era especificamente voltado à definição das fronteiras externas, atentando para a ocupação do interior somente na medida em que ela servia de argumento para as demandas por fixação das fronteiras citadas, a partir da afirmação do princípio do *uti possidetis*. Na maior parte das vezes, essa produção foi elaborada por diplomatas como Duarte da Ponte Ribeiro, Francisco de Varnhagen, ou o visconde de São Leopoldo. No geral, a historiografia territorialista diplomática tendia a valorizar positivamente a ação dos bandeirantes paulistas, ainda que nem sempre usassem esse termo. Ela recuperava o elogio feito pelos historiadores setecentistas, e conferia a ele um sentido unitário ao considerar os “sertanistas paulistas” como colaboradores da obra de construção da unidade territorial da nação. Calcados na doutrina das fronteiras naturais, louvavam os paulistas por terem tomado posse, para a Coroa, do território “naturalmente” definido entre o Amazonas e o Prata.

15 GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988; MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. Unesp; Moderna; 1997.

Esta visão positiva do paulista, decorrente de sua ação territorialista, foi transposta ao *Quadro Histórico*. Machado de Oliveira representou os paulistas que descobriram as minas como “homens esforçados que tinham banido de si o ócio, e (...) penetraram os longínquos sertões, que se estendem até ao rio Amazonas”.¹⁶ Os paulistas aparecem, então, como “corajosos” e afoitos “homens de ferro”. A expedição de Antônio Raposo ao Amazonas é apresentada pelo autor como movida pelo propósito territorialista de avassalar “terra e mar pelo seu rei”, e seus seguidores são descritos positivamente como “audazes e aventureiros”.¹⁷ Assim, a centralidade da questão das fronteiras no período imperial possibilitou que Machado de Oliveira atenuasse as pesadas acusações que lançava sobre seus antepassados, revelando mesmo um papel positivo das excursões paulistas pelos sertões do Brasil. Mas essa atenuação não anulava o predominante antibandeirismo presente nas páginas do *Quadro Histórico*.

Capistrano de Abreu e o projeto de uma história territorial do Brasil: nova centralidade às bandeiras

O historiador cearense Capistrano de Abreu é considerado o expoente da historiografia brasileira da passagem do século XIX para o XX, tendo também contribuído diretamente para a centralidade que a questão das bandeiras assumiu na historiografia do início do séc. XX. Teve papel importante também pelo diálogo que desenvolveu com historiadores dedicados ao tema como Afonso de Taunay e Paulo Prado, de quem foi mestre e incentivador.¹⁸

Oriundo do ambiente de agitação da “geração de 1870”, Capistrano acabou se inserindo nas principais instituições culturais da corte, como a Biblioteca Nacional, o Colégio Pedro II e o IHGB.

16 OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro histórico da província de São Paulo...** *Op. cit.*, p. 109.

17 *Ibidem*.

18 Cf. RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. *In.*: RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1954.

Ainda no Ceará natal, Capistrano de Abreu participou, entre 1870 e 1874, da chamada “Academia Francesa”, grupo de jovens intelectuais que difundiam as novas teorias científicas. Foi nestes anos que tivera pela primeira vez a idéia de escrever uma história do Brasil, inspirado pela leitura de autores como Taine, Spencer, Buckle e Agassis, teorias que continuaria a estudar mesmo depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1875.¹⁹ Na Corte, aprofundou seus contatos com os novos intelectuais críticos, se envolvendo com abolicionistas, republicanos e, a partir de 1879, atuando como crítico literário para a *Gazeta de Notícias*, periódico que congregava a nova intelectualidade científica.

Mas o seu posicionamento no universo das disputas políticas e culturais do período era mais complexo do que um mero alinhamento com a nova intelectualidade crítica, uma vez que laços pessoais e intelectuais o ligavam à cultura monárquica, evidenciando elementos de permanência onde a historiografia preferiu apontar rupturas. Aspecto fundamental é a relação que manteve com ninguém menos do que o adversário maior dos intelectuais críticos: José de Alencar.²⁰ Fora o romancista indianista que “descobriu” o jovem Capistrano em Maranguape, Ceará, em 1874, e o apoiou no intento de embarcar para a Corte, auxiliando em sua admissão à *Gazeta de Notícias*. Provavelmente essa proximidade tenha incentivado que a produção historiográfica de Capistrano fosse marcada por forte traço indianista. Em artigo escrito no mês de janeiro de 1876, no mesmo momento e no mesmo *O Globo* em que Alencar duelava com Joaquim Nabuco, Capistrano cerrava fileira junto ao mestre e defendia a matriz identitária indianista. Capistrano atacava Silvio Romero, defensor da tese de que a originalidade do tipo nacional brasileiro se devia à presença do negro e não do indígena, invocando para tanto o que chamava de “filosofia atual” contra o “romantismo jurídico” de Alencar. Mas na defesa da

19 Cf. ABREU, J. Capistrano de. A literatura Brasileira Contemporânea. In.: ABREU, Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 2ª série. Rio: Civ. Brasileira: 1976.

20 CAMARA, J. A. Saraiva. **Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: José Olímpio Ed., 1969; AMOROSO, Marta Rosa. Capistrano de Abreu e os índios. In.: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (org.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: ANPOCS, Editora Hucitec, 1996.

matriz indianista Capistrano inovava ao basear-se em argumentos cientificistas, sendo seu indianismo desprovido de qualquer traço espiritualista e católico que tanto marcara os autores românticos.

Esta adesão às novas teorias deterministas, no entanto, implicava na reformulação da questão nacional por parte do autor, que escreveu em 1880:

a minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunto.²¹

Em termos da historiografia elaborada por Capistrano, essa compreensão da originalidade brasileira resultaria no destaque que concedeu ao estudo de temáticas territoriais e indígenas, os dois temas que estruturam toda a sua obra, com ênfase maior numa história de caráter territorialista, baseada no estudo do povoamento do sertão. Tal investimento é decorrência de seu posicionamento diante de outro dissidente da cultura imperial: Francisco de Varnhagen. Se do “dissidente” Alencar Capistrano apropriou-se do indianismo, do “dissidente” Varnhagen assumiu a herança do projeto de elaboração de uma história nacional una (Capistrano elogiava o critério “brasileiro”, nacional, com que Varnhagen escreveu sua história), com destaque para um enfoque territorialista, que buscava também reformular pela aplicação das modernas teorias cientificistas.²²

Capistrano chamou a atenção para o descaso com que Varnhagen tratou o séc. XVII, com descobertas “que não tiveram grande importância”, preferindo se concentrar quase que exclusivamente no estudo da guerra holandesa. E chamou a atenção para o tratamento insuficiente de temas ligados à ocupação e povoamento do território

21 ABREU, J. Capistrano de. História Pátria. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 3ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 106.

22 Os artigos em que analisa a obra de Varnhagen foram intitulados “Sobre o Visconde de Porto Seguro” e aparecem nos dias 21,22 e23 de novembro de 1882 na Gazeta de Notícias. In.: ABREU, J. Capistrano de. A literatura Brasileira Contemporânea... *Op. cit.*

interior do Brasil. Em 1882, Capistrano reclamava:

Há a história das sesmarias, em que ninguém se atreveu ainda a tocar. Há a história das municipalidades, que Lisboa foi o primeiro a entrever. Há a história dos bandeirantes, que jaz esparsa pelos livros e pelos arquivos. Há a história dos Jesuítas [...] Há a história das minas [...] Por que ainda não foi escrita a história da Casa da Torre, que começa com Tomé de Sousa e atravessa todo o período Colonial? Por que não se escreveu ainda a história das estradas?²³

Com exceção do interesse nas municipalidades (que Capistrano logo descartaria) e nos jesuítas, todos os demais temas – sesmarias, bandeirantes, minas, Casa da Torre, estradas – se relacionavam com a ocupação e povoamento do interior brasileiro. Neste, como em vários outros trechos de seus escritos do período, emerge o perfil de um programa historiográfico que mantinha a preocupação da matriz territorialista executada pelo IHGB em produzir uma história calcada no diálogo com a geografia, mas que inovava ao redirecionar o olhar dos limites do território, das suas fronteiras externas, para o seu interior, para a região central, o imenso Sertão, o “deserto interior brasileiro”, de cuja ocupação e colonização cabia buscar a história.

Para Capistrano, portanto, o ideal de história do Brasil seria menos uma história da formação dos limites externos do que uma história da ocupação e povoamento do interior do país. Ela deveria ser entendida como o processo do “emprazamento lento do território: do avanço da civilização e do refluxo da barbaria”,²⁴ correspondendo à vitória do homem/colonizador sobre o meio físico americano. Para o autor, devia-se escrever a história do Brasil a partir do reconhecimento de “que a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão, sem a qual nenhuma outra pode ser completamente

23 ABREU, J. Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931, p. 205.

24 *Idem*. Variedades. Gravetos de História Pátria. *Gazeta de Notícias*, 9/dez/1881. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 310.

resolvida”.²⁵ Nesta afirmação, Capistrano transpunha para o terreno historiográfico as teorias do determinismo geográfico que constituíam um dos elementos centrais das novas correntes científicas do período e ponto fundamental do imaginário da modernização brasileira de finais do oitocentos.

Vale ressaltar que, não somente em termos de raça, mas também em termos de território e meio geográfico, a elite intelectual passou a pensar a modernização do país. Os anos 1870 foram marcados pela emergência de uma nova concepção sobre o territorial, refletido na historiografia de Capistrano de Abreu e à qual ela serve como legitimadora. O tema do sertão, de sua natureza e principalmente das formas de sua ocupação, entrou para a ordem do dia, constituindo-se em “categoria absolutamente essencial”,²⁶ para a compreensão do nacional e dos caminhos de sua inserção à modernização capitalista. Se o determinismo racial adotado pelas elites modernizadoras explicava o atraso do país, a ele viria se juntar um determinismo geográfico, representado num primeiro momento pelas teorias do historiador inglês Buckle, não menos pessimistas.

A natureza brasileira, pujante e impositiva, deixava de ser simplesmente um motivo de orgulho nacional e sinal de eleição divina, como o fora para a intelectualidade romântica, e passava a ser vista como um óbice ao progresso na medida em que se acreditava, sob a fórmula de Buckle, que o seu predomínio sobre o Homem, no caso do Brasil, explicava a pouca civilização do país. A reversão desta tendência se daria quando o Homem dominasse e se sobrepusesse ao meio físico. Sem a vitória sobre o sertão não haveria civilização e progresso no país. Tratava-se exatamente da “luta territorial” a que fazia menção Capistrano.

O imaginário da ocupação do sertão, no qual a figura do Bandeirante se destacaria, era um dos componentes nacionais de um

25 ABREU, J. Capistrano de. *Variedades. Gravetos de História Pátria... Op. cit.*, p. 311.

26 AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15. p. 146, 1995.

imaginário mais amplo de uma modernidade entendida em termos territorialistas. Pois, neste final de século XIX, forjava-se a crença, que segundo Antônio Carlos Robert de Moraes se tornaria comum ao longo do séc. XX, de que

modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação.²⁷

Em certa medida, a obra de Capistrano contribui para a legitimação das práticas de ocupação, controle e povoamento do território levadas a efeito na passagem do séc. XIX para o XX. Capistrano consolidou, através de sua historiografia, o papel de entusiasta da conquista do sertão e do esforço de povoamento e colonização do interior do país, uma vez que transformou este mesmo esforço no princípio explicativo da formação nacional brasileira.

Visão fragmentada da formação nacional e reavaliação do bandeirismo.

Além de renovar o indianismo monárquico e apresentar o programa de uma nova historiografia territorialista, a obra de Capistrano também é importante por um terceiro aspecto, representado pela elaboração de uma visão fragmentada da nacionalidade. Esta visão implicava uma leitura do passado nacional que, pela ênfase na diversidade natural entre as regiões brasileiras, abria a possibilidade tanto de uma historiografia de recorte regional quanto da reavaliação positiva do fenômeno da bandeira. Como bem mostrou Demétrio Magnoli, um dos pontos centrais do imaginário nacional monárquico foi o investimento no que chamou de “Mito da ilha Brasil”. Por ele os geógrafos e historiadores do Império, reunidos no IHGB (com destaque para Varnhagen), seguindo a doutrina das fronteiras naturais, afirmavam que o território brasileiro era um todo unido e coerente, semelhante a uma ilha, formada pela junção das bacias do Amazonas e

²⁷ Cf. MORAES, Antônio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ AnnaBlume, 2002.

do Prata.²⁸ Através deste mito geográfico, a intelectualidade monárquica naturalizava a unidade nacional, apresentando-a como dado anterior a qualquer ação humana, inscrito na conformação física do território, legitimando assim a ordem unificadora do Segundo Reinado.

A historiografia territorialista de Capistrano de Abreu possibilitou, por seu lado, a superação do sentido centralizador inerente a esta visão. Ele não rompia completamente com a doutrina das fronteiras naturais, nem mesmo com o mito da Ilha Brasil²⁹. Mas ao invés de ressaltar a unidade como dado prévio, concentrou seu interesse em pensar a diversidade natural da porção interna desse território com limites externos naturalmente prefigurados.

Capistrano, apesar de se empenhar em construir uma história una do Brasil, apresentou uma visão fragmentada nosso passado colonial, fragmentação esta decorrente da própria conformação geográfica do território brasileiro e dos diferentes núcleos humanos originais de povoamento. Para Capistrano, o dado geográfico determinante da história brasileira foi a sua ocorrência em um cenário físico marcado pela diversidade e desagregação, representadas por um quadro natural que não era uno e inteiriço, mas caracterizado por um mosaico de quatro macro-regiões. Nos *Capítulos de História Colonial*, sua obra principal, de 1907, escrevia que

as montanhas preparam e os rios esculpem no planalto brasileiro quatro divisões bem distintas: o chapadão amazônico [...]; o do Parnaíba, inserido entre o primeiro e o do São Francisco [...]; finalmente o do Paraguai-Uruguai [...]. As relações existentes entre estes chapadões atuaram sobre o povoamento do território.³⁰

Tratava-se, na sua visão, de um território fragmentado e diverso que marcou fortemente a história colonial, atuando como a

28 MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**... *Op. cit.*, p. 46-56.

29 ABREU, João Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. *In.*: ABREU, J. C. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 355.

30 *Idem*. Sobre uma história do Ceará... *Op. cit.*, p. 35.

principal força condicionante da formação nacional, conforme os pressupostos do determinismo geográfico de Buckle e a versão mais elaborada da antropogeografia de Ratzel. O Brasil, para Capistrano, seria resultado, entre outros fatores, da interação do homem europeu com este quadro naturalmente fragmentado, interação esta que se daria a partir de quatro núcleos iniciais de povoamento: Maranhão, Pernambuco e Bahia ao Norte e São Paulo ao Sul. Assim, não somente a nossa base física, mas também nossa história colonial seria fragmentada, marcada como foi pelo desenvolvimento paralelo de quatro grandes levas de ocupação que, no entanto, ao longo do tempo, tenderiam a se entrelaçar. Desta forma, se a historiografia de Capistrano naturalizava a unidade em termos de fronteiras externas, ela tenderia, no mesmo movimento, destacar a diversidade interna do território nacional. A obra do historiador cearense correspondia ao momento de emergência de uma nova visão do nacional constituída de uma unidade precária, afirmada sobre uma diversidade interna de ordem natural e histórica predominante. Seria uma visão do nacional marcada por aquilo que Lia Osório Machado chamou de “senso dos contrastes”.³¹

Mas para Capistrano, nem tudo era fragmentação e dispersão, uma vez que também interpretava a história nacional como a progressiva integração deste quadro duplamente fragmentado. O meio dessa integração teria se dado pela abertura dos caminhos coloniais. Eles desempenhariam o papel de linhas de união entre os diversos núcleos humanos originais e as respectivas áreas geográficas. Eles serviriam, não somente como vias de ocupação e povoamento do sertão, mas também para “costurar” estes “retalhos” dispersos, representados pelas áreas geográficas e os núcleos iniciais de povoamento, constituindo assim a unidade da nação brasileira por meio da integração de seu território. Ao frisar o caráter integrador dos caminhos coloniais, e aí as bandeiras se destacavam, Capistrano se reconciliava com o propósito unificador da historiografia monárquica, mesmo mantendo, ao contrário desta, a ênfase na diversidade interna do país.

31 MACHADO, Lia Osório Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In. CASTRO, Iná Elias de [et. al.]. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 337.

Na base do interesse de Capistrano pelo estudo dos caminhos territoriais está um compromisso com a obra de construção da unidade, entendida como resultado da história, como a interação entre o colonizador e o meio, costura precária e tênue de pólos de ocupação e regiões naturais diversas. Esta concepção possibilitou a reabilitação do episódio histórico das bandeiras, em âmbito nacional, uma vez que era entendido como um importante meio de abertura de caminhos e estradas durante o período colonial. Capistrano inovaria ao tornar, a partir de 1883, a temática das bandeiras o centro de seu programa historiográfico, conforme evidenciava em carta a Antônio Macedo Soares:

Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Taques, em honra de Taques Paes Leme, e deve ocupar-se quase que exclusivamente das bandeiras e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil. O meu plano é começar pelo séc. XVI, tomando os impressos e manuscritos conhecidos e utilizáveis, e incumbindo cada sócio de examinar um ou mais.³²

A carta evidencia o lugar central conferido à temática das bandeiras, que levava Capistrano a pensar na criação de um Instituto alternativo ao IHGB, somente dedicado à nova linha de estudos historiográficos, o que não se concretizou. Capistrano iniciou o processo de revalorização positiva destas expedições, ao analisa-las sob um novo ângulo, que ressaltava seu papel fundamental no processo de integração das várias regiões da colônia e, portanto, de constituição da unidade nacional. Essa compreensão está presente um pouco ao longo de toda sua obra publicada e mesmo em sua correspondência, mas ela foi apresentada de forma exemplar em dois conjuntos de escritos: os artigos que publica, em 1899, no *Jornal do Comércio* e que seriam depois organizados no livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, e no capítulo “O Sertão”, cerne de sua obra maior, os *Capítulos de*

32 RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. v. 3... *Op. cit.*, p. 02.

História Colonial, de 1907.

De símbolo maior dos vícios originais da nacionalidade, como a entendia a historiografia indianista, a Bandeira passava a representar um evento central na constituição da unidade do território nacional. Entendida sob um ponto de vista territorialista, a figura do bandeirante, sob Capistrano, se transformava em um dos pontos centrais de um imaginário da modernidade nacional. Mas para melhor compreender as especificidades de sua representação, é importante ir além desse sentido geral e ver os elementos que marcam sua caracterização do fenômeno.

A originalidade da representação das bandeiras em Capistrano

A representação das bandeiras assumia no historiador cearense uma série de características que o destacavam por certa originalidade. Cabe aqui considerarmos quatro pontos que constituem os principais elementos dessa compreensão, conforme aparecem ao longo do tempo em sua vasta produção.

1- Um primeiro ponto diz respeito à compreensão de que as bandeiras *não eram um fenômeno exclusivo da história paulista* e nem a elas (bandeiras e história paulista) se reduzia a história brasileira.

Em artigo de 1895, Capistrano lembrava que “escreveu o visconde de São Leopoldo que a história de São Paulo era a história do Brasil. O mesmo tem repetido outros escritores e não tardará muito que a frase invoque direitos adquiridos. Todavia está longe de corresponder à realidade”³³. Deste modo, o autor negava claramente a frase que, publicada em 1819, era e continuaria a ser, ao longo do séc XX, apropriada por vários historiadores de São Paulo empenhados em destacar a centralidade e importância de sua região. A frase acabara de ser alçada a lema do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), de 1894, e sua negação peremptória já indicava o

33 ABREU, J. Capistrano de. Leituras, *A Notícia*, 3 de julho de 1895. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 185.

relativo distanciamento de Capistrano em relação ao regionalismo e certos usos políticos a que as bandeiras seriam cada vez mais submetidas pelos intelectuais de São Paulo, alguns inclusive discípulos seus, como Afonso de Taunay e Paulo Prado.

Ainda segundo o autor, “para a época da colônia [...] os sucessos da Bahia, menos dramáticos e menos sanguinários, têm incontestavelmente importância e alcances iguais”³⁴. Basta para confirmá-lo o fato, constantemente reiterado, de Capistrano considerar o principal problema da história nacional uma questão relativa às expedições do norte, a saber, os caminhos e a ocupação da área entre os rios São Francisco e Parnaíba. Existiriam, assim, bandeiras baianas, pernambucanas, maranhenses e amazônicas, conforme o esquema transmitido a Paulo Prado e por esse revelado no seu *Retrato do Brasil*, de 1928³⁵. Tanto os *Caminhos antigos* quanto os *Capítulos* atestam a importância correlata que Capistrano concedeu à Bahia, Pernambuco e ao Maranhão como centros de partida de expedições, ainda que não deixe de destacar a maior extensão espacial do fenômeno das bandeiras em São Paulo, principalmente no séc. XVII. Os paulistas haveriam alcançado tanto os campos de Lages, ao Sul, quanto Bahia, Minas, Goiás e Mato Grosso, rumando daí pelos rios Madeira e Guaporé até os confins amazônicos, no extremo norte.

Dessa maior extensão (que para ele não implicava em maior importância) do movimento paulista, talvez viesse o afeto que o historiador cearense sentia por São Paulo, flagrado em diversos trechos de sua correspondência privada. Como, por exemplo, em 1890, quando confidenciou ao visconde do Rio Branco: “gosto tanto de São Paulo, que acredito ter nascido lá; quando vi os campos de Mogi das Cruzes e do Ipiranga, pareceu-me que de muito me eram familiares”³⁶. Essa familiaridade intelectual que desbordava para o

34 ABREU, J. Capistrano de. Leituras, *A Notícia*, 3 de julho de 1895... *Op. cit.*, p. 185.

35 *Idem*. Esquema das Bandeiras. In.: ABREU, J. C. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 338.

36 *Idem*. Carta ao Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1890. In.:

plano sentimental, no entanto, não pode ser confundida com adesão plena ao discurso regionalista paulista baseado no uso das bandeiras, em vias de elaboração, como comprova a própria contestação da frase de São Leopoldo.

2- Um segundo ponto era considerar a bandeira como *a principal atividade econômica paulista*, durante os sécs. XVI e XVII, vistos como auge da história dessa região.

Nos *Capítulos*, Capistrano considerava que a posição da vila de São Paulo, no interior e no alto da serra, fazia com que

sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-europeia, de alguns, senão todos os cereais e frutos da península. Ao contrário o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se às bandeiras.³⁷

As bandeiras, voltadas à captura e escravização de indígenas, seriam o substituto da agricultura, cujas potencialidades impediram, ideia que aparece ainda mais clara no artigo de 1895, em que considerava que

as dificuldades de transporte não os [moradores de Piratininga] seduziam com força para as lides agrícolas. A criação de gado prosperou aqui muito menos que nos sertões do São Francisco, talvez porque ao norte o gado dispensa o emprego constante do sal. Os grandes impulsores de gente dos campos foram as minas e as bandeiras.³⁸

O meio geográfico, aqui representado pela barreira da Serra do Mar, isolava São Paulo do litoral, impedindo o escoamento necessário à atividade agrícola e dificultando o transporte do sal para o gado.

Por outro lado, o mesmo meio natural condicionava o habitante de SP à bandeira. Ele era, juntamente à contribuição

ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954, p. 130.

37 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 121.

38 *Idem*. Leituras, A Notícia, 3 de julho de 1895... *Op. cit.*, p. 187.

indígena, o principal fator explicativo da bandeira para Capistrano. Ele foi apresentado no texto de 1895, quando o autor destacou que, mais cedo que em qualquer outro lugar, em 1554, os colonizadores de São Paulo “vararam a floresta e estabeleceram-se no campo, [...] foi essa uma vantagem enorme”,³⁹

a facilidade de locomoção que lhes garantia esta forma de vegetação baixa, apenas interrompidas por capões, aumentava-se com a existência dos pinheiros, que aos mamalucos proporcionava alimentação substancial.⁴⁰

Mas não somente a vegetação facilitou o deslocamento; coerente com os pressupostos da antropogeografia ratzeliana, Capistrano apresentou o sistema hídrico do planalto paulista como elemento especial. A nordeste ele permitiu o acesso fácil à bacia do Paraíba do Sul, que é apresentada como “um condensador de população análogo ao do Nilo”, concentrando, a partir do séc. XVII, número significativo de vilas cujo crescimento populacional pressionou pela superação da Serra da Mantiqueira e a abertura de caminhos para Minas e o norte. A oeste, o Tietê permitiu às bandeiras atingirem facilmente a bacia do Paraná e as missões jesuíticas e campos do sul. Esse esquema básico seria mantido e complementado nas obras posteriores que dedicou às bandeiras paulistas, os *Caminhos* e o capítulo “o sertão” dos *Capítulos*, apresentando a extensão total da expansão paulista para o sul, nordeste, centro-oeste e daí para a Amazônia, conforme citado anteriormente.

Um de seus pressupostos era que os bandeirantes paulistas navegavam os rios e “improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga”.⁴¹ Esse método teria variado um pouco no caso das expedições contra as missões jesuíticas no Guairá, quando realizaram

‘viagens mistas’, [ou seja], em canoas ou balsas feitas no

39 ABREU, J. Capistrano de. Leituras, A Notícia, 3 de julho de 1895... *Op. cit.*, p. 186.

40 *Ibidem*, p. 188.

41 *Idem*. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 122.

planalto desciam os rios, [mas] à volta, as jornadas deviam ser inteiramente por terra, de outro modo não poderiam trazer a chusma de prisioneiros.⁴²

Esse ideia que atrelava as bandeiras à navegação dos rios seria também compartilhada pela historiografia de Teodoro Sampaio e mantida durante longo tempo por Capistrano, que somente em 1920, sob sugestão de Gentil Moura, começaria a questioná-la.⁴³

Mas juntamente à navegação dos rios, algumas vezes os bandeirantes “por terra aproveitavam as trilhas dos índios”.⁴⁴ Essa proximidade com os indígenas, em diferentes aspectos, é outro elemento explicativo da especificidade da bandeira paulista para Capistrano. Ela aparece desde cedo, em carta ao Barão do Rio Branco de 1888, quando afirma que

o costume de bandeira é índio. [...] Outra circunstância interessante [...] é que a bandeira que os paulistas levavam não era de Portugal. [...] no fim do século (XVIII) e no Maranhão bandeirante significava conhecedor da língua geral.⁴⁵

Os caminhos abertos pelos indígenas eram entendidos como sua maior contribuição à bandeira, a ponto de Capistrano afirmar, em 1923, que

Piratininga foi a herdeira favorecida dos Tupiniquins, dos Guaianases, das tribos talvez anteriores [...]. As gargantas do Perequê e do Mutinga apontavam aos navegantes desde o fundeadouro as entradas para os campos de serra acima.⁴⁶

42 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 126.

43 *Idem.* Carta a Afonso de Taunay, 25-jul-1920. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu.** v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954, p. 312.

44 *Idem.* **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 122.

45 *Idem.* Carta ao Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1890... *Op. cit.*, p. 123.

46 *Idem.* Fragmento de um prólogo. *Revista do Brasil*, n 85, janeiro de 1923. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 375.

Da mesma forma que o uso das trilhas para o sertão, também o hábito de levar à frente da expedição uma bandeira (que lhe deu nome) e o uso da língua geral apareciam como tantos elementos indígenas incorporados pelas bandeiras, que também se manifestavam na própria composição étnica de seus membros. Pois diferente do indianista Machado de Oliveira, que tendia a separar bandeirante de mameluco, para Capistrano os bandeirantes paulistas eram mestiços de brancos com indígenas. Em 1895 considerava que

os vizinhos de Piratininga, os moradores dos campos, os mamelucos, aparecem inquietos, nômades, de sangue ardente, que por vezes lembra os espanhóis,⁴⁷

ideia mantida em 1907, nos *Capítulos*, quando afirma que “os jesuíta chamam à gente de São Paulo mamalucos, isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata”.⁴⁸

De qualquer forma, ainda que considere a presença indígena um fator explicativo das bandeiras, Capistrano não o desenvolveu tanto quanto os condicionamentos geográficos, tomados como os principais elementos de sua representação da bandeira, que privilegia, assim, fatores explicativos externos. A rigor, o autor demonstra pouco interesse em explorar características intrínsecas ao agente humano, ao bandeirante. Pouco diz sobre sua composição racial, social ou psicológica, sendo exceções as poucas referências vistas acima o seu “sangue ardente”, “inquietude” e “nomadismo”. Em outros termos, Capistrano não desenvolve algo próximo às teorias dos bandeirantes como uma “raça de gigantes”, ideia sugerida por Saint-Hilaire e elaborada, nos anos 1920, por Alfredo Ellis Júnior. Nem desenvolve discursos que ressaltem seu empreendedorismo, espírito de iniciativa, ou considera sua mestiçagem “eugênica”, outro aspecto que o distancia dos usos do bandeirismo para fins identitários regionais.

Capistrano trata, porém, de duas questões que seriam

47 ABREU, J. Capistrano de. Leituras, A Notícia, 3 de julho de 1895... *Op. cit.*, p. 187.

48 *Idem*. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...* *Op. cit.*, p. 123.

fartamente exploradas pela historiografia paulista: a do nível de riqueza bandeirante e a da sua independência. A primeira aparece quando, nos *Capítulos*, tratando sobre “a vida levada em São Paulo pelos bandeirantes recolhidos aos lares”, reproduz trecho do cronista Pedro Taques em que descreve as riquezas fabulosas do paulista Guilherme Pompeu de Almeida. Capistrano era cuidadoso o suficiente em levantar todas as ressalvas quanto às possibilidades de generalização desse caso, argumentando que “o trecho só em parte supre a lacuna, pois refere-se a época posterior às minas, o que altera em muito a situação”.⁴⁹ Complementava contrastando a riqueza do potentado com a “vida do povo comum” que “dizia mal com estes esplendores: a canjica, alimento da maioria da população, dispensava sal, porque este ingrediente não chegava para todos”.⁵⁰ Assim, ficava indefinida a situação da riqueza bandeirante para Capistrano. A questão, nos anos 1920, contraporía Oliveira Vianna, defensor da opulência dos potentados paulistas, a Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay e principalmente Alcântara Machado, que mostraria um cotidiano seiscentista de sobriedade e pobreza.

Mas Capistrano se aproximaria do discurso dos historiadores paulistas ao afirmar a independência do colono paulista, conferindo-lhe uma explicação econômica de base geográfica. Em carta de 1922 para Paulo Prado, ele afirmava que

São Paulo pertence aos chamados *oikos*, período de economia fechada, economia doméstica, em que o produtor identifica-se com o consumidor e nem se compra nem se vende.⁵¹

Desde 1899, nos *Caminhos Antigos e Povoamento*, indicava que “Piratininga só precisaria de sal, pólvora, armas e alguns tecidos e quase só podia dar em troca algum ouro de lavagem, que desde logo foi

49 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 128.

50 *Ibidem*, p. 129.

51 *Idem*. Carta a Paulo Prado, véspera de São Rui, 1922. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954, p. 425.

sendo extraído, e os índios apanhados nas bandeiras”.⁵² Essa autonomia econômica era fruto, mais uma vez, das condições do meio geográfico, especificamente da Serra do Mar e das “asprezas do caminho” que ligava o planalto ao litoral, aspecto fartamente desenvolvido por Paulo Prado em seu *Paulística*, de 1925.

O historiador cearense chegou a apontar para os desdobramentos políticos desse isolamento geográfico quando tratou do fechamento dos caminhos pelos colonos do planalto, que assim conseguiam “tolher a ação das autoridades de serra abaixo, representantes do poder real ou senhorial”.⁵³ Se encontramos em sua obra a tese de uma maior independência política do colono paulista, ela não chega a assumir a forma de uma afirmação explícita de que seriam dotados de uma psicologia própria proto-liberal ou que essa independência seria a raiz de um *self government* “democrático”, materializado nas câmaras municipais, como seria explorado pelos estudos posteriores do IHGSP, com destaque para Washington Luís, interessados em legitimar o federalismo republicano.

A rigor, Capistrano, que nos anos 1880 chegara a se entusiasmar com o estudo das câmaras municipais da colônia, mudou de ideia. Em carta de 1899 ao amigo cearense Domingos Jaguaribe, um dos fundadores do IHGSP, afirmou que “é muito limitada minha crença no municipalismo. Sua influência em nosso passado acho muito restrita”. Essa desconfiança relacionava-se a uma descrença política frente à instituição no presente, uma vez que questionava se

sua influência no futuro será tão benéfica como você o acredita, meu velho amigo? Duvido muito, à vista do que se passa nos Estados Unidos, cuja educação política de modo algum se pode comparar à nossa indigência.⁵⁴

52 *Idem*. Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 264

53 *Ibidem*, p. 264

54 *Idem*. Carta a Domingos Jaguaribe, 17 de janeiro de 1899. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954, p 33.

O comentário é um indício de uma possível desconfiança frente a instituições descentralizadoras, o que já por si seria um elemento a distanciá-lo dos historiadores paulistas das bandeiras.

3-Um terceiro ponto é que Capistrano considerava a bandeira como *fator de despovoamento*.

Vimos que a bandeira era considerada a principal atividade econômica paulista. Nos *Capítulos*, Capistrano definia que “bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena”.⁵⁵ Sua consequência foi a abertura de um sem número de caminhos, conforme já indicado. Mas nem por isso ela era entendida pelo historiador cearense como um fator direto de povoamento. Muito pelo contrário. Nos *Caminhos antigos e o povoamento*, de 1899, já indicava que elas

concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entraram em contato com os civilizados.⁵⁶

O despovoamento era resultado tanto do extermínio de indígenas citado, quanto da mobilidade constante, considerada como característica negativa dos bandeirantes, que em sua visão “iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos”.⁵⁷

Neste mesmo estudo, Capistrano estabelecia a diferença entre os bandeirantes e o que chamava de “conquistadores”, definidos como “homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência”. A diferença não estaria somente no caráter oficial da ação dos segundos, mas também na relação que estabeleciam com os

55 ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...* *Op. cit.*, p. 122.

56 *Idem*. *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil...* *Op. cit.*, p 264.

57 *Ibidem*, p 264

territórios que percorriam, pois “os conquistadores [...] geralmente não tornavam à pátria e deixavam sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alhures”.⁵⁸

Nos *Capítulos*, porém, a tendência foi atenuar essa contraposição. Capistrano fazia referência quase sempre somente aos bandeirantes, apresentados sob a marca “do despovoamento e depredação, característico essencial e inseparável das bandeiras”, responsáveis por devastarem “sobretudo o Tietê, cujos numerosos Tupiniquins depressa desapareceram”.⁵⁹ A atenuação veio com a indicação da possibilidade dos bandeirantes se transformarem em conquistadores, como no caso dos paulistas contratados, no séc. XVII, para exterminarem indígenas na Bahia e os negros de Palmares. Então,

muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos.⁶⁰

Somente quando tornaram-se criadores de gado os paulistas passaram a contribuir para o povoamento efetivo do território.

Essa forma de compreender a bandeira rompia com a identificação direta com o povoamento presente tanto na historiografia territorialista do IHGB, que vimos acima, quando na que então começava a ser produzida pelos historiadores de São Paulo. Ambas valorizavam o bandeirante como um povoador, com usos político-sociais diferenciados, porém. O argumento era usado pela historiografia territorialista do IHGB para legitimar, pelo *uti possidetis*, as reivindicações de fronteiras feitas pela diplomacia imperial, enquanto que os historiadores de São Paulo usavam-no para legitimar a expansão cafeeira e o correlato imaginário do paulista como povoador de sertões, fator de distinção dessa elite regional em

58 ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e o povoamento do Brasil... *Op. cit.*, p. 264.

59 *Idem*. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...* *Op. cit.*, p. 124.

60 *Ibidem*, p. 128.

ascensão. Por sua vez, a interpretação de Capistrano, aproximava-se da imagem difundida pelas crônicas jesuíticas, que lhe serviam de fonte, e também da interpretação indianista, mais preocupadas em acusar os bandeirantes dos crimes que cometiam contra os indígenas. À sua maneira, ao identificar a bandeira como despovoadora Capistrano mostrava-se próximo à “lenda negra” paulista, que redefinia.

4- Essa questão está diretamente relacionada ao quarto ponto que marca a especificidade da representação de Capistrano, transpassada pelo *questionamento sobre a violência das bandeiras*.

Já vimos como a representação da bandeira despovoadora traz a ideia do extermínio de indígenas, ainda que não se reduza a ela. Mas ela se torna explícita nos *Capítulos*, no momento em que Capistrano descreve com mais cuidado o confronto entre duas frentes colonizadoras: a dos jesuítas que vêm do Paraguai e a dos bandeirantes paulistas. Aí a obra dos jesuítas é representada positivamente como um esforço de ensinar hábitos sedentários e de trabalho agrícola contínuo aos indígenas. Tendo como fonte a crônica do jesuíta Montoya, Capistrano distancia-se de seu costume de traçar roteiros de caminhos coloniais e dedica-se a narrar com certa riqueza de detalhes o ataque de um grupo de bandeirantes às missões.

Capistrano detalha o momento em que ocorre (em meio a uma festa com missa), a vestimenta bandeirante, as armas, o número de envolvidos, o ataque à igreja onde se abrigaram os indígenas, o incêndio. Descreve a fuga desesperada dos índios, na qual

abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros.

Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?⁶¹

61 ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos*

Nesta questão Capistrano exacerbou a tensão entre os argumentos das duas grandes linhas interpretativas das bandeiras: a acusatória, da lenda negra jesuítica atualizada pelos indianistas, e a elogiosa, da lenda dourada dos paulistas atualizada pelos autores territorialistas do IHGB e do IHGSP. Ele tornou explícita a violência intrínseca à ação bandeirante, recusando acobertá-la sob a luz ofuscante da construção do território nacional. Podemos considerar essa escolha algo característico da forma como o autor abordava o passado nacional em geral e não somente o caso das bandeiras, pois não é raro relatar a violência decorrente dos processos que apresenta. Assim, ao tratar da constituição, no século XVII, do Estado no Pará e Maranhão, considerou que “os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruínam”.⁶²

Essa preocupação em trazer à tona o caráter violento do processo de colonização pode ser entendida como um elemento de continuidade com a etno-historiografia indianista que Capistrano manteve em sua prática historiográfica. Mas, diferente daquela, Capistrano não adotou um tom moralista, não identificou nas práticas violentas contra os indígenas o critério principal de avaliação do processo histórico, nem considerou seu extermínio e escravização uma espécie de pecado original da nação. A violência, em sua escrita da história, é antes apresentada como uma questão latente, um problema que recusou a escamotear, mas ao qual não oferece resposta explícita.

Nesse sentido, o autor nos *Capítulos* distanciou-se da etno-historiografia indianista do IHGB, ao se recusar a dar espaço maior à análise do conflito entre colonos e jesuítas pelo uso do trabalho indígena na região amazônica.

Para quê narrar essa história? Com os índios só havia duas políticas racionais: ou deixá-los aprisionar à vontade como então se fazia, ou proibir expressamente toda e qualquer escravidão. Nem uma das duas observaram quer o governo,

Antigos e o Povoamento do Brasil... *Op. cit.*, p. 125-126.

62 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 138.

quer os jesuítas. [...] Mais interessa que tais historietas apresentar o organismo do Estado cerca de 1662.⁶³

Tais “historietas” haviam sido largamente exploradas em uma série de monografias do IHGB que contrapunham a cobiça dos colonos à abnegação jesuítica, dualidade não compartilhada por Capistrano, que no trecho citado vemos recusar a superioridade moral dos inacianos.

Assim, se não encontramos uma condenação explícita por parte de Capistrano da prática de extermínio e escravização indígena, também não encontramos o escamoteamento ou a justificação dessas práticas, conforme seria praxe na produção sobre as bandeiras realizadas pelos historiadores de São Paulo no início do séc.XX. Para notarmos a distância, quanto a esse ponto, entre Capistrano e seus discípulos de São Paulo, basta lembrarmos que Afonso de Taunay, no primeiro volume de sua *História Geral da Bandeiras Paulistas*, de 1924, justificou a violência bandeirante como um crime da época, não dos paulistas.

A questão da violência, mais que qualquer outro aspecto, resume a peculiar situação da representação historiográfica das bandeiras em Capistrano de Abreu. A escolha em mantê-la como questão aberta, sem no entanto condená-la ou justificá-la, revela o esforço do historiador por equilibrar-se, em um jogo sutil de rupturas e continuidades, entre a condenação lançada no passado pelo indianismo e o entusiasmo, um tanto acrítico, da nascente historiografia paulista pela ocupação do sertão.

Referências bibliográficas:

ABREU, J. Capistrano de. A literatura Brasileira Contemporânea. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 2ª série. Rio: Civ. Brasileira: 1976.

ABREU, J. Capistrano de. A literatura Brasileira Contemporânea. In.: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 2ª série. Rio: Civ. Brasileira: 1976.

63 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil...** *Op. cit.*, p. 138.

ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, J. Capistrano de. Carta a Afonso de Taunay, 25-jul-1920. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954.

ABREU, J. Capistrano de. Carta a Domingos Jaguaribe, 17 de janeiro de 1899. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954.

ABREU, J. Capistrano de. Carta a Paulo Prado, véspera de São Rui, 1922. *In.*: *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954.

ABREU, J. Capistrano de. Carta ao Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1890. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, INL, 1954.

ABREU, J. Capistrano de. Esquema das Bandeiras. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, J. Capistrano de. Fragmento de um prólogo. *Revista do Brasil*, n 85, janeiro de 1923. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, J. Capistrano de. História Pátria. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 3ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, J. Capistrano de. Leituras, *A Notícia*, 3 de julho de 1895. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, J. Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931.

ABREU, J. Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, J. Capistrano de. Variedades. Gravetos de História Pátria. *Gazeta de Notícias*, 9/dez/1881. *In.*: ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABUD, Kátia. **O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições; a construção de um símbolo paulista:** o bandeirante. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 15. p. 146, 1995.

AMOROSO, Marta Rosa. Capistrano de Abreu e os índios. *In.*: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (org.). **Política e cultura:** visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: ANPOCS, Editora Hucitec, 1996.

BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, etc. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, p 160, 1839.

CAMARA, J. A. Saraiva. **Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: José Olímpio Ed., 1969.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In.*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FERRETTI, Danilo J. Z. **A Construção da Paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

FERRETTI, Danilo. *A Confederação dos Tamoios* como escrita da história nacional e da escravidão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 171-191, 2015.

GONTIJO, Rebeca. **O Velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927):** memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. *In.*: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia M. B. P. (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos:** Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. *In.* CASTRO, Iná Elias de [*et. al.*]. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. Unesp/ Moderna, 1997.

MORAES, Antônio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ AnnaBlume, 2002.

OLIVEIRA, J J. M d'. Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 7, 1845.

OLIVEIRA, J J. M d'. Os Caiapós. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 24, 1861.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro histórico da província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**. A história do Brasil a “grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Ed. Apicur/ PUC-Rio, 2010.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ensaio sobre os jesuítas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 18, p 388, 1855.

PUNTONI, Pedro. Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães. A Poética da História e a Historiografia do Império. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 45, 1996.

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. *In.*: RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1954.

SCHNEIDER, Alberto Luíz. Os Paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séc. XVII e XVIII. **Projeto História**, São Paulo, n. 57, p. 84-107, 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. **Revista de História**, São Paulo, n 142-143, p. 261-276, 2000.

TREECE, David. **Exilados, aliados e rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação Imperial. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008.

ENTRE “RIOS DA DÚVIDA” E CONTÍNUAS ENTRADAS: A CONSTRUÇÃO DO TEMA DAS BANDEIRAS POR AFONSO TAUNAY¹

Karina Anhezini²

Se isto acontece com a exegese de papeis da primeira metade do século XVIII, se ainda, no último quartel desta centúria, no Oeste próximo de S. Paulo, numerosos “rios da Dúvida” existiam, como no caso do Mogi-Guaçu e do Pardo, confluentes ou não confluentes, que esperar da precisão dos documentos dos séculos anteriores? Como não se os considerar meros fornecedores de elementos conjecturais?³

*Todos à obra, ilustres e prezados consócios e cerremos pelo Instituto! Como se fôramos os soldados de um antigo terço — que realmente somos os membros da bandeira que do Passado procura fazer, em múltiplas, em contínuas **entradas**, o descimento das verdades históricas.⁴*

Em 1888, quando Afonso de Escragnole Taunay (1876-1958) se preparava para os exames de ingresso como aluno no prestigiado

1 Texto extraído do livro: ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay. São Paulo: UNESP, 2011. Este texto foi apresentado na XII Semana Acadêmica de História “O Bandeirantismo na Historiografia Brasileira” realizada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campus Amambai, entre 19 e 23 de maio de 2014. Agradeço ao colega Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz pelo convite, que muito me honrou, para participar da mesa-redonda intitulada “As bandeiras e seus intérpretes: Afonso de Taunay e Virgílio Correa Filho”.

2 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca.

3 TAUNAY, Afonso de E. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. *In.*: **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 6-28.

4 TAUNAY, Afonso de E. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. *RIHGPS*, v. 19, p. 13, 1914.

Colégio Pedro II, o tema das bandeiras era secundário na história do Brasil. A esta altura, a história pátria era conhecida por meio da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) que, na *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* (Madri, 1854-1857), reuniu grande número de documentos recolhidos em arquivos europeus e brasileiros. Tal obra apresenta o Brasil como resultado do Império ultramarino português, desde a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral até 1808.⁵

Naquela época, João Capistrano de Abreu (1853-1927), que foi contratado pelos pais de Taunay como seu “explicador particular” de História do Brasil, havia publicado, por ocasião da morte de Varnhagen, falecido em 1878, uma avaliação dos escritos históricos produzidos até aquele momento. No *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*,⁶ publicado no *Jornal do Commercio* entre 16 e 20 de dezembro de 1878,⁷ Capistrano delimitou

5 Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. História geral do Brasil. In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. v. 2. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002. Para uma análise da obra, ver: ANHEZINI, Karina; FERREIRA, Ricardo A. Os novos intérpretes e a velha questão: o que é o Brasil? In.: RODRIGUES, C. C., LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (org.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. [online]. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2014, p. 203-231. Disponível em: Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

6 Cf. ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In.: ABREU, Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

7 Esse texto foi posteriormente reproduzido em *Apenso à História Geral do Brasil* em sua quarta edição e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1916; tamanha divulgação tornou esse texto ponto de partida ou passagem obrigatória das análises a respeito de Varnhagen e Capistrano de Abreu ou da produção historiográfica do oitocentos. Cf. RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965; *Idem*. **História e Historiografia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970; LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976; CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**. São Paulo, n. 18, p. 88, 1971; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988; WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da UFF, 1994; *Idem*. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional.

os objetivos e desafios para a escrita da história a partir daquela morte.⁸

O menino Afonso Taunay, ainda com 10 anos quando conheceu Capistrano, teve seus rumos profissionais encaminhados pelo avô e pelo pai para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mesmo que em sua lembrança de carreira, a história sempre tenha ocupado o lugar privilegiado. Taunay contava, por exemplo, que certo dia, ouvia seu pai narrar ao seu avô que na viagem de volta de Mato Grosso ao litoral, perguntou a um tropeiro a respeito da distância que ainda teriam que percorrer até chegarem a Santos e o tropeiro desalentando-o respondeu: quatrocentas léguas. Naquele momento, a conversa dos adultos foi interrompida pelo menino Afonso de sete anos que, admirado, indagou-os: “Sempre no Brasil?” Seu avô sorrindo, respondeu: “Sempre, certamente! Isto não é nada para o Brasil, saiba-o você”.⁹ Segundo Taunay, esta resposta o deixou perturbado e, somado às várias histórias de viagem que seu pai lhe contou durante a infância e a adolescência, foi criando “a impressão de mistério”, de “verdadeira fascinação” pela história do povoamento do Brasil.

É nessa altura da narrativa de vida de Taunay que ganha relevo a aparição de Capistrano de Abreu que, ao lado do geógrafo Alfredo Moreira Pinto, foi contratado por sua mãe para ministrar aulas de História do Brasil entre 1888 e 1889. Foi um pouco mais tarde, em 1902, durante uma visita à Capistrano que Taunay confessou-lhe o desejo de escrever história e que teria surgido a indicação do estudo da história das bandeiras.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

8 Cf. ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). *In.*: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (org.). **Teoria e Historiografia:** Debates Contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 233-246.

9 ABL. Recepção do Sr. Afonso Taunay na Academia Brasileira de Letras em 6 de maio de 1930. Discurso do Sr. Afonso Taunay. **Discursos Acadêmicos (1927-1932)**, v. VII, 1937, p. 213.

Esse acontecimento considerado pelo próprio Taunay como um ato fundador em sua trajetória foi narrado por ele aos seus pares intelectuais em cartas e, sobretudo, em discursos de ingresso ou consagração institucional. Foi um episódio contado diversas vezes para traçar seu percurso intelectual e definir sua inserção historiográfica. Podemos acompanhá-lo em 1939 no discurso de posse da Presidência Honorária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

— Se você está em São Paulo e quer escrever história, — aconselhou-me certa vez o meu querido e saudosíssimo mestre Capistrano de Abreu, — faça uma coisa: estude as bandeiras.

— Mas, isto é muito trabalhoso demais, — objetei-lhe — A vida de um homem não dá para tanto.

— Você ainda é moço e quem não tem coragem não amarra canhembora no mato, segundo afirma um prolóquio de minha terra, — retrucou-me o mestre cearense, em rude comparação de seu feito de sinceridade absoluta.

— Preferiria algum assunto mais fácil, menos extenso e mais à mão, por exemplo, o período dos Capitães-Generais.

Aí se agastou o autoritário amigo, apaixonado da franqueza e da ausência de rebuços:

— É mais fácil e mais à mão, com efeito! E assim também mais facilmente conseguirá você dar uma demonstração de rara ininteligência! Deixará um episódio máximo dos nossos anais, máximo e quase virgem na consolidação de seus fastos, para cuidar de uma relação quase sempre de meros atos burocráticos de um período de depressão e decadência. Parabéns pelo brilhantismo da escolha!

Deixou-me tão rude franqueza abalado ao despedir-me, em meados de 1902, da visita feita no Rio de Janeiro a quem tão categoricamente se exprimia.¹⁰

A conversa narrada daria origem à carta, fartamente citada pelos biógrafos de Afonso Taunay, em que Capistrano

¹⁰ TAUNAY, Afonso de E. Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto. *RIHGSP*, v. 37, p. 10-11, 1939.

reafirma as opiniões expostas pessoalmente ao discípulo.

A sua ideia de escrever uma história dos capitães-generais de S. Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII! Deixe este encargo ao... ou ao... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da *Revista* com tão desenxabido assunto.

Reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar.¹¹

Capistrano insistia, nessa carta endereçada a Taunay, na definição das novas exigências historiográficas do período já apontadas por ele no *Necrológio* e reafirmadas no texto *Sobre o Visconde de Porto Seguro*¹². Nesse texto de 1882, Capistrano de Abreu, guiado pela necessidade moderna de atribuir um sentido à história do Brasil, criou um roteiro de trabalho e estabeleceu uma periodização para história nacional:

A história do Brasil, de 1500 a 1614, oferece uma feição que lhe é própria. Aí se tratou principalmente de ocupar o litoral [...]. No período que vai de 1614 a 1700, o litoral está todo povoado, exceto uma nesga ao Sul e os

11 ABREU, Capistrano de. Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, dia de S. Bertoldo e S. Columbado [1904?]. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 276. Os nomes dos dois historiadores contemporâneos foram omitidos na transcrição publicada por Taunay nos jornais e também no discurso de posse em que Taunay tratou do assunto. Para um estudo detalhado da correspondência de Capistrano de Abreu. Cf. AMED, Fernando José. **As Cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na Belle Époque carioca**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006.

12 ABREU, Capistrano de. *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. Ao interpretar esse texto, Maria da Glória Oliveira destaca a crítica feita por Capistrano à crônica e, sobretudo, à concepção de História de Varnhagen: “Com a emergência de uma concepção moderna de escrita da história, passava-se a esperar dos historiadores mais do que o registro dos acontecimentos dentro do quadro cronológico de sua ocorrência original” [...] Mais do que uma objeção ao estilo, o que também está sendo questionado aqui é a própria concepção de história que fundamentaria a obra do visconde de Porto Seguro”. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão (org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP/ Museu Paulista, 1999, p. 57.

terrenos ao Norte do Amazonas [...]. Começa agora uma internação, mas pelos rios. [...] São Paulo, tendo na frente o Tietê, nas costas o Paraíba, e a um lado o Mogi-Guaçu, atira-se pelas cachoeiras do primeiro e vai ao Paraná e ao Uruguai expulsar os Jesuítas; [...] No Rio de São Francisco encontram-se paulistas que descem, baianos e sergipanos que sobem. [...]. No período de 1700 a 1750 dominam as minas. [...] Todo o interior é explorado e povoado. [...] O período que vai de 1750 a 1808 é o da consolidação do sistema colonial. [...] O período seguinte que começa em 1808, é o da decomposição do sistema colonial. [...] Desde 1850 começou um período novo, a que se poderá chamar centralizador, imperialista ou industrial. [...] *Esses seis períodos, parece-nos, apresentam entre si, ao lado de feições congêneres, caracteres que os separam pronunciadamente. Estes caracteres, e outros, talvez mais importantes, porém ainda pouco conhecidos, Varnhagen não os soube distinguir. É o defeito fundamental de seu livro.*¹³

A crítica dirigida à Varnhagen por unificar os tempos da história do Brasil não era suficiente para retirá-lo de seu pedestal até que um número bastante extenso de trabalhos fosse realizado. Capistrano arrolou em torno de trinta autores cujos trabalhos estavam em curso naquele momento e por isso retomou a afirmação de João Francisco Lisboa (1812-1863), de “que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo” e, acrescentou: “pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas”.¹⁴

O próprio Capistrano, quando enviou aquela carta a Taunay, estava prestes a iniciar a redação de *Capítulos de história colonial*, encomendado pelo Centro Industrial do Brasil em 1905. Esta seria a concretização de um projeto idealizado ainda nas décadas finais do século XIX. Nos *Capítulos* a herança ibérica e a obra administrativa da coroa imperial que ocupavam a primeira cena na história político-administrativa e biográfica realizada por Varnhagen conviveram com

13 ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro... *Op. cit.*, p. 140-142, grifo nosso.

14 *Ibidem*, p. 139.

os indígenas e, sobretudo, com a conquista do sertão.

A ideia de escrever a história dos capitães-gerais apresentada por Taunay a Capistrano naquela conversa de 1902 não correspondia às necessidades de pesquisa do período, bem como, não correspondia à avaliação que Capistrano fazia de Alfredo d'Escragolle Taunay quanto à primazia no desbravamento dos sertões, conferindo destaque à narrativa que ele apresentou a partir da sua visão dos homens e costumes que descreveu. Esse é o tema de carta enviada por Capistrano a Taunay em 1923: “Quando as críticas se apurarem, reconhecerão que seu pai foi o primeiro dentre nós que descreveu os sertões de experiência e autópsia, não de chic: antes dele só houvera estrangeiros”.¹⁵

Podemos afirmar que, dessa forma, a História das bandeiras passou a ser um tema para Taunay a partir da referência representada pelo pai Alfredo de Escragolle Taunay, o Visconde de Taunay,¹⁶ e da orientação de Capistrano de Abreu.

Orientação dada, tema de pesquisa estabelecido, Taunay tinha pela frente um grande desafio: escrever uma História das bandeiras segundo os critérios de produção vigentes em seu período, portanto, a sua História só começaria a ser escrita após o ingresso nas instituições dedicadas à produção do conhecimento histórico naquele período, ou seja, os Institutos Históricos. Em 1911, Taunay foi indicado e eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Taunay apresentou no seu discurso de posse no IHGSP o seu maior projeto de trabalho. Ele iniciou seu discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP com os agradecimentos costumeiros deste tipo de eleição e, logo em seguida, expôs a tônica que seus trabalhos futuros teriam ao destacar que “São Paulo nunca coube dentro de

15 ABREU, Capistrano de. Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1923. In.: ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1956, p. 280.

16 COSTA, Wilma Peres. Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p.15-41, 2016.

suas fronteiras”.¹⁷ O tom épico adotado por Taunay em seu discurso de posse credenciava-o para a construção de uma História, não coincidentemente, adequada ao roteiro já definido pelos seus novos consócios no mundo das letras paulistas. A ênfase na “obra titânica da dilatação e da conquista do território”,¹⁸ pelos paulistas ocupou o restante do discurso em que Taunay procurou destacar os principais episódios que, mais tarde, compuseram os onze volumes de sua grande obra: a *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

Antes de produzir essa vultosa obra, Taunay se dedicou a estudar os historiadores das bandeiras: Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus. Taunay apresentou no IHGSP a proposta de comemoração dos bicentenários de nascimento de dois historiadores paulistas, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) e ficou responsável por realizar os estudos que seriam apresentados por ocasião das homenagens. Foi a partir desses estudos que Taunay apareceu na cena intelectual como autor das Bandeiras, estudando os primeiros que escreveram sobre o tema.

O significado desses estudos é bastante grande, pois Pedro Taques é o autor da *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*,¹⁹ ou seja, um estudo produzido no século XVIII a respeito da genealogia das famílias paulistas e, Frei Gaspar produziu *Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. A marca distintiva dessas obras é que enquanto Pedro Taques reprovou a mestiçagem ressaltando a pureza de sangue, frei Gaspar destacou a mestiçagem como traço do paulista.²⁰ Ambos foram estudados por Taunay e retomados em seus trabalhos posteriores.

17 TAUNAY, Afonso de E. Discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP. *RIHGSP*, v. 17, p.89, 1912.

18 TAUNAY, Afonso de E. Discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP... *Op. cit.*, p. 90.

19 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

20 Cf. ABUD, Kátia. **O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

Assim, se o Instituto possibilitou essa primeira investida na História das Bandeiras, o lugar que lhe ofereceu as condições para a construção de sua história foi o Museu Paulista. Afonso de Taunay assumiu a direção do Museu Paulista em 1917 com a missão de prepará-lo para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil que aconteceriam durante a semana do dia sete de setembro de 1922. Portanto, ele contava com quase cinco anos para providenciar as modificações que o governo paulista e ele considerassem necessárias.²¹

No entanto, para atingir esses objetivos, Taunay deveria modificar as feições de um museu já reconhecido como uma instituição vinculada às Ciências Naturais. O Monumento da Independência transformado em Museu Paulista foi inaugurado durante as festividades de 7 de setembro de 1895 e contava com o quadro de Pedro Américo “Independência ou Morte!”, pintado entre 1886 e 1888, no Salão de Honra,²² e um esqueleto de baleia no *hall* de entrada,²³ elementos emblemáticos que apontavam para a convivência da História Pátria e da História Natural neste novo espaço da ciência no Brasil.

À frente da reestruturação da Seção de História do Museu, Taunay se empenhou desde os primeiros meses na localização da documentação que necessitava para montar as primeiras salas que desejava expor até o final do ano de 1917. Para tanto, providenciou a contratação de copistas reconhecidamente competentes que pudessem reproduzir fielmente cerca de cinquenta mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII referentes ao Brasil e a São Paulo, em particular, e numerosos documentos datados de 1550 a 1822 relativos “aos mais importantes fatos do passado paulista”.²⁴ Uma das negociações mais longas girou

21 Cf. BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional.** São Paulo: Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

22 A respeito da obra de Pedro Américo e das implicações do “fato representado”, Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão (org.). **O Brado do Ipiranga... Op. cit.**

23 Cf. LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 271.

24 Carta de Afonso de Taunay enviada aos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio* e *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de dezembro de 1917, APMP/FMP (1ª. entrada), pasta 104.

em torno da aquisição do mapa de D. Luis de Céspedes Xería. Taunay tratou com o Sr. Santiago Montero de Sevilha durante todo o ano de 1917 porque queria uma “cópia exata com os tamanhos e cores naturais”²⁵ do mapa original.

Além das cópias de mapas e manuscritos e da contratação de artistas que fizeram quadros e esculturas para ornamentar o Museu, Taunay contou com os principais intelectuais da época para o rastreamento de obras importantes, produzidas nos séculos coloniais, que a biblioteca do Museu não dispunha.

O primeiro resultado desse esforço foi a publicação de *Na era das bandeiras* em 1919. A pesquisa que abre o livro é o estudo do “primeiro ponto de partida para a conquista do Brasil pelos brasileiros”.²⁶ Este é o momento inaugural na obra de Taunay da apresentação desta fórmula narrativa de exposição daquilo que foi a ideia fixa perseguida por ele em todas as suas buscas de fontes para provar que coube aos sertanistas paulistas conquistar e povoar o Brasil. Em 1919 quando ele publicou neste livro um artigo contendo a reconstituição da “vida em Santo André da Borda do Campo” a partir das *Atas da Câmara* desta vila, Taunay iniciou o seu projeto que somente seria concretizado com a publicação de mais ou menos vinte outros livros. A narrativa daquilo que defendeu como a conquista do Brasil pelos brasileiros foi o projeto desenvolvido em todos os volumes da *História Geral das Bandeiras Paulistas* e da *História de São Paulo* quinhentista, seiscentista e setecentista.

Portanto, na visão de Taunay, os cinco artigos publicados no livro *Na era das bandeiras* eram a mostra de como documentos inéditos, adquiridos pelo Museu, possibilitavam a escrita da *História da Civilização brasileira*, entendida como a história da vida cotidiana dos homens que viveram no período mais importante da *História do Brasil*, ou seja, a era das bandeiras.

25 Carta de Santiago Montero Diaz a Afonso de Taunay, Sevilha, 13 de agosto de 1917, APMP/FMP (1ª. entrada), pasta 104.

26 TAUNAY, Afonso de E. A vida em Santo André da Borda do Campo (1556-1560). In.: TAUNAY, Afonso de E. **Na era das bandeiras**. 2 ed. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo/ Weiszflög Irmãos, 1922, p. 60.

Com esses estudos introdutórios prontos e com a captação de grande número de documentos, já era hora de Taunay se tornar o Historiador das Bandeiras e assim o fez com a publicação em 1924 do 1º volume da *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

A primeira frase da tão planejada *História Geral das Bandeiras Paulistas* trazia algo que seguia as orientações de Capistrano de Abreu: “Não é uma obra de síntese que o leitor tem sob os olhos”.²⁷ Estava anunciado aí nas primeiras palavras das quase cinco mil páginas seguintes o tipo de trabalho que o leitor encontraria pela frente. Era uma História que se pretendia geral e trazia pela primeira vez esta indicação no título, mas isto não se contrapunha à ideia divulgada e defendida de monografia conscienciosa. A História geral se referia à pretensão de compor um mosaico da História das bandeiras a partir de peças variadas, cobrindo, com todos os pormenores possíveis, cada pedacinho daquele recorte temático, no espaço e no tempo, com a interpretação das provas documentais que naquele momento se avolumavam.

Neste prefácio, a justificativa da escolha temática que havia sido apresentada nas obras a respeito da História de São Paulo apenas foi reforçada da seguinte maneira: “episódio culminante dos anais brasileiros, pois a ele deve o país dois terços de seu território atual”.²⁸ Assim, de forma sucinta, Taunay expôs a relevância do tema, pois, garantiria destaque à justificativa de elaboração do trabalho.

Taunay afirmou que a História do Brasil se resumia até bem pouco tempo à repetição de cronistas coloniais e historiadores que trataram das questões administrativas, das invasões e expulsões dos estrangeiros, deixando na “obscuridade os feitos das bandeiras”,²⁹ de tal modo que os compêndios oficiais produzidos para instruir as gerações de brasileiros no ensino secundário não faziam menção ao nome “da

27 TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses. t. 1. São Paulo: Tipografia Ideal; H. L. Canton, 1924, p. 7.

28 *Ibidem, loc. cit.*

29 *Ibidem, loc. cit.*

maior figura do movimento: Antônio Raposo Tavares!³⁰.

Seguindo esta argumentação, Taunay afirmou que nem mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen conferiu relevância ao tema e ironizou:

Caso insignificante este jornadas pela selva, coisa mínima este romper do sertão, oferecendo todas as comodidades àqueles que o devassam! É o que se depreende de tão rápidos e vulgares conceitos. E tudo isto de tão pequenas consequências...³¹

Quem inverteu a ordem de prioridades dos temas para se conhecer a História do Brasil foi Capistrano de Abreu, reconheceu Taunay, pois introduziu “O sertão” no livro *Capítulos de história colonial* definindo qual deveria ser a história a se aprofundar.

A História do desbravamento e do povoamento do Brasil foi escrita tendo a geografia como elemento central nas primeiras décadas do século XX.³² Taunay, no prefácio, após destacar o pioneirismo do mestre se referiu ao trabalho de outro discípulo, Basílio de Magalhães, que em *Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII*,³³

30 TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas....** *Op. cit.*, p. 7.

31 *Ibidem*, p. 9.

32 Tânia de Luca ao estudar a produção do período publicada na *Revista do Brasil*, afirma: “Por mais divergentes que fossem as análises a respeito da *realidade nacional*, pelo menos em um ponto todos pareciam concordar: o Brasil, com suas fronteiras quase continentais, ostentava um patrimônio geográfico invejável, que o distinguia dos demais países. Não é de surpreender que nos discursos sobre a nação brasileira, o espaço tenha ocupado posição destacada”. DE LUCA, T. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**: São Paulo: UNESP, 1999, p. 86. Para um estudo do papel da geografia na escrita da história do século XIX, Cf. CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, 2005; Para o estudo do papel da geografia nas narrativas que constroem São Paulo como região, Cf. COPPES JR., Gerson Ribeiro. **Definir os limites com história, preencher com história os limites: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)**. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2016.

33 MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/ EPASA, 1944.

apresentado no Primeiro Congresso de História do Brasil realizado em 1914 pelo IHGB, resumiu aquilo que fora produzido desde as primeiras indicações de Capistrano até o momento de sua confecção, pois na primeira década do século XX muitos autores se dedicaram a estudar algum aspecto do bandeirismo ou a publicar alguma documentação nova.

Nesse sentido, após o direcionamento dado por Capistrano, foram fundamentais as publicações de documentos, segundo Taunay, para que ele pudesse dar início à sua empreitada. As iniciativas de publicação de documentos relativos à História paulista tiveram início, ainda no século XIX, com a edição da coleção *Documentos interessantes para a História e Costume de São Paulo*, promovida por Antônio Piza entre 1894 e 1903, depois foram publicadas as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo* em 1914 e 1917 e, logo em seguida, a série dos *Inventários e Testamentos* em 1920. Esses documentos serviram de base para os trabalhos de Taunay, Alfredo Ellis Júnior (1896-1974) e José de Alcântara Machado (1875-1941). Foram, primeiramente, divulgados nos periódicos *Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio* e, posteriormente, lançados em volume. Naquele ano de 1924 em que Taunay lançou o primeiro tomo da *História Geral*, também foi publicado *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* de Alfredo Ellis Júnior.

No entanto, além deste grande volume de documentação publicada, havia um enorme acervo extra-lusitano ainda inexplorado que Taunay pretendia apresentar em sua obra. Desde 1912 os pesquisadores tomaram conhecimento da importância dos arquivos espanhóis e Capistrano de Abreu estimulou Basílio de Magalhães a solicitar ao governo do Estado de São Paulo que mandasse copiar documentos guardados no *Arquivo General das Índias* em Sevilha, Espanha. A partir deste momento, Taunay, Basílio, Capistrano e outros passaram a mandar copiar estes documentos às suas próprias custas. No entanto, com a entrada de Taunay no Museu Paulista este cenário se alterou. Taunay teve acesso a outros documentos, fontes inéditas que ele mandava copiar para o acervo do Museu Paulista e pôde confrontar

com os documentos brasileiros que já havia estudado. Em 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, Taunay lançou a revista *Anais do Museu Paulista*. Dividiu esta publicação em duas partes: uma dedicada à divulgação de estudos, que no primeiro volume eram de sua própria autoria, e outra dedicada a publicar a documentação espanhola adquirida pelo Museu.

Com base na trajetória da historiografia brasileira e da aquisição de novos documentos, Taunay lançou como argumento central da importância da elaboração de seu trabalho o conhecimento desta documentação inédita e “importantíssima para o estudo do bandeirismo”. Tendo em vista a abundância de documentação que havia conseguido entre 1917 e 1923 no cargo de diretor do Museu Paulista e as fontes publicadas pelo governo do Estado, Taunay estava diante de um momento bastante distinto daquele em que Capistrano escreveu em 1907: “Faltam documentos para escrever a História das bandeiras”.³⁴ Como não faltavam mais documentos para escrever a História das bandeiras, Taunay afirmava que era tempo de dar início a este grande empreendimento. No entanto, considerava que ele e seus confrades haviam demorado demais para reunir as peças que faltavam e receava não terminar tal empreitada por tê-la começado velho demais; estava com 48 anos quando publicou o primeiro volume.

A quantidade de documentação descoberta era a justificativa historiográfica para a realização do trabalho, no entanto, ao final do prefácio ele acrescentou outra:

se nos abalançamos a empreender a penosa tarefa presente, fizemo-lo por um pendor especial do espírito a reverenciar a obra destes construtores épicos do Brasil central e meridional.³⁵

Assim, confessava o seu desejo íntimo de homenagear os homens que exploraram o sertão nos séculos XVII e XVIII e se dizia parcialmente realizado por já ter demonstrado sua deferência a

34 ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 129.

35 TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas...** *op. cit.*, p. 15.

alguns deles por meio da arte na decoração do Museu Paulista quando encomendou as duas imponentes esculturas em mármore, realizadas por Luigi Brizzollara, de Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme, que figuram no saguão do Museu.

As duas justificativas, tanto a historiográfica quanto a pessoal, espalharam elementos pelos onze volumes da obra. A obra se caracteriza pela busca da verdade moderna por meio da crítica interna e externa das variadas fontes consultadas, pelo confronto de informações com as produções a respeito do tema e pela narrativa da epopeia bandeirante. Essas características não são opostas ou excludentes. Pelo contrário, elas compõem uma das maneiras de se produzir história nas primeiras décadas do século XX, pois ao narrar estes documentos depurados pela crítica documental e pelo diálogo com as outras produções do período comendo ações gloriosas e perfis heroicos, utilizando os recursos metodológicos que acreditava levarem à verdade, Taunay construiu uma História épica das bandeiras paulistas,³⁶ e colaborou para a criação de “narrativas de fundação” importantes para a formação da identidade de São Paulo.³⁷

O trabalho monumental de Taunay resultou nos onze

36 Pautado numa perspectiva historiográfica que não se propõe apontar o que havia de invenção e ou de realidade na epopéia bandeirante, Antônio Celso Ferreira reabilita, de certa forma, os homens de letras que produziram história neste período. “Na ausência de um passado amontoado em séculos que, em fantasia, os europeus buscavam reinstalar, eles, filhos de uma terra nova, emergentes de apenas cem anos, tinham de construir, literalmente, o seu. É lícito que isso seja, também, história”. Nesse sentido, o autor ao caracterizar a produção do IHGSP em seus primeiros quarenta anos, conclui: “Seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de trajetórias incomuns, responsáveis por grandes realizações, individuais ou clânicas, fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fixar uma epopéia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuíam uma força superior”. *In.*: FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002, p. 130 e 60. Diante de tal caracterização, Afonso de Taunay encontrava-se totalmente adequado às preocupações de seu tempo, pois a história escrita por ele assumia grande pertinência junto aos Institutos Históricos carioca e paulista. - falta a referencia!!!

37 Cf. SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. *In.*: HORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 555-587.

volumes publicados entre 1924 e 1950. Durante a década de 20 foram publicados os cinco primeiros tomos da obra, na próxima década foram lançados o sexto e o sétimo tomos e somente na segunda metade da década de 40 os volumes oitavo, nono e décimo foram publicados, ficando ainda para o ano de 1950 a publicação do décimo primeiro e último tomo da obra.

Na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Taunay conseguiu reuniros argumentos e, mais do que em qualquer outra obra por ele escrita, os elementos que encaminhados provavam a sua tese de que São Paulo foi o centro irradiador dos “bravos” sertanistas que desbravaram o Brasil, transformando uma pequena extensão de terra em uma nação quase continental. Para conseguir levar a cabo tal feito, Taunay precisou dialogar com a produção a respeito do mesmo tema que se avolumava dia-a-dia. Assim, pelas páginas da *História Geral* desfilaram os argumentos dos principais autores do período em que a obra foi produzida. Na busca pela verdade moderna que se contrapõe à mentira, Taunay agrupou os “erros” e os “acertos” dos mais diversos autores, apresentando extensos balanços bibliográficos da produção do período.

Taunay que havia começado seus estudos a partir da realização de trabalhos a respeito dos historiadores da História das bandeiras, passou a ser reconhecido a partir da publicação da *História Geral das Bandeiras Paulistas* como o próprio historiador das bandeiras.

Sena década de 20, para iniciar e realizar este empreendimento historiográfico Taunay se consolidou como diretor do Museu Paulista, na década de 30 ele se tornou imortal da Academia Brasileira de Letras, ampliando e consolidando, assim, sua posição de homem de letras no Brasil. E foi nesse novo local de sociabilidade que Taunay encontrou sua maior crítica.

Taunay foi recebido na Academia Brasileira de Letras em 6 de maio de 1930 por Edgar Roquette-Pinto (1884-1954). A praxe acadêmica pedia que o ingressante fizesse uma apreciação da obra e da trajetória pública de seu antecessor na cadeira e o imortal encarregado de introduzir o mortal à imortalidade deveria apresentá-lo a este novo

ambiente.

Taunay acostumado com as glórias, com os louros fáceis dos elogios em cartas, nos jornais, em citações nas obras de outros autores, estava diante das críticas mais duras que recebeu no período. Como diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto presidiu em 1929 o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia do qual resultou, entre outras ações, a produção do *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o racismo* assinado também por Gilberto Freyre, Artur Ramos, entre outros. Este documento “representou a primeira expressão pública de cientistas brasileiros contrários ao racismo”.³⁸ Neste Congresso, o antropólogo Roquette-Pinto se opôs à maioria dos participantes que “defendiam a aplicação de uma política eugenista radical e a teoria degeneracionista da mestiçagem”.³⁹

Diante de um antropólogo com perspectivas teóricas ligadas aos ensinamentos de Mendel e Franz Boas, os textos de Taunay foram colocados à prova. Roquette-Pinto destacou que a combatividade e a mobilidade que animava os sertanistas traçados por Taunay eram características ameríndias, não de dólico-louros. A verdade moderna naquele momento estava em disputa e o antropólogo enfatizava: “não há retórica que destrua a verdade; nem livro que desmint a vida”.⁴⁰

Não sei, sr. Afonso de Taunay, se fostes sempre bem inspirado consagrando no primeiro volume da vossa História, um capítulo ao que chamastes *arianização progressiva* dos paulistas, porquanto a antropologia ensina que o *sangue ariano* é uma utopia. Em todo caso afirmas muito bem: ‘é com elementos quase unanimemente euro-americanos que efetua sua obra a raça de gigantes de Saint-Hilaire’”.⁴¹

Referia-se Roquette-Pinto aos capítulos 2 e 3 da primeira parte

38 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 259.

39 *Ibidem*, p. 96.

40 ABL. Resposta do Sr. Roquette-Pinto. **Discursos Acadêmicos (1927-1932)**, v. VII, 1937, p. 231.

41 *Ibidem*, p. 231.

do tomo 1 da *História Geral das Bandeiras Paulistas* em que Taunay acompanhou as opiniões de Oliveira Vianna para explicar a formação do povo paulista. No entanto, não foram apenas nestes capítulos que a temática racial apareceu na obra de Taunay, ela marcou fortemente os três primeiros volumes publicados em 1924, 1925 e 1927. Nestes tomos, Taunay se colocou entre as teses de Vianna e os elementos germânicos apontados por Pedro Taques Paes Leme para as origens lusitanas. A partir do quarto volume, a tese, já presente nos outros tomos de forma contraditória e, às vezes ambígua, como mostrou Roquette-Pinto, de que os paulistas foram formados por elementos, preponderantemente, euro-americanos vai ganhando espaço e o mameluco, o cruzamento entre o branco e o índio, passa a formar o paulista descrito por Taunay.

Apesar das discordâncias que Roquette-Pinto apresentou, aquela era uma ocasião de recepção de um novo membro na competida Academia, portanto, ele terminou gentilmente afirmando:

Pelo que aí fica, sr. Afonso de Taunay, podeis ver que, se não estou sempre de perfeito acordo convosco, sou sempre um vosso humilde leitor maravilhado pelo carinho e pela consciência, com que tomais parte no grande e nobre movimento intelectual que é, na República, a *história dos brasileiros que conquistaram o Brasil*⁴².

Esta não era apenas uma gentil finalização de discurso, na verdade, representava uma das mais salutares características do mundo intelectual. Juntos, Taunay e Roquette-Pinto foram trabalhar com Humberto Mauro na execução dos filmes *O descobrimento do Brasil* (1937) e *Bandeirantes* (1940). Já como imortal Taunay divulgou na *Revista* da Academia Brasileira de Letras o filme *Bandeirantes* destacando o intuito que Roquette-Pinto tinha de prosseguir, após a realização de *O descobrimento do Brasil*, a “difusão das cenas nobres da nossa terra”. Roquette-Pinto imaginou, segundo Taunay contou nesse artigo, a composição de um filme, destinado a todas as escolas do Brasil, “encerrando motivos hauridos da epopeia bandeirante”. Para a realização de tal empreendimento, ele solicitou a colaboração de Taunay que aceitou o convite e relatou ter vivido “longas horas das

42 ABL. Resposta do Sr. Roquette-Pinto... *Op. cit.*, p. 237.

mais agradáveis” na execução deste trabalho⁴³.

No sétimo volume da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, publicado em 1936, em que Taunay iniciou a narrativa dos “episódios de Palmares”, Roquette-Pinto apareceu ao lado de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, entre outros, todos especialistas que, independentemente de suas visões conflitantes a respeito “das consequências dos contatos afro-euro-americanos⁴⁴”, foram considerados na realização da obra. Uma clara demonstração de atenção aos ditames do desenvolvimento historiográfico do período.

Para concluir, poderia arrolar aqui vários elementos que indicariam a importância que o tema evocado pela XII Semana Acadêmica de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Amambai tomou durante as décadas de 10, 20, 30, 40 e 50 do século XX, mas destacarei apenas duas últimas referências: Um curso promovido pelo Estado de São Paulo, através de seu Departamento Estadual de Informações, em 1946: o Curso de Bandeirologia⁴⁵ que reuniu 6 conferências publicadas: os textos de Afonso de Taunay (1876-1958), de Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), de Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), de Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), de Joaquim Ribeiro (1907-1964) e de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). E a segunda referência, também relacionada a esse aspecto didático-pedagógico, é que depois da construção dessa imensa obra de análise em 11 volumes da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Taunay, atendendo a inúmeras sugestões e muitas críticas a respeito da dificuldade de se conhecer uma história distribuída em tantos volumes, resolveu realizar uma condensação de seu trabalho em 2 volumes, uma síntese das características marcantes do movimento bandeirante, publicada pela Companhia Melhoramentos em 1953.

Mesmo diante dos “rios da Dúvida” da história das Bandeiras,

43 TAUNAY, Afonso de E. História de um film. *Revista da ABL*, ano 40, v. 61, p. 298-307, 1941.

44 TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas... Op. cit.*, p. 322.

45 TAUNAY, Afonso de E. *Curso de Bandeirologia... Op. cit.*

dúvidas causadas pela ausência de documentação, Taunay resolveu investir nas “contínuas entradas” que narramos neste texto e definir como deveria ser escrita a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX a partir da construção historiográfica e museológica dessa história que responsável por enredar uma linha ascendente de aperfeiçoamento do paulista como povo escolhido para dirigir a nação.

Referência bibliográfica:

ABL. Recepção do Sr. Afonso Taunay na Academia Brasileira de Letras em 6 de maio de 1930. Discurso do Sr. Afonso Taunay. **Discursos Acadêmicos (1927-1932)**, v. VII, 1937.

ABL. Resposta do Sr. Roquette-Pinto. **Discursos Acadêmicos (1927-1932)**, v. VII, 1937, p. 231.

ABREU, Capistrano de. Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, dia de S. Bertoldo e S. Columbado [1904?]. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

ABREU, Capistrano de. Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1923. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1956, p. 280.

ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *In.*: ABREU, Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABUD, Kátia. **O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). *In.*: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (org.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay. São Paulo: UNESP, 2011.

ANHEZINI, Karina; FERREIRA, Ricardo A. Os novos intérpretes e a velha questão: o que é o Brasil? *In.*: RODRIGUES, C. C., LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (org.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. [online]. São Paulo: Editora UNESP/ Cultura Acadêmica, 2014, p. 203-231. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Museu Paulista**: Afonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**. São Paulo, n. 18, p. 88, 1971.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, 2005.

COPPES JR., Gerson Ribeiro. **Definir os limites com história, preencher com história os limites: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)**. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2016.

COSTA, Wilma Peres. Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p.15-41, 2016.

DE LUCA, T. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação: São Paulo: UNESP, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. História geral do Brasil. *In.*: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. v. 2. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/ EPASA, 1944.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão (org.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP/ Museu Paulista, 1999.

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. *In.*: HORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAUNAY, Afonso de E. Discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP. **RIHGSP**, v. 17, p.89, 1912.

TAUNAY, Afonso de E. Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto. **RIHGSP**, v. 37, p. 10-11, 1939.

TAUNAY, Afonso de E. História de um film. **Revista da ABL**, ano 40, v. 61, p. 298-307, 1941.

TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses. t. 1. São Paulo: Tipografia Ideal; H. L. Canton, 1924.

TAUNAY, Afonso de E. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. *In.*: TAUNAY, Afonso de E. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946

TAUNAY, Afonso de E. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. **RIHGSP**, v. 19, p. 13, 1914.

WEHLING, Arno. **A invenção da História: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da UFF, 1994.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

O BANDEIRANTE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO¹

Gilmara Yoshihara Franco²

A década de 1920 marca o início da produção do escritor mato-grossense Virgílio Corrêa Filho. A obra do escritor é vasta. Da narrativa forjada sob sua pena, destaco, no presente texto, as formas pelas quais o bandeirante paulista, agente responsável pela descoberta das minas de ouro em Cuiabá, no século XVIII, é apresentado por Corrêa Filho em sua obra. Representados como agentes civilizadores, portadores de valores como coragem, honra e intrepidez, a ação dos bandeirantes nos sertões indevassados de uma América com limites geográficos pouco definidos constitui-se, para Virgílio Corrêa, como ponto de partida da própria história mato-grossense. Desse modo, o presente texto tem por objetivo analisar o contexto que marca o início da produção de Virgílio Corrêa Filho, bem como os sentidos que a ação dos bandeirantes assumem em sua narrativa, qual seja, de sujeitos históricos que se constituem como elementos fundantes da identidade mato-grossense.

Das armas às letras: considerações acerca das disputas pelo poder em Mato Grosso, após a Proclamação da República

Na virada do século XIX para o XX o Brasil vivia um momento

¹ Texto foi publicado originalmente na **Revista Eletrônica Documento Monumento**, v. 20, n. 1, 2016.

² Docente da Universidade Federal de Rondônia – Unir. Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista/Unesp. e-mail: gilmara_franco@yahoo.com.br. Texto escrito com base em minha dissertação de mestrado publicada com o seguinte título: FRANCO, Gilmara Yoshihara. **O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana – 1920-1940**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

de acentuadas mudanças. No que tange às transformações políticas, o regime republicano, instituído em 1889, experimentava, naqueles que eram os seus primeiros anos, uma fase de grande instabilidade. Até a eleição de Campos Salles, em 1898, as diversas vertentes político/ideológicas que estiveram à frente da política, disputavam entre si as mais diversas instâncias de poder, tanto no centro da República, o Rio de Janeiro, que era a capital federal; quanto nas diversas regiões do país. Instalou-se, à época, uma atmosfera de incertezas, denominada por Renato Lessa de “anos entrópicos”.³

Para o historiador Edgar Carone, nos primeiros anos após a Proclamação da República, verificou-se “um processo violento em que o plano estadual e o federal influencia[avam]-se mutuamente”.⁴ Nesse sentido, não é possível desconsiderar o fato de que as tensões vivenciadas no período imediatamente posterior a Proclamação da República - e que persistem, com maior ou menor intensidade pelas décadas que se seguem -, representam, inegavelmente, um período de reordenamento dos fazeres, práticas e concepções sobre o político no Brasil.

Refletindo a partir das perspectivas apontadas por Carone e por Lessa, verifica-se que, assim como em outras regiões do país, Mato Grosso não passou ao largo da instabilidade que marcou o redimensionamento do político que caracterizou, de forma acentuada, o início da era republicana no Brasil. Os anos de 1889 a 1917 foram de grande agitação política na região. Neste período, disputas geradas em torno do controle do mando acarretaram sucessivas interrupções dos mandatos de Presidentes de Estados, que ocorreram como resultado

3 Para Renato Lessa a instabilidade da primeira década republicana, que ele denomina de “anos entrópicos” é resultado da ausência de uma rotina política, ou seja, da “não institucionalização e [d]a não definição de regras da constituição do que o autor chama de *polis*. Para ele é no governo de Campos Sales, com a instrumentalização da chamada “política dos governadores”, que o regime republicano passa a ter estabilidade. Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

4 CARONE, Edgard. **A república velha (Evolução Política)**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 36.

das lutas intra-oligárquicas. Tais disputas, não raro, terminavam em enfrentamentos armados, como os que ocorreram em 1892, 1899 e 1906. Os confrontos eram organizados por facções partidárias que pretendiam tomar para si o controle político do Estado de Mato Grosso a qualquer custo, e pela reação daqueles que se julgavam aliados do poder.

Ao longo desse período os grupos políticos que se formaram sob a liderança de atores como os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho, Generoso Paes Leme de Souza Ponce e Antônio Paes de Barros estiveram no primeiro plano da cena política mato-grossense.⁵

A fase mais intensa das disputas intra-oligárquicas começou a arrefecer na segunda metade da década de 1910. À época uma crise entre lideranças do Partido Republicano Constitucional, que tinha o Senador mato-grossense Antônio Azeredo como figura central do partido e da política estadual; e, de outro, o então presidente do Estado Caetano Manoel Faria de Albuquerque, que passou a fazer oposição ao partido que o elegeu e firmou aliança com Pedro Celestino, líder oposicionista e dirigente do Partido Republicano Mato-Grossense – PRMG, culminou com o *impeachment* de Caetano de Albuquerque.

O desfecho das disputas intra-oligárquicas pelo controle do mando em Mato Grosso, em 1916, culminou com a realização de um acordo firmado entre as duas lideranças mais expressivas do Estado, Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado e líder do PRC mato-

5 Após a Proclamação da República, os partidos e arranjos políticos em Mato Grosso tiveram caráter efêmero. Num primeiro momento Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho foram aliados. Permaneceram como aliados até 1899. À época, interesses divergentes levaram os irmãos Murtinho a estabelecerem aliança com Antônio Paes de Barros, surgindo então o Partido Republicano Constitucional. Ao longo dos anos de 1899 a 1902 os embates entre as facções partidárias em Mato Grosso, tendo de um lado correligionários e Generoso Ponce e, de outro, os dos Murtinho, foi constante. A partir de 1906, as tentativas de autonomia política de Antônio Paes de Barros em relação aos seus antigos aliados levou a rearticulação da aliança entre Ponce e os Murtinho. Para maiores detalhes sobre o contexto político mato-grossense após a Proclamação da República, ver: FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A o(r)dem republicana em Mato Grosso**: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Franca, 2014.

grossense e Pedro Celestino Corrêa da Costa, chefe oposicionista que capitaneava as forças do PRMG. O pacto foi mediado pelo então presidente da República, Wenceslau Bráz (1914-1918), e marcou o início de uma etapa em que a resolução dos conflitos políticos, no seio da elite local, passou a ser resolvida através da conciliação de interesses. Dali por diante, até o fim da Primeira República, em 1930, não mais ocorreram atritos e rupturas políticas abruptas como as que marcaram as primeiras décadas da política republicana em terras mato-grossenses.

A conciliação resultou na indicação de um candidato a Presidente do Estado que, em tese, pairava acima de quaisquer interesses partidários. O nome escolhido pelos representantes das forças políticas do Estado foi o do religioso católico D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Cuiabá. O líder espiritual, transmutado em chefe temporal permaneceu à frente do governo de Mato Grosso entre os anos de 1918 a 1922.

A novidade de um presidente religioso na vida política mato-grossense consiste exatamente no início da relação que ele estabeleceu entre política e sociedade. Seu posicionamento vai fazer amadurecer as condições para uma passagem da convivência violenta para a que assume as exigências do diálogo.⁶

A década de 1910 não se restringiu às mudanças no fazer político em Mato Grosso. Foi também uma época marcada por uma perspectiva de desenvolvimento e modernização econômica no Estado. Neste sentido, são representativas dos esforços para dinamização da economia e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento das vias de comunicação, a implementação das Ferrovias Madeira-Mamoré, concluída em 1912, e Noroeste do Brasil, em 1914. A primeira destas vias foi construída no extremo norte da região, no atual Estado de Rondônia, destinava-se, primordialmente, a facilitar o escoamento da borracha produzida naquela área; a outra, localizada no sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, objetivou facilitar o transporte do gado produzido na região e de seus subprodutos ao mercado

⁶ BARROS, Iolanda M. Pierin de. **D. Aquino**: política, violência e conciliação. Curitiba: Renascer, 1996, p. 120.

paulista, e constituir-se como alternativa ao transporte de cargas e pessoas praticada pela bacia do Rio Paraguai, que, até então, era o meio de comunicação mais utilizado pelos mato-grossenses.

No que diz respeito a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, conforme analisa Paulo Roberto Cimó Queiroz, além da uma iniciativa com vistas a alavancar a economia, havia também uma clara intenção de integrar o Estado, percebido e representado de muitas formas como uma terra longínqua, ao “corpo” da Nação.⁷ Em outras palavras, a construção da ferrovia Noroeste do Brasil tinha um componente político, qual seja: a ocupação dos “espaços vazios” e a integração da fronteira oeste do Brasil às regiões mais desenvolvidas do país. Desse modo, esta ferrovia serviu não só era um “instrumento civilizacional”, de integração e modernização, mas também como forma de transformar a visão que se tinha da região, a saber, como um “sertão longínquo” situado nos “confins da civilização”.⁸

Ainda no que se refere ao sul do antigo Mato Grosso, as transformações em curso naquele período trazem consigo uma maior dinamização econômica e social para áreas que até então eram exploradas quase que exclusivamente por empresários ligados política e economicamente à capital do Estado, Cuiabá. Esta era a situação da região onde se localizava a Cia Matte Larangeira,⁹ empresa que durante

7 QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder:** o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: UFMS, 1997.

8 GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.** Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

9 O início dessa atividade, de forma mais sistemática em Mato Grosso, remonta à concessão de monopólio de exploração dos ervais nativos, localizados no sul da província, a Thomáz Larangeira, no ano de 1882. Por meio de Decreto Imperial, de 09 de dezembro de 1882, Larangeira adquiriu o direito de explorar parte da área em que se encontravam ervais nativos no sul de Mato Grosso. Posteriormente, em 1902, sua empresa foi incorporada pelo Banco Rio e Mato Grosso - BRMT, cujo maior número de ações pertencia à família Murtinho. A extensão da área explorada por Tomás Larangeira e, posteriormente, pela Cia Mate, foi alterada diversas vezes, de modo que, genericamente, todo o extremo sul de Mato Grosso, que abrange, atualmente, desde o município de Porto Murtinho até Eldorado, teve seus campos arrendados para a

anos foi controlada pela família Murtinho, e que detinha o monopólio de exploração da erva-mate.

A pesquisa de Lylia Galetti reforça alguns dos aspectos abordados por Paulo Roberto Cimó Queiroz, especialmente quando afirma que tanto a Ferrovia Noroeste do Brasil como os empreendimentos que se estabeleceram no sul do antigo Mato Grosso traziam consigo novos interesses sócio-políticos e econômicos e representavam ameaças a hegemonia até então exercida pela elite de Cuiabá, capital do Estado. Em outras palavras, os textos dos autores acima mencionados deixam claro que a dinamização da economia no sul do antigo Mato Grosso, bem como a chegada e/ou maior inserção e novos atores sociais, passou a representar uma ameaça à posição de domínio político e cultural até então exercido pela elite cuiabana. Segundo Galetti,

[...] o futuro nada animador projetado para a região norte do Estado e para a sua capital [Cuiabá], a percepção de uma identidade estigmatizada pela barbárie, a dolorosa consciência do atraso de Mato Grosso em relação ao “progresso e a civilização” de outros estados brasileiros e da Europa; a exaltação da natureza como forma de compensar a carência de sinais mais evidentes de uma cultura civilizada e, ao mesmo tempo, como um passaporte para a modernidade são representações que configuram, [...], uma espécie de “crise de identidade” na sociedade mato-grossense [da fins dos anos 1910 e inícios dos anos 1920]. Um momento crucial no qual se acentuam as incertezas, angústias e medos em relação ao futuro, e no qual, simultaneamente, são mobilizadas as energias intelectuais e afetivas que impulsionavam a redefinição de sua identidade coletiva.¹⁰

Outro aspecto colocado como inquietação à elite mato-

exploração da erva mate. Sobre a atuação da empresa Mate Larangeira, ver: ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra**: os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Ed. UEL, 1997; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891 - 1892). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 132, 2010.

10 Cf. GALETTI, Lylia. **O estigma da barbárie e a identidade regional**. Texto apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh. Recife, 1995, p. 13.

grossense era a consciência de que nas representações produzidas sobre Mato Grosso difundiam-se constantemente imagens negativas sobre a região. Nos relatos produzidos por cronista e viajantes, o lugar era descrito como uma terra de “índios e bugres”, situada num lugar “distante e desconhecido”, nos “confins da civilização”.

Esta consciência da distância geográfica, econômica e cultural que separava Mato Grosso de regiões mais “civilizadas”, fossem localizadas no Brasil ou em outros países, especialmente europeus, não era exclusiva de estrangeiros ou brasileiros de outras regiões. Fazia parte também dos horizontes mentais de parcela significativa das elites locais que quase sempre atribuíam esta distância à ausência de meios de comunicação eficazes com o litoral, ao descaso a que a região havia sido relegada pelo governo central, à falta de “braços” para o trabalho e à “indolência” da população nativa. [...].

[...] o aprofundamento das desigualdades regionais no território brasileiro no início deste século [XX], acentuado a percepção de que constituíam um obstáculo no caminho do progresso, parece ter levado também a uma ênfase sobre os aspectos negativos que compunham as imagens do sertão.¹¹

Às representações existentes sobre Mato Grosso, apontadas por Lilia Galletti, somava-se ao horizonte de expectativas presentes no seio da elite intelectual mato-grossense de fins da década de 1910, tanto no que se refere à necessidade de refletir sobre o passado (tendo em vista as comemorações do centenário da Independência e do bicentenário de descobrimento de ouro em Cuiabá que se aproximavam) quanto pelos aspectos da agitada conjunta histórica regional, que, desde a Proclamação da República, marcava o cotidiano político do Estado.¹²

11 Cf. GALETTI, Lylia. **O estigma da barbárie e a identidade regional...** *Op. cit.*, p. 6.

12 Segundo Lylia Galletti nas representações mais correntes sobre Mato Grosso duas visões antagônicas se destacam: ufanismo e péssimo. Os textos que apresentavam uma visão otimista da região estavam associadas a ideia de existência de uma natureza exótica e inexplorada, que guardava a possibilidade de um futuro promissor; a representações carregadas de pessimismo viam Mato Grosso como espaço de barbárie, formada por uma população de índios e bugres, com uma natureza intocada, posto

Nesse sentido, no governo de D. Aquino Corrêa da Costa (1918-1922), depois de ensarilhadas as armas, toda a energia que serviu de móvel para que a intelectualidade local partiu do esforço oriundo do universo das letras. Os pensadores locais, neste sentido, empreenderam esforços para refletir sobre Mato Grosso.

Num momento em que as discussões sobre a concepção de Nação estavam muito presentes no meio político e intelectual no Brasil, D. Aquino tomou medidas no sentido de criar espaços para que a intelectualidade local pudesse mobilizar suas forças produtivas e debruçar-se sobre a história do Estado. Dentre as ações que marcaram o esforço do bispo-Presidente neste sentido, destacam-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico Mato-Grossense – IHGMT (1919) e do Centro Mato-Grossense de Letras – CML (1921).

A criação destas duas agremiações literárias está intimamente ligada às tentativas de reconciliação entre o passado e o presente do Estado, isso porque, ao mesmo tempo em que se tentava solapar a atmosfera de beligerância política vivenciada desde os primeiros dias da República, a aproximação do bicentenário da fundação da Capital de Mato Grosso, Cuiabá, que ocorreria em 1919 e do centenário da independência do Brasil, em 1922, suscitavam sentimentos tanto ligados tanto à exaltação da Nação quanto do “torrão” local.

Como observam os diversos pesquisadores, as primeiras décadas do século passado, notadamente a década de 1920, o debate sobre a questão da Nação no Brasil é central. Para Sven Schuster, havia entre os intelectuais brasileiros um esforço no sentido de colocar

[...] a República Federal como o ‘produto final’ de um longo processo histórico linear pode ser explicada em grande parte pelos fortes questionamentos da legitimidade do sistema político. Decidida a renovar a legitimidade do sistema por meio da evocação dos ‘momentos gloriosos’ da história do republicanismo no Brasil, a elite republicana se baseou em elementos discursivos como o ‘progresso’, a ‘civilização’ e, sobretudo, a ‘raça’.¹³

que distante da civilização. Cf. *Ibidem*, p. 2.

13 SCHUSTER, Sven. História, Nação e Raça no contexto da Exposição do

Nesse sentido, em Mato Grosso, coube ao IGHMT e ao CML, instituições criadas numa conjuntura que em que convergem aspectos acima pontuados, quais sejam: o fim dos conflitos políticos em Mato Grosso, e de uma fase de desenvolvimento econômica que ocorria fora dos limites imediatos da tradicional elite local e, ainda, um contexto de significativa relevância simbólica no que se refere a ideia de pensar a Nação brasileira, fomentar e discutir, a partir da produção de seus membros, sobre o passado da região.

O processo de (re)construção da história local tomou como ponto de partida o momento da incorporação das terras mato-grossenses ao domínios luso-brasileiros, no século XVIII, quando da descoberta de ouro as margens do rio Cuiabá pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral. Conforme nota Lilia Galetti, em consonância com a atmosfera suscitada no final da década de 1910 e início da seguinte, “as comemorações do bicentenário entraram para a história de Mato Grosso como um momento de renascimento cultural cujo mérito é, em grande medida, creditado à D. Aquino”.¹⁴

Assim, terminada a fase mais conflituosa das disputas pelo controle do mando em Mato Grosso, que tiveram lugar após a Proclamação da República, iniciam-se as “batalhas” em da constituição de uma história/memória do lugar. Para Jacques Le Goff,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chama identidade, individual ou coletiva, cuja busca das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.¹⁵

Desse modo, como observou Osvaldo Zorzato, o que ocorreu em Mato Grosso após a Proclamada a República, notadamente da década de 1910 em diante, é que “a parcela dominante da população

Centenário de 1922. **História, Ciências, Saúde – Manguilhos**, Rio de Janeiro, s/n, p. 1-13 2013.

14 Cf. GALETTI, Lylia da S. Guedes. **Nos confins da civilização...** *Op. cit.*, p. 273.

15 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas: São Paulo, 2003, p. 469.

que emerge como força política regionalizada, busca criar a sua própria memória, atrelando-a, dentro do possível, à ideia de nação em formação”.¹⁶

Retornar a uma pretensa origem, que significava em larga medida a escolha, eleição de um marco entre tantos outros possíveis, a partir de elementos que convergiam aos interesses e pretensões em jogo entre os envolvidos na trama, era ao mesmo tempo uma forma de exaltar a nação e a pretensa centralidade de Cuiabá, primeiro núcleo ocupacional da região, e dos cuiabanos, ao processo de constituição de Mato Grosso. Essa ponderação nos permite compreender a importância que a formação da fronteira e o destaque a atuação do chamado bandeirante, enquanto agente desse processo, vai ocupar nos escritos produzidos naquele momento.

Ao ser tomado como objeto de estudo pelos intelectuais vinculados ao IHGMT, no início do século passado, a processo de incorporação da área que correspondia ao território mato-grossense passou a ter uma conotação simbólica, tendo em vista a relação estabelecida com a incorporação do território à constituição geográfica do Brasil, algo que se filiava a ideia de construção de uma Nação grandiosa, homogênea e promissora.

O bandeirante paulista, na narrativa de autores como Virgílio Corrêa Filho, será tomado como continuador da obra iniciada no planalto de Piratininga, e, assim, representado como agente da “própria edificação do país”.¹⁷ Ao se reportar a fase de anexação da

16 Cf. ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 179 fls. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 23.

17 FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenções históricas (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2002, p.133. Segundo Antônio Celso Ferreira os intelectuais paulistas, vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP desde a década de 1870 passaram a produzir escritos que davam ao bandeirante um caráter mítico e à sua ação pelos sertões do Brasil ares de epopeia. Ainda sobre a apropriação mítica do bandeirante a pesquisadora Kátia Abud afirma que “escritores e eruditos de outras regiões também participaram da elaboração da imagem bandeirista no século XVIII, colaborando mais como eco dos historiadores paulistas, procurando, porém, fazer a história de sua região”. Cf. ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista:

região aos domínios luso-brasileiros, por ocasião dos descobrimentos de ouro às margens rio Coxipó, no início do século XVIII, e a fixação de núcleos ocupacionais que se tornariam, posteriormente, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho atribui aos bandeirantes a origem do mato-grossense/cuiabano, conforme veremos adiante. Desse modo, as narrativas construídas nesse período concernentes a formação histórica de Mato Grosso, buscam identificar ou aproximar a formação dessa espacialidade como um processo de ampliação dos limites da Nação, de maneira que se colocou na atuação dos bandeirantes, o papel de precursores do mato-grossense, o qual teria assim, lugar central na construção identitária que começa a tomar forma a partir da criação do IHGMT. Conforme escreve Lylia Galetti:

Nos quadros do Instituto Histórico mato-grossense, fundado em 1919, é ainda a conquista territorial e a defesa da fronteira contra os espanhóis, na esteira da narrativa fundadora do IHGB, que vão produzir os heróis e grandes personagens da história regional, tidos como herdeiros das qualidades atávicas dos bandeirantes paulistas e, ao mesmo tempo, portadores dos valores da civilização europeia trazidos pelos portugueses.¹⁸

Entre os intelectuais que formavam o escol do IHGMT estavam: o Presidente do Estado, Bispo D. Francisco Aquino Corrêa, e os escritores Estevão de Mendonça Filogônio de Paula Corrêa, José Barnabé de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho e Antônio Fernandes de Souza.¹⁹

No presente texto, destaco a atuação de Virgílio Corrêa Filho. A escolha se deve ao fato de considerar que, ao narrar a história do Mato Grosso, o escritor deixa entrever, através de um conjunto de indícios presentes em seus livros, os sentidos de um constructo identitário que, desenvolvido no interior de uma instituição literária, não se dissocia nem do ambiente intelectual em que foi forjada – o

o Bandeirante. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 99.

18 GALETTI, Lylia da S. Guedes. **Nos confins da civilização...** *Op. cit.*, p. 80.

19 Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, Ano I, Tomo I, p. 1-7, 1919.

IHGMT – e muito menos da política e da valorização de aspectos da história local, num momento em que debruçar-se sobre ao passado era uma maneira de dimensionar o presente, notadamente como forma de integrar a história de Mato Grosso a ideia de Nação brasileira que após a Proclamação da República passou a ser tecida.

A escrita de Virgílio Corrêa Filho e o processo de construção da identidade mato-grossense

Nascido em Cuiabá, em oito de janeiro de 1887, no seio da tradicional família Corrêa da Costa, Virgílio Corrêa Filho teve uma formação muito semelhante à dos demais membros das famílias mais abastadas da região: depois de completar a formação básica em Cuiabá, seguiu para o Rio de Janeiro, onde completou sua formação na Escola Politécnica.

Engenheiro de formação, Virgílio trabalhou em diversos empreendimentos como, por exemplo, como na construção das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (1909), em Mato Grosso, Maricá (1911) e Central do Brasil (1912), no Rio de Janeiro. Trabalhou também na construção da estrada de rodagem que ligava a Capital de Mato Grosso, Cuiabá, à Chapada dos Guimarães, em 1910. Mas foi como escritor e não como engenheiro que Virgílio Corrêa Filho ganhou notoriedade. Atuando como professor do Liceu Cuiabano e, depois, como membro do IHGMT, instituição que ajudou a fundar, em 1919, da comemorativa do bicentenário do descobrimento de Cuiabá, Corrêa Filho tornou-se, efetivamente, um homem das letras.

De acordo com Vilma Eliza Trindade, dado o grande número de textos escritos por Virgílio Corrêa Filho, é “impossível estabelecer o número exato de sua vasta e variada produção”.²⁰ Ao qualificar o escritor mato-grossense Trindade escreve:

é possível pensa-lo a partir da categoria gramsciana de “*intelectual orgânico*”, ou seja, aquele que dispõe de um

20 Cf. TRINDADE, Vilma Eliza. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho – 1887-1973**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, p. 12.

complexo de relações com as estruturas de poder que o mantém, atuando para atender aos objetivos do grupo social dominante [...].²¹

Para Vilma Eliza Trindade o fato de Virgílio Corrêa Filho ter sido um intelectual vinculado a instâncias de produção de oficial de saber, como o IHMG, e depois o IHGB e o Conselho Nacional de Geografia, permite classificá-lo como “intelectual orgânico”, que atuou, em determinado período, em “instituições que desempenharam funções relevantes para promover e legitimar a política do Estado Novo, irradiando da capital da República para todo o país os ideais nacionalistas de Getúlio Vargas”²².

Em que pesem os aspectos apontados por Vilma Eliza Trindade, consideramos, todavia, que a característica marcante da escrita virgiliana, qual seja, a de exaltação da Nação/região, perpassa toda a sua obra. Em outras palavras, consideramos que a exaltação da nacionalidade está presente na escrita de Virgílio Corrêa Filho mesmo antes do Estado Novo.

Desse modo, para caracterizar as especificidades da escrita de Corrêa Filho, é preciso apontar para a forma como o trabalho historiográfico era realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as agremiações a ele vinculadas. Explica-se: levando em consideração o objetivo de criação do IHGB bem como o pronunciamento da RIAPG, de 1866, está claro que tais agremiações tinham como objetivo:

Para além das especificidades políticas e regionais, [...] a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, da qual muitos se libertaram. Presos a um projeto enciclopédico que encontrava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares em sua experiência regional, esses profissionais se comprometeram com a construção de uma história nacional, que tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição.

21 TRINDADE, Vilma Eliza. **Política, história e memória em Mato Grosso...** *Op. cit.*, p. 26.

22 *Ibidem*.

Versáteis no esforço de acomodar os modelos nascidos alhures, tais historiadores detinham-se como que de esquelha, nas vicissitudes da versão local.²³

Desse modo, para os efeitos do presente trabalho, destacamos as estratégias de produção da narrativa histórica levadas a cabo por Virgílio Corrêa Filho, nas quais ficam patentes a idealização do bandeirante e da vinculação desses sujeitos à história de Mato Grosso, tal como aparecem na obra *As Raias de Mato Grosso* e, posteriormente, em *Luiz de Albuquerque, o fronteiro insigne*. A primeira das obras aqui analisadas, compõe-se de um conjunto de quatro tomos, publicados entre os anos de 1924 e 1926, e correspondem à primeira representação elaborada por um historiador local sobre a conquista e a incorporação do território mato-grossense aos domínios de Portugal.

O conjunto dessas publicações nos permite observar alguns dos elementos constitutivos da identidade mato-grossense. Esta identidade, forjada a partir do IHGMT, segue todavia os mesmos “padrões” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. A respeito na natureza da produção intelectual dos Institutos Históricos e Geográficos observa, Lília Moritz Schuwarcz “os institutos corporificam, pois, o local para a criação de falas oficiais sobre o país, bem como o espaço reservado a um discurso sobretudo enaltecedor da nação”.²⁴

Nesse sentido, Virgílio Corrêa Filho, seguindo um estilo de escrita estritamente vinculado ao lugar de onde ele fala, apresenta o bandeirante o precursor do mato-grossense. As narrativas buscavam atribuir aos bandeirantes valores como: “bravura”, “destemor”, e “ímpeto” que, incorporados pelos que aqui se estabeleceram, acabaram por “modelar” a sociedade mato-grossense. Na obra de Virgílio Corrêa Filho os bandeirantes são caracterizados como “povo audaz e forte, que rompendo os sertões bravo, iniciou a colonização de Mato Grosso”.²⁵

23 SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no país – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 133.

24 *Ibidem*, p. 137.

25 CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1922, p. 105.

Para Corrêa Filho o processo de ocupação das terras situadas além da linha de Tordesilhas pelos luso-brasileiros, no século XVIII, foi decorrente “do choque das duas raças expansionistas, que modelaram, à sua feição, o povo sul americano”.²⁶ De acordo com o escritor, desde o momento em que chegaram à América, parecia claro o “ideal expansionista” dos colonizadores ibéricos. Neste sentido, ao mencionar as dúvidas oriundas da linha estabelecida em Tordesilhas, ele escreve:

Como quer que seja, não resta dúvida que, na mais favorável das hipóteses, apenas estreita nesga do atual território mato-grossense conservar-se-ia brasileiro, por jazer a lesta da divisa geodésica, estabelecida em Tordesilhas, incorporando-se a parte principal, em que se enquadraria toda a bacia hidrográfica paraguaia e guaporeana, à América espanhola.

Em conquista-lo, porfiaram fortemente os representantes de ambos os reis (de Portugal e Espanha), trazendo-lhe para os confins das florestas e campinas o aventureiro gênio peninsular, perito assim no velejar por mares desconhecidos, como devassar os sertões misteriosos, que lhe silenciavam sobre as tragédias martirizantes de que foram protagonistas anônimos.²⁷

Ao atribuir aos bandeirantes uma aura de “heróis camonianos”, Corrêa Filho os identifica como “desbravadores, homens audazes, capazes de desafiar os perigos impostos pelo sertão bravio”, ou seja, os adjetivos presentes na narrativa virgiliana constroem a imagem de homens que tiveram a competência de enfrentar todas as dificuldades de seu tempo, o período colonial, para “cumprir uma missão”, qual seja: distender os limites do território nacional e incorporar parte das terras que estavam além dos limites do Tratado de Tordesilhas para os portugueses, dando origem, portanto, ao que se tornou a capitania de Mato Grosso.

26 CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raias de Mato Grosso**. v. III. São Paulo: Secções de Obras D' Estado de São Paulo: 1925, p. 08.

27 *Idem*. **As raias de Mato Grosso**. v. I. São Paulo: Secções de Obras D' Estado de São Paulo: 1924, p. 12.

Ao abordar o contexto em que os sertanistas andavam pelo interior da América do Sul, o autor credita ao bandeirante aquilo que ele considera como sentido de uma “empreitada épica”, a conquista do “desconhecido”, do “misterioso”, no sentido de que pelas mãos dos paulistas se pode garantir a extensão territorial do Brasil, conquistada ao longo do período colonial.

Em suas arrancadas épicas, varejavam os sertões desconhecidos, exploravam rios e montes; e foram esbarrar, não raro, no alto dos Andes.

Muitos sumiram no anonimato, sem que de seus feitos ficasse registro algum; outros, mais felizes, devem à tradição a glória de serem atualmente lembrados.²⁸

Valendo-se de relatos de cronistas, Corrêa filho atribuiu aos paulistas a superioridade racional capaz de fazê-los superar as adversidades dos caminhos que os conduzia ao sertão. Em determinado trecho da narrativa, o escritor mato-grossense se vale de um dos maiores escritores de língua português, Luiz de Camões, a fim de reforçar a componente patriótica dos bandeirantes. Para o autor, assim como os descobridores que “singraram os mares a fim de distender os domínios portugueses” sem temer o que estava além da linha do horizonte pouco conhecido na virada do século XV para o XVI, o bandeirante também não ousou avançar os limites da Serra da Mantiqueira para “conquistar” os sertões desconhecido do território americano. Segundo Corrêa Filho,

A política sombria de anexação, si lograra manientar Portugal, não conseguira desfibrar os colonos do Brasil, onde se caldeava, ao calor S. Paulo, a raça forte e indomável dos mamelucos, afeitos à vida rude dos sertões, em luta com elementos de toa a casta. [...] Antônio Raposo Tavares – da estirpe dos camonianos varões assinalados – compreendia o espírito das raças, quando ao investir contra as missões de Guairá, intima-lhes, aos respectivos diretores, *vimos expulsar-vos desta região, que é nossa e não do rei de Espanha.*²⁹

28 CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raias de Mato Grosso**. v. I... *Op. cit.*, p. 41.

29 CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raias de Mato Grosso**. v. III... *Op. cit.*, p. 36,

Ao dar destaque à expressão que denota a ação de expulsão dos espanhóis da região de Guaíra, conhecido reduto jesuítico que, por longo período abasteceu o comércio de índios praticado pelos bandeirantes, Corrêa Filho corrobora a construção da legitimidade da apropriação que os bandeirantes paulistas fizeram sobre a terra que, até então, era ocupada por missões jesuíticas espanholas, tornando, assim, o bandeirante o patriota que, seguindo a política de exploração e ocupação territorial, dá origem, a partir do século XVIII, após os descobrimentos de ouro em Cuiabá, ao mato-grossense.

Em outro trecho de *As Raias de Mato Grosso*, Virgílio arremata a construção do expansionismo bandeirante, de forma a vincular esse processo a gênese de Mato Grosso. Segundo o autor,

A princípio, até o penúltimo quartel do século XVI, celebrizam-se, destarte, os exploradores castelhanos, que varejam a região denominada dos Xarayés, de onde alcançam o Guaporé; para o fim, menos dramática, si bem que mais proveitosa, ocorre o povoamento do vale do Aquidauana, tendo Xerez para centre de operações (*sic*).

No século seguinte, XVII, depois da expansão até o rio Pardo, sofream-lhes o avanço os paulistas, que, a partir de 1632, não consentem na permanência de espanhóis nos campos das Vacarias e suas imediações.

Sobrevém o ciclo épico das bandeiras a que o planalto de Maracajú depara tablado empolgante, para os reencontros com os adversários.

Em incursões atrevidas assenhoraram-se, de passagem, de toda a zona meridional de Mato Grosso, cuja posse o descobrimento de outro, no Coxipó, consolida em 1719, pelo povoamento duradouro.³⁰

A escrita de Corrêa Filho contribuiu para reforçar o aspecto de “grandiosidade” imputada à ação bandeirante. Neste constructo, a cursiva de Virgílio transforma o bandeirante em embrião “ideal” de uma sociedade que se firmou “isolada” das demais, no longínquo

grifo do autor.

30 CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. v. I... *Op. cit.*, p. 16 - 17.

sertão.

Outra característica presente na escrita de Virgílio Corrêa Filho, no que tange a idealização do bandeirante, é o seu aspecto de civilizador dos “desbravadores”. Nesse sentido, o bandeirante era o contraponto ao universo do sertão e do índio, portador de valores ligados ao universo cultural de um mundo externo, representado não só pelo litoral, mas também pela cultura europeia, espacialidade original do português colonizador, transformado em bandeirante pela imposição das necessidades existenciais da vida na colônia. Desse modo, a narrativa da ocupação do território mato-grossense empreendida pelos bandeirantes tornou-se, na escrita virgiliana, a expansão da civilização ante a barbárie, representada, sobretudo, pelo índio. Ao narrar o que chama de “ciclo bandeirante” ainda no primeiro dos quatro tomos de *As Raias de Grosso*, afirma que os bandeirantes “remataram, entre lances de heroísmo e sofrimento, os ensaios anteriores, que aos poucos se ia revelando ao conhecimento dos civilizados o território mato-grossense (*sic*)”.³¹

No Tomo III da mencionada obra, a fim de contextualizar a construção das fronteiras do Estado, Corrêa Filho retoma o processo em que portugueses e espanhóis, em busca de riquezas, terras e mão-de-obra, ocuparam a área que se tornou Mato Grosso.

Depois de aludir acerca da presença espanhola na bacia do Rio da Prata, o autor se atém a presença dos padres da Companhia de Jesus, que ainda subordinados a Espanha, estabeleceram reduções indígenas que passaram a ser atacadas pelos bandeirantes paulistas. Na seqüência, ao narrar a expulsão dos jesuítas das reduções e a preação dos índios e, posteriormente, a descoberta de veios auríferos que contribuiu para fixar o luso-brasileiro na região, Corrêa Filho credita aos bandeirantes, a “responsabilidade” pela expansão das fronteiras do Brasil para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494.

O bandeirante passa, assim, a representar um elemento

31 CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. v. I... *Op. cit.*, p. 16.

do nacionalismo, uma vez que coube a ele a expansão dos limites do território nacional. Para corroborar a ideia de bandeirante como agente da expansão de uma suposta nacionalidade, Corrêa Filho escreve:

Assim foi que, antes de cerrar o século XVII, os paulistas dilataram o território de sua capitania através do Paraná, até o alto do Amambay, nos plainos de Vaccaria, onde estabeleceram ativo centro de operações contra os guaranis.³²

Ao qualificar as entradas como uma “empreitada épica” ou “missão histórica” o escritor modifica as feições do bandeirante. Sob sua “pena” o bandeirante deixa de ser um preador de índios para tornar-se o civilizador do sertão. Do mesmo modo, a atuação dessas personagens representa além do caráter de “heroísmo”, um senso de “patriotismo”, uma vez que souberam, acima de tudo, assegurar os interesses luso-brasileiros ante as pretensões espanholas sobre o territorial do futuro Mato Grosso.

Da forma como é abordada por Virgílio Corrêa Filho, a ação bandeirante se reveste de uma aura de nobreza, o que os tornam “símbolo” da grandiosidade da nação. Ao se fixar na terra, após o descobrimento dos primeiros veios auríferos, o bandeirante se torna, portanto, o elemento fundacional do território e do homem mato-grossense.

A exaltação à figura do bandeirante, torna-se, com a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1749, a glorificação da figura do “defensor fronteiro”, que eram os Capitães Gerais nomeados pela coroa portuguesa para administrar a região, com a “missão” de manter os interesses e a presença espanhola o mais distante possível do território luso-brasileiro. Desse modo, a atuação dos capitães gerais em defesa da fronteira torna-se, na escrita de Virgílio Corrêa Filho, o esforço de nossos “antepassados” na conservação e defesa do território mato-grossense contemporâneo. Nesse sentido, a figura do bandeirante acaba se configurando no embrião “ideal” de uma sociedade que se firmou “isolada” das demais, mas ao mesmo tempo, constituída por

32 CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. v. III... *Op. cit.*, p. 52.

homens que não mediram esforço para manter a integridade territorial nacional.

Dentre os capitães gerais que serviram em Mato Grosso, Corrêa Filho destaca Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, cognominado por ele de “o fronteiro insigne”. Albuquerque governou Mato Grosso entre os anos de 1772 a 1789; ao todo foram “16 anos, 11 meses e sete dias”. Embora não tenha constituído família, e nem criado raízes mais profundas em Mato Grosso, Luiz de Albuquerque acabou sendo “adotado” pelos intelectuais mato-grossenses como se fosse nato da sociedade local, em parte por sua longa estadia na região, como também pela importância do trabalho que, segundo o autor, o capitão general teria realizado enquanto esteve à frente da capitânia de Mato Grosso, época em que esta região era objeto de litígio entre luso-brasileiros e espanhóis.³³

O contexto do governo do Luiz de Albuquerque foi o período colonial, época em que se buscavam soluções para a questão dos limites entre as possessões territoriais portuguesas e espanholas na América. Nesse período, cabia aos governantes das capitanias fronteiriças, empreenderem ações que firmassem a presença luso-brasileira nas mal traçadas linhas que a Coroa portuguesa reivindicava para si.

Logo, Luiz de Albuquerque, apresentado como “o vigilante defensor das raias lusitanas”, teve destaque nas representações elaboradas por Corrêa Filho. O escritor procurou demonstrar e valorizar a atuação do capitão-general como forma de demonstrar, ao mesmo tempo, patriotismo em relação à Portugal e a sua colônia, o Brasil, e apego a Mato Grosso. A construção narrativa empreendida por Virgílio Corrêa Filho confere a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres uma aura de herói. As ações do “defensor fronteiro” são caracterizadas como esforços em “defesa da Nação” e são lembradas como um dos pilares que constituiriam, conforme faz crer, a identidade mato-grossense. Vejamos, na passagem seguinte, as

33 ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutoramento em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 60-71.

considerações sobre o capitão-general:

Não se contentava em promover internamente reformas, que melhorassem as condições de vida dos seus governados, e lhe impulsionassem o desenvolvimento.

Diligenciava, em particular, a integridade territorial de seu domínio, pelo fortalecimento da faixa fronteira, que planeou, liberta de ameaça de invasão.³⁴

Corrêa Filho, tomando como aspecto central as disputas entre Portugal e Espanha pelas terras na América Meridional, que incluíam a capitânia de Mato Grosso, descreve de certa maneira todo o trabalho realizado por Luiz de Albuquerque, durante os anos em que esteve à frente do governo de Mato Grosso.

Ao tratar sobre as estratégias do capitão-general, Corrêa Filho aponta que ele “planeja(va) defesa eficiente, amparada em redutos militares”³⁵ para combater as “ameaças”, tanto de espanhóis quanto de povos indígenas.

Com relação aos indígenas, especialmente Guaicuru e Paiaguá, Corrêa Filho os apresenta na biografia de Luiz de Albuquerque como marginais e como empecilho às monções que vinham de São Paulo com destino a Mato Grosso. Segundo ele,

Os paiaguás, associados, ou não aos guaicutus, constituíam o terror dos viajantes, que varavam os sertões, desatados de Camapuam, no divisor de águas do Paraná e Paraguai, à confluência do Cuiabá e S. Lourenço, até onde chegavam as suas algaras.³⁶

Escreve ainda que depois de inúmeras tentativas empreendidas por seus antecessores, Luiz de Albuquerque teria enviado um grupo de hábeis sertanistas com a missão de afugentar os indígenas. De acordo com a narrativa de Virgílio Corrêa Filho, a intenção do então governante da capitania de Mato Grosso era afastar

34 CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luiz de Albuquerque**: fronteiro insigne. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 245.

35 *Ibidem*, p. 191.

36 *Ibidem*, p. 184.

os “intrusos”, tanto os indígenas quanto os castelhanos. Nesse sentido, Luiz de Albuquerque,

Planej(ou) defesa eficiente, amparada em redutos militares com que pontilh(ou), por igual destinados a policiar o rio [Paraguai] contra os índios, [e também os castelhanos] e firmar a posse portuguesa na região até então deserta, bem que varejada anualmente pelos sertanistas.³⁷

Outro ponto bastante enfatizado na biografia de Luiz de Albuquerque diz respeito à construção do forte e dos núcleos de ocupação, onde “o atilado general empreendeu a ocupação de postos avançados, ao longo da fronteira, em rosário protetor das linhas raianas”³⁸, destinados a preservar o território, a comunicação e o comércio praticado através dos rios Paraguai e Guaporé, vitais para a sobrevivência de Mato Grosso.

Nesse sentido, no ano de 1775, Luiz de Albuquerque determinou ao capitão Mathias da Costa que fossem tomadas as providências para a construção de um forte na localidade de Fecho dos Morros, às margens do Rio Paraguai. Ali nasceu, então, o Forte Coimbra. Corrêa Filho destaca também a construção de outro forte, o Príncipe da Beira, iniciado em 1776. Segundo Luiz de Albuquerque, o objetivo da construção dessa fortificação era:

Flanquear o [rio] Guaporé de um monumento, que lhe concretizasse a magnificência do plano político, alteado à margem do rio, cujas águas tingiram, mais de uma vez, do sangue peninsular dos paladinos dos dois imperialismos [Portugal e Espanha], que ali andavam às testilhas.³⁹

Corrêa Filho descreve também os esforços de Luiz de Albuquerque, no sentido de estimular a ocupação do território mato-grossense por núcleos de populações não indígenas, uma vez que estas terras “desguarnecidas” estariam extremamente vulneráveis às tentativas de avanço dos espanhóis. Suas ações constituíam-se, desse modo, em estratégias para reforçar a estratégia de ocupação portuguesa

37 CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luiz de Albuquerque...** *Op. cit.*, p. 191.

38 *Ibidem*, p. 192.

39 *Ibidem*, p. 199.

em terras que ultrapassavam os limites do Tratado de Tordesilhas, de 1494.

No que se refere à representação sobre Luiz de Albuquerque, os contornos de heróis que lhe foram dados por Virgílio Corrêa Filho se tornam cada vez mais evidentes na medida em que se percorrem as páginas de sua biografia. Ao narrar em tom de heroicidade as ações praticadas pelo capitão-general Corrêa Filho, acabou tecendo uma imagem de um governante que esteve acima do bem de mal e para quem coube, de forma intransigente, defender os interesses da “nação em construção”.

Esta representação ou construção de uma imagem para Luiz de Albuquerque pode ser percebida, por exemplo, no trecho em que Corrêa Filho narra a contestação feita pelo capitão-general ao primeiro-ministro português, Martinho de Mello, na ocasião em que Portugal firmou com a Espanha o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, considerado pelo “fronteiro insigne” lesivo a Mato Grosso.

Ao tomar conhecimento do tratado de 1777, que lhe baldava a execução do plano integral de fronteira, gerado pela sua dedicação inexcedível aos interesses da capitania, Luiz se Albuquerque não pode calar a sua crítica às incongruências subscritas pelos plenipotenciários [...].

Especialmente a de 10 de agosto de 1780, que faz acompanhar de um mapa de Mato Grosso, “feito por um curioso de Cuiabá”, em que traça a lindeira de sua preferência “desde o março do Jaurú, até a nova povoação de Albuquerque, ou mais para baixo ainda, onde se acha o presidio de Nova Coimbra, desde o ano de 1775, porque somente desta maneira ficaria inteiramente salva e privativa dos portugueses a navegação preciosíssima de Mato Grosso para Cuiabá.” (Destaque meu).⁴⁰

Virgílio Corrêa Filho relata que, na ocasião em que se pronunciou criticamente ao ministro português, Luiz de Albuquerque elaborou um documento denominado “Ideia Geral da Fronteira”, contendo um esboço sobre pontos desconhecidos da geografia

40 CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luiz de Albuquerque...** *Op. cit.*, p. 208 - 209.

mato-grossense que poderiam fornecer elementos que facilitariam as discussões sobre a delimitação das raiais de Mato Grosso.

Ao final de sua obra, Corrêa Filho conclui: Luiz de Albuquerque “era o defensor vigilante das raiais lusitanas, que aplicava ao desempenho de sua patriótica missão toda penetrante inteligência que fosse capaz”. Ao redigir essa narrativa, o escritor mato-grossense contribuiu, indelevelmente, para introduzir o “fronteiro insigne” no rol dos heróis que granjeiam o chamado “panteão” mato-grossense.

A título de conclusão

A análise da escrita de Virgílio Corrêa Filho permite compreender como foram tecidos os fios da história que atam passado e presente da história de Mato Grosso, narrada a partir da criação do IHGMT, e continuada por aqueles que se vinculam ao tipo de escrita produzido no âmbito dos Institutos Históricos.

Como intelectual orgânico que foi, Virgílio Corrêa, não deixou o objetivo de escrever sobre Mato Grosso, sem perder de vista a construção de uma narrativa que integrava a região a ideia Nação, ressaltando os esforço de “seus maiores” no sentido de conquistar e preservar o território e a soberania nacional. Sob este enfoque, a atuação do bandeirante/mato-grossense caracteriza-se como o de agente formador da Nação e defensor dos interesses de um Brasil grandioso.

Referências:

Fontes:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, Ano I, Tomo I, p. 1-7, 1919.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1922.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raiais de Mato Grosso**. v. I. São Paulo: Secções de Obras D' Estado de São Paulo: 1924.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raiais de Mato Grosso**. v. III. São Paulo: Secções

de Obras D'Estado de São Paulo: 1925. Vol. III.

As raias de Mato Grosso. Luiz de Albuquerque: fronteiro insigne. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

Bibliografia:

ABUD, Kátia. **O sangue intomato e as nobilíssimas tradições.** A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra:** os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Ed. UEL, 1997.

BARROS, Iolanda M. Pierin de. **D. Aquino:** política, violência e conciliação. Curitiba: Renascer, 1996.

CARONE, Edgard. **A república velha (Evolução Política).** 4 ed. São Paulo: Difel, 1983.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante:** letrados, instituições, invenções históricas (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2002.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A o(r)dem republicana em Mato Grosso:** disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Franca, 2014.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **O binóculo e a pena:** a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana – 1920-1940. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização:** sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

GALETTI, Lylia. O estigma da barbárie e a identidade regional. Texto apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh. Recife, 1995, p. 13.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas: São Paulo, 2003.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Campos Sales, as bases e a

decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder:** o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: UFMS, 1997.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no país – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SCHUSTER, Sven. História, Nação e Raça no contexto da Exposição do Centenário de 1922. **História, Ciências, Saúde – Manguilhos**, Rio de Janeiro, s/n, p. 1-13 2013.

TRINDADE, Vilma Eliza. **Política, história e memória em Mato Grosso:** Virgílio Corrêa Filho – 1887-1973. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

ZORZATO, Osvaldo. Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutoramento em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

À BATALHA PELA “REPRESENTAÇÃO DO PASSADO” BANDEIRANTE: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO BANDEIRANTISMO NO CURSO DE BANDEIROLOGIA DE 1946

Diogo da Silva Roiz¹

O bandeirismo estático e minerador, empregou não a “bandeira caçadora” do apresador, não a “bandeira povoadora” do colonizador, não a “Entrada” do pesquisador, mas a “Monção”, que era uma grande massa de gente, homens, mulheres, crianças, velhos, etc., que, povoadora como a já referida, se locomovia como em comboios, pela via fluvial, com data e itinerários certos, para os pontos de fixação junto às lavras, povoando largas zonas em tórno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas.

Ellis Jr., 1946

[as] monções representa[va]m, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras.

Holanda, 1946

Aqui vemos a síntese de duas posições sobre o bandeirantismo paulista. Apesar das semelhanças temáticas e em certos pontos da análise, não há como deixar de notar nítidas diferenças, especialmente, quanto ao tratamento do objeto. De um lado, uma “raça de gigantes” em busca de rotas para “desbravar” os sertões. De outro, homens dependentes das rotinas “nativas” para trilharem os caminhos inóspitos,

1 Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

desesperados que estavam diante de uma condição econômica adversa, na qual lutavam para não morrerem de fome. De acordo com José Honório Rodrigues:

As extensas viagens fluviais, que superavam grandes obstáculos, atravessavam milhares de quilômetros, terras habitadas por gentil hostil e belicoso, não foram a via predileta do movimento expansionista, como observou primeiramente Alfredo Ellis Junior e acentuou Sérgio Buarque de Holanda. A via predileta foi, a princípio, a terrestre.²

Mas também aqui, como veremos abaixo, a tônica do discurso e da ação movidas por Alfredo Ellis Jr. (AEJ) e por Sérgio Buarque de Holanda (SBH), estaria numa análise voltada para um passado *tradicional e exemplar*,³ no qual seus exemplos davam subsídios à formulação de estratégias de ação no presente histórico, onde os “agendas sociais” deviam se colocar como os “novos bandeirantes” de seu tempo, no primeiro caso. E, no segundo, com uma ótica nitidamente *crítica e genética* em relação ao passado,⁴ de modo a circunstanciar, em seus diferentes momentos, as situações que viriam a plasmar mutações, e estas se convertiam em possibilidades de transformação sociocultural, tal como procurou averiguar nas sociedades móveis setecentistas e oitocentistas, dando ênfase particular aos paulistas, ou mais precisamente, aos comboios bandeirantes associados às monções.

Nesse caso AEJ parece agir como um “intelectual-letrado”, enquanto SBH como um “letrado-intelectual”.⁵ Em vista de o primeiro

2 RODRIGUES, J. H. **História da história do Brasil. Historiografia colonial**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 123.

3 Cf. RÜSEN, J. Razão histórica. **Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001; *Idem*. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a; *Idem*. **História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

4 Cf. *Ibidem*.

5 Cf. ROIZ, D. S. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade

se amparar em sua formação, experiência política e jurídica, assim como em procedimentos de pesquisa que lhe garantissem a cientificidade de suas pesquisas e em suas narrativas históricas. Ao passo que o segundo continuava:

- a) a romper com a retórica bacharelesca (limitada apenas aos floreamentos do discurso, sem que este fosse necessariamente convertido num tipo de prática sociocultural, com vistas à transformação social);
- b) com as posições hegemônicas de seu tempo (a exemplo do discurso então em voga sobre os bandeirantes);
- c) ao mesmo tempo em que movia uma autocrítica em relação as suas análises anteriores (como as de *Raízes do Brasil*, que estava sendo revisto para a publicação de sua segunda edição nos anos 1940), nas quais as descrições históricas ainda não estavam amplamente amparadas em demonstrações circunstanciadas, que deviam ser sustentadas em função dos questionamentos feitos ao passado e ao modo como eram interpretadas as fontes.

Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo é analisar a representação do bandeirante e do bandeirantismo paulista no *Curso de Bandeirologia*, que foi sendo apresentado ao longo do ano de 1946, num ciclo de várias conferências, a pedido do Departamento Estadual de Informações de São Paulo. Ele foi organizado por José Carlos de Macedo Soares – então interventor federal daquele Estado – e Honório de Sylos (advogado e jornalista), e editado no final daquele ano, no formato de livro, com 6 (das 14) conferências (inicialmente planejadas para o evento).⁶

Em 6 de março de 1946, ao reexpedir o convite para SBH

Federal do Paraná, 2013.

6 **Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda**, São Paulo, 6 de março de 1946, 3p. Siarq-Unicamp, Vp 38 P1.

realizar uma das conferências do curso, assim Honório de Sylos procurou lhe explicar novamente a iniciativa:

Tenho o prazer de reiterar os termos do ofício abaixo, que lhe enviamos recentemente:

Deseja este Departamento promover a realização, a partir do próximo dia 22 de Abril, de um ciclo de doze conferências quinzenais, que constituirão um curso amplo de “Bandeirologia”, sob o alto patrocínio do Exmo. Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Interventor Federal no Estado, o qual deverá pronunciar o discurso de solene instalação do curso.

Como o ilustre patricio verá pela anexa relação de conferências – constituída de grandes expressões do pensamento brasileiro – caberá ao eminente escritor dissertar sobre “As monções”, razão por que vimos consulta-lo sobre a possibilidade de nos honrar com sua aquiescência ao presente convite.

O D. E. I. pretende remunerar o trabalho de cada conferencista na base de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), reservando-se, porém, a faculdade de, oportunamente, editar os trabalhos em volume a ser prefaciado pelo Senhor Embaixador Macedo Soares.

Muito me penhoraria, assim, uma resposta em que Vossa Senhoria tivesse a bondade de informar, para nossa orientação, qual a data que julga mais conveniente para sua conferência.

Renovo-lhe os meus cordiais cumprimentos.⁷

Naquele momento, SBH começava a ver os primeiros resultados de seu livro *Monções*, que havia sido publicado no ano anterior. Além de alguns poucos comentários em panfletos de divulgação, o livro passou quase despercebido no momento de sua publicação na imprensa periódica, muito embora expressasse para os organizadores do curso a importância da participação de seu autor no evento. É bem provável que as deficiências de divulgação se deviam ao perfil da editora em que havia sido lançada a primeira edição de

⁷ *Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda... Op. cit.*, p. 1.

seu livro. Certamente, SBH era ainda muito mais conhecido por seu livro de estréia: *Raízes do Brasil* de 1936.⁸ Não temos a data precisa em que ele aceitou ao convite. Mas ao fazê-lo estava também às voltas com os tramites para assumir a diretoria do Museu Paulista⁹, cujo convite lhe foi feito pelo próprio Interventor Federal no Estado, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Até então a direção do Museu Paulista estava sob a responsabilidade de Afonso de Taunay, antigo professor no Colégio São Bento, onde SBH foi seu aluno, e quem lhe havia aberto as portas na imprensa periódica, publicando seu primeiro ensaio no *Correio Paulistano* em 1920.¹⁰ Com esse exemplo, veem-se facilmente como

8 Como a resenha, no Panfleto de propaganda do livro *Monções*, que saiu no Rio de Janeiro, pela Casa do Estudante do Brasil, local, aliás, em que fora publicada a primeira edição do livro; mas, infelizmente, sem a data de sua publicação. Siarq-Unicamp, Pt279 P62. Saliente-se ainda que diferente de seu livro de estreia, *Raízes do Brasil*, que entre 1936 e 1938, Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, fez um álbum com recortes de comentários e resenhas da obra, que saíram na imprensa periódica, especialmente, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, totalizando 78 textos, seu terceiro livro, *Monções*, passava quase que despercebido pela crítica especializada no momento de seu lançamento em 1945. Siarq-Unicamp, Pt176 P61. Do mesmo modo, todas as reedições do livro *Raízes do Brasil* tiveram comentários na imprensa periódica. Siarq-Unicamp, Pt178 e 179 P61. Quando, em 1944, lançou *Cobra de vidro*, no qual reuniu alguns de seus artigos de jornal, este recebeu em 12 de agosto de 1944 a resenha de Nelson Werneck Sodré. Siarq-Unicamp, Pt177 P61. Assim também ocorreu com *Caminhos e fronteiras*, quando foi lançado em 1957, e, depois, com *Visão do Paraíso*, entre 1958 e 1959. Siarq-Unicamp, Pt190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 203, 204, 205, 206 e 209 P61; Pt210, 211, 215, 216, 217, 219 e 220 P62; e sobre *Visão do Paraíso*: Pt222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246. 247, 248, 252, 253, 265, 266 e 267 P62. Em vista da quantidade de resenhas e comentários que receberam os livros: *Raízes do Brasil*, *Caminhos e fronteiras* e *Visão do Paraíso*; surpreende o silêncio da crítica especializada com relação ao seu livro *Monções*, que teve apenas alguns poucos panfletos de divulgação no período de seu lançamento – voltaremos a tratar desta questão, com maior detalhamento, no sétimo capítulo de nossa pesquisa.

9 E que chegou até a gerar certos comentários na imprensa periódica, como a que se encontra no artigo de José Lins do Rego, publicado no *Correio Paulistano*, em 22 de março de 1946, com o título: “A ausência de Sérgio Buarque de Holanda”. Recorte de Jornal, de artigo de José Lins do Rego, **Correio Paulistano**, 22 de março de 1946, p. 3. Siarq-Unicamp, Pt56 P59.

10 HOLANDA, Sérgio Buarque. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**. (1920- 1947). v. I. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 35-41.

certas “redes de relações” iam sendo formadas, inclusive, no caso específico do *curso de bandeirologia* de 1946.

De qualquer maneira, mais importante do que saber a data exata em que SBH aceitou ao convite foi sua participação no curso, e seu texto ter sido um dos 6 publicados no final daquele ano, como resultado do evento. Infelizmente o volume nem foi prefaciado por Macedo Soares, como estava previsto, nem tampouco foram publicadas todas as conferências apresentadas no curso. Mas contou com a participação de Belmonte, para fazer as ilustrações do volume.

Num primeiro momento o curso estava previsto para que as conferências fossem realizadas no Anfiteatro da Escola Normal “Caetano de Campos” (onde, de fato, quase todas foram apresentadas). O *Discurso inaugural* ficou a cargo do Embaixador Macedo Soares. Na sequência seriam apresentadas quinzenalmente as seguintes conferências:¹¹

- 1 – *O bandeirante e os primeiros caminhos do Brasil*, sob a responsabilidade de Affonso d’E. Taunay;
- 2 – *O bandeirismo na fundação das cidades*, com Virgílio Corrêa Filho;
- 3 – *A cidade de São Paulo na história do bandeirismo*, com Antonio Batista Pereira;
- 4 – *O bandeirismo na unidade nacional*, com Pedro Calmon;
- 5 – *O bandeirismo e a economia do século 17*, com Alfredo Ellis Jr.;
- 6 – *Vida e morte do bandeirante*, com Sérgio Milliet;
- 7 – *As monções*, com Sérgio Buarque de Holanda;
- 8 – *Folklore bandeirante*, com Joaquim Ribeiro;
- 9 – *A sociedade bandeirante das minas*, com Afonso

11 **Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda...** *Op. cit.*, p. 2-3.

Arinos de Mello Franco;

10 – *O bandeirismo e o ouro na economia do século 18*, com Roberto Simonsen;

11 – *A bandeira na formação social e política no Brasil*, com Cassiano Ricardo;

12 – *O bandeirismo e as grandes revoluções modernas*, com Paul Vanorden Shaw;

13 – *Os últimos bandeirantes*, com Tito Lívio Ferreira; e 14 – *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*, com Rodolfo Garcia.

No dia de cada apresentação ainda estava agendada a participação de um presidente de seção, para acompanhar ao conferencista. Seguindo a mesma ordem em que foram indicados os conferencistas, assim estava a dos presidentes das seções:¹²

1 – Artur Pequeroby de Aguiar Witacker (Secretário da Justiça);

2 – Plínio Caiado de Castro (Secretário da Educação);

3 – Benedito Montenegro (Reitor de Universidade);

4 – Altino Arantes (Presidente da Academia Paulista de Letras);

5 – Gabriel de Resende Filho (Diretor da Faculdade de Direito);

6 – Celestino Bourroul (Diretor da Faculdade de Medicina);

7 – André Dreyfus (Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras);

8 – Paulo Mendes da Rocha (Diretor da Escola Politécnica);

12 Ofício de Honório de Sylós a Sérgio Buarque de Holanda... *Op. cit.*, p. 2-3.

- 9 – “Sua eminência o Cardeal” d. Carlos Carmelo;
- 10 – Menotti Del Picchia (da Academia Brasileira de Letras);
- 11 – Francisco Patti (Diretor do Departamento Municipal de Cultura);
- 12 – Guilherme de Almeida (da Academia Brasileira de Letras);
- 13 – Eduardo Pellegrini (Presidente da Associação Paulista de Imprensa); e
- 14 – José Torres de Oliveira Dias (Diretor do Instituto Histórico e Geográfico).

Em resumo, todos os participantes (com exceção dos números 10 e 12) ocupavam postos de comando no estado de São Paulo, ou estavam ligados as suas instituições culturais e de pesquisa (e nesse caso vale também para os números 10 e 12, que não eram apenas membros da Academia Brasileira de Letras, mas também faziam parte dos círculos e movimentos culturais de São Paulo)¹³ – como a Universidade de São Paulo, que havia sido criada em 1934.¹⁴

13 Assim como no caso dos participantes do curso, que eram representantes dos grupos dirigentes na produção cultural do período, os presidentes das sessões eram eminentemente representantes dos grupos dirigentes na política, na economia e na educação no estado de São Paulo, majoritariamente ligados as secretarias do Estado, a Universidade de São Paulo e a Imprensa Periódica. Sintomático desta atitude é que no período em questão, encerrava-se há pouco o Estado Novo e o momento em que Vargas esteve no poder (ao qual voltará somente em meados dos anos 1950), ao mesmo tempo em que São Paulo retomava a força de sua economia, com o rápido processo de industrialização, em quase todo o Estado, assim como rearticulava as forças políticas junto a Federação. Cf. CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998a; *Idem*. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998b; FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. (org.). **História do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, 3v; PORTA, P. (org.). **História da cidade de São Paulo**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 3v; VILLA, M. A. (org.). **História geral do Estado de São Paulo**. São Paulo: IMESP, 2011, 5v.

14 Para detalhamento desta questão, ver: CARDOSO, I. A. R. **A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo**.

Dito isto, pretendemos verificar de que maneira AEJ e SBH elaboraram uma “representação do passado”¹⁵, pautando-se numa interpretação do bandeirante paulista e nas suas relações com os povos nativos, em meio ao processo de desbravamento dos sertões. A história dos bandeirantes nas primeiras décadas do século passado, tanto os circunstanciavam entre o século XVI, quando iniciaram as primeiras

São Paulo: Cortez, 1982; PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia:** o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino:** a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Editora Appris, 2012a.

15 O termo “representação do passado” é entendido aqui como uma das estratégias utilizadas pelos historiadores para estabelecerem uma versão plausível sobre a história dos homens e das sociedades no tempo. Mais precisamente, circunscreve tanto as técnicas de análise do objeto, quanto os modos com que foi apresentado, por meio de uma narrativa, ou outras estratégias argumentativas e expositivas. Como indica Stephen Bann, a formulação de uma representação sobre o passado não se limita a estratégias analíticas baseadas num conjunto de técnicas, ainda que operacionais, que modelariam um tom científico e objetivo sobre o discurso histórico, como o que foi inaugurado por Ranke no século XIX. Ela também estaria pautada sobre o tipo de inventividade que o historiador aplica para dar maior vivacidade e credibilidade ao tom de seu discurso. Nesse caso, esta poética da história (inevitavelmente, articulada aos métodos de pesquisa) constitui “uma série de procedimentos retóricos que ajudam a dar conta do prodigioso desenvolvimento da conscientização histórica [...] assim como de algumas dificuldades que foram experimentadas quando os códigos foram submetidos a uma irônica segunda visão”. (Cf. BANN, S. **As invenções da História:** ensaios sobre a representação do passado. Trad. Flávia Vilas Boas. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 18). Isso porque, assim como as “invenções da história são [...] decididamente plurais” (*Idem*, p. 19), os meios pelos quais o passado é representado no discurso, em mapas, esculturas, ou por meio de imagens figurativas, para construir uma interpretação do processo histórico também o é. Nesse sentido, o *curso de bandeirologia* de 1946 foi ao mesmo tempo o resultado de estratégias políticas com o objetivo de valorizar e dar ênfase a trajetória do estado de São Paulo, por meio do personagem que se tornou símbolo, na síntese de um povo, que foi o bandeirante paulista; os meios pelos quais foi representado no período foram plurais, pois, estavam em mutação tanto as técnicas de pesquisa, quanto os métodos e teorias a disposição, o que fazia com que os pesquisadores formulassem suas análises e narrativas, tendo em vista esse novo contexto político e econômico, bem como os meios pelos quais se concebiam então a escrita da história. Além disso, o curso permite que sejam inquiridas tanto as formas narrativas com que o passado, centrado na figura dos bandeirantes e das bandeiras paulistas, estavam sendo representados, quanto os meios pelos quais estavam sendo concebidas as imagens figurativas, que igualmente se encontravam em mutação no período.

bandeiras, e meados do século XVIII, quando estas vão se fixando entre os povoados que foram formados nesse processo, especialmente, por causa do movimento das *Monções* (inclusive, em função da descoberta do ouro nas Minas Gerais, no século anterior)¹⁶. Ao mesmo tempo em que se formavam as primeiras análises críticas do processo. Foram essas narrativas, diversificadas em seu conjunto, que serviram de base para a elaboração de uma verdadeira “epopeia bandeirante”, nas palavras de

16 Muito embora Sérgio Buarque (1995, 2000) trace o início do bandeirismo no século XVII, deve-se ter em conta que Alfredo Ellis Jr. (1934b), em seu livro *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, entende que este inicia no XVI, pois, o Quinhentismo preparou o salto que seria dado pelo bandeirante, firmou os alicerces, formou os cenários e os personagens, com base nos primeiros cruzamentos étnicos com os indígenas. Argumentos semelhantes aparecem em *Os primeiros troncos paulistas* (1936a) e em *Capítulos da História Social de São Paulo* (1944b). Assim, se há concordância entre os autores de que o século XVII é o auge das bandeiras e do bandeirismo paulista, para Ellis Jr. só é possível compreender a temática, tendo em vista o século anterior, pois, no limite, este é que forma o bandeirismo. Por outro lado, o século XVIII irá marcar um movimento peculiar, em relação ao das bandeiras, cujas conexões se davam em rotas terrestres, por principiar o movimento das *Monções*, nas quais as rotas fluviais formaram as bases dos deslocamentos populacionais para Goiás e Mato Grosso. Também nesse caso, os autores têm proximidades e divergências no trato do tema. Muito sinteticamente, enquanto Alfredo Ellis Jr. o indica para demonstrar o desdobramento do movimento das bandeiras paulistas, Sérgio Buarque o faz para avaliar os contatos entre os adventícios e os povos nativos. Ao mesmo tempo, enquanto Ellis Jr. busca em seus estudos averiguar certas continuidades entre os bandeirantes do passado e os paulistas dos anos 1920 e 1930; Sérgio Buarque quer indicar mais as mudanças que se faziam no interior da aparente continuidade do processo histórico. Como indica Robert Wegner, é “possível esquematizar os estudos de Sérgio Buarque através da correspondência de certas figuras emblemáticas a cada século de conquista do Oeste”, pois, pode-se “dizer que no século XVII predomina o *bandeirante*, no XVIII o *monçoeiro*, e ao seguinte corresponde o *tropeiro* e o *fazendeiro*”. Cf. WEGNER, R. **A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 181. Para Wegner, a preocupação central de Sérgio Buarque era mostrar que no interior “da dinâmica de conquista do Oeste forma-se uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo, sem, contudo, um completo rompimento com valores e costumes associados normalmente a um mundo pré-burguês” (*Ibidem*, p. 185); uma vez que o capitalismo que se formaria nos Trópicos não seria mero transplante do sistema que se formou na Europa, dado que estamos “diante de uma situação na qual temos [...] Sérgio Buarque descrevendo um longo processo de desenvolvimento material e de formação dos atores envolvidos em que não há ascetismo [nos moldes a que Weber pensou o processo para a Europa], mas uma série de reformas graduais sem rompimento radical com o passado e que, ao cabo, resulta em uma mentalidade capitalista [peculiar]” (*Ibidem*, p. 196).

Antonio Celso Ferreira (2002),¹⁷ entre 1870 e 1940.

Por isso mesmo, devemos ter em conta, de imediato, que:

1 – o *Curso de Bandeirologia* foi apresentado num momento de “retomada dos processos de democratização no país”,¹⁸ com o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas (entre 1930 e 1945);

2 – que o curso ocorreu quando não mais se encontrava no auge as tentativas de elaboração de uma “epopeia bandeirante”, elogiosa a tradição, ao pioneirismo do bandeirante paulista, bem como ao seu acúmulo de riquezas, como muito bem salientou Antonio Celso Ferreira.¹⁹ Mas que, evidentemente, com o novo contexto que se abria na segunda metade dos anos 1940, dava-se ensejo a sua retomada, e, muitas vezes, de forma apaixonada por parte dos pesquisadores do tema, ao fazerem da história do bandeirante, também um símbolo na história paulista,²⁰ cujo significado servia tanto para pensar o passado, quanto o presente (e até o futuro do Estado e do país);

3 – e que o curso esteve entre a comemoração do primeiro centenário da Independência do país em 1922 e a comemoração do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo que ocorreria em 1954.²¹

17 Cf. FERREIRA, A. C. A **epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

18 Cf. WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

19 Cf. FERREIRA, A. C. A **epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**... *Op. cit.*

20 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

21 Se no primeiro deles, a “epopeia bandeirante” ainda definia a produção das narrativas feitas em São Paulo para compor o caráter pioneiro do Estado, e, ao mesmo

Cada um desses pontos deve ser levado em consideração em nossa análise, porque deram subsídios a formulação de diferentes representações, que foram construídas sobre o bandeirante, durante esse período.

Além disso, como muito bem salientou Danilo Ferretti:

O Curso de Bandeirologia constitui[u]-se de uma série de 12 conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas entre 16 de maio e 12 de dezembro de 1946, na cidade de São Paulo, em sua maior parte no salão de honra da Escola Normal “Caetano de Campos”. O evento, na realidade, foi a culminância de uma série de iniciativas tomadas pelo Departamento Estadual de Informações (DEI), órgão cultural do governo paulista, reformulado sob a direção do jornalista Honório de Syllos. Substituindo o antigo DEIP, sessão estadual do DIP, o novo órgão pretendia acabar com o caráter de censor e propagandista do governo de seu

tempo, forjar uma identidade regional. Cf. ABUD, K. **O sangue intímorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002; ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011; quando foi comemorado, em 1954, o quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo, a tônica dos discursos passou a ser outra, apesar de não deixarem de lado a importância das bandeiras e do bandeirante para a formação da identidade de São Paulo, pois, tais narrativas coexistiam com outras que relacionavam o bandeirantismo, não ao pioneirismo do europeu, mas ao papel exercido pelos povos nativos no desbravamento dos sertões, não a riqueza do bandeirante, mas a necessidade vital da própria sobrevivência, em meio às circunstâncias adversas, que mal lhe propiciava o vestir, o comer, a aquisição de posses, terras, bens ou dinheiro. E que, aliás, pode muito bem ser visto no texto que Sérgio Buarque apresentou nessa ocasião, *Piratininga: 1532-1560*, publicado entre 24 e 25 de janeiro de 1954 na *Folha da Manhã*, de São Paulo, no caderno especial, comemorativo do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo. Nele destacava as primeiras bandeiras e caminhos, que a “própria atração do metal precioso, que por essa época seria menos forte entre os moradores da capitania do que a caça ao gentio da terra, deveria incliná-los para outras direções”. Evidentemente, seria em 1957, que sua análise aparecerá de forma sistemática, com a publicação de *Caminhos e fronteiras*, que além de retomar seus estudos da década anterior, também avançaria em sua interpretação das relações entre os bandeirantes, europeus e mamelucos, e os gentios, negros da terra, povos nativos do território que formará o Brasil, e que já se encontrava em seu livro *Monções* de 1945. Ao mesmo tempo, não deixaria de aparecer o elogio das bandeiras em textos como o de Afonso de Taunay, publicados na mesma edição do jornal indicado acima.

antecessor, adequando-o aos novos tempos democráticos. Tratava-se de uma redefinição política encaminhada pela interventoria de José Carlos Macedo Soares, governo de transição indicado pelo presidente Dutra, que assumiu em dezembro de [19]45 e que deveria gerir o estado até a posse do novo governador eleito, em 1947.²²

Para ele, as conferências seriam o resultado da confluência de dois movimentos. No primeiro, buscava-se “avançar no processo de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras”, que até meados dos anos 1930 tomavam a forma de uma “epopeia bandeirante”.²³ Como salientou Antonio Celso Ferreira,²⁴ essas narrativas tinham como norte o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia Paulista de Letras (APL), onde as obras de cunho histórico, memorialístico e literárias foram às marcas dessa iniciativa, que teve seu auge entre 1870 e 1940.²⁵ A esses pontos, a interpretação de Katia Abud acrescentava que durante as primeiras décadas do século XX, especialmente, entre os anos 1920 e 1930, foram efetuadas as principais análises do processo, decorrente das pesquisas históricas empreendidas por Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado e Paulo Prado.²⁶

22 FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2009, p. 2.

23 “Como esses escritos configuram uma epopéia paulista?” É o que se questiona Antonio Celso Ferreira, dando como resposta: “Antes de tudo, por meio da consagração dos grandes personagens da região, daí a predominância dos perfis biográficos, das genealogias, dos discursos e elogios fúnebres. São biografados indivíduos ilustres do período colonial (donatários portugueses, sesmeiros, jesuítas, governantes, cronistas, bandeirantes e chefes indígenas lendários); políticos influentes à época da Monarquia e das Regências; republicanos paulistas e sócios falecidos do instituto”. FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 99.

24 Cf. FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)... Op. cit.**

25 *Ibidem*.

26 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições... Op. cit**

Para Danilo Ferretti,²⁷ o *curso de bandeirologia*, por sua vez, anunciava o começo de um processo lento e diversificado de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras paulistas nas universidades, que começavam a se multiplicar entre os cursos de Geografia e História, que foram criados a partir dos anos 1930.²⁸ Assim, um dos traços marcantes destas conferências seria justamente a variedade de concepções históricas, como destacou ao analisar os textos de Afonso de Taunay e SBH. Evidentemente, como mostraremos a seguir, o curso não se reduziu tão somente as análises desses autores.

Além disso, para Ferretti, articulado a esse primeiro movimento estava um segundo que visava reinvestir “no discurso da paulistanidade, em um novo contexto político, pós-Estado Novo” (Idem).²⁹ Como demonstrou o estudo de Katia Abud:

toda vez que se sentia a necessidade de manter a integração em torno de São Paulo, o bandeirante, não mais como objeto de conhecimento histórico, mas como símbolo, era lembrado. Isto aconteceu na Revolução de 1932, quando as elites paulistas precisavam unir em torno do seu projeto político todas as camadas da população de São Paulo – a idéia de unidade podia ser sintetizada no bandeirante. Aconteceu também, num projeto político que lhe era oposto – o do Estado Novo. O sentido do símbolo não mudou – era ainda o de integração a unidade – dessa vez, porém, numa outra direção que não o “federalismo

27 Cf. FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”... *Op. cit.*

28 Cf. FERREIRA, M. M. Notas sobre a institucionalização de cursos universitários de História no Rio de Janeiro. *In.*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006, p. 139-161; *Idem*. A trajetória de Henry Hauser: um elo entre gerações. *In.*: NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. A.; GONTIJO, R. (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/ FAPERJ, 2011, p. 237-260; *Idem*. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: FGV/ Faperj, 2013; ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino...** *Op. cit.*

29 FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”... *Op. cit.*

hegemônico”, mas o governo centralizador.³⁰

Com o objetivo de subsidiar essas expectativas, o jornalista e ensaísta Cassiano Ricardo (1895-1974) buscava dar novos significados a figura do bandeirante e das bandeiras paulistas. Tornou símbolo de São Paulo ao longo dos anos 1920 e 1930, na interpretação deste autor, a figura do bandeirante poderia também vir a representar os anseios do Estado Novo (1937-1945),³¹ como procurou mostrar

30 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*, p. 208.

31 Atente-se ainda que durante os anos iniciais da década de 1940, em plena II Guerra Mundial, a Alemanha sob o comando de Hitler almejava forjar uma nova identidade para o povo alemão, com a raça ariana, além de aspirar torná-la a base para a formação do III Reich (Cf. KERSHAW, I. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010). Sabidamente parte destas estratégias, notadamente no que se refere ao uso da imprensa e da propaganda política, foram utilizadas amplamente pelo Estado Novo Vargasista (Cf. CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009). Igualmente na França, de acordo com Glaydson José da Silva, utilizou-se amplamente da Antiguidade e do passado gaulês, romano e galo-romano durante o Regime de Vichy, entre 1940 e 1944. Para ele: “Essas diferentes antiguidades, ou melhor, essas diferentes leituras da Antiguidade, apontam sempre para o presentismo do pensamento antigo na elaboração das práticas políticas, das doutrinas, dos jogos identitários, enfim, das visões de homem e de mundo no Ocidente” (SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p. 30). Nesse sentido, evidencia como o regime Vichy, nesse mesmo período, se apoiou no passado gaulês, romano e galo-romano, e, em especial, na figura de Vercingetórix, para empreender suas ações políticas. Vale notar, que a França não foi o único país Europeu que sucumbiu às ações do Nazismo e do Fascismo durante a II Guerra Mundial (1939-1945), e se apoiou no passado para justificar suas ações no presente. Mesmo fora da Europa, esses regimes tiveram forte influência sobre a maneira com que o passado era usado e estudado, e a propaganda política era uma das estratégias para impor o consenso. No Brasil, como indicamos acima, Getúlio Vargas é um exemplo emblemático, de como o Fascismo e o Nazismo serviram de base para que este desenvolvesse estratégias semelhantes de usar o passado e a propaganda política, como formas de construir o consenso em sua época (Cf. CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena...** *Op. cit.*; GOMES, A. C. **História e historiadores**. A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996). Por outro lado, nos Estados Unidos, começava-se a ampliar os contatos com os países latino-americanos, inclusive, nas universidades, onde ao lado das questões sobre a história dos EUA, da formação de suas fronteiras, encontrava-se a distinção entre o ‘eu’ norte-americano e os outros (povos nativos de seu país, afro-descendentes, e mesmo em relação aos latino-americanos), cuja marca era justamente a de fortalecer a ideia que se fazia de pertencimento a Nação, num período de guerras, por meio do ajustamento de uma identidade nacional. Cf. WEGNER, R. **A conquista do oeste...**

no seu livro *Marcha para Oeste* (de 1940), cuja interpretação foi ampliada em seu artigo *O Estado Novo e seu sentido bandeirante* (de 1941).³² Para Abud (1985):

Cassiano Ricardo fundamentou sua obra sobre bandeirismo muito mais nas pesquisas de outros historiadores (Taunay, Paulo Prado, Alfredo Ellis) do que em informações que ele próprio colheira nas fontes – no entanto deu outro significado ao conhecimento que aqueles historiadores tinham elaborado. Se os primeiros tinham valorizado a mestiçagem e a colocado como um elemento fundamental do bandeirismo, ele também o fez. Mas há diferenças fundamentais: para uns, a mestiçagem teria feito surgir uma “raça paulista” [como expôs Alfredo Ellis Jr.], que explicava o arrojo e a valentia do bandeirante, para ele a mestiçagem era um elemento nivelador da bandeira, aspecto que denotava sua formação democrática, origem do “*self-government*” brasileiro. O “espírito de iniciativa” que para os primeiros autores

Op. cit.; FÊRES Jr., J. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos.** Bauru: Edusc, 2004; TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Os usos que foram feitos pelos letrados brasileiros dessas interpretações do passado, desses usos que se faziam dele para forjar uma identidade nacional, do modo como se estudava a história de uma nação, são muito difíceis de serem reconstituídas, mas não devem ser deixadas de lado, porque como veremos o *curso de bandeirologia* sinalizava, por meio da diversidade de análises sobre os bandeirantes, como autores como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda faziam usos diferentes desses itinerários para formularem suas representações do passado bandeirante (Cf. WEGNER, R. **A conquista do oeste...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)...** *Op. cit.*; OLIVEIRA, L. L. **Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000; *Idem.* **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990; PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos.** São Paulo: Editora UNESP, 2005; *Idem.* **O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre.** São Paulo: Editora UNESP, 2012; PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil (entre o povo e a nação).** São Paulo: Ática, 1990.

32 Para Alcir Lenharo: “A construção da imagem da ‘Marcha’ ancora-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos das ramificações romântica e pietista católica, disseminadas na cultura nacional. Cassiano Ricardo, do Deip paulista, sabia muito bem disso tudo. Na sua obra, *Marcha para Oeste*, as cores, os sons, a poesia, um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo”. *In.*: LENHARO, A. **A sacralização da política.** 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 15.

provinha das condições étnicas, sociais e mesológicas do Planalto, foi corrigido pela cooperação e associação, numa construção de harmonia, que o Estado Novo pretendia anunciar.³³

Desse modo, os “valores que destacou”, segundo Katia Abud, “foram os que serviriam para pensar a bandeira como a gênese do Estado Novo”, e o que “procurou no conhecimento histórico produzido anteriormente foram os elementos que transpôs como advindos da bandeira para o seu momento presente”, isto é, a “concentração de poderes nas mãos do chefe da bandeira; a expansão geográfica e a integração territorial que o movimento bandeirista proporcionara, formando o contorno físico do Estado Nacional; a miscigenação, como instrumento de democratização”.³⁴ Portanto, conclui a autora, o mesmo “símbolo de luta pela autonomia do estado e pela hegemonia dos estados mais ricos, se transformou mediante a análise de Ricardo, no símbolo de um governo que lhe era oposto”.³⁵

Contudo, não temos evidências suficientes para inferir em que medida o *curso de bandeirologia* foi uma resposta direta a esse tipo de estratégia, em vista da escassez de referências diretas aos textos de Cassiano Ricardo (cuja conferência não fora publicada no volume), nas seis conferências que foram publicadas. Muito embora, seus autores provavelmente também tivessem em vista responder a esse tipo de interpretação do processo – como vimos às estratégias utilizadas por AEJ para contornar os problemas então enfrentados pelo estado de São Paulo, nos anos iniciais da década de 1930, nos primeiros capítulos deste estudo.

Além disso, os discursos pronunciados nas conferências do curso tinham um caráter estratégico, além de político, pedagógico e historiográfico. Se até meados dos anos 1930, o estado de São Paulo buscava recuperar sua autonomia política e econômica, em função dos eventos que ocorreram entre 1929 e 1932, na segunda metade

33 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*, p. 196.

34 *Ibidem*, p. 198.

35 *Ibidem*.

dos anos 1940 o Estado era novamente a “locomotiva do país”, num rápido processo de industrialização, com a diversificação de investimentos do campo para as cidades – e que resultaram da crise do início da década de 1930.³⁶

Como apontou Joseph Love foi o

bandeirantismo, essa infatigável busca de aventura e oportunidade que havia impulsionado São Paulo durante o período colonial, que ofereceu a solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao estado e à nação,³⁷

entre o final dos anos 1920 e meados dos anos 1930. E não

há dúvida de que o apelo maior exercido pelo bandeirantismo em São Paulo derivava da adesão implícita ao ‘federalismo hegemônico’, ou seja, idealizado como a locomotiva a puxar vagões vazios, como o centro dinâmico do progresso, num quadro de atraso generalizado.³⁸

Nesse sentido, em meados dos anos 1940, ganhavam novos sentidos às interpretações que autores, como AEJ, vinham destacando, desde os anos 1930 – em obras como: *A nossa guerra* (1932), *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano* (1936, versão revista de seu livro *Raça de gigantes* de 1926), *A evolução da economia paulista e suas causas* (1937) e *Meio século de bandeirismo* (1939) –, sobre a “representação do passado” paulista, por meio das ações e das conquistas das bandeiras e dos bandeirantes.

Mais precisamente usar o passado,³⁹ para justificar as

36 Cf. DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000; DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel/ Edusp, 1971; LOVE, J. **A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira (1889 1937)**. Trad. Vera Alice Cardoso Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

37 LOVE, J. **A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira (1889 1937)**... *Op. cit.*, p. 300.

38 *Ibidem*.

39 Na década de 1970, Jean Chesneaux destacaria em sua análise da história e dos historiadores, tomando de empréstimo o debate do *Le Monde* de 26 de julho de

escolhas e os caminhos tomados nos anos 1940 segundo alguns dos autores das conferências do *curso de bandeirologia* (como: Afonso de Taunay, AEJ, Virgílio Corrêa Filho e Afonso Arinos de Mello Franco), ganhava ainda mais sentido do que nos anos 1930. Embora nesta década fossem elaboradas muitas narrativas sobre o tema, reforçando a figura do bandeirante como símbolo da história paulista,⁴⁰ e, em

1974, que: “Tem-se sempre necessidade de ancestrais quando o presente vai mal” (CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e os historiadores.** Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995, p. 23). Ainda na década de 1970, Georges Duby (1993), com seu livro *O domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214*, demonstraria como aquela batalha seria recriada e adequada às circunstâncias de cada momento histórico, ao ponto de no limite também indicar os ‘choques franco-prussianos’ (Cf. DUBY, George. **O domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214.** SP: Paz e Terra, 1993). Nos anos 1980, Raoul Girardet, ao estudar os mitos e as mitologias políticas, lembrará que: “[...] a cada momento de sensibilidade [...] corresponde [...] uma leitura da História, com seus esquecimentos, suas rejeições e suas lacunas, mas também com suas fidelidades e suas devoções” (Cf. GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 98). Com as devidas especificidades, Stephen Bann (1994) propôs pensar as representações que foram (e são) criadas sobre o passado (europeu do século XIX), em narrativas (históricas e ficcionais), mapas, pinturas e esculturas, com vistas a enfatizar o papel exercido pelos historiadores e pelos lugares de produção da ‘memória social’ (como os museus, os arquivos e as universidades), ao serem elaboradas certas leituras sobre o passado. Usar o ‘passado’ para dar ‘sentido’ às ações no ‘presente’, desse modo, não é algo novo nem na História (dos homens e das mulheres do passado), nem na historiografia (Cf. HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003). Mas a maneira com que o passado é usado para demarcar as ações e as reflexões no presente, de cada momento histórico, senão é ‘novo’ em todos os instantes, ao menos é múltiplo. Foi nesta direção que os trabalhos de François Hartog acabaram percorrendo desde os anos de 1980, quando demonstrou em seu livro *O espelho de Heródoto* (1999), as diferentes formas de apropriação deste autor ao longo do tempo. Nesse sentido, com seu conceito de *regimes de historicidade*, Hartog (2003) se preocupou em teorizar de que modo os grupos e as sociedades do passado se apropriavam da história para fazerem diferentes usos do tempo e das categorias: passado, presente e futuro. Nesta pesquisa estamos pensando *o uso do passado* como uma ferramenta política e historiográfica para inquirir tanto as categorias temporais; quanto dar alternativas aos problemas vividos numa determinada época, ao refazer os modos como os homens e as mulheres viam o passado, definiam o presente e planejavam o futuro. Sobre essas questões, pode-se ainda consultar: SOIHET, R.; ABREU, M.; GONTIJO, R. (org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

40 Cf. ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)...** *Op. cit.*

muitos casos, como uma alternativa a crise política e econômica que se alastrou pelo estado de São Paulo, só seria nos anos 1940, que o Estado começaria a recuperar sua representatividade diante da Nação, e o discurso sobre as bandeiras e os bandeirantes ganhou ainda mais sentido, ao justificar as ações dos “novos bandeirantes”.

Contudo, deve-se notar que havia uma pluralidade de análises sobre o tema, e aquele não era o único tipo de discurso. Como já acontecia nos anos 1930, outras interpretações coexistiam nos anos 1940,⁴¹ as quais não apenas criticavam o uso da história como fornecedora de exemplos do passado para a orientação das ações humanas no presente, mas que tinham como alternativa vê-la enquanto um processo contínuo em direção ao futuro. Como pode ser observado no texto de SBH, que já o vinha fazendo desde meados dos anos 1920, em sua atividade jornalística. Fator, aliás, também indicado por Danilo Ferretti,⁴² em sua análise do *curso de bandeirologia* de 1946. Além disso, o mesmo discurso que servia para justificar a representatividade de São Paulo, também era refeito para construir uma memória e uma história específica para o Estado Novo varguista.

Assim, procuraremos mostrar que ao invés de uma narrativa linear, composta ao longo das seis conferências (das 14 planejadas), publicadas do *Curso de Bandeirologia* de 1946, apresentavam-se duas que caminhavam paralelas, muito embora fosse facilmente perceptível a hegemonia da primeira sobre a segunda (como veremos abaixo).⁴³ De um lado, com os textos de Afonso de Taunay (1876-1958), Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), AEJ e Joaquim Ribeiro (1907-1964), que visualizaram positiva e complacentemente o papel do bandeirante no desbravamento dos sertões, na captura de indígenas e na exploração do Território, como o feito mais importante na história de São Paulo

41 Cf. ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*

42 Cf. FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”... *Op. cit.*

43 Agradeço a Alexandro Trindade, que no exame de qualificação sugeriu que esclarecêssemos melhor essa disputa.

e para o Brasil, acabando por *construírem uma narrativa elogiosa sobre a(s) tradição(ões) do passado*. E, de outro, com o de SBH, que seguindo as pistas e as críticas de Capistrano de Abreu (1853-1927) e de José de Alcântara Machado (1875-1941),⁴⁴ deteve-se nas *monções*, visualizando a pobreza dos bandeirantes, a dependência

44 Para Katia Abud: “Capistrano foi sem dúvida, um dos primeiros, senão o primeiro dos historiadores brasileiros a questionar a matança e destruição dos povos indígenas pela ação dos bandeirantes”; enquanto “Alcântara Machado desprezou o que a História, tradicionalmente vinha fazendo, estudando os “grandes homens”, governos, enfim, o que se convencionou chamar de “evolução política”, e no caso especial das bandeiras, desviou-se também da narrativa das atividades da própria organização bandeirista, expansão territorial, rotas e caminhos, as descobertas, para se deter na visão do padrão social e econômico dos paulistas do século XVII”. ABUD, K. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*, p. 161-165. De acordo com Antonio Celso Ferreira: “*Vida e morte do bandeirante*” de Alcântara Machado “não anuncia, apenas, o desvanecimento de uma representação gloriosa de São Paulo, mas, talvez, sua transmutação em nova figuração histórico-literária” (Cf. FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 105). Quando, em 15 de julho de 1951, Sérgio Buarque de Holanda veio a publicar *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, este já demonstrava a importância da obra de Capistrano de Abreu, para a constituição da moderna pesquisa histórica no Brasil. Entre outras coisas, porque não deixava de lado que toda pesquisa deve partir de uma interrogação, plasmada pelo presente e que aguçava o pesquisador a inquirir, estudar e interpretar os homens e as sociedades do passado. Ressaltava a importância do empreendimento levado a cabo por Washington Luis, para efetuar a publicação de um conjunto de documentos da história de São Paulo, e que vieram a fundamentar os estudos de Alcântara Machado. Em suas palavras: “A impressão desses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os *Inventários e testamentos* não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sobre a *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1930. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso d’E. Taunay sobre São Paulo no século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. O acesso mais fácil a esses documentos permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luiz, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Júnior, Américo Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant’Ana e muito especialmente Afonso d’E. Taunay, cuja opulenta *História geral das bandeiras paulistas* começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos* (1951). In.: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008a, p. 604.

que tinham com os nativos e a fragilidade das opções, nos percursos que eram trilhados pelas bandeiras paulistas, ao formular *uma crítica a narrativa elogiosa da(s) tradição(ões) do passado*.⁴⁵

Além dessas duas narrativas paralelas, num movimento de tensão entre elas, o curso teria uma terceira, em parte síntese, em parte continuidade da primeira, proposta pelos desenhos de Belmonte – pseudônimo de Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1947)⁴⁶ –, que ilustraram momentos das narrativas dos textos (destacando ainda como se mantinha um discurso hegemônico sobre a história das bandeiras, que foi construído nas primeiras décadas daquele século, e que era então movido pelo primeiro conjunto de narrativas). É nas imagens figurativas elaboradas por este autor que tentaremos também nos deter, para visualizar melhor a relação entre *imagem, narrativa e história*, que ele construiu para expressar o bandeirantismo e o bandeirante paulista, e destacar como as narrativas informadas acima se movimentavam entre os desenhos desse autor.

Fundamentalmente, porque essas imagens figurativas indicavam que apesar de já não se encontrar no auge a produção de uma “epopeia bandeirante”, esta ainda tinha, ao longo dos anos

45 Contudo, deve-se destacar que a análise de Sérgio Buarque não seria meramente um estudo da importância dos povos nativos na constituição das bandeiras e das monções, como uma antítese as teses até então em vigor na historiografia. Como mostrou Robert Wegner, embora pareça “bastante clara a indicação da produtividade e da positividade que a adaptação ao nativo adquire para a conquista das terras americanas pelos adventícios”, e que “os mamelucos foram obrigados a se adequar e também aprender esses recursos advindos, *não na tentativa de dominar a natureza, mas na busca de ajustar-se a ela*”, constituindo-se tal estratégia como uma regra na formação das fronteiras que formarão o Brasil (ao contrário do que ocorrerá nos Estados Unidos, como destacou Turner), a nova raça que foi se formando a partir daquelas iniciativas, que resultaram das Monções do século XVIII, “já não se identifica completamente com o nativo, como no caso dos bandeirantes”, além de o “aventureiro e seu individualismo anárquico” vir a se transformar “em retalhista” e o “ócio começa[va] a ceder lugar ao negócio, no próprio ritmo do desenvolvimento da sociedade de fronteira”. E que, entre outras coisas, irá marcar a especificidade da mentalidade capitalista que se formará em São Paulo. Cf. WEGNER, R. A conquista do oeste... *Op. cit.*, p. 142-213.

46 Encontra-se análise interessante desse autor em: ORIÁ, R. **O Brasil contado às crianças**: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961). São Paulo: Annablume, 2011.

1940, forte efeito sobre as “representações do passado” que eram construídas, tendo em vista o papel desempenhado pelas bandeiras e pelo bandeirante paulista.⁴⁷ Neste ponto, nossa meta é demonstrar as disputas pela “representação do passado” bandeirante, que tencionadas entre o *elogio* e a *crítica* as tradições paulistas, alcançariam parcialmente uma síntese nas ilustrações feitas por Belmonte.

Ao mostrarmos esse movimento nas interpretações que se faziam do processo, pretendemos ilustrar o que indica Jörn Rüsen sobre as pretensões de análise da “vida prática”, em meio à produção do “conhecimento histórico”, como forma de estabelecer e fundamentar certas orientações para que os sujeitos pudessem dar sentido às suas escolhas, fundamentando suas tomadas de decisão.⁴⁸ E nesse nível fundamentarem uma certa “consciência histórica” sobre o processo analisado, indo de um perfil *tradicional e exemplar*, até aquelas de caráter *crítico e genético*. Nesse sentido, não era casual a *batalha* sutil que se travava sobre os tipos de *representação* que deveriam ser feitos e aceitos sobre o *passado* paulista. Nele, o bandeirante era uma das figuras centrais, na análise do processo histórico e nos sentidos que se davam as categorias: passado, presente e futuro, para se tentar procurar compreender tanto o estado de São Paulo, quanto o Brasil, exatamente num momento histórico no qual este estado passava a contornar a situação a que se viu instado a partir do final dos anos 1920.

Portanto, entre os anos 1930 e 1940, como já indicamos acima,

⁴⁷ Papel, aliás, que não deixará de ser lembrado mesmo nas comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954, nos vários textos publicados no período, seja na *Folha da Manhã* ou em outros jornais (de São Paulo ou do Rio de Janeiro), a exemplo dos de Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos de Mello Franco (sobrinho), ou mesmo, os de Sérgio Buarque de Holanda, que retomando as suas análises críticas da década anterior, as iria ampliar, no que culminaria com a publicação de *Caminhos e fronteiras*, em 1957. Cassiano Ricardo, aliás, em 1956, no seu *Pequeno ensaio de bandeirologia*, retomou o tema das bandeiras que discutiu nos anos 1940, e como indica Abud (1985): “ligando, com o mesmo arcabouço teórico, as bandeiras ao Estado Novo, que teria representado a instalação de uma democracia social no Brasil”. Cf. ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*, p. 200.

⁴⁸ Cf. RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da História I...** *op. cit.*

ocorreu uma rica revisão do tema das bandeiras, do bandeirantismo e do bandeirante paulista,⁴⁹ inclusive com SBH avançando sobre questões pouco estudadas, como as *monções* – designação do percurso periódico seguido pelos bandeirantes em busca de pedras preciosas nos sertões de Goiás e Mato Grosso⁵⁰. Contudo, as gravuras de Belmonte, ao contrário do que indicavam partes dos textos de SBH e de Joaquim Ribeiro (e aos quais aquelas imagens figurativas se referiam), ilustrando um bandeirante pobre e se apropriando das técnicas nativas, entre outras coisas, e que as ilustrações procuravam apresentar, ao contrário, com um bandeirante rico, submetendo suas ordens aos indígenas, com botas, armas, fardas, enfim, toda sua indumentária e costumes típicos, etc. Mas, tal como indicou José de Alcântara Machado, em seu livro *Vida e morte do bandeirante* (cuja primeira edição data de 1929), pelos inventários dos séculos XVI e XVII (e do conhecimento dos palestrantes e do ilustrador da edição), aquelas mercadorias e utensílios pessoais não compunham os bens da maioria dos paulistas do período, como a historiografia bandeirante do XVIII, XIX, e parte do XX visava demonstrar.⁵¹ Mesmo assim,

49 Cf. ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História...** *Op. cit.*

50 Análise, aliás, que retomará em seus textos dos anos 1960, publicados nos primeiros 5 volumes da *História Geral da Civilização Brasileira*, que SBH estava dirigindo neste período. Nesses volumes se encontrariam os textos: *O descobrimento do Brasil, As primeiras expedições, A instituição do governo geral, Conquista da costa leste-oeste, Os franceses no Maranhão, As monções, A colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul, A mineração: antecedentes luso-brasileiros, Metais e pedras preciosas, A herança colonial – sua desagregação, São Paulo, As colônias de parceria*. Apenas não apresentaria contribuição, com texto seu, no sexto volume da coleção: *Declínio e queda do império* (t2, v. 4). No sétimo volume, *Do Império à República*, escreveria sozinho e encerraria sua participação na coleção, deixando o período republicano sob os cuidados de Boris Fausto. Nestes textos despontam as discussões maduras de SBH, cujas contribuições seriam marcantes para o desenvolvimento da historiografia brasileira praticada por historiadores profissionais, a partir dos anos 1970, cuja formação em programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, passariam a dar os contornos de como deveria ser praticado o ofício de historiador no país. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 11 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

51 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*;

as imagens figurativas não se reduziram ao que foi apresentado nas outras conferências, as quais tiveram maior aproximação. Pelo contrário, estas ilustrações estavam muito mais próximas daquelas que Belmonte havia feito para seu livro *No tempo dos bandeirantes*, cuja primeira edição foi de 1937, inclusive, com a reutilização de algumas delas, para ilustrar o *Curso de Bandeirologia* em fins de 1946. Apesar disso, tal estratégia só dá maior consistência ao argumento exposto, quanto à sobreposição ainda evidente de tipos diferentes de narrativas sobre os bandeirantes, num período em que se iniciavam as críticas sobre as narrativas elogiosas das tradições paulistas, mas cuja hegemonia ainda se mantinha relativamente preservada nos anos 1940.

De imediato, poderíamos indagar se o recurso utilizado por Belmonte, em parte, se assemelhava as indicações de autores como Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes de que as imagens são mais usadas como ilustrações, do que como parte de construção (e componente) de análise da narrativa histórica.⁵² Mas estávamos também num período intermediário de profissionalização de editores e de editoras no país, e o recurso usado para ilustrar o curso foi também distinto ao que será feito na pesquisa histórica, mais rotineiramente, a partir dos anos 1960.⁵³

Ao invés de o próprio pesquisador selecionar as imagens que incluirá no corpo do texto de sua narrativa para ilustrar a questão discutida, no *curso de bandeirologia* não foram os autores dos ensaios que selecionaram os desenhos, mas sim um autor de charges de jornal, ilustrador de livros e também produtor de estudos sobre o tema em

MACHADO, J. A. Vida e morte do bandeirante. In.: SANTIAGO, S. (org.). **Interpretes do Brasil**. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002, p. 1189-1358.

52 MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003a; *Idem*. A fotografia como documento. Robert Capa e o miciliano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, Niterói, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003b; *Idem*. Rumo a uma história visual. In.: MARTINS, J. S. (org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

53 GATTI Jr., D. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc, 2004.

questão, que foi convidado pelos organizadores do curso. E tendo por base os textos apresentados no curso, que Belmonte procurou elaborar os desenhos que ilustraram partes das narrativas.

Assim, o problema que se apresenta, além de necessitar que se identifiquem os termos de *causa*, *comparação* e *efeito*, como os definiu Michael Baxandall,⁵⁴ será também o de visualizar os *encargos* e as *diretrizes* que estiveram por trás das escolhas de Belmonte. Além disso, não poderemos perder de vista o que Jacques Aumont indicou sobre

a representação do espaço e do tempo na imagem, [por que são] consideravelmente determinadas pelo fato de que, na maioria das vezes, esta representa um acontecimento também situado no espaço e no tempo.⁵⁵

Neste caso, a “imagem representativa [...] costuma ser uma imagem narrativa, mesmo que o acontecimento contado seja de pouca amplitude”.⁵⁶

Portanto, pretendemos situar neste capítulo, com base no *curso de bandeirologia*, como foram construídas as “representações do passado” sobre o bandeirante paulista, em meados dos anos 1940. Daí a necessidade de inquirir: como AEJ e SBH fizeram suas escolhas no transcurso desta outra *batalha*, com vistas a formar a(s) imagem(ns) e as representações que deveriam ser feitas a respeito do bandeirante e das bandeiras paulistas na história da historiografia? E para destacá-la buscamos analisar simultaneamente o movimento tanto das narrativas históricas apresentadas durante as conferências, e que foram depois publicadas no livro, quanto o das ilustrações (das imagens figurativas) feitas, em seguida, por Belmonte.

54 Cf. BAXANDALL, M. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

55 Cf. AUMONT, J. **A imagem**. Trad. Estela dos Santos Abreu; Cláudio Cesar Santoro. 15 ed. Campinas: Papirus, 2010, p. 254.

56 *Ibidem*, p. 254-255.

A tese do bandeirantismo na historiografia paulista: o papel do bandeirante em Alfredo Ellis Jr

Recordar o que o bandeirantismo representa é praticar grave desatenção para com meu tão culto auditório. Bastar-me á alegar que sua área varrida de mais de dez milhões de quilômetros quadrados recobre o Brasil atual e ainda grande superfície da America espanhola. Rememorar a parte que dele cabe ás jornadas dos paulistas já não mais seria desatenção senão suma injúria.

Taunay, 1946

Antes de perscrutar esta questão mais detidamente, apresentada pela conferência de Afonso de Taunay, é necessário que resumamos as principais teses das narrativas dos textos apresentados no *curso de bandeirologia*. Como informamos há pouco, o curso parece tecer duas narrativas paralelas, ainda que em tensão uma com a outra, em função de certa hegemonia da primeira em relação à segunda, sobre o *bandeirantismo paulista*. A primeira, com os textos de Afonso de Taunay, Virgílio Corrêa Filho, Afonso Arinos de Mello Franco, AEJ e Joaquim Ribeiro, que visualizariam positiva e complacentemente o papel do bandeirante no “desbravamento” dos sertões, na captura de indígenas e na exploração do Território que formará o Brasil, efetuando um verdadeiro elogio da empresa bandeirante, como o feito mais importante na história de São Paulo e para o Brasil.

Depois, a de SBH, que seguindo as pistas e as críticas de Capistrano de Abreu e de José de Alcântara Machado, além de rever a historiografia paulista sobre esta questão, deteve-se nas *monções*, visualizando a pobreza dos bandeirantes, a dependência que tinham para com os nativos e a fragilidade das opções, nos percursos que eram trilhados pelas bandeiras paulistas, num exercício de crítica a tradição, inclusive, sobre a historiografia que se formava em São Paulo,⁵⁷ como

57 Para uma discussão ampla e profunda do tema, ver: ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*; LUCA, T. R. **A revista do Brasil...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a**

aquela que vinha a fazer do bandeirante também um símbolo.⁵⁸ Nesse aspecto, SBH também era autocrítico em relação a sua produção dos anos 1930, como seu artigo *Caminhos e fronteiras* de 1939, que então estava ainda enraizado a este tipo de interpretação. Daí a importância que teve a direção de Museus (no Rio de Janeiro e em São Paulo), o contato com a Etnologia, a Etnografia e a Antropologia, assim como teve seu diálogo com as Ciências Sociais nos anos 1940 na *Escola Livre de Sociologia e Política*, em São Paulo,⁵⁹ para ele fazer essa viragem historiográfica em sua abordagem do tema.

Quando Taunay foi convidado para proferir a conferência de abertura do *curso de bandeirologia*, ele já acumulava requisitos suficientes para ser convocado para tal tarefa.⁶⁰ Era sócio do Instituto

História... *Op. cit.*; REIS, J. C. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999; FERREIRA, A. C. A **epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**... *Op. cit.*; ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira:** a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011; SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco:** povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009; ARAUJO, K. A. **Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história. Afonso d'Escragnonne Taunay (1911-1929).** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2003; GOES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas:** um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

58 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*

59 FRANÇOZO, M. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 585-612, 2005; *Idem*. Os outros alemães de Sérgio. **Etnografia e povos indígenas em Caminhos e Fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 137-152, 2007; NICODEMO, T. L. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil, 1930-1960. *In.*: MARRAS, S. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp, 2012, p. 109-132.

60 O texto de Afonso de Taunay, que abre a coletânea, inicia sua conferência agradecendo ao convite que lhe foi expedido pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo, que teve no embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), então interventor federal do Estado (pelo período de 3 de fevereiro de 1945 a 14 de março de 1947), e no Dr. Honório de Sylos, jurista, jornalista e autor de *São Paulo e seus caminhos*, os encarregados pela organização do evento em 1946. Fato, aliás, lembrado em quase todos os textos do curso, seja para agradecer ao convite que lhes foi feito, seja para demonstrar a importância do empreendimento, seja ainda para informar que embora a temática fosse do conhecimento de todos os paulistas, nem por isso esta deveria ser deixada de lado, razão pela qual um curso como esse era mais

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), fora professor do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre 1934 e 1938,⁶¹ e era então diretor do Museu do Ipiranga (também conhecido como Museu Paulista), sediado na capital do estado de São Paulo. Nesta instituição foi responsável pela organização das comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, que ocorreu em 1922, dedicando-se à manutenção e com a organização da “cultura material”, dos resquícios do passado, com a especialização das seções e com o preparo do Museu para essa finalidade.⁶² Ao mesmo tempo, ele dava continuidade aos seus estudos sobre a história do café e sobre as bandeiras e o bandeirante paulista, que seriam publicadas em

do que justificável. Para Danilo Ferretti: “Macedo Soares destacou-se [...] como figura chave da institucionalização do saber geográfico, que nos anos [19]30 avançou sob a dupla direção da abertura dos primeiros cursos universitários de geografia (USP e UDF) e da criação de instituições estaduais de atividades e pesquisas geográficas. [...] Não somente está na base da instalação, em 1936, da Comissão Nacional de Estatística. Mais importante, reuniu o primeiro grupo de profissionais em geografia [...] inserindo-os na discussão e criação de um organismo estatal de geografia, consolidado em 1937 no Conselho Brasileiro de Geografia [...]. Todas essas iniciativas confluíram com a criação, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial de implementação da política territorial do Estado Novo, cuja primeira direção ficou a cargo de Macedo Soares. Além de implementar o programa da “Marcha para Oeste”, fruto da interpretação varguista do mito bandeirante, ainda assumiu a presidência de instituições que veiculavam um saber mais aos moldes tradicionais, como era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que presidiu de 1938 a 1941, e da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1942, tornando-se figura chave do ambiente intelectual durante o Estado Novo. Ao longo desse processo, incentivou a criação de ciclos de discussão, conferências e simpósios sobre temas geográficos, como etapas de divulgação de conhecimentos e articulação de profissionais, fundamental para a disciplinarização da geografia”, e o “*Curso de Bandeirologia*, portanto, pode ser inserido no conjunto de iniciativas organizadas por Macedo Soares, com a originalidade de ser voltado à temática específica das bandeiras, que o acompanhava ao longo de sua trajetória”. Cf. FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”... *Op. cit.*, p. 2-3.

61 Cf. ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira...** *Op. cit.*; ROIZ, D. S. **O caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino...** *Op. cit.*

62 ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira...** *Op. cit.*; BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

vários volumes, entre os anos 1920 e 1950.⁶³ Inclusive, o autor chegou a organizar alguns dossiês com fontes e textos seus, nos *Anais do Museu Paulista*, nos números publicados nos anos 1930 e 1940. É muito provável que esses números foram de grande valia para AEJ elaborar vários de seus textos, que foram publicados nos *boletins* da cadeira de *História da Civilização Brasileira* que foi catedrático na USP.

Assim, encarregado de discutir *O bandeirantismo e os primeiros caminhos do Brasil*, Taunay procurou “falar de certos e gloriosos caminhos bandeirantes”, pois, inúmeros “foram eles, terrestres, fluviaes, marítimos”, uma vez que nem “por menos podia ser na vastidão brasileira afuroada pelas bandeiras de S. Paulo que transbordavam dos limites do Brasil”.⁶⁴ Após apresentar seu tema, e a importância da obra de Capistrano de Abreu para o conhecimento deste assunto, ele irá esboçar o itinerário das contribuições que foram trazidas por autores, como: Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado, Washington Luis, Carvalho Franco, Oliveira Vianna, Osvaldo Cabral, dentre outros, que ao pesquisarem arquivos nacionais e estrangeiros, e publicarem fontes manuscritas e se deterem em tópicos inéditos sobre o bandeirantismo, estes fizeram com que a temática fosse revigorada na historiografia paulista e nacional, a partir dos anos 1920 – e, nesse caso, ele próprio fazia parte desse movimento.⁶⁵

Apesar de conhecer a obra de José de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, e indicar sua importância no relatório que apresentou para a cadeira de *História da Civilização Brasileira* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (da qual era então professor), em fins de 1935,⁶⁶ este não

63 ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira...** *Op. cit.*

64 Cf. TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia.** São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

65 ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...** *Op. cit.*

66 Com o objetivo de apresentar o programa de sua cadeira, e após discorrer sobre Varnhagen, Capistrano de Abreu, Pedro Calmon e Oliveira Vianna, assim Taunay destacará: “A *vida e morte do bandeirante* de Alcântara Machado [que] resume o produto de pesquisa longa e aturada nos vinte e sete tomos da documentação impressa dos *Inventários e testamentos quinhentistas e seiscentistas* de São Paulo.

o fez na conferência que apresentou no curso de 1946. Entre outras razões, porque o roteiro de análise de Alcântara Machado destoava do conjunto apresentado por Taunay naquela ocasião, ao fazerem o elogio da empresa bandeirante, demonstrando suas glórias e riquezas, e:

serviçal obrigado, e recalcitrante, das entradas e das bandeiras, com a lança do seu álveo, outróra enristado para Oeste contra o domínio castelhano, continua a servir à grandeza de São Paulo e do Brasil na nova arrancada que o café veio trazer à marcha do progresso e da civilização, preparando o advento e o surto de nova etapa notabilíssima, a da fase industrial.⁶⁷

E a qual o bandeirante além de ser figura histórica de relevo para a compreensão da história paulista, também era o símbolo que sintetizava a peculiaridade do povo de São Paulo, cujo empreendedorismo, aventura e iniciativas eram sintonizadas para interpretar o “bandeirante do passado” e vislumbrar os “novos bandeirantes” no presente, que eram representados nos sujeitos que davam ensejo ao processo de industrialização em todo o Estado, isto é,

Representa belo mosaico muito trabalhado, largamente meditado para sua realização. Compendia, porém, um certo número, apenas, de aspectos do largo e vario painél da vida colonial paulista dos primeiros séculos. E é de desejar que o seu autor prossiga na faina encetada explorando outros fâcies, onde muita novidade está a ser iluminada, sobretudo se alargar a área de explanação do forte material documentário existente e ainda inédito” (Cf. TAUNAY, A. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *In.*: USP, FFCL. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935**, São Paulo: Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937, p. 125). O mesmo tratamento vale para os outros autores do curso, ao não se referirem ao autor e a obra. De fato, apenas os textos de Afonso Arinos (Cf. TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 86) e de Joaquim Ribeiro (*Idem*, p. 112) analisaram/comentaram a obra de Alcântara Machado, no conjunto da historiografia sobre o bandeirantismo. O inverso também pode ser dito, quanto ao tratamento dado à obra de Oliveira Vianna, comentada em quase todos os textos do *curso*, seja para apoiar o argumento, seja também para criticá-lo pelas imprecisões, lacunas e tratamento do tema. Sabemos, ainda, que Belmonte conhecia tanto um quanto o outro, por tê-los discutido em seu livro *No tempo dos bandeirantes*, de 1937 (BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1945, p. 11-16; 31-37; 75-94; 169-179).

67 Cf. TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia...** *Op. cit.*, p. 26.

os grandes industriais e comerciantes. Mais precisamente, a narrativa de Alcântara Machado destoava do conjunto de análises que Taunay vinha enumerando em sua conferência, inclusive, para justificar sua interpretação da questão. No entanto, deve-se salientar que em sua história geral das bandeiras paulistas este autor aparecia em vários de seus volumes, contribuindo diretamente com a revisão que Taunay fazia da temática entre os anos 1940 e 1950.

No mesmo caminho foi o texto de Virgílio Corrêa Filho, ao demonstrar a importância d'*O Bandeirantismo na formação das cidades* brasileiras. Ele que havia nascido na cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, em 6 de janeiro de 1887, formar-se-ia engenheiro e exerceria o cargo de jornalista, além de se aventurar pelo campo da pesquisa histórica, vinha a propor em sua conferência justamente a análise da contribuição das bandeiras paulistas para a fundação de cidades pelo interior do território que formaria o Brasil. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1931, já tinha conhecimento do ofício, ainda que vinculado a uma prática de “tradição autodidata”.⁶⁸ Por certo, sua passagem por jornais, como o *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, e suas contribuições na revista do IHGB, bem como as suas congêneres estaduais, lhe creditavam certos méritos para a análise das fontes e para a interpretação do passado. Para Jérri Marin e André Silva: Virgílio “foi um dos escritores de grande notoriedade no âmbito da produção memorialística de Mato Grosso durante o período de 1920 até a década de 1970”.⁶⁹ Para Gilmar Franco suas obras ajudaram a construir uma identidade regional para o (antigo) estado de Mato Grosso – e atual Mato Grosso e Mato Grosso

68 Cf. GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, 2002; *Idem*. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-28, 1988; ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino... Op. cit.*

69 Cf. SILVA, A. L. J.; MARIN, J. R. História de Mato Grosso, de Virgílio Corrêa Filho, e seu projeto de construção identitária. *Relatório de Iniciação Científica*, CNPq/UFMS, 2008, p. 2.

do Sul.⁷⁰

De acordo com Carla Centeno, foi

estudioso de Mato Grosso que, em seu tempo, produziu mais sistematicamente; foi o autor que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre a região [ainda que sob uma prática autodidata] por força dos cargos que ocupou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...] e no Conselho Nacional de Geografia.⁷¹

Não por outra razão, tal percurso, segundo indica, lhe “facilitaram o acesso a inúmeras fontes, tanto primárias, quanto secundárias” e suas “obras revelam uma grande riqueza de informações”.⁷² Assim, até vir a participar do projeto do *curso de bandeirologia*, este já havia escrito: *Monografias cuiabanas* (1925), *As Raias de Mato Grosso* (1926), *Augusto Leverger: o bretão cuiabanzado* (1941), *Luis de Albuquerque: o Fronteiro Insigne* (do mesmo ano) e *Pedro Celestino: “o guia dos mato-grossenses”* (1945).

Ao se debruçar sobre o tema das cidades em 1946, não

fora em vão, [para ele], que os fundadores do germe urbano da Paulicéia, fora do alcance da pirataria litorânea, plantaram carinhosamente, sob os melhores auspícios, as sementes da civilização regional à vista do rio, que fluía em rumo dos ínvios sertões, como permanente convite para as arrancadas, ao som das correntes.⁷³

Não dispondo de equipamentos adequados, a aventura bandeirante, todavia, obteve sucesso sobre as matas, os nativos inóspitos, os animais, as doenças, os imprevistos e o clima tropical,

70 Cf. FRANCO, G. Y. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Grande Dourado, Mato Grosso do Sul, 2007

71 CENTENO, C. V. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, 2007, p. 123-156.

72 *Idem*. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**... *Op. cit.*, p. 123.

73 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia**... *Op. cit.*, p. 35.

construindo verdadeiramente uma “cruzada civilizatória” por entre o sertão e as matas virgens do interior do território que formou o Brasil. Mas, assim

que se verificou a ocorrência do ouro em zonas promissoras, a afluência de aventureiros, atraídos pela rutilante miragem do enriquecimento fácil, propiciou a aglomeração de povoadores a que houve mister de instituir as regras de disciplina coletiva.⁷⁴

Por esta e outras razões:

As cidades bandeirantes [...] não provieram de planos premeditados, com propósitos defensivos, salvo, por ventura, o caso de Laguna, à beira-mar, em cuja formação preponderou a influência da gente de São Paulo, desenvolvida pela família de Brito Peixoto.

A iniciativa particular, de arrojados pioneiros, atendeu, nesse lance, a conveniência de ordem política, ao estabelecer o posto avançado, em rumo do Rio da Prata, a cuja margem o governo lusitano ordenava contemporaneamente a fundação da Colônia de Sacramento.⁷⁵

A sua “sobrevivência por mais de dois séculos, a despeito de todas as adversidades”, as quais não foram poucas, evidencia para o autor

que não se enganaram os destemerosos representantes do bandeirismo paulista ao plantarem no centro geométrico da América do Sul o arraial, a cujo engrandecimento consagraram os melhores esforços de que seriam capazes”, pois, a “audácia afigurava-se maior da marca,⁷⁶

do empreendimento coletivo que eles realizaram.

Com vistas a destacar *O bandeirismo na economia do século 17*, o texto de AEJ não fugiu das características dos precedentes, antes viria a corroborar com as teses apresentadas. Naquele momento,

74 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. *Curso de Bandeirologia... Op. cit.*, p. 38.

75 *Ibidem*, p. 42.

76 *Ibidem*, p. 50.

AEJ já era professor catedrático da cadeira de *História da Civilização Brasileira* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) – tendo substituído Taunay, que havia assumido a diretoria do Museu Paulista, no primeiro semestre de 1938 –, era correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), além de ser membro da Academia Paulista de Letras (APL). Vinha revisando sua produção histórica, tarefa que fazia desde os anos 1930, com relação a sua produção dos anos 1920, e que se intensificou a partir de 1938, quando ingressou no curso de Geografia e História da FFCL/USP.

No curso de Geografia e História ele lançaria, anualmente, os resultados de seu trabalho, por meio dos *Boletins* da cadeira de *História da Civilização Brasileira*, publicando 13 números até 1951. Ao mesmo tempo, muitos desses trabalhos, que nos *Boletins* apareciam em edições reduzidas de 100 a 300 exemplares, também foram aparecendo em Editoras, como: a Companhia Editora Nacional e a José Olympio, nas quais suas obras chegaram a ter edições de até 3 mil exemplares. Assim, ao lado de uma produção já significativa, onde se encontravam obras, como: *Ascendendo na história de São Paulo, Novas bandeiras e novos bandeirantes* e *Alguns paulistas do século XVI e VXII* (1922); *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano* (de 1924); *Raça de gigantes* (1926); *Confederação ou separação e A Nossa Guerra* (1932); *Populações paulistas* (1934); *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936, edição revista de *Raça de gigantes*); *A evolução da economia paulista e suas causas* (1937); que eram o resultado de uma reavaliação de suas concepções e interpretações do passado paulista, ainda tinha lugar os romances: *O thesouro de Cavendish* (em parceria com Menotti del Picchia) e *Pedras lascadas* (1928); *Madrugadas paulistas: lendas de Piratininga* (1932); *O tigre ruivo* (1934); *Amador Bueno Rei de São Paulo* (1935) e *Jaraguá: romance de penetração bandeirante* (1936). Além disso, também havia se dedicado nos anos 1930 a produção de livros didáticos de *História* da 3ª a 5ª série, e de *Geografia*, da 1ª a 5ª série do ensino secundário. Foi tendo em vista o resultado da experiência que vinha acumulando com

a pesquisa histórica, que AEJ esboçou no *curso de bandeirologia* uma síntese sobre a história das bandeiras paulistas até o século XVII.

Ao fazê-lo, recorreu novamente a sua definição, tantas vezes utilizada (seja em suas pesquisas, seja em seus livros didáticos), a respeito do que entendia por História. Foi, assim, tendo em vista que “a História”, era, para ele, “uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para êsse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano”,⁷⁷ que indicou quais as *causas* e as *consequências* da empresa bandeirante, para efetivar o desenvolvimento da economia paulista no século XVII. Por ser diferente da economia açucareira do Nordeste, a Capitania vicentina se viu obrigada a recorrer ao “bandeirismo apresador”, que “não tendo outra fonte de riqueza, esteve diante da imperiosa necessidade de apresar índios”.⁷⁸ Contudo,

temos que o bandeirismo de apresamento [...] não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos realizadores, mas um ato predeterminado pela economia da terra e pela economia alheia” então ávida por mão-de-obra cativa, e “as quais obrigavam aos vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados.”⁷⁹

[Do] bandeirismo apresador, [passou-se para o] bandeirismo pesquisador, [que foi] impulsionado pela voracidade gulosa de Portugal que, por meio das famosas cartas autôgrafas, incitava os lusitanófilos planaltinos à penetração no sertão, em buscas mineralógicas.⁸⁰

Ao ser descoberto o ouro se passou a outra forma de bandeirismo, o “sedentário e minerador”, entre outras razões, por que:

O bandeirismo estático e minerador, empregou não a “bandeira caçadora” do apresador, não a “bandeira povoadora” do colonizador, não a “Entrada” do pesquisador, mas a “Monção”, que era uma grande massa de gente,

77 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. *Curso de Bandeirologia... Op. cit.*, p. 57.

78 *Ibidem.*, p. 65.

79 *Ibidem.*, p. 65.

80 *Ibidem.*, p. 74.

homens, mulheres, crianças, velhos, etc., que, povoadora como a já referida, se locomovia como em comboios, pela via fluvial, com data e itinerários certos, para os pontos de fixação junto às lavras, povoando largas zonas em torno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas.⁸¹

Ao destacar *A sociedade bandeirante das minas*, Afonso Arinos de Mello Franco (*sobrinho* de Afonso Arinos de Mello Franco, que nascera em 1868 e falecera em 1916) dava continuidade aos temas discutidos, enfocando que a “sociedade bandeirante é o início da aplicação e da adaptação das instituições sociais e dos padrões culturais vigentes na zona civilizada, ao deserto rude, súbito povoado pela estonteante atração do ouro”.⁸² Mas, encerrado “o ciclo da sociedade bandeirante, a civilização da capitania mineira marcha para uma ascensão que só se interrompe quando a base econômica, que era o ouro, entra em declínio”.⁸³ Não fora por acaso que Afonso Arinos tocou no tema das bandeiras em Minas. Ele que nascera em Belo Horizonte a 27 de novembro de 1905, formara-se em Direito no Rio de Janeiro, vindo a exercer o ofício do jornalismo e a praticar a pesquisa histórica, além de cumprir mandatos de deputado federal por esse Estado, foi aos poucos aguçando sua curiosidade pela história e, depois, pela pesquisa histórica de seu Estado de origem.

Do mesmo modo que outros participantes do curso, sua obra se estendeu para várias áreas como: a política, o direito, a história, a crítica literária e a produção de memórias. Quando ministrou sua conferência em 1946, ele já havia publicado na área de história obras, como: *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (1937); *Síntese da história econômica do Brasil* (1938); *Um soldado do Reino e do Império: vida do Marechal Callado* (1942); *Homens e temas do Brasil, Desenvolvimento da civilização material no Brasil, e História do Banco do Brasil. Primeira*

81 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. *Curso de Bandeirologia...* Op. cit., p. 75.

82 *Ibidem*, p. 83.

83 *Ibidem*, p. 104..

fase: 1808-1835 (1944). Curiosamente, a história de Minas Gerais circunscreveu mais sua produção jornalística, do que propriamente as obras que publicou no período, no campo da história. Mas, evidentemente, foram tais análises que contribuíram diretamente com o modo que veria o bandeirante no período, entre outras coisas, como o formador de cidades, desbravador de fronteiras e conquistador do território que formou o Brasil.

Destoando parcialmente dos textos precedentes, o de Joaquim Ribeiro, investigando os *Problemas fundamentais do Folklore dos Bandeirantes*, pode ser visto como um movimento intermediário entre a historiografia entusiasta com o bandeirantismo e a crítica a ele. No momento em que apresentava sua contribuição para o curso, Joaquim Ribeiro já havia publicado neste campo *Folklore Brasileiro* em 1944, e estava concluindo *Folklore dos bandeirantes*, que viria a ser publicado no final de 1946 pela Editora José Olympio. Assim, não foi por acaso, que o autor partia da constatação de que:

O bandeirismo não é apenas um tema do passado. É, sobretudo, uma tentação para a pesquisa e para a interpretação retrospectiva.

Não ha erudito e estudioso de nossa vida histórica que não tenha se voltado, com interesse e amor, para o período das bandeiras.

Todos reconhecem a importância dessa fase distante.

Todos proclamam o papel decisivo desse movimento que determinou, nos principais rumos, os horizontes de nossa grandeza territorial.⁸⁴

No entanto, temas como o Folclore do homem do sertão, do bandeirante aventureiro e sua relação com os povos nativos, foram deixados a margem no conjunto dos trabalhos, não apenas pelo tardio reconhecimento desta área como *ciência*, mas pelo próprio descaso com o tema foram, para o autor, razões suficientes para constatar problemas de ordem antropológica, geográfica, histórica, linguística

84 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia...** *Op. cit.*, p. 107.

e sociológica sobre a questão. De imediato, identificava que houve a “existência de intensa *mestiçagem* entre elementos *ibéricos* e elementos *ameríndios*, localizados no planalto paulista”, cujo mestiço, o mameluco foi à base do empreendimento bandeirante. E ao “lado da mestiçagem racial, processava-se também a mestiçagem cultural, mediante mútua influência de usos e costumes”.⁸⁵ Por esta razão, não há como negar o “papel desses mestiços nas bandeiras, que, não raro, eram dirigidas por eles, que eram, na verdade, os legítimos bandeirantes”.⁸⁶ E tudo isso “vem comprovar que o bandeirante, isto é, o mameluco estava apto para as correrias do sertão, quer por influxo ameríndio, quer por influência da ecologia regional”.⁸⁷ Donde a relação sociológica entre o elemento europeu e o “caciquismo” na organização das regras, dos mandos, das formas de convivência e de distribuição de tarefas. De fato, “na época do bandeirismo, só havia duas classes: a dos dominadores (os brancos) e a dos dominados (os mestiços, os negros e os índios)”.⁸⁸

Para ele, foi por isso que os

bandeirantes *paulistanizaram* grande parte do Brasil e, em virtude disso, só é possível compreender o folclore atual da região da “Paulistânia” mediante a restauração do folclore antigo das bandeiras.⁸⁹

Além disso, as “bandeiras exerceram decisivo papel na formação de *núcleos urbanos*”⁹⁰ do território que formará o país – tema, aliás, tocado nos textos anteriores –, pois, a

maior parte das povoações, arraiais, vilas e cidades nasceu dos pousos – as *rancharias* – dos primeiros desbravadores e mais tarde, com o advento da descoberta do ouro, dos *núcleos de mineração*.⁹¹

85 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia...** *Op. cit.*, p. 109.

86 *Ibidem*, p. 110.

87 *Ibidem*, p. 111.

88 *Ibidem*, p. 114.

89 *Ibidem*, p. 116.

90 *Ibidem*, p. 119.

91 *Ibidem*, p. 120, grifos do autor.

Disso tudo que resultaria a psicologia do povo paulista, formada pelas guerras civis dos tempos coloniais, e que vieram a “acentuar ainda mais o sentimento bairrista do homem do planalto”, além de contribuir também para formar seu “orgulho, a altivez, por vezes, exagerada, mas sempre forte e vigorosa dos homens de São Paulo”. E o “folklore dos bandeirantes, reconstituindo essas ‘estórias’ dos antigos heróis, eivadas de verdade e de fantasia, de realidade e de lenda, ilustra os fundamentos psicológicos de tão forte e arraigado sentimento coletivo”.⁹² Portanto:

O bandeirante desapareceu no momento em que o paulista abandonou o *nomadismo* e iniciou a *vida sedentária*.

O bandeirante desapareceu no momento em que o paulista substituiu a atividade coletora e extrativa pela atividade agrícola, fundando a monocultura do café, que o levou ainda a trocar a pequena propriedade pelo latifúndio.

O bandeirante desapareceu no momento em que o trabalho servil militarizado cedeu lugar ao trabalho servil agrícola, isto é, quando a “bandeira” foi derrotada pela “fazenda”.

Enfim, o bandeirante desapareceu no momento em que o sangue mameluco, ameríndio, se diluiu, contaminado pelo sangue negro-africano de escravos trazidos de fóra.⁹³

Ponto, aliás, também evidente para AEJ, que, por certo, nem chegaria a evidenciar possíveis cruzamentos entre o europeu e o negro africano ou afro-brasileiro, e que, para ele, era o que representava a peculiaridade do mameluco paulista, de cruzamento do europeu com o indígena.

Após nos determos nas principais teses apresentadas nessas conferências, ganha maior sentido a assertiva de Afonso de Taunay, no início deste item, de que não era necessário apresentar pormenorizadamente um tema que já estava consolidado na historiografia paulista, tanto quanto na memória coletiva dos paulistas, nos anos iniciais da década de 1940. E onde, não sem razão, AEJ estava a

92 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia...** *Op. cit.*, p. 123.

93 *Ibidem*, p. 124.

se amparar para demonstrar sua interpretação. Com base nesses pontos, é que devemos observar o texto de SBH, para o *curso de bandeirologia*, especialmente por procurar indagar esse tipo de discurso *elogioso das tradições do passado*, que colocava o bandeirante como símbolo da história de São Paulo. Além disso, a abordagem de SBH procurava averiguar em que medida essa interpretação deixava de notar os “verdadeiros” rastros do passado deixados pela “cultura material”, pela iconografia, etnografia, e pelos próprios documentos oficiais, como: os inventários e os testamentos. Para os quais os bandeirantes não eram expostos de modo a imporem certas vestimentas, costumes, bens e posturas, mas com imensas fragilidades, no que se refere à alimentação, aos bens que possuíam, a cultura que mantinham e a contribuição que deixaram para a (re)descoberta e desbravamento dos sertões.

A antítese do bandeirantismo na historiografia brasileira: a interpretação dos “povos nativos” em Sérgio Buarque de Holanda⁹⁴

No mais, a técnica da navegação fluvial adotada durante a época das monções conservou praticamente intacta a tradição indígena. No fabrico das canoas, na escolha do material de construção, no próprio sistema de navegação,

94 Ele havia recebido novamente o convite para proferir esta conferência no curso de bandeirologia em 6 de março de 1946, em ofício de Honório de Sylos, que o informava da realização do curso de bandeirologia e o convidava para proferir uma palestra sobre as monções. **Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda**, São Paulo, 6 de março de 1946, 3p. Siarq-Unicamp, Vp 38 P1. Não conseguimos ter acesso aos convites enviados para os demais participantes do curso de bandeirologia. Por outro lado, deve-se salientar que Sérgio Buarque de Holanda foi ampliando, ao longo dos anos 1940 e 1950 (Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949**. Organização Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011a; *Idem*. **Escritos coligidos, 1950-1979**. Organização Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011b.), sua análise sobre as relações dos gentios, os nativos da terra, com os europeus, sertanejos e mamelucos (que se originariam dos cruzamentos étnicos e culturais aí definidos), de tal modo que em *Caminhos e fronteiras*, de 1957, notaria que: “entre portugueses e mamelucos, sobretudo nas terras vicentinas, o arco e a flecha entraram bem cedo no arsenal dos conquistadores, substituindo, em alguns casos, as próprias armas de procedência européia”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 66.

pode-se dizer que foi nula a influência européia.

Holanda, 1946.

Assim, SBH notava a contribuição indígena no fabrico de canoas, nas técnicas de navegação e na escolha de caminhos terrestres e fluviais, na orientação dos bandeirantes pelas trilhas do sertão e no encontro dos metais preciosos.⁹⁵ Mas, antes de adentrar no seu texto, é preciso que façamos um pequeno adendo. Para Antonio Celso Ferreira o período de 1870 a 1940 representou, na historiografia paulista, o momento de auge na produção de uma história do bandeirantismo, como vimos acima, entre os letrados e as instituições, constituindo-se numa época de conformação de uma verdadeira “epopeia

95 Desde os anos 1930, pelo menos, que Sérgio Buarque vem tratando destas questões (Cf. WEGNER, R. **A conquista do oeste...** *Op. cit.*), como indica em seu artigo de 1939, *Caminhos e fronteiras*, publicado na *Revista do Brasil*, onde destaca que todo “o sentido da história paulista prende-se por muito tempo aos caminhos, atalhados de pé ou estradas seguidas, sobretudo às vias de penetração criadoras de cidades e disciplinadoras do povoamento”, e o “estudo desses caminhos detém-nos justamente no processo através do qual a plasticidade admirável dos colonizadores procura imprimir a um mundo novo e desconhecido estilos de vida que lhes são mais familiares e aplica-se nisso com extraordinária consistência”; muito embora a “documentação existente seja precária nesse ponto, há razões para supor que nessas jornadas os bandeirantes andassem geralmente descalços” (Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949...** *Op. cit.*, p. 84-85), costume, aliás, que foram adquirindo com os nativos, os “negros da terra”. No ano seguinte, em seu artigo *O índio no Brasil*, publicado no *Observador econômico e financeiro*, o autor retoma a temática, enfocando que mesmo seus vestígios materiais, em função da fragilidade dos empreendimentos, terem se apagado com o tempo, ainda assim teria ficado na sombra, “inapagável, no rosto dos bandeirantes, em certas peculiaridades de temperamento, marcando a remota presença do índio” (*Ibidem*, p. 94). Daí a importância de historiar as relações entre os bandeirantes e os “negros da terra”, e os choques dos primeiros com os jesuítas; decorrendo já deste período pelo menos duas narrativas sobre o tema, uma favorável as ações dos bandeirantes e outra crítica de suas ações, seja em relação aos índios, seja em relação aos jesuítas. Mais instigante ainda foi o modo que o autor articulou estas questões, com o modo que o governo Vargas vinha tratando a questão indígena nos anos 1930 e no começo da década que se iniciou em 1940, seja diminuindo progressivamente os investimentos, seja alterando leis e regulamentos, seja ainda reajustando as áreas demarcadas como terras indígenas no país. Como base nesses problemas iniciais que devemos perscrutar seu texto de 1946 para o curso de bandeirologia.

bandeirante”.⁹⁶ Os textos dos autores que vimos tratando até aqui, além de comporem parte dessa historiografia, que se consagraria por tentar reconstituir a história paulista e forjar uma identidade regional, também efetuaría simultaneamente um elogio as tradições do passado, que foram legadas aos homens e mulheres daquele presente histórico, nos anos 1920 e 1930. Nesse sentido:

As letras históricas paulistas, congregando um arco de manifestações discursivas inter-relacionadas, no qual germinaram a historiografia e a literatura, constituíram-se como meios privilegiados de edificação de um saber sobre a terra e a gente de São Paulo, antes do advento de saberes profissionalizados desde os anos de 1940. Elas expressaram a busca de uma identidade regional no espaço amplo e moveção da modernidade, voltando-se simultaneamente para o passado e para o futuro. Na recriação (sempre mítica) do passado, elas buscavam as energias capazes de garantir coesão social e durabilidade cultural para uma sociedade acometida por intensas e rápidas mudanças. Ao se projetarem para o futuro, deixaram entrever os conteúdos utópicos próprios aos regionalismos e nacionalismos.⁹⁷

Por essa razão, essas narrativas históricas sobre os bandeirantes e as bandeiras paulistas buscavam fornecer subsídios seguros, para se assegurar certa regularidade no entendimento do processo histórico, tanto quanto na compreensão das instituições políticas e na movimentação da economia do país, que em meados dos anos 1920 e 1930, havia propiciado um conjunto de mudanças técnicas e culturais, além de uma drástica recomposição do poder político e da economia nacional, especialmente, durante a conjuntura de 1929 a 1932. Desse modo, essas narrativas ao se voltarem para o passado, dimensionando-o miticamente para o presente, visavam assegurar uma forma de compreender o processo histórico, de tal modo que as categorias: passado, presente e futuro tivessem um sentido para a orientação dos indivíduos em seu contexto.⁹⁸

96 Cf. FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante...** *Op. cit.*

97 *Ibidem*, p. 353.

98 Cf. RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da História I...** *Op. cit.*

Ademais, elas pretendiam elaborar uma identidade para o povo paulista, cujo passado entendido como “heroico” e “glorioso” era uma forma de manobrar a fragilidade econômica (que se processou após a “crise de 1929”, e atingiu diretamente a lavoura cafeeira) e a perda da autonomia política do estado de São Paulo (que se seguiu aos eventos de 1930, e inaugurariam o governo provisório de Getúlio Vargas).

Assim, ao vislumbrarem o modo como os bandeirantes “desbravaram” os sertões, contribuindo diretamente para assegurar as fronteiras que formaram o país, projetarem suas ações sobre a inauguração de caminhos terrestres e fluviais, além da fundação de povoados e cidades, aquelas narrativas também procuravam manter viva uma “memória coletiva”, sob risco de esquecimento a partir dos anos 1930, em função dos episódios recentes sobre a história de São Paulo, e da própria Federação.

Em todos esses casos, fazer uso do passado era também uma forma de redimensionar os sentidos que se davam ao presente, ao mesmo tempo em que se procurava construir novas alternativas sobre as expectativas que se faziam sobre o futuro, bem como sobre os próprios sentidos e análises que se faziam a respeito do passado,⁹⁹ num intenso processo de disputas e debates, e cuja temática das bandeiras estava então no centro de tais contendas.

Por essa razão, ao buscar rever o tema do bandeirantismo na historiografia brasileira, Márcio Santos,¹⁰⁰ acrescentará a avaliação de Ferreira,¹⁰¹ que o tema basicamente esteve permeado por uma abordagem “tradicional”, que visualizaria “um passado paulista glorioso, no qual o bandeirante exerceria o papel de elemento desbravador e integrador do interior do território nacional”.¹⁰² Mas,

99 Cf. RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da História I...** *Op. cit.*; KOSELLECK, R. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

100 Cf. SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco...** *op. cit.*

101 Cf. FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante...** *Op. cit.*

102 SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco...** *op. cit.*, p. 29.

se a “maioria dos historiadores do período lastrearam seus estudos no mito do herói bandeirante, é de assinalar que houve pelo menos um estudioso importante – Capistrano de Abreu – que fez o movimento contrário, revelando na ação do sertanista de São Paulo o que ela teria tido de negativo e condenável”. No mesmo caminho, prossegue Santos,

Alcântara Machado é outro autor que se pode destacar do conjunto da produção historiográfica do período, por ter se distanciado da perspectiva valorativa da ação do bandeirante, para apontar as condições materiais objetivas que definiram a existência paulista no Seiscentos.¹⁰³

Assim, ao circunstanciar as principais características daquela abordagem, o autor indicará que se encontrariam: Teodoro Sampaio, Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu (apesar de certas diferenças evidentes, com relação às interpretações dos outros autores arrolados), Basílio de Magalhães, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Cassiano Ricardo, Jaime Cortesão e Vianna Moog, que “articulam a heroização da figura do bandeirante vicentino a uma defesa fortemente regionalista dos valores e da história do Estado de São Paulo”.¹⁰⁴ Num percurso distinto, estariam às abordagens de Alcântara Machado e SBH, que visualizaram nem

heróis que cumprem um destino glorioso, nem monstros condenáveis por suas ações imorais, [mas sim] mestiços paulistas, homens concretos as voltas com recursos escassos, que lhes exigiram deixar seus povoados e sítios e enveredar pelo sertão em busca de mão-de-obra indígena [e metais preciosos].¹⁰⁵

Em certo sentido este também foi o norte da análise de Sérgio Costa, na qual ressaltava que o “tom desmistificador com que [SBH] se refere aos primeiros exploradores, os Bandeirantes, é inovador e continua sendo seguido até hoje pela historiografia correspondente”.¹⁰⁶

103 SANTOS, M. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco... op. cit.*, p. 30.

104 *Ibidem*, p. 42.

105 *Ibidem*, p. 47.

106 COSTA, S. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, p. 837, 2014.

Contudo, não devemos esquecer que as narrativas que foram feitas sobre os bandeirantes, não podem, nem devem ser tão facilmente distinguidas entre aquelas que fazem um *elogio evidente sobre as tradições que compõem as bandeiras paulistas* e aquelas que incidem a *uma crítica a elas*, ao relacionarem outros sujeitos históricos, como a contribuição direta dos “povos nativos”, para a consecução dos objetivos das bandeiras no desbravamento dos sertões. Como salienta Danilo Ferretti,¹⁰⁷ ao comparar os textos de SBH e de Afonso de Taunay apresentados no curso de bandeirologia de 1946: em ambos os casos houve tentativas de aproximar os fenômenos das bandeiras com a das monções; ambos destacaram a questão da construção da unidade nacional, por meio da criação de linhas de comunicação entre as vias terrestres e fluviais, ligando o Planalto paulista a outras partes do território que formou o Brasil; em ambos, ainda, verificou-se tentativas de se assegurar a posse definitiva da terra, por meio do povoamento – e, como vimos acima, algumas dessas questões também se cruzavam com as análises contidas nas conferências de AEJ,¹⁰⁸ Viriato Corrêa Filho e Afonso Arinos de Mello Franco.

No entanto, “diferente da tradição historiográfica regional e de Taunay”, SBH se “esforçava em mostrar que justamente [sobre] à continuidade havia uma série de rupturas que diferenciavam significativamente o movimento das bandeiras do das monções”.¹⁰⁹ E que apesar de SBH manter certa aproximação com uma história

107 Cf. FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandoirologia”... *Op. cit.*

108 Como nos indica, em várias passagens, o livro *Monções*, que Sérgio Buarque havia publicado no ano anterior. Em sua terceira edição, o livro nos traz tanto a versão do texto de 1945, quanto às reformulações que o autor procedeu em alguns de seus capítulos. Assim, ela pode nos servir de base para conjecturar tais afirmações. Como nos informa o autor: “Ao Sr. Alfredo Ellis Junior cabe, aparentemente, o mérito de ter sido o primeiro a mostrar o quanto é ilusória a crença de que as vias fluviais tiveram uma ação decisiva sobre esse movimento [das bandeiras]” (Holanda, 2000, p. 21, nota n. 3), no seu livro *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3 ed ampl. São Paulo: Brasiliense, 2000 Além disso: “A história das monções do Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil Central” (*Ibidem*, p. 43).

109 SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco...** *op. cit.*, p. 9.

entendida como *mestra da vida*, porque fonecedora de exemplos do passado para a orientação das ações humanas no presente, ele “se apropriou do tropo ciceroniano para reverter e anular o caráter de exemplaridade do passado”, ao fazer um “exorcismo do passado”, na medida em que identificava “o passado para que dele nos libertemos”, sendo, por isso, o “contrário da perspectiva de Taunay de identificação da força diretora do passado, visando sua louvação e continuidade” – como também aparecerá no texto de AEJ e de uma parte dos participantes do curso de 1946.¹¹⁰ Assim, a perspectiva “exorcista do passado”, conclui Ferretti, em SBH “lançaria o historiador no campo da transformação, da criação do novo”.¹¹¹

E aqui chegamos num outro ponto importante para a análise. Em sua conferência Taunay sentia que não havia necessidade de prescrever para o público do evento as características gerais da história das bandeiras paulistas, uma vez que esta já era do conhecimento de todos os participantes. Mas quem foram eles? Sabemos que havia desde escritores, romancistas, jornalistas, políticos e funcionários do

110 Na resenha que faria do livro de Marc Bloch, sob o título homônimo de *Apologia da história*, e que foi publicada poucos anos depois da apresentação de sua conferência de 1946, no jornal *Folha da Manhã*, em 18 de julho de 1950, Sérgio Buarque iria ressaltar que: “Penso, muito ao contrário, que exatamente entre povos sem longo passado como o nosso torna-se, por isso mesmo, frequentemente tirânica a tentativa de forjar um passado artificial e que a ‘idolatria do ser efêmero’ [...] tende a encontrar os mais fervorosos adeptos”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma nova história**. Organização Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a, p. 109.

111 Além disso, como já indicamos em vários momentos, não se pode reduzir as análises feitas no curso de bandeirologia de 1946 a essas duas conferências, ainda que elas indiquem dois pontos de vista substancialmente distintos, mesmo que entre eles se formem certos paralelos e aproximações. Como indicaremos ao longo deste capítulo, tanto as narrativas históricas, quanto as imagens figurativas contidas no curso, demonstrariam um intenso processo de debates sobre a temática, nos quais certas mutações no modo de se ver e interpretar as bandeiras paulistas iriam se tornar mais evidentes somente no final dos anos 1950. Uma parte desse processo pode ser rastreado pela própria produção de Sérgio Buarque de Holanda (2011a, 2011b), especialmente, em seu livro: *Caminhos e fronteiras*, de 1957. Pode-se ainda visualizar tais questões nas revisões que Alfredo Ellis Jr. (1948, 1949, 1950, 1951, 1960) procederá em sua obra no final dos anos 1940 e nos anos 1950, ao tentar absorver e rearticular parte dessa produção historiográfica – como veremos no sexto capítulo desta pesquisa. SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco...** *op. cit.*, p. 10.

Estado ou de associações liberais, até provavelmente alunos dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da própria Escola Normal “Caetano de Campos”. Contudo, não temos subsídios seguros e suficientes para aprofundar tal panorama, nem tampouco verificar em que medida a fala de Taunay era puramente retórica ou não. Como isso não se estendeu nas outras conferências, nem na fala de SBH, há que se presumir que o intento de Taunay era mais o de fortalecer a imagem que havia sido construída sobre o bandeirante paulista, resituando-a e ressignificando-a para um público que, ainda que conhecedor do tema, haveria de apreciar tanto os avanços das pesquisas, quanto a projeção da figura do bandeirante para reiterar a identidade do povo de São Paulo, também como um “símbolo” de suas “glórias” do passado. Ao que tudo indica, isso era justamente o que SBH procurava combater, e sua conferência, não sem razão, tentava relativizar as representações que foram feitas até então do bandeirante, com vistas a fazer com que as pessoas viessem a se desgarrar das amarras do passado colonial, cujas raízes impediam, em pleno século XX, o desenvolvimento da democracia no país, e da sociedade civil nas decisões políticas para o país.

Por certo, tal perspectiva foi se formando aos poucos, e, desde os anos 1920, SBH a vinha esboçando em seus textos jornalísticos, até aparecer numa forma mais definida em *Raízes do Brasil* de 1936. Evidentemente, essa perspectiva foi se tornando cada vez mais elaborada em sua obra dos anos 1940 e 1950. E como indicou em seu artigo: *Para uma nova história*, publicado em 26 de julho de 1950 no jornal *Folha da Manhã*:

No Brasil [...] onde só há pouco o tirocínio universitário, e um contato mais assíduo com os grandes centros culturais, começa a habituar-nos a não ver nas teorias e idéias seu mero valor fiduciário, a apresentação de alguma nova forma, nova fórmula, de conhecimento, reveste-se muitas vezes de caráter sacramental. A fórmula, que deveria ter efeito provisório apenas, e especulativo, converte-se sem dificuldade em dogma definitivo e inapelável, até que se insinue no horizonte quem deva decretar sua fatal derrocada. Os que ontem juravam por um profeta,

congregam-se hoje à invocação de outro, convictos de que, enfim, se apropriaram da Verdade. Assim, entre historiadores, contra os que antes acreditavam no valor final da documentação, ergueu-se a seita dos que tendem a proscrevê-la em prol da simples especulação. A muitos destes não ocorreu pensar que, se os fatos materiais objetivamente averiguados, situados, datados, não formam a história, ou toda ela, formam, entretanto, um dos seus elementos.¹¹²

E que devem ser cotejados, por meio de questões igualmente adequadas.¹¹³ Poucos anos depois, no artigo *O senso do passado*, que foi publicado em 13 de julho de 1952 no jornal *Diário Carioca*, ele avançava na análise ao retomar alguns desses pontos. No texto, evidencia a necessidade de um “senso do passado”, que não se desvinculasse do presente. Para ele, a busca dos acontecimentos do passado não poderia estar fundamentada simplesmente num “sentimentalismo”, em vista do que havia se passado outrora. Entre outras razões, porque quando “queremos sentimentalmente uma coisa ou uma época, queremos-la com exclusividade e ciúme, contra as outras coisas e contra as outras épocas”. Assim, não seria por acaso, que ressaltava “que o sentimentalismo histórico é o que há de mais avesso ao senso do passado”, além de não ser “próprio do historiador, mas do mau antiquário”.¹¹⁴ Nesse sentido, ele iria destoar da historiografia praticada pelos institutos históricos,¹¹⁵ pois:

112 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma nova história...** *Op. cit.*, p. 131.

113 Como indicou em seu artigo *Para uma nova história*, publicado em 26 de julho de 1950 no jornal *Folha da Manhã*: “Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhes, a esses fatos, as perguntas realmente decisivas dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma nova história...** *Op. cit.*, p. 129.

114 *Ibidem*, p. 102.

115 Já em seu artigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, publicado no ano anterior, ele indicava que: “A complexidade desses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos especializados. E a preocupação de assimilar alguns desses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos

o próprio do historiador não está em querer ver e enaltecer o passado no presente ou vice-versa, mas em reconhecer e estimar as formas diferentes que se sucedem através dos tempos.¹¹⁶

Desnecessário pormenorizar neste espaço a trajetória de SBH, anterior ao período em questão, sabidamente conhecida.¹¹⁷ A partir de 1946, ele assumiu a diretoria do Museu Paulista e lá permaneceu até 1956, quando pediu a exoneração do cargo, para assumir interinamente a cadeira de *História da Civilização Brasileira* no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – no lugar de AEJ, que se afastaria da função por motivos de saúde a partir de 1952, e viria a se aposentar em 1956 –, e a quem será catedrático, a partir de 1958. Durante o período em que esteve a frente do Museu Paulista empreendeu uma verdadeira remodelação dos setores e das áreas de pesquisa e de coleta de fontes da instituição, preocupando-se com a contratação de pessoal qualificado para o exercício dessas funções. Também durante esse período aproveitou para dar continuidade a suas pesquisas, com a publicação de artigos, que na década de 1950 formaram o livro *Caminhos e Fronteiras*, de 1957.¹¹⁸

Mesmo que consideremos que na década de 1940, SBH ainda estivesse transitando da crítica literária e sociológica para a análise histórica, mais propriamente dita, não há como negar que ele carregaria alguns tópicos expostos, já nos anos 1930, especialmente,

anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários” (Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos (1951). In.: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008a, p. 614-615), e que começaram a ser criados no país somente a partir dos anos 1930. Para uma análise da questão, ver: ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino... Op. cit.**

116 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma nova história... Op. cit.**, p. 103.

117 Cf. REIS, J. C. **As identidades do Brasil... Op. cit.**; MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda... Op. cit.**; ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino... Op. cit.**

118 Cf. FRANÇOZO, M. Os outros alemães de Sérgio. Etnografia e povos indígenas em Caminhos e Fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 137-152, 2007.

em seu *Raízes do Brasil* (1936), e estes apareceriam de uma forma mais amadurecida em sua obra e em suas pesquisas conduzidas durante sua administração do Museu Paulista. A obra: *Caminhos e Fronteiras*, além de trazer nitidamente esta virada teórica e metodológica na abordagem do autor, também traria a contribuição da etnografia, ao estudar os povos indígenas, e da arqueologia, ao visualizar os vestígios da “cultura material”, e que foi fruto de sua trajetória no Museu. Já em seu livro *Monções* (1945), o autor demonstraria a redução de escala de análise, em sua interpretação dos avanços dos caminhos e das navegações efetuadas pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, com vistas a empreenderem viagens fluviais entre Porto Feliz e Cuiabá, para capturar índios para substituírem o trabalho escravo dos negros africanos¹¹⁹, assim como estavam ainda em busca de ouro e outros

119 Nesse processo, como indicou Sérgio Buarque no livro em pauta: “Distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, eles deverão contentar-se com o braço indígena – os “negros” da terra; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados. Em toda parte é idêntico o objetivo dos colonos portugueses”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções...** *Op. cit.*, p. 16. Além disso: “A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminhantes, nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as próprias forças, durante o trajeto” (*Ibidem*, p. 17). Ademais: “À influência indígena, que também nesse particular foi decisiva [quanto ao uso dos rios e de embarcações], deve-se, por exemplo, o emprego, entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicada para os rios encachoeirados” (*Ibidem*, p. 19); e um “fator positivo, em todo caso, é que, recorrendo à matéria-prima indígena, os primeiros colonos e seus descendentes também mantiveram a técnica de construção naval dos naturais da terra. Não se pode afirmar que, durante a era colonial, o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já a encontrara, praticada entre o gentio. Não só no fabrico das embarcações, como na mareagem, os usos estabelecidos, antes do advento do homem branco, puderam, assim, sobreviver longamente à subjugação dos antigos moradores. Um desses usos, o dos tripulantes remarem sempre em pé, que foi corrente não só no Brasil, como em todo o continente americano, pertence certamente a tal categoria” (*Ibidem*, p. 28). Contudo, a “importância que rapidamente ganhou o comércio cuiabano por intermédio de São Paulo e do Tietê fez com que o nome de “paulista” muitas vezes se agregasse a esse tipo de embarcação, onde quer que surgisse” (*Ibidem*, p. 29). Veja-se ainda a recente organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira procederam sobre *Monções*, e os escritos agrupados em *Capítulos de expansão paulista*, nos quais os organizadores indicam como Sérgio

metais preciosos.¹²⁰ Para Laura de Mello e Souza:

A preocupação com o movimento tem sido talvez o aspecto mais enfatizado no conjunto de escritos de Sérgio Buarque de Holanda sobre a história de São Paulo. Mas me parece ter sido o destaque aos elementos da vida e da cultura material o ponto distintivo de *Monções* com relação ao que se escrevera até o momento sobre as populações paulistas: os estudos de Alfredo Ellis Jr., os de Afonso de Taunay e até *Vida e morte do bandeirante* (1929), de Alcântara Machado, mais moderno na linguagem e na concepção. Se essa obra, em certos pontos, influenciou Sérgio Buarque, mantinha-se ainda presa à “mitologia bandeirante”, à ideia de excepcionalidade da história paulista, na qual o isolamento no contexto luso-americano aparecia como um dos traços específicos. *Monções* deslocou o eixo da análise que dominava a historiografia sobre o assunto, em que pese certa originalidade presente em alguns dos livros de Alfredo Ellis Jr., como observou John Monteiro. Se Ellis havia destacado a importância do mameluco sob perspectiva ainda presa à concepção de raça, Sérgio procurou desvendar seu papel como intermediário entre dois mundos, debruçando-se sobre a constituição de uma cultura material específica, na qual traços indígenas e europeus se articularam e tornaram possível a adaptação dos adventícios portugueses ao novo meio.¹²¹

E é justamente tendo em vista tal questão que devemos nos voltar para o texto que ele apresentou no curso de 1946, cujo título: *As Monções*, já indicava sua preocupação com a temática, muito embora esta fosse, em geral, deixada de lado na maioria dos estudos sobre as bandeiras paulistas – a exemplo de algumas das conferências ministradas durante o evento. Não sem razão, para ele, as

teria planejado e articulado suas pesquisas sobre os bandeirantes e as monções. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Capítulos de expansão paulista**. Organização Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. *Idem*. **Monções**. 4 ed. Organização Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

120 Cf. WEGNER, R. A conquista do oeste... *Op. cit.*; HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**... *Op. cit.*

121 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 4 ed. Organização Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira... *Op. cit.*, p. 19-20.

monções representa[va]m, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras.¹²²

Contudo, na “mareagem, tanto como na técnica de construção naval”, e que estavam amplamente ligadas ao movimento das monções, “prevalencia decididamente a tradição indígena”, a qual pertencia ainda “o uso dos tripulantes remarem sempre de pé, uso que foi corrente não só no Brasil como em todo continente americano antes do advento dos brancos”.¹²³ Nesse processo, a “colonização paulista do Cuiabá e Mato Grosso é como uma réplica, em escala reduzida, do que foi a colonização portuguesa do Brasil”, pois, “São Paulo deu o que podia dar, e certamente não era muito, uma vez que lhe faltava em braços e em recursos materiais o que lhe sobrava em energias”.¹²⁴ E aqui vemos certa aproximação de seu texto, com as conferências anteriores, apesar de suas nítidas diferenças no tratamento do tema.

É, portanto, averiguando esse duplo movimento da historiografia sobre a história do bandeirantismo, que devemos pensar os desenhos de Belmonte, que vieram a ilustrar os textos do *curso de bandeirologia*, em 1946, quando foi publicado no formato de livro.

122 TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia...** *Op. cit.*, p. 127.

123 *Ibidem*, p. 140. Como, aliás, já havia indicado em seu livro *Monções*, publicado ano anterior, onde ressaltava que: “Os mais antigos depoimentos acerca da navegação do Tietê [...] mostram bem como esse modelo de embarcação não constituiu invenção caprichosa dos colonos e nem nasceu de súbito, no segundo decênio do século XVIII, como as primeiras expedições fluviais rumo ao sertão do Cuiabá” faziam crer, pois, um “século antes de se iniciarem as expedições, já ele existia seguramente, e tudo leva a supor que, em sua fabricação, o europeu mal terá influído sobre a técnica indígena”, seja a de produção, seja ainda a de navegação pelas vias fluviais. Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Monções...** *Op. cit.*, p. 30

124 *Ibidem*, p. 143. No final dos anos 1940, Sérgio Buarque (Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949...** *op. cit.*, p. 465-506) retomaria a questão na sequência de artigos que publicou para o jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 4 e 31 de julho de 1948, sob o título de *Pré-história das bandeiras* (I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII). Aliás, ao longo da segunda metade daquela década este (Cf. *Ibidem*) produziu um número significativo de textos sobre essa temática, e que, em meados dos anos 1950, seriam reformulados e ampliados pelo autor para formarem a primeira parte de seu livro *Caminhos e Fronteiras* (1957).

A síntese das possibilidades: as imagens do bandeirantismo paulista nos desenhos de Belmonte

“O artista tem que viver entre o povo, embora não deva fazer concessões à popularidade. Ser popular não é o mesmo que ser vulgar. O “xis” da questão está em tomar um assunto complicado e difícil, digeri-lo, simplificá-lo e torná-lo acessível ao grande público. Resumir numa charge, por exemplo, um problema econômico ou financeiro, eis o ideal [...] fazer arte para ser entendido por algumas pessoas é criar [simplesmente] uma aristocracia artística.”¹²⁵

Caracterizando a criação artística dos anos de 1930 e 1940, na capital do estado de São Paulo, Belmonte – nascido a 15 de maio de 1896, com o nome de Benedito Carneiro Bastos Barreto, na Liberdade, bairro de São Paulo – assim resumiria o ofício que começou a praticar em 1914 (aos 18 anos) na revista *Rio Branco*. Criador do personagem Juca Pato, Belmonte se tornou popular a partir dos anos 1920, como cartunista da *Folha da Noite* (atual *Folha de S. Paulo*). Além de criar diversos personagens, também foi ilustrador de livros de Monteiro Lobato e de Eça de Queiroz (na edição brasileira de *O primo Basílio*). Atuando como pesquisador, fez as ilustrações do livro: *Povos e Trajes da América Latina*, de Egon Schaden, entre outros. Também foi autor de vários livros,¹²⁶ entre eles: *No tempo dos Bandeirantes* (1937). Faleceria em 19 de abril de 1947, próximo de completar 51 anos.¹²⁷ É nesse contexto que devemos entender a sua participação no curso de

125 Banco de Dados Folha, na página: <http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm>.

126 *A cidade de ouro – livro para crianças* (1923), *Brasil de outrora – desenhos inspirados em Rugendas* (1924), *Angústias do Juca Pato – álbum de caricaturas* (1926), *O amor através dos séculos – álbum de desenhos humorísticos* (1928), *Assim falou Juca Pato – crônicas humorísticas* (1933), *Ideias de João Ninguém – crônicas humorísticas* (1935).

127 O resumo de dados que se apresenta de Belmonte foram pesquisados no Banco de Dados Folha, na página: <http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm>, em 11 de novembro de 2010.

bandeirologia de 1946, ao fazer as ilustrações para representarem os textos das conferencias publicadas, pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo, também responsável pela organização do evento.

Mas, diferentes de suas charges, que enfatizavam situações cômicas sobre a política e o cotidiano, e cujos personagens apareciam com fisionomias caracterizando tais circunstâncias, os desenhos que apresentou para ilustrar o curso de 1946, seguiram, ao contrário, aos mesmos padrões que adotou para seu livro: *No tempo dos bandeirantes*, de 1937. No *curso de bandeirologia*, além dos seis desenhos centrais que perpassam cada um dos ensaios do curso, alocados em página inteira, o autor fez um para a capa e para a página inicial de cada capítulo, além de apresentar desenhos menores, isto é, “vinhetas” para o início de cada texto. Vale destacar que o mesmo padrão aparecia em seu livro, acima indicado – com exceção dos desenhos de página inteira, pois, a grande maioria foi feita no formato de pequenas vinhetas.

Para acompanhar o autor nesse empreendimento devemos fazer como indicou Baxandall,¹²⁸ e elencar o *encargo* e as *diretrizes* que estiveram por trás das escolhas efetuadas por Belmonte. Se ele teve como *encargo* a tarefa de elaborar os desenhos que iriam ilustrar o curso ministrado em doze conferências (das 14 previstas),¹²⁹ e das quais somente seis foram publicadas em livro no final de 1946, a pedido de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), então interventor federal do estado de São Paulo. E como *diretriz* a função de cumprir essa tarefa do modo mais adequado. Isso, todavia, não é suficiente para visualizarmos as circunstâncias e as *intenções* do autor,¹³⁰ ao elaborar os desenhos do modo que fez, e não de outro.

Para rastreamos tal intento, ainda que considerando a fragilidade da tarefa (como já apontou Baxandall, em *Padrões de*

128 Cf. BAXANDALL, M. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

129 Não conseguimos agrupar indicações seguras sobre as duas conferências que foram eliminadas do programa, e por qual razão.

130 Cf. BAXANDALL, M. **Padrões de intenção**... *Op. cit.*

intenção), devemos primeiro, com os dados já levantados acima, pensar a existência de certas *causas* que poderiam ter conformado algumas das *intenções* do autor, como:

- 1) a experiência com charges de jornal e ilustração de livros didáticos, romances e pesquisas acadêmicas, a partir dos anos 1920;
- 2) sua dupla experiência com desenhos cômicos e satíricos, tanto quanto com personagens históricas;
- 3) suas pesquisas sobre o bandeirantismo nos anos 1930, que resultaram em seu livro *No tempo dos bandeirantes*, de 1937, com desenhos semelhantes aos que fará para o *curso de bandeirologia* de 1946;
- 4) o conhecimento dos debates apresentados pela historiografia sobre o bandeirantismo paulista e suas contradições, como indicava o texto e a bibliografia de seu livro *No tempo dos bandeirantes*;¹³¹
- 5) o convite para elaborar os desenhos para ilustrar o curso, a partir dos textos apresentados;¹³²
- 6) as técnicas de ilustração do período;
- 7) o tempo para elaborar os desenhos;
- 8) o encadeamento dos desenhos e a quantidade de ilustrações para os textos;
- 9) os tipos de desenhos que eram feitos sobre os bandeirantes;
- 10) como representar os personagens, suas roupas, calçados, chapéus, posturas, etnias, cor, idade e sexo;
- 11) como dar uma ordem as ilustrações do livro, sem perder a coerência dos textos;

131 BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes...** *Op. cit.*, p. 232.

132 Que infelizmente não conseguimos ter acesso, ao longo de nossa pesquisa.

12) e de que maneira apresentar o produto final para impressão.

Os doze pontos levantados, e que não são os únicos que poderiam ser investigados, mas tão somente nos servem de base inicial, fornecem-nos pistas relevantes para inquirirmos como Belmonte procedeu em seu trabalho. Evidentemente, não temos como responder adequadamente a todos esses pontos, mesmo que sejam fundamentais para compreender certas etapas do processo que circunscreveu a formação das *intenções* do autor. Nossa hipótese é que apesar de elaborar desenhos coerentes com os textos do *curso*, e circunstanciar momentos das narrativas, estes formariam uma narrativa paralela a dos textos, *ainda que mais próxima àquela que efetuaria o elogio do bandeirantismo paulista* – como a destacamos acima.

Para indicar, pelo menos parte do processo de produção destas imagens, haja vista que a totalidade do processo seria inalcançável, tomemos três movimentos simultâneos:

- a) sua experiência com charges e desenhos de personagens históricas;
- b) os tipos de ilustrações sobre o bandeirantismo do período;
- c) e, por fim, a execução dos desenhos para o curso.

Desde já, não podemos perder de vista que entre o final do século XIX e os anos 1940 foi um período promissor para a produção de charges, desenhos humorísticos, piadas e sátiras, sobre a vida política e o cotidiano do país, haja vista as mudanças periódicas de sistemas políticos, revezamentos de poder, flutuações da economia, crescimento das cidades e inclusão de diversas etnias, sejam as já presentes no campo, seja ainda aquelas vindas de outros países, para as grandes cidades.¹³³ É precisamente durante esse período que Belmonte

133 Cf. SALIBA, E. T. De Pafuncio Pechincha a Sérgio Buarque dos Países Baixos: formatos da narrativa humorística brasileira. In.: MURARI, F. (org.). **Antigos e modernos**: diálogos sobre a (escrita da) História. São Paulo: Alameda, 2009, p. 231-248; SALIBA, E. T. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

iniciará suas atividades em revistas e jornais. Entre seus principais personagens humorísticos, estava o Juca Pato, homem de meia idade, magro, cabeçudo, quase grisalho, com dificuldades de visão, usando óculos “fundo de garrafa”, em poucas palavras: o “típico inocente” num “mundo de espertalhões”. (vide abaixo).

Desenho do Juca Pato, feito por Belmonte:



Fonte: Banco de Dados Folha. Em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm>.

Mas se seus personagens humorísticos carregavam certos trejeitos para defini-los, o grafitado de Belmonte para elaborar seus desenhos de personagens históricas também eram peculiares. Tentemos efetuar esse exercício comparando seus desenhos com os de Yan de Almeida Prado, que ilustrou a primeira edição de *Vida e morte do bandeirante* (1929), e de José Wash Rodrigues, que fez os desenhos para a quarta edição da obra em 1955.

João Fernando de Almeida Prado, ou simplesmente Yan de Almeida Prado, viveu entre 1898 e 1987 e foi escritor, jornalista, desenhista, historiador e bibliófilo. Autor de charges, desenhos para jornais e revistas, tinha muita preocupação com a exatidão dos perfis e a composição da fisionomia humana da cintura para cima, muito embora em várias ocasiões elaborasse desenhos de corpo inteiro. Nos desenhos que fez para o livro de Alcântara Machado em 1929, deu preferência aos perfis, destacando bustos e corpos da cintura para cima, e dando ênfase aos objetos mais comuns de uso dos bandeirantes. Basicamente

homens (em apenas uma ilustração fez referências as mulheres do período), seus desenhos representavam europeus, ou nascidos da terra, que enriqueceram com o comércio e a plantação nas fazendas. Escassez de negros e indígenas. Os desenhos foram de pequenas proporções, quer dizer, pequenas “vinhetas” que ocupavam menos de um quarto de página cada uma.

No caso das ilustrações de José Wash Rodrigues, que viveu entre 1891 e 1957, e foi desenhista, pintor, ilustrador, ceramista, professor e historiador, veremos uma característica distinta, ao apresentar paisagens inteiras, com ênfase nos bandeirantes, mas sem excluir a diversidade de personagens, etnias, diferenças nos trajes, calçados, utensílios e armas, entre cada um. Seus desenhos primavam pela representação do corpo inteiro dos personagens. Se tomarmos como exemplo seu desenho sobre *A leitura de um edital da Câmara, no séc. XVIII* (pag. 1225, da edição de 2002, de *Vida e morte do bandeirante*, e que reproduz as ilustrações relativas a edição de 1955), veremos todas essas características, ao apresentar pessoas calçadas e descalças, de acordo com sua posição social e idade, numa rua de cidade, as voltas com as deliberações da Câmara.

Os desenhos de Belmonte, não se ocuparam tanto dos perfis, nem tampouco de tamanha variedade de detalhes ao apresentar as personagens, muito embora isso não seja suficiente para compreendê-los. Isso porque, como destacou em seu livro *No tempo dos bandeirantes*:

É em vão que se procura reduzir ou exterminar o escravagismo. Leis, alvarás, cartas régias, bandos e quartéis são desobedecidos com a maior displicência dêste mundo, e nem mesmo as excomunhões conseguem assustar alguém. Contra aquêles, há alegação da *muita pobreza desta gente que precisa do seu remédio...* E, para imunidade contra as excomunhões e desencargo de consciência, manda-se comprar aos padres algumas *bulas de composição...* Feito o que, entra em cena a astúcia e, para não se afrontar a justiça com excessiva desfaçatez, estabelece-se que ninguém possui escravos. O que todos têm, são, apenas, *serviços forros, peças forras, gentio da terra, gente do Brasil.*¹³⁴

134 BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes...* Op. cit., p. 32.

Contudo, é necessário que tenhamos em mente a ressalva do próprio autor, quanto à maneira com que tratou esses temas neste livro, que:

[...] não é, propriamente, um livro de História, infalível e definitivo. Poder-se-ia, antes, classificá-lo na categoria dos livros subsidiários, se é que este trabalho merece classificação. Pareceu-me, contudo, quando o planejei, o escrevi e o illustrei, que um livro deste gênero poderia ser útil aos espíritos curiosos das tradições de sua terra, aos literatos que desejem tratar do seiscentismo paulista e aos artistas que se proponham fixar na tela ou no 'Whatman' episódios deste ciclo de nossa História, tão fascinante e ainda tão obscuro. Como, porém, não é possível a infalibilidade em assuntos históricos, o autor receberá como graças todas as correções que a Crítica fizer aos seus prováveis erros e cochilos...

Quanto aos historiadores, estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta sem-cerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios.¹³⁵

Mas, ao vislumbrar as fortificações, as vilas, os utensílios, os níveis de riqueza, os ricos e os pobres, judeus e cristãos-novos, a moda, as bebidas e as doenças, Belmonte demonstrava seu conhecimento apurado naquele momento, e, depois, a respeito do tema que veio a ilustrar em 1946. Diferente dos desenhos de 1946, em que os principais ocuparam página inteira, os do livro de 1937, ocupavam-se de um quarto, ou no máximo meia página, para expor a ilustração. Os objetos ilustrados, tanto em um como no outro momento, são os mesmos e desenhados da mesma forma: jarros, facas, armas, enxadas, foices, etc. Os perfis humanos também são muito parecidos, ainda que apareçam em situações distintas. Tanto em um, como no outro caso, dá mais ênfase a homogeneidade de apresentação das formas corporais e dos utensílios que carregam, não sendo tão minucioso com os detalhes, como fez José Wasth Rodrigues, ao ilustrar a quarta edição de *Vida e morte do bandeirante* em 1955.

Antes, porém, de efetuar tal comparação devemos nos deter um pouco mais nas seis ilustrações centrais do livro. Na primeira (que

135 BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes...** *Op. cit.*, p. 7, grifos do autor.

se encontra na pag. 17,¹³⁶ e descreve os usos que o bandeirante fez do Tietê), feita para ilustrar o texto de Taunay, o autor descreve a travessia do bandeirante, com dois índios no remo, pelo Tietê e a caminho dos sertões, em busca de pedras preciosas. O bandeirante à frente, de pé, com armas e indumentárias completas, dá as ordens e orientava suas metas, que deveriam ser seguidas pelos indígenas. Na seguinte,¹³⁷ que ilustrou o texto de Virgílio Corrêa Filho, aparece o bandeirante, com uma foice na mão, a frente de um mapa do território, representando a ocupação e a expansão das bandeiras pelo interior do território que formou o país, sendo responsável pela criação de postos comerciais e a fundação de cidades. Em seguida,¹³⁸ aparecerá um desenho com dois bandeirantes a procura de indígenas para aprisionar, ilustrando o “bandeirismo apressador”, discutido no texto de AEJ. Na sequência,¹³⁹ outros dois bandeirantes com armas, no Alto da Serra, fixados nas matas para se postarem como sentinelas, e ilustrou o texto de Afonso Arinos. Para o texto de Joaquim Ribeiro, Belmonte, curiosamente, descreveu uma cena com Garcia Rodrigues Pais entregando dinheiro a D. Rodrigo de Castelo Branco, na praça de uma igreja, que, de fato, havia sido discutida no texto anterior.¹⁴⁰ E para o de SBH, desenhou um bandeirante atravessando um mapa do território, para destacar a mobilidade bandeirante, com toda sua indumentária de praxe.¹⁴¹ Além

136 BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes...** *Op. cit.*, p. 17.

137 *Ibidem*, p. 39.

138 *Ibidem*, p. 66.

139 *Ibidem*, p. 95.

140 *Ibidem*, p. 115. Para visualizar as imagens aqui discutidas, ver: ROIZ, D. S. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2013, p. 184-193. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29822/R%20-%20T%20-%20DIOGO%20DA%20SILVA%20ROIZ.pdf?sequence=1>

141 *Ibidem*, p. 137. Nesse aspecto é sugestivo o apontamento feito por Sérgio Buarque em seu artigo *Um aspecto da iconografia bandeirante I*, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 16 de novembro de 1947 (continuado em seu artigo de 18 de janeiro de 1948, publicado no mesmo jornal), no qual refere que: “A silhueta convencional do bandeirante com o sobretudo largo de feltro, o arcabuz ou escopeta, e a respectiva forquilha, o terçado à cinta, o gibão de armas acolchoado de algodão,

disso, este desenho ilustrava também a mudança dos centros de poder político e econômico, do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. Daí este bandeirante estar de costas para o Nordeste e ir em direção ao Centro-Sul do país.

Como vimos, os desenhos mantiveram certa autonomia com relação aos textos, apesar de, na maioria dos casos, representarem momentos das narrativas, especialmente, aquelas que efetuaram um elogio a empresa bandeirante e as tradições do passado paulista. Em certos casos, os desenhos que apareciam em um texto representavam mais o episódio narrado em outro, como no primeiro e no último,¹⁴² que poderiam ser invertidos, pois, representariam melhor os textos em pauta. Em outros, como o que aparece no texto de Joaquim Ribeiro, no qual Belmonte representou uma situação, apresentada na cena do desenho, mas discutida no texto anterior. Ou ainda, ao circunstanciar parcialmente os apontamentos de SBH, ao se referir as técnicas de

as calças tufadas e as botas altas de cordovão parece já definitivamente incorporada à nossa imaginação histórica. Como tentar corrigir uma imagem tão largamente difundida pelos retratos supositícios, sem ao mesmo tempo suprimir certas convicções, que a força de repetidas, tornaram-se inseparáveis da ideia que fazemos do antigo devassador do sertão [?]” Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949...** *Op. cit.*, p. 383. Atente-se ainda para o fato de que ao longo dos anos 1930 e 1940, como já indicamos, o bandeirante se tornaria também o símbolo principal da história paulista, repetidas vezes inseridos não somente nos estudos acadêmicos, mas até com maior propensão nos manuais didáticos do período, com imagens figurativas desenhadas por Belmonte e por outros artistas do período (Cf. ORIÁ, R. **O Brasil contado às crianças...** *Op. cit.*). Em vista disso, como ressaltaria Robert Wegner, em *A conquista do Oeste*, não “deixa de ser irônico [...] que, se corrermos as páginas do *Curso de Bandeirologia*, publicado pouco mais de um ano antes [de Sérgio Buarque ter publicado seu artigo], e atentarmos para os desenhos de Belmonte apostos entre as páginas das conferências proferidas por estudiosos do assunto, como Affonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Joaquim Ribeiro, vamos nos deparar com figuras que correspondem à imagem criticada por Sérgio Buarque [no texto apontado acima]. Diga-se de passagem, o desenho inserido no estudo apresentado por este autor, “As monções”, corresponde exatamente à descrição que ele elaborou” (WEGNER, R. **A conquista do oeste...** *Op. cit.*, p. 16), em seu artigo *Um aspecto da iconografia bandeirante I*, cuja passagem foi citada acima. Evidentemente, como estaremos indicando no texto, havia uma lógica para Belmonte dispor as imagens daquela maneira e não de outra, e, nesse aspecto, o apontamento de Wegner é insuficiente para pensar as imagens figurativas elaboradas por Belmonte para o curso de bandeirologia, mas contribuem para inquirirmos até com mais propriedade estas mesmas imagens.

142 BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes...** *Op. cit.*, p. 17 e 137.

navegação, cujos remadores o faziam de pé, mas o fazê-lo com os indígenas atrás da canoa, um sentado e outro de pé, sob as ordens do bandeirante de pé a frente da embarcação,¹⁴³ para representar o texto de Taunay.

Contudo, temos que notar que talvez a *intenção* (ou melhor, intenções) do autor, ao fazer essas escolhas, fosse justamente à de construir uma narrativa paralela, ainda que complementar, as duas que apareciam entre os textos, mesmo que, ao fim e ao cabo, se aproximando mais da primeira, então ainda hegemônica no período. Dado que os seis desenhos narravam à trajetória do bandeirante vicentino saindo de São Paulo, pelo Tietê, e indo para os sertões em busca de índios, de ouro e outras pedras preciosas, não há como deixar de sugerir que eles estariam mais complementando seu livro *No tempo dos bandeirantes*, de 1937, uma vez que este foi um tópico pouco discutido pelo autor naquela ocasião, do que apenas ilustrando os textos do *curso de bandeirologia*, em 1946. Nesse caso, os desenhos teriam uma lógica, na sucessão em que foram apresentados pelo autor, e editados no livro.

Evidentemente, a hipótese é plausível, mas não é suficiente para circunstanciar toda a complexidade dos desenhos e dos textos do curso. Devemos ter como base que tanto os desenhos como os textos, ainda que feitos em momentos diferentes, apresentavam um debate tenso, complexo, difícil e em movimento dinâmico naqueles anos iniciais da década de 1940, e que, provavelmente, os próprios autores não tivessem o conhecimento completo de todas as ramificações dos debates em curso.¹⁴⁴ Donde se depreende as sutis contradições internas entre um e outro, apesar das evidentes aproximações. E, no caso dos desenhos, como Belmonte já havia indicado em 1937, seu objetivo não era ser exato e infalível ao tratar de uma questão histórica, mas tão somente “*ser útil aos espíritos curiosos das tradições de sua terra, aos literatos que desejem tratar do seiscentismo paulista e aos artistas que se proponham fixar na tela ou no ‘Whatman’ episódios deste ciclo*”

143 BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes...** *Op. cit.*, p. 17.

144 Cf. ABUD, K. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições... *Op. cit.*; FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante...** *Op. cit.*; FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999;

de nossa História, tão fascinante e ainda tão obscuro”. E quanto aos historiadores: “estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta sem-cerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios”.

Considerações Finais

Por certo, nossa proposta ao tratar de tema tão arredo e complexo neste capítulo foi o de demonstrar a importância das imagens, que não sendo meras ilustrações de um texto de história,¹⁴⁵ são partes constitutivas do processo de explicação da ação dos homens e das sociedades no tempo, e servem ainda, desde que cotejadas adequadamente, para dar maior inteligibilidade à narrativa histórica, que fornece uma versão plausível sobre tais acontecimentos.¹⁴⁶

Ao darmos ênfase ao *curso de bandeirologia* de 1946, e editado no final daquele ano, preocupamo-nos em destacar os vários movimentos entre as narrativas presentes nos textos dos autores, e aquela presente nos desenhos de Belmonte. Evidentemente, não tivemos como precisar todas as etapas do processo, mas acreditamos que laçamos hipóteses coerentes para analisar o movimento das imagens e das narrativas, ao exporem a história do bandeirante e do bandeirantismo paulista.

Além disso, procuramos destacar, neste capítulo, como AEJ e SBH vieram a fazer uma “representação do passado”, por meio da análise das ações e dos feitos dos bandeirantes e das bandeiras paulistas, bem como suas relações com os povos nativos e no “desbravamento” dos sertões.

Vimos, nesse caso, como a grande maioria das narrativas ainda estava atrelada a manutenção de uma interpretação do passado,

145 Cf. MENESES, U. T. B. **Fontes visuais, cultura visual, história visual...** *Op. cit.*

146 Cf. RÜSEN, J. **História viva. Teoria da História III...** *Op. cit.*; *Idem. Razão histórica. Teoria da História I...* *Op. cit.*; *Idem. Reconstrução do passado. Teoria da história II...* *Op. cit.*

onde a “grandiosidade” da empresa bandeirante fixava as bases para a elaboração de uma identidade regional para o estado de São Paulo, ao fazer, não por acaso, um elogio às *tradições do passado*. E também nesse caso AEJ não deixaria de ser um “intelectual-letrado”, ao se apoiar neste discurso, então hegemônico, para balizar e dar consistência as suas interpretações. Enquanto SBH, seguindo as pistas de outros autores do período, e dando continuidade as investigações que iniciou em meados dos anos 1920, por sua vez, procuraria romper com as amarras do passado, ao centralizar sua análise nos personagens anônimos e não nos líderes das incursões bandeirantes; ao dar ênfase a cultura material, a análise etnográfica e a fontes pouco estudadas no período, descortinando quais os tipos de relações culturais que eram possíveis de serem efetuadas na época, ao invés de focalizar sua interpretação sobre as atitudes e decisões políticas e as movimentações e flutuações da economia dos séculos XVI ao XVIII, ou mesmo em relação ao XIX, com a ascensão da lavoura e da economia cafeeira. E, além disso, não se reduzindo apenas a análise das fontes oficiais. Em suas incursões, não deixou, por isso, de ser um “letrado-intelectual”.

De modo que não era uma mera dicotomia de posições historiográficas, mas uma tensão dialética entre forças adversas, que embora também possuíssem pontos de contato, certas semelhanças na análise do processo, não estando apenas reduzidas a meras diferenças de posições teóricas e políticas no debate então em processo. O que fazia com que as “representações do passado” estivessem em constante movimento em seu processo de elaboração, na medida em que as disputas que se estabeleciam, exigia que fossem repensadas e, às vezes, até refeitas. E esse mecanismo de proceder à análise do passado não se reduziu apenas as narrativas históricas, pois, como vimos, também se estendeu para as imagens figurativas elaboradas naquele momento.

Referência bibliográfica:

ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

1985.

ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

APELATO, M. H. R. **Multidões em cena**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ARAÚJO, K. A. **Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história. Afonso d'Escragolle Taunay (1911-1929)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2003.

AUMONT, J. **A imagem**. Trad. Estela dos Santos Abreu; Cláudio Cesar Santoro. 15 ed. Campinas: Papyrus, 2010.

AUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S. B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A. A.; RIBEIRO, J. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

BANN, S. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. Trad. Flávia Vilas Boas. São Paulo: Edunesp, 1994.

BAXANDALL, M. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BAXANDALL, M. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1945.

BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998b.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998a.

CARDOSO, I. A. R. **A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

CENTENO, C. V. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, 2007.

Cf. TAUNAY, A. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira

na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *In.*: USP, FFCL. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935**, São Paulo: Empresa Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e os historiadores**. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, S. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 837, 2014.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel/ Edusp, 1971.

DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUBY, George. **O domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214**. SP: Paz e Terra, 1993.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FÉRES Jr., J. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: Edusc, 2004.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

FERREIRA, M. M. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: FGV/ Faperj, 2013.

FERREIRA, M. M. A trajetória de Henry Hauser: um elo entre gerações. *In.*: NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. A.; GONTIJO, R. (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/ FAPERJ, 2011, p. 237-260.

FERREIRA, M. M. Notas sobre a institucionalização de cursos universitários de História no Rio de Janeiro. *In.*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006, p. 139-161.

FERRETTI, D. J. Z. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). **Anais do 3º Seminário Nacional**

de História da historiografia. Ouro Preto: Edufop, 2009.

FRANCO, G. Y. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Grande Dourado, Mato Grosso do Sul, 2007.

FRANÇOZO, M. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 585-612, 2005.

FRANÇOZO, M. Os outros alemães de Sérgio. Etnografia e povos indígenas em Caminhos e Fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 137-152, 2007.

FRANÇOZO, M. Os outros alemães de Sérgio. Etnografia e povos indígenas em Caminhos e Fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 137-152, 2007.

GATTI Jr., D. **A escrita escolar da História:** livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc, 2004.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas:** um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, A. C. **História e historiadores.** A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, 2002.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-28, 1988.

HARTOG, François. **O século XIX e a história:** o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira.** 11 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Capítulos de expansão paulista.** Organização Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1920-1949.** Organização

Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011a.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Escritos coligidos, 1950-1979**. Organização Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011b.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 4 ed. Organização Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**. (1920- 1947). v. I. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos (1951). *In.*: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008a.

KERSHAW, I. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LENHARO, A. **A sacralização da política**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986.

LOVE, J. **A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira (1889 1937)**. Trad. Vera Alice Cardoso Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, J. A. Vida e morte do bandeirante. *In.*: SANTIAGO, S. (org.). **Interpretes do Brasil**. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002, p. 1189-1358.

MENESES, U. T. B. A fotografia como documento. Robert Capa e o miciliano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, Niterói, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003b.

MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003a.

MENESES, U. T. B. Rumo a uma história visual. *In.*: MARTINS, J. S. (org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008a.

NICODEMO, T. L. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições

culturais no Brasil, 1930-1960. In.: MARRAS, S. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp, 2012, p. 109-132.

ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. (org.). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, 3v.

Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 6 de março de 1946, 3p. Siarq-Unicamp, Vp 38 P1.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990; PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, L. L. **O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

ORÍÁ, R. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)**. São Paulo: Annablume, 2011.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil (entre o povo e a nação)**. São Paulo: Ática, 1990.

PORTA, P. (org.). **História da cidade de São Paulo**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 3v.

PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REGO, José Lins do. **Correio Paulistano**, 22 de março de 1946, p. 3. Siarq-Unicamp, Pt56 P59.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999

RODRIGUES, J. H. **História da história do Brasil. Historiografia colonial**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROIZ, D. S. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2013.

ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Editora Appris, 2012a.

RÜSEN, J. **História viva. Teoria da História III:** formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

RÜSEN, J. Razão histórica. **Teoria da História I:** os fundamentos da ciência da história. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado. Teoria da história II:** os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.

SALIBA, E. T. De Pafuncio Pechincha a Sérgio Buarque dos Países Baixos: formatos da narrativa humorística brasileira. *In.*: MURARI, F. (org.). **Antigos e modernos:** diálogos sobre a (escrita da) História. São Paulo: Alameda, 2009, p. 231-248.

SALIBA, E. T. **Raízes do riso:** a representação humorística na história brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, M. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco:** povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, A. L. J.; MARIN, J. R. História de Mato Grosso, de Virgílio Corrêa Filho, e seu projeto de construção identitária. **Relatório de Iniciação Científica,** CNPq/UFMS, 2008.

SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado:** um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

SOIHET, R.; ABREU, M.; GONTIJO, R. (org.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLA, M. A. (org.). **História geral do Estado de São Paulo.** São Paulo: IMESP, 2011, 5v.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

WEGNER, R. **A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

O REMÉDIO PARA A POBREZA DE SÃO PAULO: O TRABALHO DO ÍNDIO

Katia Maria Abud¹

Em 29 de setembro de 2016, o Monumento às Bandeiras, esculpido por Victor Brecheret, instalado no parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, amanheceu colorido em tons vibrantes de verde-malva e rosa-choque. Na mesma noite, a estátua erigida na Zona Sul da cidade, em homenagem a Borba Gato, um dos mais proeminentes chefes do movimento bandeirista, também amanheceu coberta de tintas, num flagrante protesto contra a elevação da memória da figura histórica que representava. As representações bandeiristas, juntas a um sem número de homenagens em ruas e outros logradouros públicos urbanos, estradas, escolas na capital e no interior, demonstram a persistência de uma mitologia sobre o personagem histórico, representante maior da entidade paulista: o bandeirante.

Os dois monumentos são emblemáticos para os paulistas. O primeiro foi idealizado na década de 20 do século XX e inaugurado em 1953, dentre as múltiplas comemorações do IV Centenário da capital. Na face frontal do pedestal, um mapa do Brasil apresenta os percursos que os bandeirantes executaram pelo interior do país, desenhado por Affonso D'Escagnolle Taunay. A escultura que representa Borba Gato foi construída cerca de dez anos depois e é obra do artista Júlio Guerra. Foi encomendada para ser inaugurada em 1960, ocasião em que o bairro comemoraria quatrocentos anos, mas somente foi instalada em 1963. Em que pesem as opiniões sobre a arte e a realização dos monumentos, diferenciadas em estilo, concepções estéticas etc., o que se coloca em discussão atualmente é o valor moral que elas carregam, ao homenagear os hoje tão discutíveis bandeirantes.

O paulista do seiscentismo não escreveu sobre si mesmo. Não soube contar suas próprias aventuras e não deixou escritas suas memórias. Os estudos formais sobre a expansão territorial produziram

¹ Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

um conhecimento que fundamentou a crônica popular, associando a gana por oportunidades, riquezas e aventuras dos seiscentistas ao desenvolvimento alcançado por São Paulo, a partir da expansão cafeeira, em seu território.

O discurso intervém numa realidade social, ou seja, naquela em que foi produzido, pois sua eficácia não pode ser resumida ao mero aspecto cognitivo. A produção histórica não é neutra, no sentido de estar desvinculada das contradições e conflitos que atingem a sociedade. Sem dúvida, há uma função de conhecimento que se expressa nos textos e elaborações produzidas pelos historiadores, mas existe também uma função social que não é exclusiva nem primordialmente de caráter teórico. Todo discurso histórico, além de possuir uma validade que lhe é conferida pela sua eficácia cognitiva, intervém numa realidade social na qual tem maior ou menor utilidade para as diferentes forças em conflito. Daí decorre as duas dimensões do discurso histórico a serem consideradas: o conhecimento produzido sobre determinado objeto e a utilização que dele faz a sociedade que constitui seu público e que, como elemento de pressão, interfere na escolha do objeto a ser estudado pelo historiador. Nessa última perspectiva, este trabalho pretende analisar as concepções sobre o bandeirante, elaboradas por seus contemporâneos.

Tais concepções se apoiam, quando transformadas em produções historiográficas, em construções de imagens divergentes que representaram interesses contraditórios. “Explicações” científicas, imagens literárias, representações visuais tiveram origem das elaborações dos próprios contemporâneos, envolvidos nas disputas por terra e por quem nelas trabalhassem, para a produção colonial. Assumiram as concepções da época em que viviam. Os primeiros europeus a terem contato com as sociedades indígenas, homens de armas e colonos de um lado e religiosos, em especial os da Companhia de Jesus de outro representavam interesses divergentes, todos porém, para sua concretização, eram dependentes de aproximação com os habitantes originais da terra.

Reconhece-se que a bibliografia do século XVII, produzida

pelos colonos na época de maior atividade do bandeirismo no Brasil, é muito escassa, uma vez que não restaram escritos particulares, memórias ou relatos dos que participaram do século de expansão territorial da colônia portuguesa. As experiências vivenciadas por homens rudes, pouco afeitos ao universo das letras e com dificuldade para prover a própria sobrevivência, não foram partilhadas. Os habitantes de São Paulo não deixaram registrados os feitos e as realizações que lhes foram posteriormente atribuídas. Comparadas aos relatos produzidos pelos vizinhos espanhóis, a narrativa das aventuras dos paulistas é

extremamente pobre em depoimentos de fonte particular. A lacuna é considerável, pois foi durante o século XVII que se realizou a primeira expedição extratordesilhana sobre os domínios de Castela. Estamos longe de possuir documentação similar àquela deixada pelos conquistadores espanhóis, surpreendente pela abundância e pela minúcia das informações. Nenhum dos grandes sertanistas do seiscentismo deixou relatos de suas penetrações.²

Alice Canabrava e José Honório Rodrigues procuraram razões para explicar a ausência de uma literatura paulista que cantasse os grandes feitos dos planaltinos.³ A historiadora justificou a inexistência de relatos pelo caráter particular das bandeiras, utilizando como oposição a grande quantidade de documentação deixada pelos conquistadores espanhóis, cujas missões eram oficiais, fato que os obrigava a uma descrição minuciosa dos acontecimentos. Mas as bandeiras, que eram empreendimentos particulares e ilegais em certos momentos de sua história, não eram submetidas às fiscalizações e controle dos órgãos metropolitanos.

O isolamento de Piratininga, a rebeldia que se atribuía aos colonos que passaram a habitar o local e a ausência de riquezas e de produção voltadas para a exportação, que poderiam atrair as

2 CANABRAVA, A. P. *In.*: BERRIEN, W.; MORAES, R. B. de. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949, p. 493.

3 Cf. CANABRAVA, A. **Esboço da História Econômica de São Paulo**. Terra e Povo. São Paul: EdUSP; Porto Alegre: Ed. Globo, 1967, p. 19-46; RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979, p. 115.

autoridades portuguesas, colaboravam para que tudo ocorresse, no planalto, sem grandes intervenções, situação que perdurou até a chegada das notícias referentes à descoberta das primeiras jazidas de ouro.

José Honório Rodrigues encontrou outras razões para a inexistência de uma produção histórica contemporânea ao bandeirismo, qual seja, na “primitividade do produtor”.⁴ A rusticidade paulista justificou, para Rodrigues, o fato de os bandeirantes não terem escrito sobre si mesmos, deixando de legar para a posteridade suas memórias, nem o que consideravam seus maiores feitos, já que o autor os reconhecia como “inconscientes dos efeitos históricos de sua obra”.⁵ Nem mesmo o que José Honório Rodrigues chama de “historiografia oficial” se deixou seduzir pelas “obras de mazombos, índios e mestiços”, porque estava “demasiado encantada com os aspectos da defesa de Portugal, na América contra a Holanda”.⁶

Não se pode deixar de levar em consideração as razões apresentadas pelos dois historiadores – parece fora de dúvida que aqueles grupos eram empreendimentos particulares, que São Paulo, no século XVII, era um pequeno burgo, “um arraial de sertanistas”,⁷ e que a instalação da Companhia das Índias Ocidentais, na zona canavieira nordestina, foi um acontecimento muito mais preocupante para o colonizador das terras americanas que a expansão proporcionada pelos colonos de São Paulo. A pequenez do movimento, contudo não impediu que surgissem alguns registros de contemporâneos, observações de viajantes, escritores e os registros oficiais sobre o movimento, cuja importância no Brasil Colonial somente foi reconhecida quando se iniciou a exploração do ouro.

Construída ao longo do tempo por perspectivas de

4 RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil...** *Op. cit.*, p. 115.

5 *Ibidem*, p. 115:

6 *Ibidem*.

7 Expressão utilizada por Ernani Silva Bruno, como subtítulo do primeiro volume de sua trilogia sobre São Paulo. Cf. BRUNO, E. S. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. v. 1. São Paulo: Hucitec:1984.

análise divergentes, as representações históricas do bandeirante e do movimento bandeirista nos seus primórdios, quando ainda nem mesmo o vocábulo era utilizado para identificá-lo, no chamado ciclo de caça ao índio”, se envolvem em polêmica. Restaram como testemunhos de seus atos os relatos dos seus opositores, os missionários e jesuítas defensores que eram das vítimas dos seus ataques. E que detinham as condições de publicização dos seus atos por meio da correspondência com os círculos metropolitanos e sermões que pronunciaram nas atividades religiosas, bem como nos relatos escritos que deixaram dos tempos em que permaneceram nas missões religiosas.

Descritos pelos missionários como lobos vestidos de peles de cordeiro, hipócritas que roubavam as igrejas e aprisionavam índios, e mais, que prendiam índios adultos e matavam seus filhos pequenos, os bandeirantes eram tidos pelos padres espanhóis como assassinos de extrema crueldade, instrumentos selvagens do poder europeu que havia se estabelecido sobre as Índias Ocidentais. Bem mais tarde, já no século XX, quando suas vozes se tornaram audíveis, a “ gente de São Paulo” foi responsabilizada, quase que com exclusividade, pelo desaparecimento de extenso número de sociedades indígena e pelas condições de vida das ainda resistentes.

A descrição que se fazia dos paulistas do século XVII, gente ignorante e analfabeta, era corroborada pela parca vida intelectual de que se tem notícia. É incontestável o fato de que a vida intelectual não era uma atividade com muitos adeptos em São Paulo. Alcântara Machado encontrou um total de cinquenta e cinco livros que se dividiam por quinze inventários, processados entre 1578 e 1700. A maioria era composta por obras religiosas: alguns confessionários, sermões e livros de orações. Encontrou também alguns exemplares de literatura profana, a exemplo de *Novelas* de Miguel de Cervantes. Outros, como *Epítome Historial e Tratado Prático de Aritmética*, são nitidamente obras didáticas. A partir de 1587, passou a existir na Câmara de Vila um volume da *Ordenação de Sua Majestade*.⁸ As livrarias somente surgiram no século XIX, após a criação da Academia de Direito.

8 MACHADO, Alcântara José de. **Vida e Morte do Bandeirante**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 67-68.

São poucas, também, as obras que teriam sido produzidas em São Paulo, nos seus dois primeiros séculos de existência, quando não havia indício de qualquer aproximação com movimentos literários. Contudo, deve-se a Diogo Garçon Tinoco a redação, já no final do século XVII, de um texto poético, apontado como a primeira epopeia inspirada na aventura das bandeiras e na descoberta das minas. Do poema, restaram somente poucos versos.

Segundo Afonso d'E. Taunay,⁹ se tornaram conhecidas quatro oitavas, relativas à expedição de Fernão Dias Paes, cuja citação, no *Fundamento Histórico* do poema “*Vila Rica*”, é atribuída a Cláudio Manoel da Costa. Uma delas segue abaixo:

Parte enfim para os serros pretendidos
Deixando a pátria transformada em fontes,
Por termos nunca usados, nem sabidos,
Cortando matos, e arrasando montes,
Os rios vadeando, mais temidos,
Sofrendo calmas, padecendo frios,
Parte enfim para os serros pretendidos,
Em jangadas, canoas, balsas, pontes,
Sofrendo calmas, padecendo frios,
Por montes, campos, serras, vales, rios.¹⁰

No mesmo texto de *Fundamento Histórico*, o poeta, em outras passagens volta-se a louvar a as qualidades dos paulistas:

Os naturais da Cidade de S. Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis,

9 TAUNAY, A. d' E. **Escritores Coloniais**. São Paulo: Diário Oficial, 1925, p. 53 e segs:

10 A estrofe aqui transcrita foi extraída de: CARRATO, J. F. O Povoamento e a Música Religiosa em Minas Gerais, no Século XVIII. **Revista de História**. São Paulo, v. 31, n. 64, p. 415-426, 1965. Ver também: [https://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_\(Cláudio_Manuel_da_Costa\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_(Cláudio_Manuel_da_Costa)). Acesso em: 02/07/2018.

são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino.¹¹

No entanto, outras vozes mais fortes se fizeram ouvir: a dos jesuítas de Espanha que cuidavam das missões no sul da América do Sul. As mais forte delas e mais próximas, temporal e geograficamente dos acontecimentos foram as de Juan Ruiz de Montoya (escritos em 1638 e publicados no ano seguinte). Outros autores, a maioria deles de ordens religiosas, como Jarque, Charlesvoix também deixaram relatos sobre indignados sobre a escravização dos nativos, que não tiveram repercussão tão expressiva quanto a de Montoya.

O jesuíta Montoya é o autor da divulgada *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus, nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*.¹² O autor foi Superior Geral das Missões Jesuíticas dos Guaranis, de 1620 a 1637. Tinha chegado da Espanha em 1612, quando ainda estavam em fase de formação as quatro primeiras reduções do Guaíra e participou da expansão das reduções do Paraguai e Uruguai. Foi ele também o responsável pelas primeiras derrotas infligidas aos paulistas na região, quando obteve do Rei da Espanha autorização para equipar com armas de fogo os neófitos guaranis. A *Conquista Espiritual* é um apaixonado libelo contra as incursões paulistas, escrito com a intenção de convencer as autoridades espanholas a defender as missões contra aqueles ataques.

O horror provocado por aqueles relatos fez aparecer uma literatura indignada, que criou a visão negativa do bandeirante, a “legenda negra”, que se opõe a imagem heróica reescrita em várias ocasiões por historiadores de São Paulo. Aos bandeirantes, em 1629, um jesuíta citado por Paulo Prado se referia, como:

11 Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_\(Cláudio_Manuel_da_Costa\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_(Cláudio_Manuel_da_Costa)). Acesso em: 02/07/2018.

12 MONTOYA, J. R. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997; JARQUE, F. *Ruiz de Montoya en las Índias (1608-1662)*. Madrid: Ed. Vitoriano Suarez, 1900; CHARLEVOIX, P. F. X. *Histoire de Paraguay*. Paris: Desaint & Saillant, 1756.

“Toda aquella és gente desalmada y alevantada, que no hace caso ni de las leys del Rey ni de Dios, ni tienem que veer ni com justicias mayores deste estado, y quando no las puede ganar a su voluntad com dádivas de oro ó Indios, las temoriza com menazas, o si son pocos los culpados hiynse à los bosques ó a sus herdades y sementeras y allá se detienen em quanto las judicias estiveren em la villa...”¹³

No final do século XVII e início do século XVIII, o seguinte à formação da “legenda negra”, começou-se a construir a “legenda dourada”, a nova versão sobre os paulistas e as expedições que tinham organizado e levado, para além do Meridiano de Tordesilhas, a posse portuguesa na América. Naquele período, a história da penetração no território sul-americano começou a se confundir com a História de São Paulo – a formação territorial do Brasil passou a ser vista como uma parte da história paulista. E a partir desse momento o bandeirante ocupou um lugar de destaque na elaboração da História do Brasil. Já em textos do período colonial, pode-se perceber a valorização da penetração no território. Por volta de 1690, em *Informação do Estado do Brasil e de suas Capitanias*, documento anônimo, podia-se ler que

Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo fazendo-lhes honra e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras lagartos, frutas bravas, raízes e vários paus, e não lhes e molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. E suposto que estes paulistas [...] outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão que temos povoado eles o conquistaram do gentio bravo...¹⁴

Retome-se São Paulo no século XVII, no momento de maior crescimento do movimento de interiorização. Pequeno burgo, com reduzido número de habitantes, mais dispersos pelas fazendas

13 PRADO, P. **Província & Nação**. Paulística. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Ed., 1972, p. 35.

14 *Informação do Estado do Brasil e de suas Capitanias*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 25, p. 465-478, 1862.

que se formavam do que concentrados no restrito núcleo urbano, constituía um exemplo atípico de povoação portuguesa no Novo Mundo. Destacava-se principalmente pela sua localização. Distante do litoral, tinha se organizado em fazendas de policultura, cuja produção era consumida pelos habitantes da própria cidade e distribuída outras capitânias, principalmente as do Sul e na região centro-oeste. A produção era variada e por isso exigia mão de obra, que o planalto no início da colonização poderia fornecer, devido à concentração da população indígena na região.

Com os primeiros movimentos de penetração das terras, surgiu um tráfico organizado de escravos indígenas, aprisionados de forma violenta e que, por isso, eram apresentados como tendo sido capturados em “lutas defensivas”, nas quais os europeus se viam como vítimas. Essas primeiras incursões foram o embrião das expedições de exploração e de conquista do interior, as chamadas posteriormente pelos historiadores de “Entradas e Bandeiras”. De acordo com Alfredo Ellis Jr., os planaltinos se dirigiam para o sertão para procurar remédio para sua pobreza.

A ausência de bens e a produção agrícola do planalto, mesmo sendo pequena, obrigavam seus habitantes a se ausentarem em busca de trabalhadores forçados para suas lavouras. Os índios, assim aprisionados, tornaram-se o maior dos bens materiais dos colonos, por isso figuravam no dotes de casamento, inventários e testamentos, bem como se transformava num importante produto de comercialização. Não havia em São Paulo, como ocorria na Bahia e em Pernambuco “a cara mercadoria que era o africano escravo”, motivo pelo qual os paulistas “ficavam na contingência obrigatória de se atirar ao sertão para apresar o índio”.¹⁵ Para tanto colaborava a fraqueza econômica do lugar. “Nem mesmo o vasto repertório de leis régias e bulas papais que pugnavam pela liberdade dos índios impediu que se estabelecessem em

15 ELLIS, Jr. **O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano**. Pesquisa nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal. São Paulo: Cia Editora Nacional: 1934. Disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/o-bandeirismo-paulista-e-o-recuo-do-meridiano/pagina42/texto. Acesso em: jul.2018.

São Paulo relações de exploração nitidamente escravistas”.¹⁶

O apresamento dos indígenas e sua escravização não pareciam aos colonos da América Portuguesa habitantes do Planalto de Piratininga, nada de honroso ou glorioso, bem comono os afetava perante a moralidade da época. A conquista destas terras lhes dava o direito de se apropriar de um de seus produtos: a força de trabalho indígena. Era “natural” e “evidente” o direito de dominação do branco, “superior cultural e racialmente”, sobre os espoliados indígenas. Tal entendimento fica claro em correspondência e reflexões deixadas pelos colonos, que organizavam as expedições interiorizadoras da dominação portuguesa.

Atividades tais como a procura do ouro e o aprisionamento de índios para o trabalho forçado tornaram-se as principais fontes de sobrevivência dos paulistas, como indicam as palavras de Domingos Jorge Velho:

*nossas tropas com q imos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão, não he de gente matriculada nos livros de V. Majestade nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são h~uas agregaçoens q fazemos alguns de nos, entrando cada h~u com os servos de armas q tem e juntos imos ao sertão deste continente não cativar [...] senão adquirir o Tapuia gentio brabo e comedor de carne humana.*¹⁷

O conquistador estava em pleno uso de seus direitos, que lhes eram garantidos pela Coroa, sem sentir ainda no século XVII qualquer ameaça concreta, apesar de, já no final do século XVI, terem surgido as primeiras ordens legais contrárias à escravidão indígena, apoiadas vigorosamente pelos jesuítas. Foram, porém, inócuas. Desde o Decreto de 1570 de D. Sebastião, a legislação estabelecia a exceção, que se tornou regra – nenhum índio poderia ser escravizado, salvo se fosse aprisionado em guerra aberta, feita por ordem do Rei ou do

16 MONTEIRO, John. Alforrias, Litígios e a Desagregação da Escravidão Indígena em São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p.45-57, 1989.

17 ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). v. 1. Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 204-205

Governador, “excetuados os Aimorés e as tribos mais ferozes que costumavam assaltar as outras e os portugueses para comê-los”.¹⁸

Esse e outros diplomas legais que se seguiram não mudaram nem a disposição, tampouco a visão da época sobre a escravidão indígena.¹⁹ Se o cativo não podia ser assumido abertamente, a própria legislação apontava caminhos, como a “Administração”, que colocava índios forro sob a administração de um senhor particular, que era transmitida aos seus herdeiros quando do seu falecimento. A situação dos “índios forros” também exigia cuidados, porque a provocação a nível insuportável levava os nativos a iniciar abertamente a Guerra, que justificaria seu cativeiro.

A inexistência de outras sanções sociais e o próprio questionamento sobre a humanidade do índio não levavam os paulistas à necessidade de uma explicação histórica convincente e tampouco de elaborar uma interpretação que justificasse essas ações para outros segmentos dos colonizadores.

Além disso, o tráfico de escravos africanos tinha se tornado uma atividade altamente lucrativa para o comércio português. Era socialmente aceito, uma vez que se considerava o africano escravizado uma mercadoria, igual a tantas outras obtidas no processo de ocupação e exploração da África. O aprisionamento, o transporte nos “negreiros”, a escravidão que pesava sobre os africanos não eram identificados como pecado ou crime perante a sociedade. A Igreja não se manifestava de modo contrário. As fortunas que o comércio de escravos gerou não foram consideradas espúrias. O mesmo modo de justificar a escravidão transpôs-se para outras terras recém-descobertas. Se a conquista da África se dava com a escravização de seus habitantes, por que não podia ocorrer o mesmo nas colônias das Índias Ocidentais?

18 SOUTHEY, R. **História do Brasil**. v. 1. Trad. L. J. de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 262.

19 A escravização indígena foi objeto de diferentes medidas legais, como o Decreto de D. Sebastião, de 1570, que a proibia; decretos de Felipe I que, por duas vezes, a proibiu, sob qualquer pretexto e sua revogação, em 1605, por Felipe II. Duas outras vezes (1609 e 1611) retornaram as proibições, que, por fim, se tornam definitivas em 1758, já no governo do Marquês de Pombal.

As atividades de penetração pelo interior desenvolvida pelos paulistas do século XVII atingiram os índios, gente conquistada e que, por direito de conquista, pertenciam aos conquistadores. Dominados, considerados racialmente inferiores, a eles não seria preciso qualquer justificativa de caráter histórico – a própria estrutura jurídica da sociedade e a doutrina da Igreja Católica os atingiam de modo mais direto. O conflito entre os habitantes de São Paulo e os jesuítas deixou claro que não se tratava de uma disputa quanto à legitimidade ou ilegitimidade do uso de mão de obra indígena, mas de quem deveria ter direitos a ela.

É fato bastante conhecido a disputa entre paulistas e jesuítas, pelo controle da comunidade indígena, que culminou com a expulsão dos jesuítas de São Paulo em 1640. No entanto, muito antes já começara a contenda. Afirma Azevedo Marques, em seus *Apontamentos*, que, imediatamente após a extinção da Vila de Santo André, em 1560, “começou desde logo uma guerra surda e latente entre os padres e os seculares, pretendendo ambas as classes o predomínio sobre os índios, indispensáveis a ambos para o seu progresso e engrandecimento”.²⁰

Desde as primeiras décadas do século XVII, os habitantes “mais ilustres” de São Paulo disputavam com os inácianos a utilização dos índios para os trabalhos na exploração de minerais, na lavoura e para atividade doméstica e, inclusive como partícipe nas expedições de penetração do sertão. Para tanto endereçavam ao rei representações, a exemplo da datada de 10 de junho de 1612, na qual os membros do Senado da Câmara se justificavam pelas entradas, argumentando, que:

eram homens pobres, e que para remediar suas necessidades lhes era necessário muitas vezes e cada dia pedir ao Sr. governador quatro índios, assim para se fazerem seus mantimentos para comer, como para irem às minas a tirar ouro para seu remédio e d’elles pagarem os quintos a S. M., e que depois do Sr. governador lhes ter dado a licença iam às aldêas e não achavam índios, nem queriam estes ir com

20 AZEVEDO MARQUES, M. E. de. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente, até o ano de 1876.** v. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP 1980, p. 17-18.

elles.²¹

O documento prossegue com críticas mais diretas aos religiosos, a quem se acusava de dizer publicamente que eram os donos dos aldeamentos indígenas, dos quais eram senhores espirituais e temporais:

*se introduzio pelo dito gentio um rumor dizendo, que não conheciam senão aos padres por seus superiores, e os ditos padres andavam dizendo publicamente que as ditas aldêas eram suas, e que eram senhores no espiritual e temporal”.*²²

Alegavam os colonos que legalmente os padres tinham somente a administração espiritual e não possuíam qualquer autoridade sobre a vida material dos nativos, como se pode verificar no trecho que segue:

Que sendo as aldêas d’esta Capitania sempre sujeitas aos capitães e justiças d’esta Capitania, agora E porquanto as cousas passavam na forma sobredita os ditos officiaes pediam a todos elles presentes que, se houvessem alguma pessoa que soubesse haverem-se-lhes dado posse aos ditos padres em algum tempo, o dissessem, e quando não lhes parecia justo que recordassem sua antiga posse e bom governo, pondo capitães nas aldêas.²³

Não se pode afirmar que houve um vencedor nessa contenda, mas com certeza a maior perda foi dos grupos indígenas. O final do século XVII e o início do XVIII trouxeram aos colonos a descoberta dos veios de ouro. O índio passou a ser uma mercadoria secundária. Ademais, poucos grupos tinham sobrevivido nas proximidades da Vila de São Paulo. Tinham sido os primeiros a sofrer os impactos do bandeirismo de apresamento, juntamente com o processo de aculturação e da miscigenação, que tinha resultado numa população predominantemente de mamelucos habitando o Planalto. Já no século XVIII isto se fazia tão claramente que os primeiros cronistas a narrar as história de São Paulo já notavam que a população indígena

21 AZEVEDO MARQUES, M. E. de. **Apontamentos Históricos...** *Op. cit.*

22 *Ibidem*, p. 19.

23 *Ibidem*.

sobrevivente era aquela que conseguira de alguma maneira se mesclar aos colonizadores. E que de certa forma, se constituíram em ancestrais dos historiadores que, do século XVII ao início do século XX, valorizaram seus atos e os transformaram em símbolos de São Paulo.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO MARQUES, M. E. de. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente, até o ano de 1876.** v. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP 1980.

BRUNO, E. S. **História e Tradições da Cidade de São Paulo.** v. 1. São Paulo: Hucitec:1984.

CANABRAVA, A. **Esboço da História Econômica de São Paulo.** Terra e Povo. São Paul: EdUSP; Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

CANABRAVA, A. P. *In.*: BERRIEN, W.; MORAES, R. B. de. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

CARRATO, J. F. O Povoamento e a Música Religiosa em Minas Gerais, no Século XVIII. **Revista de História.** São Paulo, v. 31, n. 64, p. 415-426, 1965.

CHARLEVOIX, P. F. X. **Histoire de Paraguay.** Paris: Desaint & Saillant, 1756.

ELLIS, Jr. **O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano.** Pesquisa nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal. São Paulo: Cia Editora Nacional: 1934. Disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/o-bandeirismo-paulista-e-o-recuo-do-meridiano/pagina42/texto. Acesso em: jul.2018.

ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). v. 1. Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

JARQUE, F. **Ruiz de Montoya en las Índias (1608-1662).** Madrid: Ed. Vitoriano Suarez, 1900.

MACHADO, Alcântara José de. **Vida e Morte do Bandeirante.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

MONTEIRO, John. **Alforrias, Litigiose a Desagregação da Escravidão**

Indígena em São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p.45-57, 1989.

MONTOYA, J. R. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

PRADO, P. **Província & Nação**. Paulística. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Ed., 1972.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. 25, p. 465-478, 1862.

RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979, p. 115.

SOUTHEY, R. **História do Brasil**. v. 1. Trad. L. J. de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, A. d' E. **Escritores Coloniais**. São Paulo: Diário Oficial, 1925.

O PASSADO BANDEIRANTE E AS COMUNIDADES INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA SUL-MATO- GROSSENSE¹

Diogo da Silva Roiz

André Dione Fonseca

Marcilene Nascimento de Farias²

Introdução

O objetivo deste capítulo é demonstrar a organização do programa de pós-graduação em História, nível de mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Dourados (CPDO), atual Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com ênfase na análise das dissertações sobre as ‘comunidades indígenas’, no período de 1999 a 2004. Analisa-se ainda, o perfil social dos alunos do programa, e como as questões indígenas estavam sendo debatidas no curso de pós-graduação, ao longo dos seis primeiros anos de existência do programa, nesta universidade.

1 Este trabalho é o resultado da pesquisa: “O índio na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados (1999-2004)”, que foi desenvolvida entre 2005 e 2007, e contou com duas bolsas do Pibic/CNPq, às quais desde já sou grato, e em que participaram os alunos André Dione Fonseca e Marcilene Nascimento de Farias, com um trabalho exemplar de coleta e análise das fontes. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VIII Encontro Regional de História da Anpuh, na seção de Mato Grosso do Sul, realizado entre 24 e 27 de outubro de 2006, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Desde já gostaríamos de agradecer aos comentários e críticas do Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, do Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, do Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, do Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, do Prof. Dr. Jérri Roberto Marin, da Prof.^a Dr.^a Benícia Couto de Oliveira, do Prof. Dr. Levi Marques Pereira, do Prof. Dr. João Carlos de Souza e do Prof. Dr. Jonas Rafael dos Santos. Evidentemente, a responsabilidade pelas (ainda) eventuais fragilidades do texto é do autor. Uma versão deste texto foi publicada em: Roiz, 2010 e pode ser acessada em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19231/10361>.

2 Os autores são respectivamente: Professor associado aos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais da UEMS, e do programa de pós-graduação em Educação; Professor Adjunto I do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); e Doutora em História pela UFGD.

Nesse sentido, as principais fontes compulsadas nesta pesquisa são: as dissertações de mestrado defendidas no programa neste período, que tiveram como tema de estudo a história indígena; e a documentação armazenada no arquivo da UFGD, sobre o programa de pós-graduação em História (em que consta lista de matrícula de alunos, versões do projeto do curso de mestrado e ementas das disciplinas). Para empreender esta análise, a obra de Michel de Certeau contribuiu para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, por que a escrita da história é entendida, por ele, a partir das relações que se estabelecem entre um *lugar* social (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura).³ Nesta perspectiva, a operação historiográfica, “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”.⁴

A escolha deste período para análise se justifica por que:

- a) em 1999 houve a criação do programa e a matrícula da primeira turma de alunos;
- b) e em 2004 ocorreu a renovação de parte do corpo docente da linha de pesquisa em *História Indígena*, que havia elaborado o projeto do curso de mestrado e orientou as primeiras dissertações nesta linha.⁵

A importância deste estudo está, não apenas em evidenciar a produção do único programa de mestrado em História no estado de Mato Grosso do Sul,⁶ mas também no de evidenciar como se deu a

3 CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

4 *Ibidem*, p. 66.

5 Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

6 De acordo com os dados da CAPES, para o ano base de 2006, havia 42 programas de pós-graduação em História em funcionamento no país, dos quais, 19 somente com o nível de mestrado, 22 com mestrado e doutorado e 1 mestrado profissionalizante. Ao se observar a distribuição de programas, entre as regiões do país, se constata o seguinte: na região Centro-Oeste havia 4 (2 com mestrado e 2 com mestrado/doutorado); na região Nordeste 8 (6 com M e 2 com M/D); na região Norte 2 com mestrado; na região Sudeste 20 (6 com M, 13 com M/D e 1 mestrado profissionalizante) e na região Sul

escrita de uma história indígena em seu programa.

Esse tipo de pesquisa se justifica ainda por que numerosos estudos, nas últimas décadas, têm procurado circunstanciar o desenvolvimento de programas de pós-graduação em História e em Ciências Sociais, nos níveis de mestrado e doutorado, cuja legislação específica remonta a década de 1970.⁷ O propósito destes trabalhos está em escrever uma possível história do ensino superior e dos estudos pós-graduados no Brasil, destacando-se: linhas de pesquisa, fontes e métodos utilizados, campos e abordagens adotadas. Com o objetivo ainda de avançar sobre os estudos pioneiros de José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Sérgio Miceli, Carlos Guilherme Mota, Simon Schwartzman e Astor Antônio Diehl,⁸ esses

8 (3 com M e 5 com M/D). Para o caso da região Centro-Oeste, dos 4 programas de pós-graduação: 1 com mestrado e doutorado está localizado no Distrito Federal (na UNB); 1 com mestrado e doutorado no Estado de Goiás (na UFG), 1 com mestrado no Estado de Mato Grosso (na UFMT) e 1 com mestrado no Estado de Mato Grosso do Sul (na UFGD). Disponível em: <http://ged.capes.gov.br/pesquisa.coleta.html>. Acesso em: 25/09/2007.

7 Para maiores detalhes ver: MESGRAVIS, Laima, O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 87-118, 1983; MESGRAVIS, Laima, A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 4, n. 2, p. 93-108, 1997; LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**. Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. Ufop, 1992, 2 v; ARRUDA, José J. A.; TENGARRINHA, José M. **Historiografia Luso-brasileira contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999; JANOTTI, Maria L. M.; D'ALÉSSIO. A Esfera do Político na Produção dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 123-148, 1996; FICO, Carlos. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 167-176, 1996; BEIRED, José L. B. A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004). **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 35-52, 2005; MARTINS, C. B. (org.). **Para onde vai a Pós graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

8 Cf. RODRIGUES, José H. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor, 1965; *Idem*. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969; LAPA, José R. A. **Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão**. Petrópolis: Vozes, 1981; IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1987; *Idem*. **Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; DIEHL, Astor. A

estudos, preocupam-se, preferencialmente, com a análise dos últimos três decênios – enquanto aqueles estudos pioneiros se detinham em analisar, fundamentalmente, o período da Independência (1822) e da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, até o período entre as décadas de 1930 e 1970, quando ocorreria a criação das primeiras universidades no país. No entanto, embora esses trabalhos mais recentes tenham avançado consideravelmente, limitam-se, quase sempre, tal como aqueles trabalhos pioneiros, ao estudo da região Sudeste, recorrendo-se de modo corriqueiro a generalizações do processo, para as outras regiões do país. Ainda que a região Sudeste (principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro), de fato, concentre até hoje mais de 65% das pesquisas de mestrado e doutorado produzidas nesses campos do saber, não se apresenta como irrelevante, buscar-se reconstituir o processo de modo mais detalhado, também para as outras regiões. Para tanto, o estudo da história dos programas de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado, daquelas regiões, apresenta-se bastante promissor, uma vez que possibilita estudos comparativos com a região Sudeste, indicando-se semelhanças e diferenças quanto às sutilezas do processo.

As ‘Comunidades Indígenas’ no Estado de Mato Grosso do Sul

Durante muitas décadas, o estudo das ‘comunidades indígenas’ foi um tema pouco pesquisado pela historiografia brasileira. John Monteiro indica que isso ocorreu por que durante muito tempo houve a cristalização de certas imagens sobre o(s) ‘índio(s)’ em nossa historiografia. De um lado, a “ausência quase total de fontes textuais e

cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998; *Idem. A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970.* Passo Fundo: Ediupf, 1999; MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** São Paulo: Ática, 2000; MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001; *Idem. História das Ciências Sociais no Brasil.* v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/ IDESP, 1989; *Idem. História das Ciências Sociais no Brasil.* v. 2. São Paulo: Sumaré/ FAPESP, 1995; SCHARITZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979; *Idem. Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília: CNPq, 1982.

iconográficas produzidas por escritores e artistas índios por si só impõe uma séria restrição aos historiadores”, de outro, “o isolamento dos índios no pensamento brasileiro”, já anunciado pelos escritores coloniais, adensou-se no século XIX, principalmente, a partir da leitura efetuada pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, “que escreveu a primeira *História Geral do Brasil* a partir de uma ampla e pioneira investigação em documentos do período colonial”, indicando que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”.⁹ Com isso, de acordo com Monteiro, houve o direcionamento de um olhar pessimista para esses povos, por se observar que além de não terem história, também não teriam futuro, já que estariam em processo de desaparecimento.

Ao lado desta interpretação, que por muito tempo foi hegemônica, deixando a ocupação deste tema para a antropologia, com a justificativa de que os historiadores não tinham o domínio adequado para estudar àqueles povos ágrafos, surgia uma ‘nova história indígena’, que se beneficiou com a historiografia, “que desde o século XIX enfocou o índio Tupi como matriz da nacionalidade”. Para ele:

Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/ antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava.¹⁰

Assim, com os esforços de antropólogos, mas também de historiadores, arqueólogos e lingüistas, têm-se avançado consideravelmente, nos últimos decênios, com a produção de uma ‘nova história indígena’.¹¹

9 MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e de indigenismo.** Tese (Livre Docência). Unicamp, Campinas, 2001, p. 2-3.

10 *Ibidem*, p. 5.

11 IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: Edusc, 2004; WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e o Novo Mundo. Ameríndios, humanismo e escatologia.** Brasília: Ed. Unb, 2004; O’MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas.** Bauru: Edusc, 2004; NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo,

Com a promulgação da constituição de 1988,¹² as questões indígenas voltaram com fôlego,¹³ ao lado de uma historiografia ‘renovada’ (que têm desenvolvido uma série de pressupostos teórico-metodológicos que possibilitaram a apreensão dos índios enquanto ‘sujeitos históricos’), ainda mais se considerarmos o aumento da população ‘autodeclarada’ indígena, no espaço urbano e rural do território brasileiro, que foi identificada nos censos demográficos de 1991 e de 2000.

De acordo com os dados demográficos dos censos do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), dos 12,0% de indígenas que moravam nas capitais do país em 1991, houve em 2000 um salto para 18,1%, o que representou um crescimento de 50,5% em uma década, muito embora, tais dados devam ser vistos com cautela. De acordo com o próprio IBGE, a melhor explicação para esse crescimento da quantidade de pessoas, de um censo para outro, seja por haver maior ‘auto-identificação’ como indígenas, e não meramente por um simples aumento no número de índios no território brasileiro.¹⁴ Quanto a esse

Companhia das Letras, 1999; LUCA, Tânia R. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Edunesp, 1999; BITTENCOURT, L. B., Os índios e a América: as teses que construíram a idéia sobre o índio. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 1, p. 29-48, 2003.

12 CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

13 Para Renata Giroto, em sua dissertação de mestrado (que será analisada nas próximas seções): “Disseminou-se então um amplo movimento indígena, organizado para se contrapor às políticas adotadas pelos órgãos indigenistas oficiais e para defender a formulação de novos conceitos que permeassem e intermediassem as relações entre o Estado e os índios. Da ação desse movimento resultou uma série de conquistas constitucionais em 1988, o que assegurou, no plano jurídico, o direito à diferença, à alteridade e à autonomia. Para garantir na prática as conquistas legais, o movimento indígena ampliou-se, ramificou-se e articulou-se em redes com outros movimentos no período pós-Constituição, a fim de reivindicar seus direitos sobre várias questões – saúde, educação, terra, língua, tradições, cultura – na sua relação com a totalidade da vida social”. GIROTTO, Renata Lourenço. **Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas Guarani /Kaiová em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001, p. 13.

14 Para um melhor delineamento desta questão ver: **Tendências Demográficas - Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos**

aspecto, enquanto em 1991, a população 'autodeclarada' indígena perfazia um total de 294.131 indivíduos, em 2000, contava-se 734.127. Do mesmo modo, no perímetro urbano de 71.026 em 1991, passou-se para 383.298 habitantes, enquanto no rural de 223.105, passou-se para 350.829.

Houve também crescimento proporcional da população 'autodeclarada' indígena, quando se compara as regiões do país. A região Norte manteve a maior concentração populacional 'autodeclarada' indígena do país: de 124.615 (42,4%) em 1991, para 213.443 (29,1%) em 2000. Em seguida vinha à região Nordeste, com 55.853 (19,0%) em 1991 e 170.389 (23,2%) em 2000, depois a região Sudeste, com 30.589 (10,4%) em 1991 e 161.189 (22,0%) em 2000. A região Centro-Oeste embora tivesse 52.740 (17,9%) em 1991, obteve o menor crescimento, chegando em 2000 com o percentual de 14,2% do total, na sua população 'autodeclarada' indígena de 104.360 – indo de terceiro para quarto lugar.

Quando nos voltamos para a concentração populacional 'autodeclarada' indígena no perímetro urbano, entre as regiões do país, o maior agrupamento está na região Sudeste, com 25.110 (35,4%) em 1991 e 140.644 (36,7%) em 2000, em seguida está à região Nordeste, com 15.988 (22,5%) em 1991 e 105.728 (27,6%) em 2000. Na zona rural, manteve-se a maior concentração na região Norte, com 112.655 (50,5%) em 1991 e 167.140 (47,6%) em 2000, vindo, logo em seguida, a região Centro-Oeste, com 44.940 (20,1%) em 1991 e 65.985 (18,8%) em 2000. Mesmo se considerarmos o desgaste do solo, empobrecimento das populações indígenas no setor rural, conflitos internos, aumento da população do setor urbano e o entusiasmo pela possibilidade de uma vida melhor nas cidades para explicarmos esses dados, não teríamos como aprofundar esta questão, de modo a observarmos cada um desses fatores entre as diferentes regiões e estados do país.

Já quando passamos a analisar tais números, de Estado

Demográficos 1991 e 2000. IBGE, v.16. Para uma discussão histórica deste tema ver: OLIVEIRA, João Pacheco de.Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 1997.

para Estado, segundo estimativas de 1998, a maior concentração populacional ‘autodeclarada’ indígena está no Amazonas com 78.701, logo em seguida, no Mato Grosso do Sul com 38.392, e depois em Mato Grosso com 18.186.¹⁵ Não cabe aqui discutir as razões que levaram as ‘comunidades indígenas’, com o passar do tempo a se concentrarem naquelas regiões e Estados, coisa que muitos autores já vêm fazendo.¹⁶ O importante, desde já, é o fato de o estado de Mato Grosso do Sul possuir a segunda maior concentração populacional ‘autodeclarada’ indígena do país. Da qual está distribuída, principalmente, entre as seguintes etnias: Terena, Guarani-Kaiowá e Kaiowá.¹⁷

Muito embora, apenas por esses dados, já se justificarem pesquisas sistemáticas, estudando a história, a cultura e a movimentação

15 Cf. **Anuário Estatístico do Brasil de 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

16 Ver, entre outros: RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; POMPA, Cristina. **Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru: Edusc, 2003; MATTOS, Isabel Missagia de. **Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru: Edusc, 2004; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 2002; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; MONTEIRO, John. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e colonização do sertão. Nordeste do Brasil. 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

17 Os *Terena* são um grupo indígena brasileiro que pertencem ao subgrupo dos guanáis. Além de viverem principalmente no estado de Mato Grosso do Sul foram durante muito tempo ‘agricultores’, mas em função de sua maior adaptabilidade, em relação a outras etnias, desde os anos 1980 estes tem procurado cada vez mais as cidades, como demonstram algumas pesquisas do programa em análise. Os *Kaiowá (ou Caiuás)* têm sua raiz no desdobraimento de um dos povos guaranis, aos quais também são denominados: Caiwás, Caiuás, Cainwás, Kaiwás, etc. no Brasil e na Argentina. Pelas suas características lingüísticas e culturais se localizariam no subgrupo amplo dos guaranis. Mantendo menor contato com o ‘homem branco’ desde o período da colonização, esta etnia se concentraria mais no campo, do que nas cidades. No Brasil, a maior concentração populacional se encontra no Mato Grosso do Sul. Já os Kaiowá são descendentes dos indígenas que se recusaram a colonização e a catequização dos jesuítas desde o século XVII. Adaptaram-se melhor nas matas, com pouco contato com o homem branco. Atualmente se concentram no Centro-Oeste do país, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul, e sobrevivem por meio de trabalho no campo, com a agricultura de subsistência, e o trabalho em destilarias de cana, e o cultivo e corte da cana-de-açúcar.

dessa população indígena, no estado de Mato Grosso do Sul, foi apenas com a criação do programa de pós-graduação em História, em 1999, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados (da atual UFGD) que, de fato, passou a existir uma maior preocupação com o estudo deste tema. No Editorial de 2001 da *Fronteiras*, a revista de História do programa, o conselho editorial já constatava essa questão:

Desde as décadas de 1980 e 1990, a produção historiográfica em Mato Grosso do Sul vem crescendo qualitativa e quantitativamente ano após ano. Essa situação resulta de um conjunto de fatores, dentre os quais está o próprio amadurecimento dos historiadores [alguns formados no programa de mestrado em História da UFMS, de Dourados] que atuam no Estado, cuja produção científica atesta a preocupação de melhor compreender a dinâmica das relações sociais registradas no espaço geográfico sul-mato-grossense. Nesse contexto, uma das tendências mais visíveis de nossa historiografia é a *história indígena*, entendida como a história dos povos indígenas em termos de continuidade e longa duração. Não por menos: temos aqui a segunda maior população indígena do país e muito pouco sabemos sobre ela.¹⁸

Até então, os estudos são esparsos, a maioria dos quais foram produzidos pelos próprios professores do programa de pós-graduação,¹⁹ que passariam a orientar os trabalhos defendidos no

18 Editorial. *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, v. 5, n. 9, p. 05, 2001.

19 A exemplo dos trabalhos de: OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Da pré-história à história indígena**: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2002; *Idem*. **Os argonautas Guató**: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 1995; PEIXOTO, José Luis dos Santos. **Ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense**. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2003; *Idem*. **A Ocupação Tupiguarani na Borda Oeste do Pantanal Sul-matogrossense**: maciço do Urucum. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 1995; PEREIRA, Levi Marques. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Ciência Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; ZORZATO, Osvaldo. **Civilizadores de Índios: Os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso**. *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 171-201, 1998;

programa.

O programa de pós-graduação em História da UFMS

Enquanto que em muitos Estados, o sistema universitário está completando pouco mais de 80 anos, dado que as primeiras universidades foram criadas a partir da década de 1920, por ser ainda um Estado muito 'novo' (visto que sua autonomia política data de 1977), em Mato Grosso do Sul, as universidades são também muito recentes, tendo pouco mais de 30 anos, as mais antigas.²⁰

De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz:

a rede dos [...] cursos universitários de História [...] foi praticamente definida entre o final dos anos 60 e o início dos 70 – quando surgem e se consolidam cursos de licenciatura Plena em Corumbá (1968), em Três Lagoas (1970), em Campo Grande, na antiga Faculdade Dom Aquino (1971), em Dourados (1973) e em Aquidauana, ainda nos anos 70 [...] esses cinco permaneceriam os únicos cursos universitários de História em nosso Estado até [...] 2001, quando a UFMS criou dois novos cursos, sendo um em Campo Grande e o outro em Coxim [...] em 2002 [...] começou a funcionar também um curso de História em Ponta Porã [na *Faculdade Magsul*, e outro nas *Faculdades Integradas de Cassilândia*; e em 2003 foi criado um curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (a UEMS), na cidade de Amambai].²¹

VASCONCELOS, Cláudio Alves. **A questão indígena na província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade.** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

20 GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. *In.*: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLF, Dulce C.; ALBERT, Verena (org.). **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ CPDOC, p. 384-437; ROIZ, Diogo da Silva. **A institucionalização do ensino universitário de História na FFCL/USP entre 1934 e 1956.** Dissertação (Mestrado em História). Franca, 2004; ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 141-151, 2003.

21 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje... *Op. cit.*, p. 143-144.

Para ele é “notável que, desde o início, a pesquisa universitária tendeu a orientar-se para temas regionais”, com os quais se mantiveram nos cursos de especialização *latu sensu*, oferecidos na UFMS e na Universidade Católica Dom Bosco (a UCDB), a partir do final da década de 1980. No entanto, diz ele, a pesquisa histórica no estado de Mato Grosso do Sul passou a agrupar um número mais significativo, e qualitativo, de trabalhos, com a criação do programa de mestrado em História na UFMS, em 1999, e o mestrado em Desenvolvimento Local na UCDB.

O Programa de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados, foi homologado pelo CNE (Portaria Nº. 2.878/2005 MEC) e nascia com a seguinte proposta:

Capacitar professores para o exercício do Magistério Superior (graduação e pós-graduação); ampliar as perspectivas de desenvolvimento do conhecimento histórico fornecendo aos profissionais de História e de outras áreas afins (Ciências Humanas e Sociais) reflexões fundamentais e criativas capazes de contribuir para a inserção mais ativa e consciente de cada um em seu meio social.²²

O programa tinha como área de concentração *História, Região e Identidade* e foi dividido em três linhas de pesquisa: a) *História, Poder e Instituições*; b) *Região, Identidades e Representações*; c) e, *História Indígena*. Com esta estruturação de área e linhas de pesquisa, o recém-formado Programa de Mestrado buscava identificar de início quais os principais temas pesquisados nos cursos de graduação e de especialização em História da UFMS (de Dourados, Aquidauana e Campo Grande), de modo a melhor localizar temas, objetos e problemas a serem pesquisados pelo programa (e que de um certo modo constituiriam a sua identidade). Com isso:

Ao partir dessas temáticas (em geral vinculadas à experiência histórica vivida pela região em que se situa a UFMS) busca[va]-se eliminar quaisquer possíveis vieses estreitos ou provincianos para permitir, ao contrário, a formulação de conceitos e modelos capazes de contribuir para o

22 Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFMS.

avanço do conhecimento histórico em âmbito nacional e internacional.²³

Para a linha de pesquisa de *História Indígena*, objeto de nossa análise, caberia o

estudo das populações indígenas pré, durante e pós-contato com as sociedades européias e ibero-americanas, enfatizando, dentro da ótica da diversidade e dinâmica culturais, as diferentes historicidades em termos espaços-temporais.²⁴

De acordo com Cláudio Alves de Vasconcelos, havia quatro eixos de pesquisa que poderiam ser identificados na linha de pesquisa em *História Indígena*:

1 – As questões ecológicas e culturais pertinentes às relações entre sociedades indígenas e seus respectivos habitats, sobretudo os processos relacionados à dinâmica de ocupação e uso dos recursos naturais de um determinado espaço geográfico, quer no âmbito do modo tradicional, quer no contexto das transformações ocorridas a partir do contato com as sociedades não-indígenas;

2 – Os processos de conquista e colonização, no âmbito do espaço regional, que culminaram com a extinção de muitos grupos étnicos, transculturações, deslocamentos territoriais, reterritorializações e assimilações por parte das sociedades envolventes e seus antecedentes europeus;

3 – A situação indígena contemporânea e sua relação com as sociedades não-indígenas, isto é, a atual realidade histórico-cultural e sócio-econômica dos povos indígenas no contexto da expansão das sociedades industriais ibero-americanas;

4 – A problemática da forma como as sociedades indígenas são retratadas pela historiografia brasileira e suas repercussões na formação do pensamento histórico

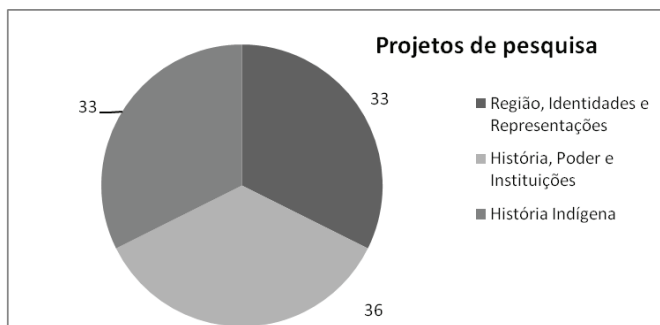
23 Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

24 Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

regional.²⁵

Por outro lado, cabe notar que, entre 1999 e 2004, o Programa desenvolveu 102 projetos de pesquisa vinculados às três linhas de pesquisa.²⁶ Desse total, 32,3% (33) dos projetos estavam ligados à linha *Região, Identidades e Representações*, 35,3% (36) à linha *História, Poder e Instituições* e 32,4% (33) à linha de *História Indígena*, como se pode observar a partir do gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição de Projetos de pesquisa, segundo as linhas entre 1999 e 2004



Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

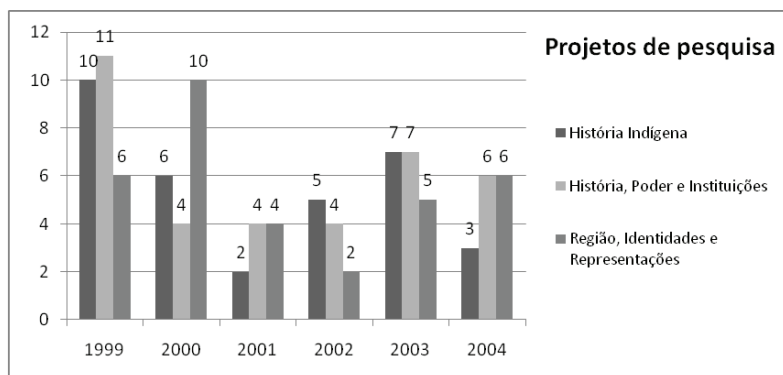
Ao realizarmos uma análise anual, com base no gráfico 2, verificou-se um maior número de projetos de pesquisa nas linhas de *História Indígena* e de *História, Poder e Instituições* em 1999. No segundo ano de funcionamento do Programa houve um aumento no número de projetos da linha de *Região, Identidades e Representação*. Em 2001, a linha de *História Indígena* ficou atrás das demais, com 2 (20%) dos 10 projetos desenvolvidos. No ano de 2002, *História Indígena* teve o maior número de projetos, com 5 (45%), do total de 11. Em 2003, as linhas de *História Indígena* e *História, Poder e Instituições* tiveram o mesmo número de projetos, com 7 (37%) cada, e *Região, Identidades*

25 VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades: a pós-graduação em História no Mato Grosso do Sul. *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 158, 2003.

26 Desse total, 2 projetos aparecem como desativados. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

e *Representações* com 5 (26%), dos 19 projetos. No ano de 2004, dos 15 projetos apresentados, 3 (20%) eram em *História indígena*, 6 (40%) em *História, Poder e Instituições* e 6 (40%) em *Região, Identidades e Representações*.²⁷ Percebe-se, a partir desses dados, que apesar das oscilações anuais no total de projetos de cada linha de pesquisa, houve uma proximidade nos percentuais e na distribuição dos projetos de cada uma.

Gráfico 2: Distribuição dos projetos de pesquisa, segundo ano de encaminhamento entre 1999 e 2004



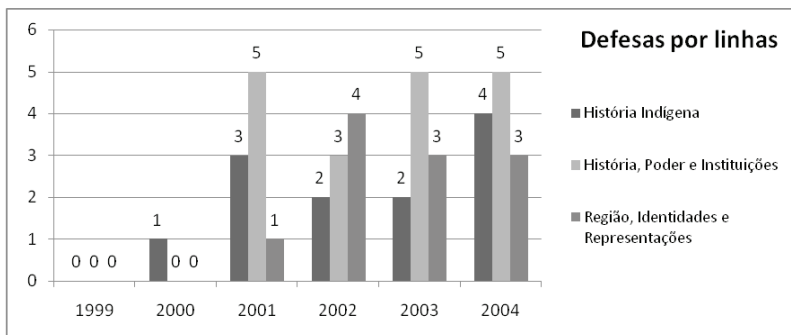
Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

Ao observarmos o total de dissertações defendidas nos seis primeiros anos de funcionamento do Programa, com base no gráfico 3, percebeu-se um crescimento das defesas vinculadas à linha de *História Indígena*. Nesse período foram defendidas, segundo os

²⁷ Nessa computação que chega ao resultado de 102 projetos consideramos apenas os novos projetos que foram sendo apresentados, ou criados, a cada ano. Portanto, deve-se ressaltar que o número decrescente, se dá devido à quantidade de projetos que se estenderam por mais de um ano. Assim, se somarmos o total de projetos considerando os novos e os que vinham em andamento dos anos anteriores, podemos observar que o volume cresce. Temos em 1999 um total de 27 projetos que estão em andamento, em 2000 são 43, em 2001 são 47, em 2002 são 47, em 2003 são 56 e em 2004 são 57 projetos. Na linha de História Indígena que começa com 10 projetos chega em 2004 com 17 em andamento. Ver: Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS. Linhas de pesquisa *In.*: Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) www.capes.gov.br. Acesso em: 12/07/2006.

relatórios enviados à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (a CAPES),²⁸ 41 dissertações. Desse total, 12 (29%) eram em *História Indígena*, 11 (27%) em *Região, Identidades e Representações* e 18 (44%) em *História, Poder e Instituições* (uma dissertação foi defendida após o envio do relatório).

Gráfico 3: Distribuição das defesas de dissertações, segundo as linhas de pesquisa, entre os anos de 1999 e 2004



Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

Por outro lado, ao se verificar nos relatórios enviados a CAPES as disciplinas ofertadas,²⁹ verificou-se que o número de disciplinas que buscavam atender aos pesquisadores da linha de *História Indígena* também cresceu. Em 1999, das 15 disciplinas oferecidas³⁰, duas eram na temática Indígena: *História e Cultura dos*

28 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) In: Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS, Teses e Dissertações. In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) www.capes.gov.br. Acesso em 12/07/2006.

29 Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS, Disciplinas-oferta no ano base. In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) www.capes.gov.br. Acesso 12/07/2006.

30 Estudos Militares: Política e Sociedade, Exército e Sociedade no Brasil Republicano, Historiografia Brasileira, Identidade e Imaginário Coletivo, Instituição e Poder, Língua, Cultura e Sociedade, Mato Grosso do Sul: História e Historiografia, Memorialismo e Autobiografia, Metodologias da História, O Catolicismo na Formação do Pensamento Brasileiro, Seminário e Dissertações, Tópicos especiais. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

índios no Brasil e Índios: história e historiografia, se mantendo assim até 2002.³¹ Neste ano, as disciplinas: *Etnoistória*, *Etnologia*, *Arqueologia*, *História do Brasil*, *História da Educação* e *Historiografia* passaram a ser oferecidas de forma independente, e não mais agrupadas na disciplina *Tópicos Especiais*; voltava-se, com isso, ao total de 15 disciplinas. Nessa nova configuração, cinco disciplinas estavam voltadas às questões da pesquisa e da história indígena. Três delas, no entanto, eram oferecidas na forma de tópicos: *Tópicos Especiais de Arqueologia*,³² *Tópicos Especiais de Etnoistória*,³³ e *Tópicos Especiais de Etnologia*.³⁴ Em 2003, o programa passa a ter 17 disciplinas, com outra ligada à historiografia indígena, chamada de *Arqueologia Indígena e Etnoistória*. Nesse sentido, o programa tinha 3 disciplinas em história indígena, e outras 3 oferecidas na forma de tópicos especiais, para subsidiar esta linha de pesquisa.

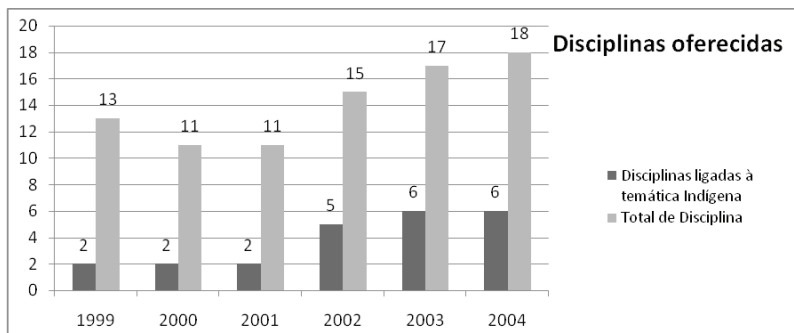
31 Até o ano de 2002 a disciplina *Tópicos Especiais* aparece nos relatórios abrangendo as disciplinas de *Etnoistória*, *Etnologia*, *Arqueologia*, *História do Brasil*, *História da Educação* e *Historiografia*. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

32 Essa disciplina objetivava o estudo do “conceito, objeto de estudo, objetivos e desenvolvimento da arqueologia. Arqueologia, interdisciplinaridade e construção de uma história indígena contínua, total em termos espaço-temporais. Métodos e teorias para uma arqueologia indígena. Transcurso histórico e sócio-cultural das sociedades indígenas no território brasileiro. Arqueologia e ensino de história. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural no Brasil”. Memória da Pós-Graduação: Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Arqueologia* in: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

33 Essa disciplina focava-se no “conceito, objeto de estudo, objetivo e desenvolvimento da etnoistória, teorias antropológicas, interdisciplinaridade e etnoistória. Etnoistória e história indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul”. Memória da Pós-Graduação: Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Etnoistória*. In: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

34 O “conceito, objeto de estudo, objetivo e desenvolvimento da etnologia. Teorias antropológicas, Etnologia, interdisciplinaridade e História indígena. Estudos etnológicos de sociedades indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul” foi o estudo proposto para essa disciplina. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Etnologia*. In: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

Gráfico 4: Distribuição do percentual de disciplinas oferecidas entre 1999 e 2004, vinculadas à temática indígena



Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFMGD. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS. Disciplinas-oferta no ano base. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 12/07/2006.

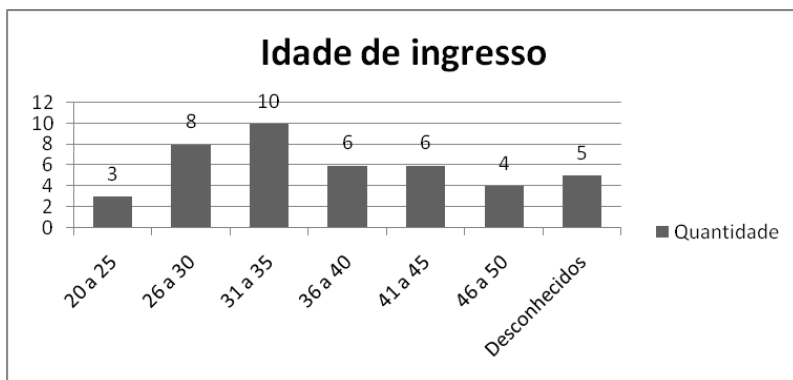
Em 2004, a estrutura disciplinar do programa passa a ter 18 disciplinas, com o acréscimo de: *Tópicos Especiais de História Cultural*. Pode-se notar, deste modo, com base no gráfico 4, o aumento no número de disciplinas nesta linha, demonstrando a preocupação do programa em dar maior suporte teórico-metodológico às pesquisas sobre as populações indígenas.

Perfil social dos alunos do Programa de pós-graduação em História

Foi justamente no interior deste 'lugar social' específico, tal como o define Michel de Certeau, que foi o programa de mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na unidade de Dourados, que ingressaram os primeiros alunos do curso, formando neles uma prática de pesquisa também peculiar. Por isso é importante nos questionarmos quem são os alunos que estão se matriculando no programa e de onde vem. O que torna imprescindível, mesmo que sucinta, uma análise do perfil social dos ingressantes e concluintes do programa, no período de 1999 a 2004. Desde já cabe destacar que nesta análise não verificamos a evasão no programa, e só consideramos os dados dos alunos que ingressaram

e defenderam suas dissertações no período estudado. Até o final de 2004 foram defendidas 42 dissertações de mestrado no programa.³⁵ A idade média dos ingressantes foi de 35 anos de idade, e de 37 anos nas defesas. De acordo com o gráfico 5, 8 (19%) possuíam entre 26 e 30 anos e 10 (24%) entre 31 e 35 anos de idade, quando ingressaram no programa. Embora não existam ainda trabalhos que permitam comparações com outros programas, a idade média do ingressante, durante o período em análise, foi relativamente alta, tal como veremos mais detalhadamente abaixo. No entanto, desde já, podemos indicar que a idade relativamente alta do ingressante se deve, pelo menos em parte, a criação do primeiro (e até agora único) programa de mestrado em História, apenas em 1999, na UFMS de Dourados.

Gráfico 5: Alunos, segundo idade de ingresso no programa de pós-graduação em História, nível de mestrado, da UFMS/Dourados, no período de 1999 a 2004



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

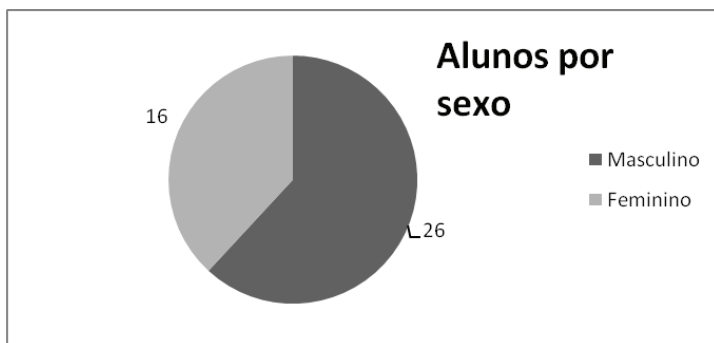
De acordo com o gráfico 6, a distribuição dos alunos do programa, segundo o sexo, no período em análise, foi semelhante a que tem sido verificada em outros programas,³⁶ com 26 (62%) homens

³⁵ Cf. OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História do Campus de Dourados da UFMS (2000-2004). *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 145-182, 2004.

³⁶ MESGRAVIS, Laima, O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo...

e 16 (38%) mulheres.

Gráfico 6: Alunos do programa, segundo sexo



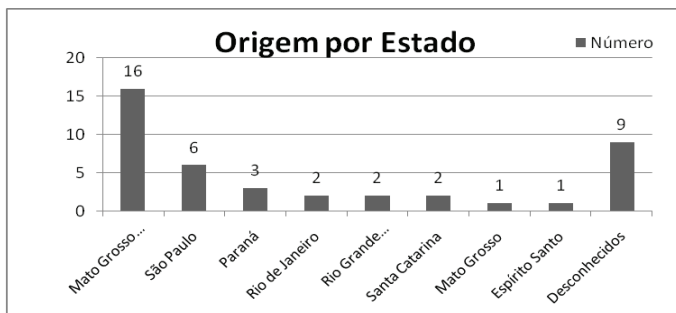
Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A origem dos alunos ainda é um tema pouco investigado em outras pesquisas, o que dificulta comparações.³⁷ A partir do gráfico 7, depreende-se que 16 (38%) alunos são originários do estado de Mato Grosso do Sul (3 de Dourados, 3 de Aquidauana, 2 de Campo Grande, 2 de Corumbá, 1 de Itaporã, 1 de Amambai, 1 de Ivinhema, 1 de Caarapó, 1 de Piroputanga e 1 de Três Lagoas). São originários de outros Estados 17 (40,3%) alunos (6 de São Paulo, 3 do Paraná, 2 do Rio de Janeiro, 2 do Rio Grande do Sul, 2 de Santa Catarina, 1 de Mato Grosso e 1 do Espírito Santo). Não conseguimos encontrar dados para 9 (21,7%) alunos, dos 42 que perfazem o período analisado.

Op. cit.; LAPA, José R. A. **Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão...** *Op. cit.*; CAPELATO, Maria H. R., FERLINI, Vera, GLEZER, Raquel. **A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História.** São Paulo: Xamã, 1995, 3 v.

³⁷ Cf. LAPA, José R. A. **Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão...** *Op. cit.*; CAPELATO, Maria H. R., FERLINI, Vera, GLEZER, Raquel. **A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História...** *Op. cit.*

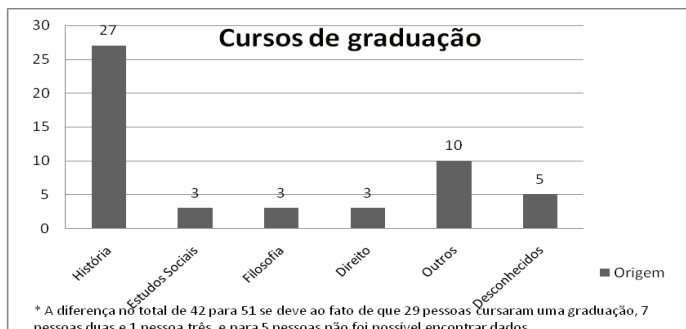
Gráfico 7: Alunos do programa, segundo Estado de origem



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

No que diz respeito ao curso de graduação que foi feito pelos alunos que freqüentaram regularmente o programa de mestrado durante o período analisado, 29 fizeram uma graduação, 7 cursaram duas e 1 aluno fez três. Destes, de acordo com o gráfico 8, 27 (52,6%) se graduaram em História, 3 (5,8%) em Estudos Sociais, 3 (5,8%) em Filosofia, 3 (5,8%) em Direito, 10 (20%) em outras áreas e para 5 (10%) alunos não encontramos dados. Dos alunos que fizeram o curso de graduação em História, 14 formaram-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (8 na unidade de Dourados e 6 na de Aquidauana), o que demonstra que um terço dos alunos que cursaram o programa de mestrado no período, formaram-se na própria universidade.

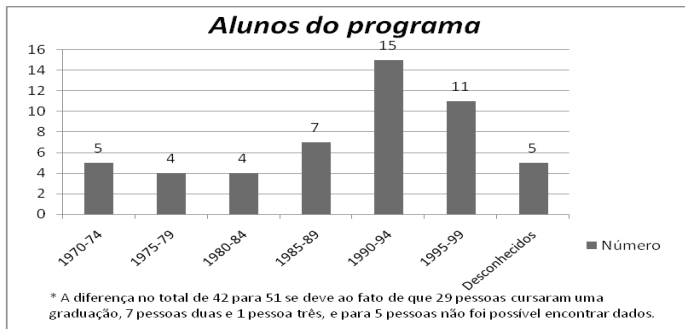
Gráfico 8: Alunos do programa, segundo o curso de graduação



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A maioria dos alunos fez o curso de graduação na década de 1990. Por meio do gráfico 9, verificou-se que 15 (29,6%) se formaram entre 1990 e 1994 e 11 (21,5%) entre 1995 e 1999. Outros 9 (17,4%) fizeram o curso na década de 1970 e 11 (21,5%) na de 1980 (não conseguimos dados para 5 alunos).

Gráfico 9: Alunos do programa e o período que cursou a graduação.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A maioria dos alunos fez cursos de especialização (*latu sensu*) antes de iniciarem o mestrado (*stritu sensu*). De acordo com o gráfico 10, 24 (57%) fizeram e 11 (26%) não fizeram. Não conseguimos dados para 7 (17%) alunos.

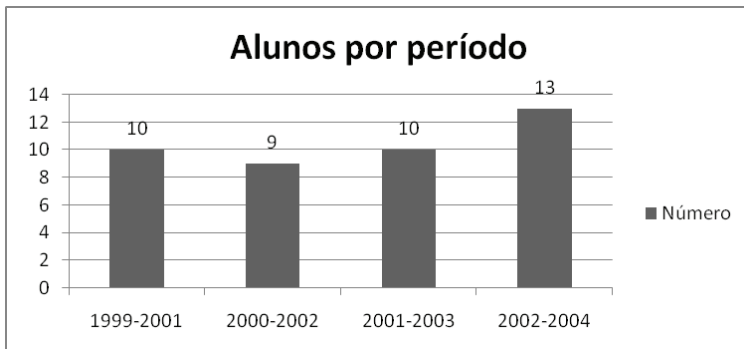
Gráfico 10: Alunos do programa, de acordo com aqueles que fizeram ou não especialização antes de ingressar no mestrado



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

Os 42 alunos que concluíram o programa de mestrado, no período analisado, estavam subdivididos, entre as seguintes turmas: 10 (23,8) na de 1999-2001, 9 (21,4%) na de 2000-2002, 10 (23,8%) na de 2001-2003 e 13 (31%) na de 2002-2004, como indica o gráfico 11.

Gráfico 11: Alunos do programa, segundo o período que cursaram o mestrado



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A partir desta análise, portanto, verifica-se que a maioria dos alunos era originária do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, dos que defenderam suas dissertações no período, a maioria era do sexo masculino. A idade de ingresso do aluno no programa de mestrado em História da UFMS de Dourados era alta (média de 35 anos), por que, além do programa ter sido criado somente em 1999 (quando a universidade já contava com mais de vinte anos de funcionamento de seus cursos de graduação, inclusive o de História), muitos de seus alunos fizeram o curso de graduação nas décadas de 1970 e 1980. E, outros, antes de iniciarem o mestrado fizeram cursos de especialização (*latu sensu*); ou ainda, se preocuparam com o ingresso num curso de mestrado, na medida em que almejavam lecionar no ensino superior.

Uma historiografia indígena em construção

De modo que, os alunos que estiveram no programa

de mestrado em História durante esse período representariam a consolidação dos estudos históricos produzidos no estado de Mato Grosso do Sul, segundo a interpretação de vários autores.³⁸ Por isso, teriam a oportunidade de aproveitar as contribuições de uma história ‘memorialística’ produzida no Estado por décadas, desde o final do século XIX, e, ainda, da historiografia profissional, que começou a ser desenvolvida a partir da década de 1970, quando houve a defesa das primeiras dissertações e teses, sobre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, e sobre as ‘comunidades indígenas’ do Estado.

Alguns autores situam assim o desenvolvimento da história e da historiografia de Mato Grosso do Sul:

- a) entre 1870 e 1970, como o período de escrita de uma história de cunho ‘memorialístico’, na qual sobrepunha à figura do ‘grande homem’, desbravador do sertão e das matas, e da ausência dos povos indígenas, principalmente, como ‘sujeitos históricos’;
- b) entre 1970 e 1990, como o período de início de uma escrita da história mais profissionalizada, tendo em vista que foi o momento em que foram defendidas as primeiras teses e dissertações sobre o Estado, e em que se passava a reavaliar àquela historiografia de cunho ‘memorialístico’ e a se rever o papel das ‘massas anônimas’, em especial o das ‘comunidades indígenas’, que por décadas haviam sido excluídas, naqueles relatos;
- c) e o período atual, iniciado na década de 1990, no qual houve a criação dos primeiros cursos de especialização e dos primeiros programas de mestrado no Estado, onde se passava a ensinar o ofício de historiador para as ‘novas gerações’ de pesquisadores,

38 Cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje... *Op. cit.*; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades... *Op. cit.*; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

formados nas universidades, e que tinham a sua frente todo um ‘imenso manancial’ histórico a ser conhecido e estudado.

A partir deste período, esses autores, acreditam que haveria a oportunidade de se desenvolverem abordagens e procedimentos de investigação mais abrangentes, inclusive para se estudar a ‘história indígena’, de modo a se avançar sobre as investigações que tinham mais uma abrangência local e regional, e, assim, participar “[d]a formulação de conceitos e modelos capazes de contribuir para o avanço do conhecimento histórico em âmbito nacional e internacional”, como pensaram os pesquisadores responsáveis pela criação do programa de mestrado em História da UFMS.³⁹ Essa constatação nos impõe os seguintes questionamentos:

- a) qual a relação entre o ‘perfil social’ dos alunos e os trabalhos sobre a temática indígena desenvolvidos no Programa?;
- b) como foi escrita a história dos ‘povos indígenas’ no programa de mestrado em história da UFMS?;
- c) e, por fim, atingiu-se o objetivo fundamental do programa, com àqueles trabalhos?

Assim, tal como Michel de Certeau indica que a localização do ‘lugar social’, das ‘práticas de pesquisa’ e da ‘escrita’, são etapas fundamentais e articuladas para a definição da ‘operação historiográfica’, do indivíduo, ou do grupo a que faz parte, vimos combinando esse procedimento para pensar as etapas que levaram a escrita de uma história indígena no estado de Mato Grosso do Sul, por meio das dissertações defendidas no programa de mestrado em História da UFMS, nos primeiros anos de seu funcionamento.

Para efetuarmos a análise daquela ‘escrita da história’,

39 Cf. ZORZATO, Osvaldo. Conciliação e identidade... *Op. cit.*; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje... *Op. cit.*; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades... *Op. cit.*; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil... *Op. cit.*

tivemos como amostra básica, as doze dissertações defendidas na linha de *História Indígena* no período analisado e outros três trabalhos, em função de abordarem a história indígena.⁴⁰ Portanto, das 42 dissertações, defendidas no período, selecionamos 15 que se ocuparam diretamente da escrita de uma história indígena.⁴¹ Nessa amostra, havia 9 homens e 6 mulheres (dos quais, 4 são originários de MS, 4 de SP, 2 do PR, 1 de MT, 1 de RS, e 3 não conseguimos os dados de sua origem), com idade de ingresso e término do curso semelhante a amostra geral.

De imediato, constatamos que apresentam uma grande variedade de enfoques, como: questões culturais, territoriais, educacionais e religiosas. Trabalharam com a questão territorial Carlos Alberto dos Santos Dutra, Giovani José da Silva e Vera Lúcia Ferreira Vargas⁴². Voltada para as crenças, usos e costumes religiosos

40 Vale ressaltar, que outras dissertações ligadas à linha *História, Instituição e Poder*, acabaram tratando da temática indígena, como o trabalho de: Aroldo Careaga, Adilson Crepalde e Leia Teixeira Lacerda. Aroldo Careaga em sua dissertação *Salesianos e Bororo nos sertões mato-grossenses (1894-1910)*, sob orientação de Jérry Roberto Marin, fez um estudo sobre a presença dos missionários Salesianos no Mato Grosso, analisando as atividades pastorais, educacionais e, sobretudo, a atuação desses missionários na catequese indígena entre 1894 e 1910, momento em que a questão indígena foi marcada pelo debate acerca da necessidade de civilizar os sertões mato-grossenses, catequizando e incorporando os índios à nacionalidade. Adilson Crepalde, em *O rezador e a história*, orientada por Osvaldo Zorzato, que parte da figura de um líder religioso de grande expressão na comunidade, o rezador, para interpretar “o processo de historização dos Kaiowá do Mato Grosso do Sul [...] para compreender a perspectiva e as estratégias utilizadas por esse grupo étnico na resolução de seus problemas”. Léia Teixeira Lacerda, em *A mulher Terena em tempos de AIDS: um estudo de caso da Aldeia Limão Verde, município de Aquidauana-MS*, orientada por Nanci Leonzo, descreve como os comportamentos sexuais e privados são vivenciados historicamente pelo povo Terena, e, partindo dessa descrição, procura compreender as condições de saúde das mulheres Terena, em relação aos comportamentos sexuais de risco, no tocante ao contágio da AIDS, no período temporalmente demarcado entre 1980 e 2000. Em sua análise, a autora dá prioridade às representações simbólicas da doença na comunidade, e a forma pela qual essas representações têm sido percebidas no dia-a-dia das índias terena.

41 Em 2006, o programa contava com 59 dissertações defendidas, das quais 9 foram defendidas em 2005 e 8 em 2006. Destas 17 havia 6 em história indígena. Cf. SILVA, Eliazar João da. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006). **Fronteiras - Revista de História**, Dourados, v. 9, n. 16, p. 111-127, 2007.

42 DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O Território Ofaié pelos caminhos da**

dos Kaiowá foi à dissertação de Fábio Henrique Cardoso Leite⁴³. Ainda sobre as crenças indígenas, foi o estudo de Noemia dos Santos Pereira Moura⁴⁴.

Com a preocupação de analisar a cultura, a arte e as permanências culturais de grupos indígenas foram as dissertações de Lelian Chalub Amin Paschoalick e Adilson Manfrin⁴⁵. As dissertações de Astor Weber e de Neimar Machado de Souza buscaram analisar os choques culturais resultantes do contato com os colonizadores⁴⁶; a de Renata Giroto estudou o movimento dos professores indígenas, com ênfase nas questões educacionais⁴⁷; e a de José Carlos Ziliani, apesar de se lançar numa análise aberta (a formação da identidade de Mato

História: reencontro e trajetória de um povo. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004; SILVA, Giovani José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984):** memória, identidade e história. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966):** uma sociedade entre a imposição e a opção. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

43 LEITE, Fábio Henrique Cardoso. **O Kayowá de Dourados:** sua vida espiritual num contexto histórico. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

44 MOURA, Noemia dos Santos Pereira. **UNIEDAS:** o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos *Terena* (1972-1993). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

45 PASCHOALICK, Lelian Chalub Amin. **A arte dos índios Kaiowá da reserva indígena de Dourados-MS:** transformações e permanências, uma expressão de identidade e afirmação étnica. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001; MANFRIN, Adilson. **Loreto (1610-1631):** *Guyraypoty* do Pirapó. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

46 WEBER, Astor. **Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru:** encontros e confrontos com os lusobrasileiros na Capitania de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002; SOUZA, Neimar Machado de. **A Redução de Nuestra Señora de la Fé do Itatim:** entre a cruz e a espada. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

47 GIROTTO, Renata Lourenço. **Por uma nova textura histórica:** o movimento de professores indígenas *Guarani /Kaiowá* em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

Grosso do Sul, após a divisão do Estado em 1977, e uma possível crise identitária dos sul-mato-grossenses), discutiu a questão indígena, como se pode observar neste fragmento:

A questão Guaicurus é apresentada e discutida, na medida em que se adotou o nome como gentílico do povo sul-mato-grossense e, transformou-se em símbolo de referência para grupos, publicações, movimento cultural e como âncora para uma pretensa genealogia para os naturais da terra. Na mesma direção são selecionados como objetos de análise alguns ícones das artes plásticas e da música, eleitos como símbolos para a representação da identidade regional.⁴⁸

Ainda que os enfoques e a forma como foi abordada a questão indígena tenha certa peculiaridade entre as dissertações, verificaram-se muitos pontos em comum, dos quais passamos a discutir. Para ordenar melhor a exposição dividimos a análise nos seguintes pontos:

- a) o recorte do objeto;
- b) a periodização;
- c) as fontes utilizadas;
- d) os procedimentos metodológicos e as abordagens do tema;
- e) e o uso dos conceitos.

O recorte do objeto, em todas as pesquisas, levou em consideração a divisão das fronteiras entre Estados e países, e a sua organização ao longo do tempo. Assim, a abrangência geográfica, embora perpassasse pelo Paraguai, e os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, os trabalhos acabavam, na maioria das vezes, se concentrando no estado de Mato Grosso do Sul, e dando ênfase a certas regiões, por concentrarem ao longo do tempo os grupos: Terena, Guarani-Kaiowá e Kaiowá. Das 15 dissertações, 13 abrangeram partes, ou o estado de Mato Grosso do Sul como um todo, 1 analisou os choques causados pela colonização no século XVI e XVII, entre as

⁴⁸ ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construção identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2000, p. 10.

divisas do que seriam o Paraguai e o estado de Mato Grosso do Sul, e pesquisou comunidades indígenas do estado do Paraná. A justificativa, muitas vezes, oferecida nas dissertações para tal direcionamento era o da movimentação e atual localização dos diferentes agrupamentos indígenas pelo Estado.

A periodização das pesquisas, embora diversas, indo das relações entre o colonizador e as populações nativas, a partir do século XVI, até os contatos estabelecidos entre ‘índios’ e ‘não-índios’ no período contemporâneo, estas levavam em consideração, principalmente, as seguintes questões: a) a Guerra do Paraguai (1865-1870), que teria dado importância ao território que formaria o futuro estado de Mato Grosso do Sul, já no período imperial, e nele se vislumbrava o grande número de indígenas localizados naquela região; b) o primeiro governo de Getúlio Vargas (como presidente da república entre 1930 e 1945), no qual houve políticas voltadas para a ocupação daquele território, e de organização daqueles povos indígenas em aldeamentos (num processo que havia sido iniciado nas primeiras décadas do século XX); c) e o período do Regime Militar (1964-1985), no qual houve a separação do antigo Mato Grosso, nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorrido em 1977.⁴⁹

Com isso, a organização da documentação remanescente de outros períodos, em arquivos no Mato Grosso do Sul, ainda é um processo muito recente, dependendo a pesquisa histórica, produzida neste Estado, segundo Cimó Queiroz, “em grande medida, do Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, bem como dos arquivos localizados

49 Para um maior detalhamento desta questão consultar: ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade... Op. cit.**; CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, 2007; OLIVEIRA, Benícia Couto de. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. **Fronteiras - Revista de História**, v.6, n. 12, p. 9-22, 2002; GALETTI, Lyliá. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2000; CORRÊA, Valmir Batista. A história regional em questão. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 51-56, 1994.

nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo”.⁵⁰ O que implicou num problema em comum nas pesquisas, para o levantamento, organização e interpretação das fontes. Sobre isso diz Vera Lúcia Ferreira Vargas:

O recorte temporal deste estudo, 1870-1966, justifica-se pela documentação encontrada no que se refere aos territórios indígenas e, principalmente, por ter sido este um tema pouco estudado, tornou-se necessário compreender a disputa territorial no pós-guerra [do Paraguai], que, por sua vez, implicava diretamente na política indigenista do século XIX. E a sociedade Terena passou a interagir com essa política, resultando na elaboração de suas reservas no início do século XX que, no entanto, só foram ser reconhecidas oficialmente pelo Estado em meados desse mesmo século. Para compreender esses fatores e pontuar as ações da sociedade Terena, por meio dos documentos da Diretoria Geral dos Índios assim como do Serviço de Proteção aos Índios [SPI] e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN – tornou-se necessário estudar a questão territorial desde o fim da Guerra contra o Paraguai (1870) até o final do SPI (1966), órgão que iniciou as [...] demarcações das terras indígenas da região.⁵¹

Para Giovanni José da Silva na

elaboração desta dissertação, o trabalho inicial com as fontes documentais, cartográficas e bibliográficas consistiu em realizar uma síntese histórica a respeito dos indígenas Kadiwéu, preocupando-me, sobretudo, com os relatos de viajantes, antropólogos e etnólogos que conviveram com o grupo entre o final do século XIX e o século XX.⁵²

Essas constatações tornam fundamental observar como as pesquisas organizaram seus procedimentos metodológicos e abordaram o tema. Ao levantarmos as etnias pesquisadas nas dissertações verificamos que: 3 estudaram os Kaiowá (das aldeias de Dourados), 3 os Terena (com ênfase para os da cidade de Aquidauana),

50 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje... *Op. cit.*, p. 147.

51 VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966)**... *Op. cit.*, p. 18.

52 SILVA, Giovanni José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984)**... *Op. cit.*, p. 14.

2 os Guarani, 2 os Guarani/Kaiowá, 1 os Ofaié (ditos 'Chavantes'), 1 os Kadiwéu (os Kinikinau e os Terena), 1 os Bororó, 1 os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru e 1 os Guaicuru. Portanto, 10 dos 15 trabalhos se detiveram entre os Kaiowá, os Terena e os Guarani/Kaiowá, que perfazem os maiores grupos étnicos no Estado. Mas nem por isso outros grupos foram deixados de lado.

Na realização de seus trabalhos, basicamente apoiaram-se na História Oral, e num diálogo intenso entre História e Antropologia. Primeiro, porque a história oral permitiria que os próprios grupos étnicos se colocassem como sujeitos históricos e contassem a sua própria história, e depois, pela própria escassez de fontes (escritas ou iconográficas) para alguns grupos e etnias. Segundo, porque o diálogo entre História e Antropologia, corresponderia à maneira como estavam utilizando o termo 'cultura', de modo a abranger os diferentes grupos e as suas representações.

Ao se utilizarem da História Oral (num total de 7 trabalhos), pautavam-se basicamente nos seguintes autores: Paul Thompson (*A voz do passado*), Maurice Halbwachs (*A memória coletiva*), Jacques Le Goff (*História e memória*), José Carlos Sebe Bom Meihy (*Canto da morte Kaiowá*) e Márcia D'Aléssio (*Reflexões sobre o saber histórico*). Para Lelian Paschoalick a

realização de pesquisa de campo com os índios Kaiowá, por intermédio da História Oral [temática], contribuiu com dados e informações que possibilitaram indagar sobre as causas e os processos de mudanças que interferiram na produção dos seus artefatos.⁵³

De acordo com Noemia dos Santos Moura,

repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram, ou pouco [...] registraram [...] seu passado através da escrita,⁵⁴

é um dos desafios a serem superados pelos historiadores das questões

53 PASCHOALICK, Lelian Chalub Amin. *A arte dos índios Kaiowá da reserva indígena de Dourados-MS...* *Op. cit.*, p. IX.

54 MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *UNIEDAS...* *Op. cit.*, p. 16.

indígenas, que buscam por meio da história oral de vida, reconstituir parte daquele passado.

Ao discutirem as relações entre História e Antropologia, pautavam-se fundamentalmente: nos historiadores, Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*), Carlo Ginzburg (*Mitos, emblemas e sinais*), E. P. Thompson (*Costumes em comum*), Roger Chartier (*A história cultural*) e Peter Burke (*A escrita da história*), e nos antropólogos, Claude Lévi-Strauss (*O pensamento selvagem, Antropologia estrutural*), Clifford Geertz (*A interpretação das culturas, Nova luz sobre a antropologia*), Marshall Sahlins (*Sociedades tribais, Ilhas de história, Cultura e razão prática*), Homi Bhabha (*O local da cultura*), Egon Schaden (*Aculturação indígena, Leituras de etnologia brasileira*) e Darcy Ribeiro (*Os índios e a civilização, O povo brasileiro*). Quanto a esse aspecto diz Noemia dos Santos Moura:

Esse diálogo, entre História e Antropologia, torna-se imprescindível devido ao fato de que, até a primeira metade do século XX, a historiografia, ao considerar os povos indígenas como ‘sem história’, negou-lhes o estatuto de sujeitos históricos [...] só muito recentemente a temática indígena passou a ser objeto das preocupações historiográficas. Como essa temática sempre foi objeto de preocupações antropológicas, explica-se a necessidade do diálogo e da aproximação entre ambas as áreas.⁵⁵

E a esse raciocínio, Geovani José da Silva acrescenta:

O entrecruzamento dessas informações caracteriza a proposta da linha de pesquisa *História Indígena* que estabelece um contato entre a História e a Antropologia e que tem como ponto de partida a noção de história etnográfica desenvolvida, entre outros, pelo historiador [...] Robert Darnton. Diante disso, verifica-se a necessidade de se tentar refletir não apenas sobre o que as pessoas pensavam, mas, também, como elas pensavam. [...] A linha de pesquisa *História Indígena* [...] privilegia os estudos sobre a história das populações indígenas antes, durante e pós-contato com as sociedades européias e ibero-americanas, enfatizando, dentro da ótica da diversidade

55 MOURA, Noemia dos Santos Pereira. UNIEDAS... *Op. cit.*, p. 14.

e da dinâmica culturais, as diferentes historicidades em termos espaço-temporais. Esses estudos, portanto, são direcionados pela perspectiva das indissociáveis práticas culturais, ecológicas, socioeconômicas e políticas que marcam a trajetória dessas populações ao longo de sua história no espaço regional. Assim, é importante que não se perca a noção de universalidade da história humana e as transformações advindas do processo de conquista e colonização ibero-americanas.⁵⁶

Portanto, o uso de tais procedimentos e abordagens, acarretou também a utilização de conceitos específicos. Desde já, surpreende o fato de quase todos os trabalhos não terem a preocupação de indicarem o que estariam entendendo pela palavra ‘índio’, como se a citação do termo automaticamente revelasse o seu significado. Sobre isso, nos diz Neimar Machado de Souza, que

neste trabalho, quando for utilizada a palavra índio, o autor entende todo aquele indivíduo que assim se identifica, que é reconhecido pelos membros de sua comunidade como um de seus elementos e que mantém vínculos históricos com populações pré-colombianas.⁵⁷

Por outro lado, é quanto a esse aspecto conceitual que se revela os vínculos dessas pesquisas com a Antropologia, a Sociologia e a Etnologia, por terem em pauta os seguintes conceitos: ‘cultura’ (Geertz, Lévi-Strauss, Homi Bhabha), ‘descrição densa’ (Geertz), ‘teia de significados’ (Geertz), ‘estrutura’ (Lévi-Strauss, Sahlins), ‘práticas e representações’ (Chartier), ‘memória’ (Halbwachs), ‘mito’ (M. Eliade), ‘campo’ e ‘habitus’ (P. Bourdieu). Quanto a isso, diz Astor Weber:

Para o historiador, trabalhar com a questão indígena, devido ao contato recente que ele possui com o tema, deve buscar recursos conceituais em outras áreas da ciência. Como afirmou [o historiador português José] Mattoso [em sua obra *A escrita da história: teoria e métodos*, de 1988], *noções conceituais fornecidas por outras ciências*

56 SILVA, Giovanni José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984)...** *Op. cit.*, p. 16-17.

57 SOUZA, Neimar Machado de. **A Redução de Nuestra Señora de la Fé do Itatim...** *Op. cit.*, p. 3, nota 4.

têm sido, muitas vezes, mais úteis nas suas investigações do que modelos propostos por historiadores. Busquei os recursos conceituais da antropologia, que se tornaram indispensáveis para realizar essa investigação histórica...⁵⁸

A partir dos dados analisados, pode-se observar que não só houve um crescimento na quantidade de defesas em *História Indígena*, como foi constatado acima, mas também uma variedade de abordagens e procedimentos em comum dentro dessa linha de pesquisa, em função das escolhas teóricas e metodológicas, das fontes utilizadas e dos recortes espaço e temporais das dissertações.⁵⁹

58 WEBER, Astor. Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru... *Op. cit.*, p. 13.

59 Muito embora o número de orientações apontadas no gráfico 3 registre o aumento de trabalhos defendidos, uma análise primordial a ser efetuada é a de se verificar se o aumento de defesas também convergiu com o aumento de trabalhos que se inspiravam nos problemas, objetos, abordagens e conceitos da 'Nova História Cultural'. Assim como Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra, ao estudarem a apropriação da leitura de obras e autores da 'Nova História Cultural' e a forma como eram citados em dissertações e teses, produzidas entre 1985 e 1994, com base em como a questão da 'representação política' foi apropriada por aquela produção historiográfica brasileira, verificou-se que para o caso das dissertações defendidas no programa de pós-graduação em História da UFMS houve um movimento similar, no uso de abordagens, na escolha de problemas e objetos, na definição conceitual, e, principalmente, no número de autores citados, diretamente vinculados ao movimento da 'Nova História Cultural'. Cf. CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. *In.*: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267. Da mesma forma como foi apontado acima, os principais autores citados foram: Roger Chartier, Jacques Le Goff, Michel Vovelle, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Claude Lévi-Strauss, Clifford Geertz, Marshall Sahlins e Homi Bhabha, e em menor proporção, Paul Thompson e Norberto Bobbio, convergindo assim com as indicações do estudo de Capelato e Dutra. De fato, segundo Peter Burke "cada vez mais as questões culturais são apresentadas como explicações para mudanças no mundo político, como revoluções, formação dos Estados", quanto nas análises de crises econômicas ou sociais. Portanto, de "30 anos para cá, ocorreu um deslocamento gradual no uso do termo pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida. Em outras palavras, os historiadores se aproximaram da visão de cultura dos antropólogos". Cf. BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 47-48.

Considerações Finais

De acordo com a análise empreendida no decorrer deste trabalho, podemos destacar quatro pontos fundamentais: 1 – por ter sido o primeiro programa de mestrado em História criado no Estado, em 1999, a maioria dos ingressantes foi do sexo masculino e a idade média de ingresso alta, em parte, por que uma parcela da população provém de outros lugares do país; 2 – não foi apenas na linha de *História Indígena* do programa que foram produzidas pesquisas sobre a História Indígena (especialmente, a do Estado); 3 – ainda que sejam visíveis os avanços nesse campo de estudo após a criação do programa, e que sejam nítidas a qualidade dos textos produzidos, os estudos sobre a História Indígena, além de concentrarem seu enfoque basicamente no Estado de Mato Grosso do Sul, são poucos os estudos que mantêm diálogo constante com outros programas de pós-graduação; 4 – nas pesquisas feitas sobre o Estado, ainda que se considere o fato de parte dos trabalhos percorrerem diferentes momentos históricos (do início da colonização até o século XX), constatou-se que nem todas as comunidades indígenas foram estudadas, seja pela distância, pela dificuldade de acesso àquelas populações, seja ainda em função do tamanho do grupo e das aldeias.

Nesse sentido, vimos como o campo de pesquisa em *História Indígena*, ao longo dos seis primeiros anos de existência do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, atual UFGD) foi se consolidando, entre 1999 e 2004: no número de projetos, dissertações defendidas e disciplinas oferecidas nesta área, demonstrando a importância dos estudos indígenas neste programa e na História de Mato Grosso do Sul.

No entanto, pode-se notar também que uma parte das pesquisas estiveram concentradas à região da grande Dourados, o que indica o quanto ainda está por ser feito. O número de grupos étnicos e aldeias pouco, ou nada pesquisadas, ainda é significativo (a exemplo de cidades como Amambai, na qual um terço de sua população é ‘autodeclarada’ indígena, e nela há três aldeias). Por outro lado, observa-se que embora o número de programas de pós-graduação,

nos níveis de mestrado e doutorado, independentemente da área do conhecimento, contemplem hoje todos os Estados do país, o diálogo entre eles e a divulgação de suas pesquisas ainda é bastante incipiente. Por exemplo, um maior contato e intercâmbio com os programas do Norte e Nordeste do país, onde está concentrada (também) parte significativa da produção sobre os grupos étnicos e as aldeias indígenas, localizadas naquelas regiões, proporcionariam um avanço considerável nas discussões e pesquisas do programa de mestrado em História da UFMS.⁶⁰ Outro fato marcante é que praticamente não houve intercâmbio nem de alunos, nem de discussões, entre a UFMS e a UFGD, com a UFMT, uma vez que o estado de Mato Grosso (onde está localizada àquela universidade federal, que também produz várias pesquisas sobre a História Indígena) concentra ainda a terceira maior população indígena do país, segundo estimativas de 1998 descritas acima.⁶¹

Portanto, diante do que foi estudado nesta pesquisa, pode-se observar avanços significativos na ‘escrita da história’ no estado de Mato Grosso do Sul, nos últimos decênios, em especial para a história indígena, em função da criação do programa de mestrado em História da UFMS (atual UFGD), mas há ainda um ‘imenso manancial’ histórico a ser conhecido e estudado. As pesquisas avançaram sobre a análise de certas etnias: Kaiowá (das aldeias de Dourados), os Terena (com ênfase para os da cidade de Aquidauana), os Guarani e os Guarani/Kaiowá. Mas em menor proporção para: os Ofaié (ditos ‘Chavantes’), os Kadiwéu, os Kinikinai, os Bororó e os Guaicuru. Elas contribuíram para se verificar porque algumas etnias se tornaram mais adaptadas que outras (como no caso dos Terena, e seu ingresso nas cidades, na

60 Tome-se como exemplo os artigos de: GOMES, Flávio. Indígenas, mocambeiros e identidades transétnicas nas florestas do Brasil-Guiana Holandesa, séc. XIX-XX. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, p. 11-42, 2003; OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. Condição indígena na Amazônia colonial. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, p. 107-130, 2003.

61 Para maiores detalhes sobre essa questão, ver: ROIZ, D. S. A população indígena na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 251-302, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19231/10361>

economia e na política), como houve a política de aldeamento no Estado, de que maneira o território foi sendo ocupado, a partir do final do século XIX, e quais as relações que foram estabelecidas entre ‘índios’ e ‘brancos’ no campo e nas cidades.

Referências bibliográficas:

Anuário Estatístico do Brasil de 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, p.1-143, 1999.

ARRUDA, José J. A.; TENGARRINHA, José M. **Historiografia Luso-brasileira contemporânea.** Bauru: Edusc, 1999.

BEIRED, José L. B. A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004). **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 35-52, 2005.

BITTENCOURT, L. B., Os índios e a América: as teses que construíram a idéia sobre o índio. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 1, p. 29-48, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAPELATO, Maria H. R., FERLINI, Vera, GLEZER, Raquel. **A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História.** São Paulo: Xamã, 1995, 3 v.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. *In.*: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950).** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In.*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Cf. RODRIGUES, José H. **História e historiadores do Brasil.** São Paulo: Editora Fulgor, 1965.

CORRÊA, Valmir Batista. A história regional em questão. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 51-56, 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 2002.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O Território Ofaié pelos caminhos da História: reencontro e trajetória de um povo**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

Editorial. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p. 05, 2001.

FICO, Carlos. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 167-176, 1996.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**. Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. Ufop, 1992, 2 v.

GALETTI, Lyliã. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2000.

GIROTTTO, Renata Lourenço. **Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas Guarani/Kaiová em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

GIROTTTO, Renata Lourenço. **Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas Guarani/Kaiová em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. *In.*: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLF, Dulce C.; ALBERT, Verena (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ CPDOC, p. 384-437.

GOMES, Flávio. Indígenas, mocambeiros e identidades transétnicas nas florestas do Brasil-Guiana Holandesa, séc. XIX-XX. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, p. 11-42, 2003.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JANOTTI, Maria L. M.; D'ALÉSSIO. A Esfera do Político na Produção dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 123-148, 1996.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAPA, José R. A. **Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEITE, Fábio Henrique Cardoso. **O Kayowá de Dourados: sua vida espiritual num contexto histórico**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

LUCA, Tânia R. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Edunesp, 1999.

MANFRIN, Adilson. **Loreto (1610-1631): Guyraypoty do Pirapó**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

MARTINS, C. B. (org.). **Para onde vai a Pós graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

MATTOS, Isabel Missagia de. **Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru: Edusc, 2004.

MESGRAVIS, Laima, A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 4, n. 2, p. 93-108, 1997.

MESGRAVIS, Laima, O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 87-118, 1983.

MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/ IDESP, 1989.

MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 2. São Paulo: Sumaré/ FAPESP, 1995.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, John. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e de indigenismo.** Tese (Livre Docência). Unicamp, Campinas, 2001.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** São Paulo: Ática, 2000.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. **UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas.** Bauru: Edusc, 2004; NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. **Fronteiras - Revista de História**, v.6, n. 12, p. 9-22, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 1997.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.** Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História do Campus de Dourados da UFMS (2000-2004). **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 145-182, 2004.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense.** Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. Condição indígena na Amazônia colonial. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, pp. 107-130, 2003.

PASCHOALICK, Lelian Chalub Amin. **A arte dos índios Kaiowá da reserva indígena de Dourados-MS: transformações e permanências, uma expressão de identidade e afirmação étnica.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

PEIXOTO, José Luis dos Santos. **A Ocupação Tupiguarani na Borda Oeste do Pantanal Sul-matogrossense: maciço do Urucum.** Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 1995.

PEIXOTO, José Luis dos Santos. **Ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense.** Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2003.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno.** Tese (Doutorado em Ciência Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial.** Bauru: Edusc, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e colonização do sertão. Nordeste do Brasil. 1650-1720.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História, ontem e hoje. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 141-151, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, José H. **A pesquisa histórica no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

ROIZ, Diogo da Silva. **A institucionalização do ensino universitário de História na FFCL/USP entre 1934 e 1956.** Dissertação (Mestrado em História). Franca, 2004.

SCHARTIZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

SCHARTIZMAN, Simon. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro.** Brasília: CNPq, 1982.

SILVA, Eliazar João da. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006). **Fronteiras - Revista de História**, Dourados, v. 9, n. 16, p. 111-127, 2007.

SILVA, Giovanni José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

SOUZA, Neimar Machado de. **A Redução de Nuestra Señora de la Fé do Itatim: entre a cruz e a espada.** Dissertação (Mestrado em História).

Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

Tendências Demográficas - Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. IBGE, v.16.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966):** uma sociedade entre a imposição e a opção. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades: a pós-graduação em História no Mato Grosso do Sul. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 158, 2003.

VASCONCELOS, Cláudio Alves. **A questão indígena na província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade.** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

WEBER, Astor. **Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru:** encontros e confrontos com os lusobrasileiros na Capitania de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e o Novo Mundo. Ameríndios, humanismo e escatologia.** Brasília: Ed. Unb, 2004.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construção identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2000

ZORZATO, Osvaldo. Civilizadores de Índios: Os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. **Fronteiras - Revista de História**, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 171-201, 1998.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade:** considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

